

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Márcia Ivana da Silva Falcão

ONDE HABITA O CONFLITO: A TENSÃO ENTRE A MORADIA COMO ATIVO
FINANCEIRO E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

Análise das práticas da Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas no contexto da
crise da moradia na Espanha

Porto Alegre
2023

Márcia Ivana da Silva Falcão

ONDE HABITA O CONFLITO: A TENSÃO ENTRE A MORADIA COMO ATIVO
FINANCEIRO E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE

Análise das práticas da Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas no contexto da
crise da moradia na Espanha

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Linha de Pesquisa: Análise Territorial

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Falcão, Márcia Ivana da Silva

Onde habita o conflito: a tensão entre a moradia como ativo financeiro e as lutas pelo direito à cidade - As práticas da Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas no contexto da crise da moradia na Espanha / Márcia Ivana da Silva Falcão. -- 2023.

238 f.

Orientador: Dr. Álvaro L. Heidrich.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Cries hipotecária da Espanha de 2008. 2. Financeirização da moradia . 3. Direito à moradia e à cidade. 4. Movimentos Sociais e incidência política. 5. Plataforma de Afetados pelas Hipotecas. I. Heidrich, Dr. Álvaro L., orient. II. Título.

Márcia Ivana da Silva Falcão

ONDE HABITA O CONFLITO: A TENSÃO ENTRE A MORADIA COMO ATIVO
FINANCEIRO E AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE
Análise das práticas da Plataforma dos Afetados pelas Hipotecas no contexto da
crise da moradia na Espanha

Banca Examinadora:

Prof.Dr. Ernesto Morales Morales
IGOP/Univerdidad Autónoma de Barcelona

Prof.^a Dr^a. Betânia de Moraes Alfonsin
Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS

Prof.Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares
Departamento de Geografia/Univerdidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr^a Cláudia Luísa Zeferino Pires
Departamento de Geografia/Univerdidade Federal do Rio Grande do Sul

Ao Augusto e à Marina,
comigo nessa trajetória do início ao fim.

AGRADECIMENTOS

Como o fiz ao graduar-me e nos agradecimentos na dissertação de mestrado, manifesto aqui meu agradecimento ao povo brasileiro que financiou cada um dos dias de meu processo de educação, sempre em instituições públicas de ensino. Renovo meus votos de compromisso com a defesa de um Estado capaz de assegurar políticas públicas de garantia de direitos e oportunidades à seu povo.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público, de qualidade, crítico e democrático. Que se ampliem universidades federais pelo território nacional.

Agradeço ao Departamento de Geografia, responsável por minha formação desde o ano de 2004, quando ingressei na graduação. Às professoras e aos professores do departamento, em especial, do Programa de Pós-graduação, meu agradecimento pelo exemplo de dedicação e gosto pela educação, o que a mim sempre produziu efeito de encorajamento.

Um agradecimento muito afetuoso ao meu querido orientador Professor Doutor Álvaro Heidrich. Por acompanhar minha formação desde a graduação até a orientação de doutorado, como presença gentil, atenciosa e encorajadora, meu muito obrigada. Confesso que me sentirei órfã de sua orientação.

Esta tese é síntese de aprendizados oriundos de leituras, aulas e reflexões do ambiente acadêmica e, igualmente, da partilha da vivência organização e lutas das pessoas afetadas pela problemática da pesquisa. Agradeço imensamente à Plataforma de Afetados pelas Hipotecas de Barcelona que, desde o primeiro contato, acolheu-se gentilmente, partilhando abertamente sua vivência na construção do movimento e da luta social pelo direito à moradia e à cidade. Da PAH, agradeço de forma muito especial à Frédérique, Lucía, Irma (peruana), Irma (equatoriana), Lilian, Ingrid, Isa, Santi, Eduard, Bertha e Pampa pelos testemunhos, na forma de entrevistas.

Agradeço ao Instituto de Governança e Políticas Públicas – IGOP – da Universidade Autônoma de Barcelona, pela acolhida ao meu estágio de pesquisa. De forma muito especial, ao Professor Doutor Ernesto Morales, pelo apoio atento aos tramites junto ao IGOP e pela tutoria durante minha estada em Barcelona. Do IGOP, também agradeço à Fernando Pindado, pela entrevista que consistiu em uma aula de história sobre a tradição de luta social de Barcelona.

De minha estada em Barcelona para a pesquisa, ainda registro especial agradecimento à minha amiga Emma Blanco, feminista e ativista dos direitos humanos que, gentilmente, me acolheu em sua casa, partilhando histórias, reflexões e momentos de convivência agradáveis e fraternos.

Agradeço ao gentil trabalho de revisão realizado por Frédérique Brion, no que refere ao idioma espanhol dos recortes das entrevistas. Da mesma forma, agradeço à Miguel Enrique Stédile e Selvino Heck que, gentilmente, dedicaram vasto saber e experiência para leitura atenta de revisão de conteúdo e ortografia deste texto de tese.

Uma trajetória de 5 anos de pesquisa certamente envolve diferentes contribuições, seja na forma de conversas sobre ideias, estímulo, cuidado e diferentes formas de suporte para a dedicação à pesquisa. Em nome do meu filho Augusto e da minha filha Marina, agradeço amorosamente aos meus familiares, amigas e amigos, afetos e camaradas que contribuíram de alguma maneira neste processo.

Por fim, tomo emprestadas as palavras de Violeta Parra e convoco à memória da voz singular de Mercedes Sosa para dizer: “Gracias a la vida que me ha dado tanto.”

[...] a política deve ser a arte de tornar possível o impossível. E não se trata de uma declaração voluntariosa. Trata-se de entender a política como a arte de construir força social e política capaz de mudar a correlação de forças em favor dos movimentos populares, de tal modo que possa tornar possível no futuro o que hoje aparece como impossível.

Marta Harnecker

RESUMO

A presente tese de doutorado toma como objeto de análise o caso da crise das hipotecas da Espanha de 2008, contexto no qual organizou-se o movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, a PAH. Tendo a política da produção e do acesso à moradia no centro da crise, o caso espanhol evidenciou o papel da produção do espaço urbano para fins da acumulação capitalista, sob a dominância das frações de capital financeiro, em parceria com atores do mercado imobiliário. Através do financiamento hipotecário das famílias como alternativa para acesso à moradia, a Espanha viveu um ciclo completo de alçada e derrocada de sua economia, em pouco mais de uma década. O Estado que havia estimulado o financiamento, responde à crise social com medidas de austeridade. Nesse quadro, o endividamento das famílias generalizou-se como um problema social grave, afetando principalmente as famílias de trabalhadores das camadas populares, imigrantes e mulheres e os despejos por dívida hipotecária passaram a fazer parte da cena urbana. Foi nesse contexto que, em Barcelona, no ano de 2009, as famílias afetadas criaram o movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas. O quadro de realidade exposto é analisado à luz das teorias críticas urbanas marxistas não ortodoxas, que demonstram o papel da produção das cidades no alinhamento do atual estágio de acumulação capitalista neoliberal sob dominância do capital financeiro. Um projeto que somente se viabiliza se e na medida em que se alinha às políticas dos Estados-Nação. As principais referências que sustentam tal abordagem são Henri Lefebvre e David Harvey, entre outros. Como método, a tese situa-se na tradição do materialismo histórico e dialético, porém com interesse especial na materialidade expressa nas escalas de espaço e tempo das reproduções e enfrentamentos cotidianos. As perguntas que guiaram a pesquisa indagaram sobre a capacidade de incidência da PAH na problemática da moradia. Como resultados, a pesquisa concluiu que há importantes evidências que demonstram afirmativamente a capacidade de incidência da PAH, junto com movimentos afins, nos eixos da formação de força social, incidência nas narrativas sobre a problemática e incidência em políticas de Estado em diferentes níveis.

Palavras-chave: produção da cidade; financeirização; crise hipotecária; movimento social; direito à cidade.

ABSTRACT

The present doctoral thesis takes as its object of analysis the case of the Spanish mortgage crisis of 2008, context in which the social movement Plataforma de Afectados nas Hipotecas, the PAH, was organized. With the policy of production and access to housing at the center of the crisis, the Spanish case highlighted the role of the production of urban space for the purposes of capitalist accumulation, under the dominance of fractions of financial capital, in partnership with actors in the real estate market. Through mortgage financing for families as an alternative for access to housing, Spain has experienced a complete cycle of ups and downs of its economy, in little more than a decade. The State that had stimulated the financing, responded to the social crisis with austerity measures. In this context, household indebtedness has become a serious social problem, affecting mainly families of workers from the lower classes, immigrants and women, and evictions due to mortgage debt have become part of the urban scene. It was in this context that, in Barcelona, in 2009, the affected families created the social movement Plataforma de Afectados por Mortagens. The exposed reality framework is analyzed in the light of unorthodox Marxist urban critical theories, which demonstrate the role of city production in aligning the current stage of neoliberal capitalist accumulation under the dominance of finance capital. A project that is only viable if – and to the extent that – it aligns the policies of the nation-states. The main references that support such an approach are Henri Lefebvre and David Harvey, among others. As a method, the thesis is situated in the tradition of historical and dialectical materialism, but with a special interest in the materiality expressed in the scales of space and time of reproduction and daily confrontations. The questions that guided the research asked about the capacity of incidence of PAH in the housing problem. As a result, the research concluded that there is important evidence that affirmatively demonstrates the capacity of incidence of PAH, along with related movements, in the axes of the formation of social force, incidence in the narratives about the problem and incidence in State policies at different levels.

Keywords: city production; financialization; mortgage crisis; social movement; right to the city.

RESUMEN

La presente tesis doctoral toma como objeto de análisis el caso de la crisis hipotecaria de España, en 2008, contexto en el que se organizó el movimiento social Plataforma de Afectados das Hipotecas, PAH. Con la política de producción y acceso a la vivienda en el centro de la crisis, el caso español puso de manifiesto el papel de la producción del espacio urbano con fines de acumulación capitalista, bajo el dominio de fracciones de capital financiero, en sociedad con actores del mercado inmobiliario. A través de la financiación hipotecaria a las familias como alternativa de acceso a la vivienda, España vivió un completo ciclo de auge y caída de su economía, en poco más de una década. El Estado, que había estimulado la financiación, responde a la crisis social con medidas de austeridad. En este contexto, el endeudamiento familiar se generalizó como un grave problema social, afectando principalmente a las familias de trabajadores de clase trabajadora, inmigrantes y mujeres. Los desahucios por deudas hipotecarias pasaron a formar parte del escenario urbano. Fue en este contexto que, en Barcelona, en 2009, las familias afectadas crearon el movimiento social Plataforma de Afectados das Hipotecas. El marco de realidad expuesto se analiza a la luz de las teorías críticas urbanas marxistas no ortodoxas, que demuestran el papel de la producción de la ciudad en la etapa actual de acumulación capitalista neoliberal bajo el dominio del capital financiero. Un proyecto que solo es viable si, y en la medida en que, alinea las políticas de los estados-nación. Los principales referentes que avalan este planteamiento son Henri Lefebvre y David Harvey, entre otros. Como método, la tesis se sitúa en la tradición del materialismo histórico y dialéctico, pero con especial interés en la materialidad expresada en las escalas espaciales y temporales de reproducción y confrontaciones cotidianas. Las preguntas que orientaron la investigación indagaron sobre la capacidad de los PAH para incidir en la problemática habitacional. Como resultado, la investigación concluyó que existen importantes evidencias que demuestran afirmativamente la capacidad de incidencia de la HAP, junto a movimientos similares, en los ejes de formación de la fuerza social, incidencia en las narrativas sobre el problema e incidencia en las políticas de Estado a niveles distintos.

Palabras clave: producción de la ciudad; financiarización; crisis hipotecaria; movimiento social; derecho a la ciudad

LISTA DE FIGURA

Ilustração 1 – Em defesa de bens comuns: hortas comunitárias e manifestações de protesto.....	32
Ilustração 2 – As paredes falam.....	33
Ilustração 3 – O Bairro não está à venda: manifestações contra a gentrificação.....	33
Ilustração 4 – A batalha da moradia: coletivos de luta por moradia de Barcelona...	35
Ilustração 5 – Fragmentos de falas significativas por entrevista	46
Ilustração 6 – Eixo síntese do processo histórico de urbanização.....	60
Ilustração 7 - Urbanização inacabada - San Mateo de Gállego, Zaragoza.....	80
Ilustração 8 - Urbanização inacabada - Pego, Alicante.....	80
Ilustração 9 - Despejos executados entre janeiro da 2008 e setembro de 2012	83
Ilustração 10 - Incidência de despejos por bairro de Barcelona entre 2013 e 2016.....	87
Ilustração 11 – Habitações Colmeia	90
Ilustração 12 – Morar em cápsulas	91
Ilustração 13 - Assessoramento coletivo sobre problemas com aluguel.....	119
Ilustração 14 – Assessoramento coletivo sobre problemas com despejos.....	119
Ilustração 15 – Matriz organizativa	120
Ilustração 16 - Diagrama do fluxo de tarefas organizativas da PAH.....	121
Ilustração 17 - “Cuando la injusticia se vuelve ley, la rebelión se vuelve deber”	128
Ilustração 18 – Confronto em ação para paralisar despejos	129
Ilustração 19 – “Resgatem pessoas, não bancos”	132
Ilustração 20 – Los Indignados na Porta do Sol, Madri	138
Ilustração 21 - Los Indignados na Praça Catalunha, Barcelona.....	138
Ilustração 22 - “No somos mercancí en manos de políticos y banqueros”	139
Ilustração 23 – “Si no nos dejais soñar no os dejaremos dormir”	140
Ilustração 24 - Vivência de democracia e poder popular no 15M.....	141
Ilustração 25 - Uma fotografia de práxis: Indignai-vos!	142
Ilustração 26 - Frases de denúncia coladas em bancos.....	161

Ilustração 27 – Um slogan: uma síntese explicativa	162
Ilustração 28 – Carta compromisso com a Lei de Iniciativa Popular	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação e perfil das pessoas entrevistadas	40
Tabela 2 – Quadro de campos, sub-campos e conceitos evidenciados das entrevistas centradas no problema da moradia.....	49
Tabela 3 - Quadro de campos, sub-campos e conceitos: o processo organizativo da PAH.....	53
Tabela 4 – O tecido social de Barcelona, o 15M e a PAH: entrevistas com pesquisadores.....	55
Tabela 5 – Riqueza fictícia e renda real em dados.....	67
Tabela 6 – Termos recorrentes dos cartazes e faixas do 15M.....	144
Tabela 7 - Análise da incidência da PAH nos meios de comunicação.....	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Riqueza fictícia e renda real em gráfico.....	67
Gráfico 2 - Evolução do turismo internacional nas cidades espanholas (2005-2019)	95
Gráfico 3 - Evolução do preço dos imóveis para moradia em Barcelona.....	95
Gráfico 4 - Síntese da incidência na produção de força social, narrativas da mídia e na política institucional desde as práticas da PAH.....	177

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: MÉTODO E METODOLOGIA: BASES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIA VIVIDA EM ATOS	24
1.1. Sobre método	24
1.2 Sobre metodologia	26
1.3 A pesquisa encarnada parte 1: a metodologia em atos	29
1.3.1 A experiência de andante pela cidade.....	31
1.3.2 A participação nas atividades da PAH e com outros coletivos	34
1.3.3 A convivência em espaços informais	37
1.3.4 As entrevistas	38
1.4 A pesquisa encarnada parte 2: o encontro, a reciprocidade e o comprometimento.....	41
1.4.1 A reciprocidade: dar – receber – retribuir.....	42
1.4.2 Reflexividade de uma pesquisa participante: que responsabilidades contrário ao inserir-me e escutar os testemunhos que me foram confiados?	43
1.4.3 Alguns desafios da vivência	44
1.5 O tratamento e análise das entrevistas	45
CAPÍTULO 2 - A FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES – PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS DA TESE	58
2.1 Introdução	58
2.2 A cidade em disputa: o papel da urbanização para os ciclos de acumulação capitalista	59
2.2.1 O prenuncio da urbanização planetária: a matriz Lefebvriana.....	59
2.2.2 A cidade contemporânea: lócus da acumulação da capitalista neoliberal	62
2.2.3 A financeirização e mercantilização da cidade: aprofundando conceitos	66
2.3 A moradia: o nexu entre a financeirização globalizada e os corpo.....	69
2.4 Da teoria à prática social: o caso espanhol em atos	72

CAPÍTULO 3: O PROJETO DE FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA E DAS CIDADES: O CASO ESPANHOL DA CRISE DAS HIPOTECAS E SEUS DESDOBRAMENTOS	74
3.1 Introdução	74
3.2 A bolha imobiliária da Espanha	75
3.2.1 O modelo como motor do desenvolvimento	75
3.2.2 A produção simbólica legitimadora do modelo	77
3.2.3 As facilidades para a concessão de crédito aos imigrantes	78
3.2.4 As ruínas deixadas: construções inacabadas, desemprego e dívidas impagáveis.....	79
3.3 Casa sem gente e gente sem casa	82
3.4 Um novo ciclo de ajustes neoliberais: “la burbuja del alquiler”	85
3.5 O cercamento das possibilidades: alternativas precárias de moradia	88
3.6 Os deslocamentos forçados e a segregação socioespacial	91
3.7 A turistificação e gentrificação operando para a cidade mercadoria	94
3.8 O papel do Estado no alinhamento ao projeto de urbanismo neoliberal.....	96
3.9. A dimensão vivida das vidas precarizadas: relatos de vivências	102
3.9.1 Vulnerabilidades impostas: o adoecimento dos corpos desde uma perspectiva de gênero e da condição de migrante	103
3.9.2 Vulnerabilidades impostas: o adoecimento da alma	106
CAPÍTULO 4: AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE: LOS INDIGNADOS E A PLATAFORMA DE AFETADOS PELAS HIPOTECAS	109
4.1 Introdução	109
4.2 Da contradição à dialética: da condição de afetadas à de ativistas da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas /PAH	110
4.3 O movimento social	113
4.3.1 A PAH: movimento social popular, aberto e plural	115
4.4 Sobre a matriz organizativa-metodológica da PAH	117
4.4.1 Assessoramento Coletivo	117
4.4.2 Matriz organizativa assemblearista	120
4.5 As mulheres no fazer/ser da PAH	123

4.6 As práticas no exercício da ação política em três eixos: incidência no Estado, desobediência civil pacífica e disputa de narrativas	124
4.6.1 As práticas de incidência institucional: “cambiar leis injustas”	124
4.6.2 As práticas de desobediência civil pacífica: “cuando la injusticia se vuelve ley, la rebelión se vuelve deber”	128
4.6.3 As práticas de comunicação permanente	134
4.7 Los Indignados: “no somos mercancia en las manos de politivos y baqueros”	137
CAPÍTULO 5: REFLEXÕES SOBRE PARADIGMA, ATOR, SUJEITO E PROJETO A PARTIR DA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA PAH	147
5.1 Introdução	147
5.2 Sobre paradigma de movimento social e ação política	147
5.3 Sobre feições e perfil do fazer/ser da PAH e do 15M	149
5.4 A PAH como ator político e sua capacidade de incidência política: “Hacer política desde las calles”	155
5.4.1 A constituição do ator político coletivo.....	155
5.4.2 A incidência na formação da agenda política de partidos, instituições do Estado e mídia	159
5.4.3 Incidência política	166
5.5 Sobre o sujeito histórico	171
5.6 As práticas da PAH e sua capacidade de incidência	176
5.7 O direito à cidade como concepção filosófica e horizonte político	178
CONCLUSÕES.....	180
BIBLIOGRAFIA	185
APÊNDICE A	193
APÊNDICE B	198
APÊNDICE C	202
APÊNDICE D	228

INTRODUÇÃO

Inicia-se nessas linhas a síntese final de cerca de meia década de pesquisa em torno do evento que, numa primeira aproximação, trata da crise hipotecária da Espanha, em 2008, suas contradições e os conflitos desencadeados, contexto no qual se constituiu um novo movimento social, a Plataforma de Afectados por las Hipotecas, PAH. Esse é o recorte nucleador a partir do qual a pesquisa buscou discutir o papel da produção da cidade na reprodução capitalista em seu estágio neoliberal e, o mais importante, analisar as respostas sociais na forma de protestos e movimento social.

Brevemente situada a temática, é necessário comunicar aspectos de sua feitura que são anteriores aos marcos objetivos de pergunta, teoria e metodologia de pesquisa, porém, igualmente substratos desta tese que, antes de ser produto, é síntese de processo formativo, feito não só de leituras, análises e elaborações. Ela é fruto dos limites concretos de um cotidiano de trabalhadora de jornada integral, de mãe de criança e adolescente atravessando isolamento social, em tempos de Pandemia de Covid 19; contexto no qual o medo do contágio do vírus teve que revezar com o compromisso militante para com as iniciativas de solidariedade dos movimentos sociais em tempos de carestia do povo brasileiro. Ela também é fruto da alegria dos encontros, partilhar e descobertas. E sobretudo, é fruto de inquietações pessoais que tomam parte de indagações coletivas, num tempo de crise econômica e política que opera para o agravamento das desigualdades sociais e para o avanço de ideologias antidemocráticas.

É nesse ambiente que a pesquisa cumpriu papel de desenvolver dois grandes interesses que, antes de tornar-se objeto acadêmico, são de ordem política e profissional. São eles: compreender e ajudar a compreender as estruturas e processos que reproduzem desigualdades sociais, sobretudo nas cidades e, contribuir para visibilizar lutas populares por direitos, suas formas de organização e sua atuação política na sociedade. Interesses que vinculam mais de duas décadas de trabalho como educadora popular freireana nas periferias

urbanas brasileiras e o percurso de formação enquanto geógrafa crítica, humanista e feminista.

Ainda com caráter de preâmbulo para historicizar este estudo como parte de processo de formação teórica sobre problemas urbanos, vale partilhar que o interesse pelo caso espanhol surgiu em 2015, durante pesquisa de mestrado sobre o papel das mulheres na conquista da ocupação do Guajuviras, em 1987, na cidade de Canoas, território de periferia da RMPA (FALCÃO, 2017). Concluía-se ali o estudo de um caso exemplar de como se deu a urbanização brasileira na segunda metade do século XX, num processo tardio de industrialização, acarretando transformações no campo que repelia seus pobres para as cidades tornadas palco de conflitos sociais (SANTOS, 2009, 2013). Enquanto isso, começavam a despertar atenção as notícias sobre a crise das hipotecas, Los Indignados e a PAH. A leitura do livro “Vidas Hipotecadas – de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda”, de Ada Colau e Adrià Alemany (2012), foi decisiva. Iniciava-se ali um novo projeto, curioso por conhecer a aguda crise da moradia na Espanha, neste início de século XXI. Um país e cuja geração que viveu o Estado de Bem Estar Social e o viu ruir pela suplantação deste modelo, ancorado na garantia de direitos, por um modelo ancorado na racionalidade de mercado.

É nesse espírito e histórico que se coloca o objeto de pesquisa desta tese que toma “o problema da moradia” – explicitado na crise hipotecária espanhola – como a contradição mais evidente e percebida de um modelo que opera para canalizar a gestão da moradia, do solo urbano e da cidade segundo a racionalidade de mercado. Na Espanha, a política de Estado de estímulo ao financiamento hipotecário como forma de acesso à moradia foi o elo que canalizou as economias presentes e futuras dos indivíduos e famílias para o circuito do sistema financeiro globalmente gerido. Numa conjuntura de recessão econômica e desemprego, as dívidas não pagas aos bancos financiadores deram a capa de legalidade para ampla operação de despossessão. Despejos em massa foram operados pelo Estado, sob a égide do instituto legal da propriedade privada, agora em favor de fundos de investimentos compradores das dívidas das famílias, na forma carteiras de créditos vendidas pelos bancos nas bolsas de valores. Um pacote de operações que, como outras, atuaram para a monopolização da

moradia, tornada ativo financeiro e bem para especulação. Nesse processo, a moradia, o solo urbano e toda a cidade herdada com seus bens materiais e imateriais são o objeto de interesse dos grandes agentes do conglomerado imobiliário e financeiro. Situa-se nisso um projeto, um polo ou vetor que aponta para a mercantilização da cidade e da moradia.

Para compreendê-lo operando no caso espanhol, a pesquisa sustentou-se centralmente nas teorias críticas urbanas de corte marxista, como as desenvolvidas por Henri Lefebvre e David Harvey. São estes dois autores e suas teorias as principais referências que inspiram e sustentam esta tese. Lefebvre, ao longo dos anos 1970, é quem inaugura a análise que aponta para a urbanização como um vetor em escala planetária e como um estágio da acumulação capitalista centrado na produção do espaço urbano. David Harvey é referência ao mesmo tempo clássica e contemporânea para entender o papel da produção da cidade para estender ciclos de acumulação capitalista. Junto com Harvey, Neil Brenner e Raquel Rolnik, entre outros, são intelectuais dedicados à compreensão do projeto neoliberal de cidade, com suas operações para a financeirização da moradia, do solo e recursos materiais e imateriais do urbano, em que a cidade torna-se ela própria um capital fictício para extração de valores socialmente produzidos no passado, presente e futuro. Ainda, são de Lefebvre e Harvey as principais formulações da perspectiva filosófica e política da cidade como bem comum e do direito à cidade presentes na tese. Também brota deles o interesse na política da vida cotidiana, na experiência urbana como é vivenciada e percebida, entre a reprodução das engrenagens do sistema, de ordem distante, e as ressignificações, enfrentamentos e pequenas rupturas da ordem próxima, dos processos de organização na base da sociedade. Ao longo da tese, todos serão devidamente referenciados, junto a outros autores acionados na discussão do tema.

Importante registrar, ainda que pontualmente, que, para além do caráter político e filosófico do direito à cidade presente na abordagem que atravessa esta tese, há uma trajetória de avanços de caráter jurídico. Tais avanços, em grande medida, se dão pautados por fóruns internacionais, dos quais as edições da

Conferência da ONU para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), seguramente representam maior força, uma vez que os países signatários dos acordos e diretrizes estabelecidos nestes espaços contraem compromissos políticos importantes. Sínteses importantes destes fóruns e articulações da sociedade civil e de governos nacionais e locais, são a Carta Mundial Pelo Direito à Cidade, datada de 2004, e a Nova Agenda Urbana, documento síntese da Conferência Habitat III, de Quito, Peru, de 2016. Outras articulações internacionais realizam permanente incidência nos Estados-Nação, tais como a Plataforma Global de Direito à Cidade. Fruto deste processo, os Estados-Nação, no âmbito dos diferentes poderes, vão sendo pautado para avançar em novos marcos do direito urbanístico, o que, como afirma Betância Alfonsin (2008), “cristalizam correlações de poder de determinada sociedade, a seu tempo” (p. 16).

Como alicerce teórico basilar desta análise geográfica da problemática da cidade, está a análise desta como um espaço social em disputa, em feitura. A cidade não é produzida somente pelos atores de poder hegemônico. Como propõe Milton Santos (2012), com relação ao espaço, este é produzido por uma complexidade de relações de diferentes escalas e de tempos históricos, por atores de poder desigual em cooperação ou conflito e por diferentes dimensões da vida social material e imaterial. Numa abordagem similar, porém atualizada e mais complexa, Doreen Massey trata da produção do espaço social. Como espaço social por excelência, a cidade

es producto de acciones, relaciones y prácticas sociales. Y por eso: 1. como producto social es, por consiguiente, abierto a la política (si lo producimos, igualmente podemos transformarlo). 2. como producto social el espacio es, en su misma constitución, lleno de, empapado de, poder social. 3. y el poder, como sabemos, tiene múltiples formas (económica, política, cultural; dominación, igualdad, potencia) y se realiza ‘en relación’, entre una cosa (persona, nación, región, lugar) y otra. 4. y por eso a su vez, el poder tiene una geografía (MASSEY, 2016, p.1).

Segundo Massey (2016), a cidade neoliberal é local com sentido de global, porque é densamente atravessada por relações de ordem multiescalar. A essa cidade local e global ao mesmo tempo, Massey chama de glocal. É o local onde a existência cotidiana se dá, em suas múltiplas dimensões: da sobrevivência, das memórias materiais e imateriais, dos encontros, dos afetos e desafetos. Mas ela também é global porque é encontro de trajetórias e culturas migrantes do ontem

e do hoje e porque é tensionada por atores políticos institucionais ou não, de interesses diversos, sobretudo para o alinhamento do modelo econômico. E, como uma escala privilegiada da localização e manifestação das relações de poder, a cidade é também espaço de resistências e lutas diversas. A cidade contemporânea torna-se o nexo entre o local e global, é atravessada pelas contradições e conflitos destas múltiplas espacialidades, é produzida pelas correlações de poder entre atores e seus projetos. E essas correlações, nos termos de Massey, conformam uma geometria de poder sempre em movimento.

Assim lida, a cidade é sempre espaço aberto à política. E esse é o argumento mais importante que busca discorrer a tese: das contradições do modelo de cidade neoliberal afetando a vida em suas condições de reprodução cotidiana eclodem conflitos sociais; estes ergueram-se na forma de protestos e de movimento social alterando geometrias de poder. No caso espanhol, Los Indignados que formaram o protesto multitudinário do 15M e o movimento social PAH fazem o movimento da dialética acontecer. O 15M foi um ciclo de protestos batizado com a data de seu início, no 15 de maio de 2011, quando jovens acamparam na Porto do Sol, em Madri, em protesto às medidas de austeridade do Estado em resposta à crise econômica, social e política. A PAH constituiu-se como movimento social amplamente presente no território espanhol e com mais de uma década de atuação. Eventos e processos que impactaram na correlação entre atores sociais que apontam para polos de projetos antagônicos: de um lado, a cidade do mercado; na outra direção e polo, a cidade como bem e direito comum, espaço sob o qual se projeta a perspectiva política do Direito à Cidade. Nessa abordagem, ações de protesto, movimentos sociais e atores políticos, entendidos como todos aqueles que atuam coletivamente com intencionalidade e repertório para incidir na agenda pública, são conceitos importantes que permitem analisar a política acontecendo.

Nessa perspectiva, voltando a atenção à atuação da PAH, a pesquisa se deu pautada pelas seguintes hipóteses:

- a) Ao proporcionar processo de empoderamento pessoal e coletivo, convertendo afetados em ativistas, a PAH fortalece o tecido social cidadão da cidade de Barcelona, impactando, assim, nas geometrias de poder local e na correlação entre o local e o global.
- b) Ao introduzir suas demandas e pautas nas agendas das mídias, da política e das instituições públicas, a PAH incide nas narrativas e sentidos da crise, problematizando discursos hegemônicos sobre a problemática e as medidas para enfrentá-la.
- c) As práticas da PAH compõem um evidente movimento urbano anticapitalista, de base territorial, plural e aberto que, com suas estratégias de ação e comunicação, evidencia o conflito da cidade em seu nexos com o global.

As perguntas que orientaram a observação da PAH e suas práticas organizativas e de ação, buscaram levantar evidências sobre a capacidade de incidência em torno de três eixos analíticos, quais sejam:

- Quais evidências demonstram capacidade de criar força social capaz de sustentar a luta e ser reconhecida como ator social e político;
- Quais evidências demonstram capacidade de incidir nas narrativas da mídia sobre a problemática da moradia e, por fim,
- Quais evidências demonstram que, enquanto ator político, a PAH tem sido capaz de incidir na formação da agenda pública e pautar a política, gerar medidas de Estado para enfrentar o problema da moradia.

Nesta pesquisa, as práticas para as quais se voltam a observação e análise são as ações adotadas sistematicamente, por deliberação coletiva e com intencionalidade. São elas de cunho organizativo e de repertório de ação do movimento, enquanto ator político na sociedade.

Para o exercício da observação da PAH, o recorte possível - e impreciso - focou na cidade de Barcelona como referência em dois aspectos. Por um lado, Barcelona foi uma das cidades espanholas mais afetadas pela bolha imobiliária e

crise das hipotecas que, por sua vez, deu lugar a novas contradições de ajustes do mercado, gerando o que ainda hoje se impõe e vem sendo chamado de crise dos aluguéis. O outro motivo é o fato de que a PAH nasceu em Barcelona, como herdeira de uma importante tradição de lutas desta cidade, além de que este núcleo da PAH é muito atuante, conforme demonstrou a literatura sobre a crise das hipotecas da Espanha. No entanto, o texto não se reduz à análise somente das práticas da PAH Barcelona por dois motivos: o primeiro e mais importante é que o núcleo *assembleario* de Barcelona se organiza e desenvolve suas ações alinhado à construção do movimento nacionalmente. A forma de se organizar, a metodologia de construção cotidiana do movimento e as ações desenvolvidas são elaboradas em assembleias sistemáticas regionais – por comunidade autônoma – e nacionais. Além disso, todos os documentos que produz e a comunicação com a sociedade, especialmente via site do movimento e redes sociais, demonstram essa unidade de organização e ação. Portanto, em significativo grau, o PAH Barcelona serve como exemplo do que é a PAH, enquanto movimento social organizado em território nacional. O outro motivo é que a literatura analisada sobre o conflito em tela trata da PAH como movimento social de forma generalizada.

Em termos de tempo, o recorte é ainda mais problemático, porque dado o método que sustenta o pensamento em exercício, o objeto – a crise das hipotecas e o problema da moradia – só pode ser compreendido se contextualizado historicamente. Por isso, a tese tem um centro temporal que parte para dois sentidos: do ano da crise de 2008 regressando para antes e avançando para depois dela. O fio histórico é o processo de formação da bolha imobiliária e suas raízes, regressando aos marcos dos anos 1970 e 1980, onde a literatura posiciona o realinhamento do ciclo de acumulação capitalista chamado neoliberal, no qual a produção da cidade toma papel relevante. E, de outro lado, a pesquisa trata das consequências da crise pós 2008 e dos realinhamentos do mercado da moradia, situado após 2014 e 2015, compondo uma nova bolha, agora centrada na especulação do aluguel.

O tema objeto desta análise, os referencias informados, assim como a forma como lida com os recortes de espaço e tempo já situam com relação à matriz ou

paradigma de método no qual se sustenta o exercício de produção do conhecimento aqui expresso. Apoiada na concepção materialista dialética lefebvriana, há nessa pesquisa o esforço por exercitar a capacidade de leitura da feitura do espaço e do tempo, via as contradições e tensões em movimento, em diferentes escalas e dimensões da vida. As contingências cotidianas sendo vividas por pessoas comuns, afetadas em diferentes esferas da vida, é a materialidade que informa sobre estruturas, projetos e atores em tensão. As teorias que elucidam as estruturas, projetos e os atores operando, explicam o drama das famílias e pessoas comuns que veem suas condições materiais de vida ruírem. O que se passa no presente é filho do passado, mas também o que se passa no presente aponta e dá mostras do que pode vir a ser o futuro. As contradições podem fazer – e no caso da pesquisa, fizeram – surgir novas respostas sociais, enfrentando as tensões e impactando as correlações de força.

Nesse caminho de método, além do permanente exercício de revisão de literatura sobre o caso espanhol e de estudo de teorias para analisá-lo, a inserção na realidade para a experiência da convivência e levantamento de informações se deu através da metodologia de observação participante. Isso especialmente no tempo de inserção de 4 meses no cotidiano da PAH de Barcelona. É necessário dizer que nesta tese os termos pesquisa de campo, objeto empírico e outros tradicionais do vocabulário acadêmico não têm lugar, o que pode causar estranhamento, mas seguramente não prejudicarão a compreensão.

Por fim, trago a seguir um pequeno mapa de como a pesquisa é apresentada. O capítulo que segue é dedicado a apresentar a concepção de método e o caminho metodológico da execução da pesquisa, especialmente em sua etapa de inserção no contexto estudado e tratamento dos dados coletados. A leitura deste capítulo não é imprescindível para o argumento da tese, mas é um registro que possibilita saber como se deu o percurso da pesquisa enquanto processo e vivência. A discussão da problemática da tese está no capítulo 2, que apresenta o delineamento mais amplo e teórico acerca do papel da produção da cidade. Em seguida, no capítulo 3, o caso espanhol da crise das hipotecas é apresentado, historicizado e discutido em seus desdobramentos. No capítulo 4, a contradição eclode em tensão: o ciclo de protestos de Los Indignados e a PAH são apresentados. É nesse capítulo que as práticas são apresentadas

demoradamente, com mais interesse em demonstrá-las do que em discuti-las, uma vez que são analisadas no capítulo seguinte, de número 5, à luz das indagações que guiaram a análise. Em seguida estão as conclusões e, após estas, três arquivos de apêndices. O primeiro deles apresentando a relação das pessoas que concederam entrevistas, identificadas conforme suas escolhas. O segundo apêndice apresenta uma tabela de relato sintético das atividades acompanhadas na inserção na PAH Barcelona. O último, de grande valor e possível fonte para outras análises, é composto pelos recortes dos testemunhos coletados nas entrevistas separadamente por tema. Este apêndice situa as muitas referências aos testemunhos que vão aparecendo ao longo do texto, mas também é uma forma de reconhecer o valor documental dos testemunhos coletados.

CAPÍTULO 1

MÉTODO E METODOLOGIA: BASES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIA VIVIDA EM ATOS

1.1 Sobre método

Desde a perspectiva de leitura de mundo em que esta escrita se sustenta, a produção de conhecimento, como teoria, é também uma prática social, histórica e política (SÁNCHEZ e VASQUEZ, 2011, LEFEBVRE,1975). Conforme Eliseu Sposito (2004), método deve ser entendido “como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação” (p. 23). Portanto, o método condiciona o resultado do conhecimento que tece, uma vez que oferece parâmetros e diretrizes para a eleição de quais elementos da realidade se recolhe, quais teorias aciona em sustentação às análises e como encadeia isso tudo numa lógica, a fim de evidenciar sentidos e compor uma narrativa coerente e suficientemente coesa para legitimar-se como conhecimento.

O método, como essa matriz e sistema de interpretação de leitura de mundo, não é como um recurso técnico ou procedimento que a cada exercício prático de pesquisa se troque. Ele vai compondo um universo de sentidos apreendidos e estabilizados no intelecto da pesquisadora e do pesquisador. Como lente que amplia determinadas dimensões da realidade, jamais é capaz de apreendê-la em toda a sua complexidade material e simbólica. Além da consciência da limitação, é preciso compreender que toda e qualquer proposição de método – como sistema e matriz que oferece os parâmetros para leitura de realidade e de mundo – é uma construção social e histórica. Isso significa dizer que não é doutrina ou camisa de força. Quando assim é encarada, perde a força e validade para qual serve e converte-se em algo que atua para, “por conseguinte, te emburrecer e não esclarecer”, como manifesta Milton Santos (TENDLER, 2006). Por isso, por servir para um exercício que é histórico e geográfico, precisa

ampliar-se, atualizar-se e renovar-se para dar conta das complexidades impostas pelo tempo e espaço histórico ao qual pretende ler.

Frente a essa compreensão e, entendendo como práxis pessoal e social o processo de criação de conhecimento, o exercício em que consiste esta pesquisa ancora-se centralmente no leito filosófico do pensamento materialista histórico (SPOSITO, 2004, HARVEY, 2006) e esforça-se para ser dialético (LEFEBVRE, 1975). Dois aspectos desta perspectiva de método são perseguidos nesta proposta de pesquisa. No primeiro deles está a compreensão de que nenhum recorte de pesquisa significa em si e por si mesmo. Para que sentidos sejam evidenciados, é preciso um compasso de dois movimentos: de abertura para a abstração teórica e de fechamento para a observação do vivido, do particular. Na abertura teórica se busca identificar e compor uma contextualização complexa da estrutura e dinâmica econômica, social, política e cultural na qual se situa o objeto da pesquisa. No fechamento para a observação, se busca identificar e compreender como o objeto estudado é experimentado, vivido, corporificado e significado por pessoas e coletivos implicados. Nem o quadro geral em que se situa o recorte do estudo significa-o sozinho, nem o caso particular o é capaz. Digamos que aqui está o acento no materialismo histórico - e geográfico, conforme proposto por David Harvey (2006) - permeados pela perspectiva lefebvriana que não ignora a dimensão do vivido e do percebido na análise do espaço social (LEFEBVRE, 1975, 1961, 2013).

No segundo aspecto do método está o esforço por captar os processos em movimento, as tensões e as correlações de forças produzindo espaço. Digamos que aqui está o acento da dialética que se esforça por tornar legível as práticas coletivas, as incidências, as transições, os movimentos e seus vetores, sem descuidar “das “ligações internas e necessárias” das partes no todo” (LEFEBVRE, 1975, p.21), no esforço de “captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contrários, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera (Ibid, p.238). Para isso, rege o esforço da tese o postulado por Henri Lefebvre, em *Lógica Formal – Lógica Dialética* (1975), sobre “as regras práticas do método dialético”, expressas em nove pontos, dos quais privilégio

cinco deles aqui elencado em síntese: “Dirigir-se à própria coisa”; “Apreender o conjunto das conexões internas da coisa”; “Não esquecer – é preciso repeti-lo – que tudo está ligado a tudo”; “Não esquecer de captar as transições”; “Penetrar mais fundo que a simples coexistência observada, penetrar sempre mais profundamente na riqueza do conteúdo, apreender conexões de grau cada vez mais profundo, até atingir e captar as contradições e o movimento” (p. 240/241).

No âmbito dos campos da Geografia, a pesquisa sócio-espacial aqui discutida identifica-se como geografia social, situando-se na fronteira entre a tradição da geografia crítica - com acento na leitura das estruturas e dinâmicas macroeconômicas, políticas e sociais – e das potentes provocações trazidas pela geografia cultural - com seu acento na visibilização dos processos vividos e nas representações como dimensões produtoras do espaço (HEIDRICH, 2016).

1.2 Sobre metodologia

Se o método oferece os parâmetros maiores da construção do conhecimento, o que podemos chamar de caminho para chegar a, metodologia refere-se à forma como trilhamos esse caminho. Metodologia diz respeito às estratégias práticas de abordagem para a coleta e tratamento de dados, especialmente nos momentos de relação com o contexto social recortado para a análise, como o chão concreto onde se dá o objeto de investigação. A metodologia com que se conduz a investigação manifesta e materializa a concepção de relação entre a pesquisa e a realidade concreta no processo de produção de conhecimento e, assim como método, afeta em seu produto, que é teórico e social. Segundo Michel Thiollent (1970), “as condições de obtenção dos dados e os processamentos aos quais são submetidos – numa palavra, o dispositivo metodológico – constituem o elemento determinante do que se pode pretender alcançar” (p. 131).

Com isso, e para essa proposta de pesquisa qualitativa, metodologia é entendida como um ato relacional, como prática inscrita em um dado tempo, espaço e contexto social, que é um contexto de relações de poder, das quais a pesquisa e seu produto tomam parte. Nesse sentido, Carlos Brandão, intelectual filiado à tradição da Educação Popular da América Latina, adverte:

É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de

luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir (BRANDÃO, 1984, p. 12).

Nessa perspectiva, a Observação Participante foi a metodologia de investigação segundo a qual se desenvolveu a inserção na realidade sócio-espacial recortada para a análise. E não por acaso está a referência ao campo teórico e ativista da Educação Popular, de origem e presença majoritariamente latino-americana. É justamente das práticas pessoais e estudos do campo da Educação Popular que esta pesquisadora e - o exercício de pesquisa aqui apresentado – recolhe inspiração e habilidades importantes para a prática metodológica da Observação Participante. Tais habilidades, ainda que não sejam técnicas, auxiliam e potencializam o processo de inserção e convivência. São elas: a postura aberta e disponível para o encontro e a convivência com o novo, a escuta ativa e empática, a sensibilidade atenta à diversidade de manifestações comunicativas e a disposição para os vínculos de reciprocidade e solidariedade (MONICO *et al*, 2017).

A Observação Participante é considerada uma metodologia humanista (MONICO *et al*, 2017) e tem suas raízes sistematizadas nas práticas dos antropólogos imersos em comunidades tradicionais para realizar estudos etnográficos. Tais práticas, baseadas na inserção para observação, tiveram como ponto de inflexão de paradigma as incursões de Malinowski, datadas do início do Séc. XX (MONICO *et al*, 2010, 2017, GUBER, 2011). A Observação Participante é uma metodologia que requer um importante nível de inserção na comunidade ou coletivo que pretende pesquisar (MONICO *et al*, 2017, GUBER, 2011). Ela realiza-se num convívio intenso e continuado o suficiente para possibilitar ir além de contatos pontuais para entrevistas ou encontros. Requer uma qualidade de convívio que permita o compartilhamento de práticas, hábitos, vivências e sentidos. Conforme Rosana Guber (2011), “[..]el investigador debe involucrarse en estas situaciones a condición de no creer que su presencia es totalmente exterior ni que su interioridade lo diluye” (p.45). Nesse convívio, a observação deve dar-se numa visão holística de como o objeto de interesse da investigação é vivido e percebido por quem o encarna, nas escalas dos corpos de quem o vivencia e da comunidade ou coletivo recortados para a pesquisa. Para isso, é

necessária uma postura ética de abertura respeitosa ao universo em que se insere para observar, curiosa sem ser invasiva, atenta e introspectiva e, não menos importante, a autoconfiança na percepção e nos sentidos despertados pela observação. A Observação Participante trata da perspectiva, postura e técnica de aproximação e troca de informações, vivências, percepções e sentidos, uma vez que consiste em uma metodologia em que a investigação não se faz “sobre, mas “com” e “a partir” do coletivo estudado, ou seja, como uma interação de vivências, visões e saberes (GUBER, 2011).

Para a pesquisa, tão importante quanto à dimensão relacional da metodologia, está a disciplina para registrar em um diário tudo aquilo que oferece elementos para posterior revisita, sistematização e análise do objeto de interesse. De preferência, registrar logo após o vivido, num momento quase íntimo, em que se pode visitar a memória, a ideia, a sensação. Alguns fatos, elementos, requerem registro enquanto se dão, como é o exemplo de uma fala particularmente significativa proferida numa reunião. No entanto, a maior parte das observações e percepções é possível e desejável que sejam registradas em momentos posteriores. Isso para que a realização de muitas anotações na presença da(s) pessoa(s) não afete a autenticidade dos diálogos, gestos e atos ou, até mesmo, gere algum desconforto. Mas há outro motivo ainda mais importante, que é assegurar a presença de intenção focada em observar – e desfrutar - da forma mais integral possível os momentos compartilhados.

Ainda, e por fim, na Observação Participante, além do diário de campo como técnica de registro de informações, percepções e reflexões recolhidas ao longo da inserção, as técnicas de entrevista semi-diretiva ou não-diretiva oferecem a possibilidade de informações densas sobre o vivido e percebido pelas pessoas que encarnam a problemática pesquisada (THIOLLENT, 1970; GUBER, 2011, MONICO *et al*, 2017)). Em pesquisa qualitativa, não há a preocupação quanto a técnicas de amostragem de público (MARAFON *et al*, 2013), mas é importante que exista uma avaliação e decisão prévia, que obviamente pode ser revisada no curso da inserção, no sentido de ouvir pessoas implicadas na temática da pesquisa desde diferentes papéis sociais.

1.3 A pesquisa encarnada parte 1: a metodologia em atos

A viagem para a inserção no contexto da vivência e luta cotidiana da PAH deu-se depois de apenas três contatos anteriores. O primeiro foi a participação em duas assembleias da PAH, em fevereiro de 2018, ocasião em que pude falar brevemente com não mais que três ativistas para dizer-lhes sobre minha pesquisa. O segundo contato deu-se na forma de mensagem via *Facebook*, em abril de 2019, consultando quanto à possibilidade de estadia de três meses participando de atividades da PAH para pesquisa. A mensagem esta que foi respondida com muita gentileza e com manifestação positiva para a solicitação. Por fim, em setembro de 2019, enviei um longo e-mail no qual me apresentei, trazendo um pouco de minha trajetória de trabalho como educadora popular e apresentei o projeto de pesquisa. Ainda, informei os dias da chegada e partida de Barcelona. O e-mail que também foi prontamente respondido com muita generosidade, encorajando ainda mais os meus propósitos.

A viagem a Barcelona teve início 7 dias após a banca de qualificação e pouco mais de um mês após a finalização da elaboração do projeto de qualificação. Com isso, toda a formulação estabilizada na escrita do projeto, após dois anos de revisão de literatura sobre o tema, estava muito fresca na memória. No entanto, a postura pessoal para a inserção deu-se com espírito aparentemente ambíguo. Tendo todas as informações até o momento acumuladas como pano de fundo, a disposição e a disponibilidade objetiva e de espírito focaram em viver não só uma inserção, e sim a mais intensa imersão que me fosse possibilitada. E vivê-la com curiosidade aberta, questionando tudo o que havia podido acumular de informações até o momento. Uma pergunta simples estava sempre aguçando a percepção: faz sentido tudo que li, entendi e escrevi até esse momento? Fazem sentido as hipóteses e objetivos que formulei? Num primeiro momento, importava impregnar-me do chão da realidade. Melhor dizendo, impregnar-me das ruas, da paisagem urbana, das atmosferas, das conversas despretensiosas que me fossem possibilitadas participar, das histórias vividas, das narrativas em primeira pessoa, das emoções, dos afetos. Como afirmam Manuela R. de Romero e Maria Helena Zamora, eu desejava viver uma experiência de “pesquisa em que as afetações

emergentes, como efeito do encontro entre o pesquisador e o campo, são fontes de conhecimento” (2016, p. 454).

Num primeiro momento da inserção, o objetivo específico de número um deu a diretriz: viver a condição de estrangeira completamente disponível e curiosa para sentir as afetações do espaço e das pessoas, especialmente, mas não unicamente, no ambiente da PAH. O único filtro: o que me revela sobre meu objeto de interesse?

Três dias após a chegada em Barcelona deu-se a primeira visita para a participação na Assembleia ordinária de *Bienvenida*, dedicada à acolhida de casos de violação do direito à moradia e assessoramento coletivo. Após conversar com ativistas que cumprem tarefa de dinamizar as assembleias, fui convidada a me apresentar para o coletivo reunido, dizendo um pouco de minha trajetória pessoal, os motivos pelos quais havia optado por pesquisar a PAH e brevemente em que consistia minha pesquisa. Creio que dar-me a conhecer logo de chegada, apresentando não somente a pesquisa, mas a mim como pessoa implicada em temas sociais, foi um fator determinante para gerar um clima de confiabilidade e de abertura.

Outro ato importante para a aproximação deu-se também na primeira Assembleia, quando disponibilizei-me para fazer parte de uma equipe que se formou para fazer uma mudança de materiais de uma sala que deveria ser desocupada (para ser usado por uma ONG que atende mulheres vítimas de violência machista, conforme é dito na Espanha). A organização dos materiais para a mudança deu-se logo na mesma semana na minha primeira semana de inserção. Além de possibilitar uma convivência intensiva em torno da tarefa, possibilitou uma importante revisão de materiais diversos, tais como faixas, cartazes, panfletos e outros materiais produzidos ao longo de toda a trajetória da PAH. Desse momento em diante, progressivamente, foi dando-se o envolvimento e acesso intenso ao cotidiano da construção da organização e suas práticas de luta, assim como às pessoas implicadas, suas vivências, memórias e percepções desde a condição de afetadas e ativistas. As informações coletadas ao longo desta inserção, foram agrupadas analiticamente como seguem: a) a experiência de andante pela cidade; b) a participação nas atividades da PAH e de outros coletivos; c) a convivência em espaços informais e; e) as entrevistas.

1.3.1 A experiência de andante pela cidade

A condição de viajar sozinha e integralmente disponível para a pesquisa, sem qualquer rotina ou rotas previamente estabelecidas, realidade das primeiras semanas da inserção, foi fator propício e estimulante para uma experiência que se demonstrou complementar à metodologia da pesquisa previamente delineada. Ainda que não tivesse havido uma tomada de decisão com caráter metodológico de pesquisa, anterior à viagem, ao chegar e sentir-me livre das rotinas cotidianas, imediatamente tomei-me pelo desejo de viver a experiência de perambular pelas ruas da cidade, sem pressa, sem destino previamente estabelecido, quase sempre caminhando a pé, simplesmente observando e percebendo – quase que degustando - as ruas, os prédios, os comércios, os rostos, o compasso dos passos, a atmosfera urbana. Queria ouvir, sentir, reconhecer as afetações do meu corpo naquela condição, que ali era uma relação entre eu e a cidade, espaço do meu interesse intelectual e pessoal.

Essa experiência, ainda que não tenha sido planejada e acionada deliberadamente como uma metodologia, encontra guarida na experiência do *flâneur*¹, como o perambular errante pela cidade, deixando-se afetar por ela, sentindo-a e sentindo-se nela. Manuela R. de Romero e Maria Helena Zamora, em texto intitulado *Pesquisando Cidade e Subjetividade: corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo* (2016), apoiam-se na metodologia do *flâneur* para o exercício de pesquisar as cidades desde a experiência subjetiva de deixar-se afetar por ela:

Em suas caminhadas pela cidade, o flâneur-cartógrafo vê, cheira, apalpa, encosta, pega e prova da urbe com seu corpo aberto à percepção das variações intensivas. Ele cruza a cidade enquanto deixa, estratégica e metodologicamente, que a cidade o cruze e proponha questões, que as intensidades produzidas pelos encontros possam afetá-lo e mover o pensamento (p. 457).

A vivência de perambular pela cidade, deixando-a afetar sensações, sentimentos e pensamentos, tinha um espectro de atenção calibrado para captar

¹ Noção introduzida pelos poemas de Charles Baudelaire, sobre as transformações da Paris do século XIX, e elaborada conceitualmente por Walter Benjamin, nos anos 1930 (ROMERO e ZAMORA, 2016).

evidências na paisagem urbana acerca do interesse da pesquisa. Os sentidos buscavam na cidade sinais e marcas das tensões e conflitos entre processos de mercantilização da cidade e as resistências e lutas pelo direito à cidade. E a oferta de evidências foi abundante. Do perfil dos comércios e públicos que ocupam diferentes partes da cidade, aos manifestos expressos em cartazes colados em postes, praças e estações do metrô, frases pichadas em muros, faixas escritas à mão nas janelas e grades até terrenos em regiões nobres ocupados e transformados em hortas de vizinhança, a exemplo das figuras 1, 2 e 3 que seguem. Muitos discursos na e da urbe que foram registrados em fotografias para serem posteriormente tratadas segundo metodologia de análise de discurso.

Figura 1 – Em defesa de bens comuns: hortas comunitárias e manifestações de protesto



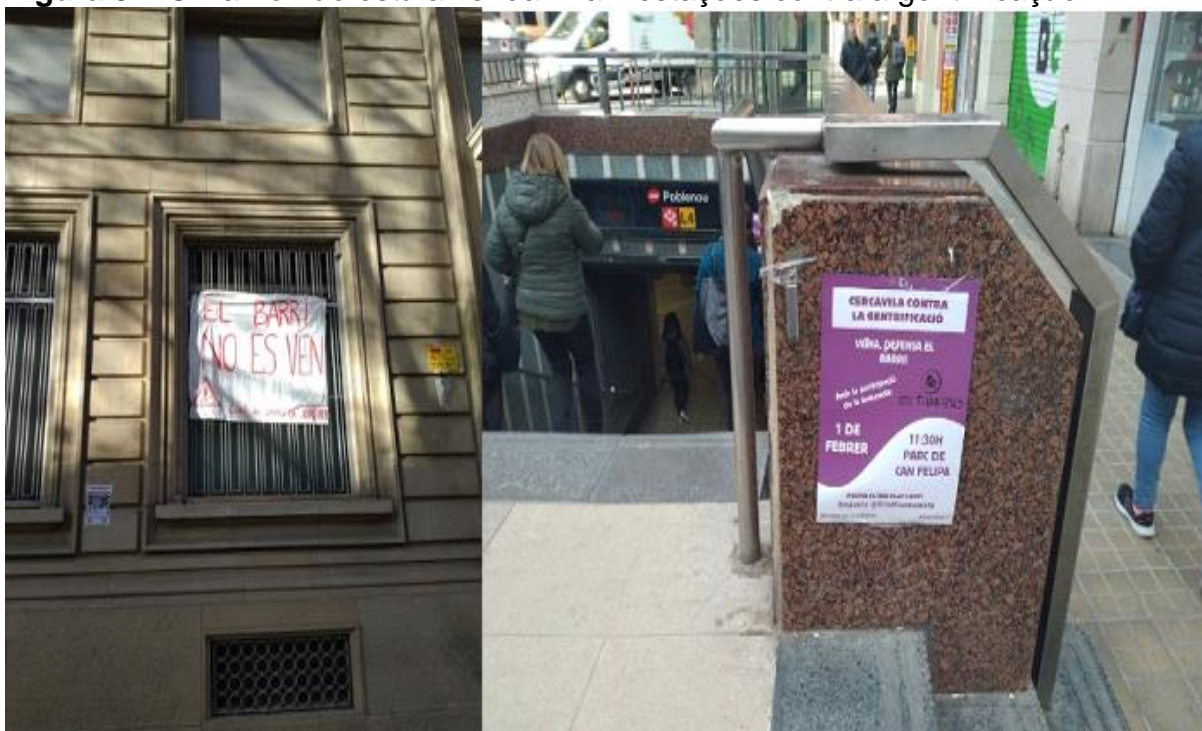
Fonte: registros da autora. Na parte superior, registros de hortas comunitárias nos bairros Eixample e Raval, respectivamente. A da parte inferior, a esquerda, está na região do casco histórico, em terreno vazio ao lado do monumento Arco do Triunfo e a seguinte, no bairro Poble nou.

Figura 2 – As paredes falam



Fonte: registros da autora na região do centro histórico, de intensa pressão do mercado para fins de disponibilidade de imóveis por plataforma para o turismo.

Figura 3 – O Bairro não está a venda: manifestações contra a gentrificação



Fonte: registros da autora, a esquerda no centro histórico e a direita na estação de metrô do bairro Poblenou.

1.3.2 A participação nas atividades da PAH e com outros coletivos

Com relação ao conjunto de atividades acompanhadas – APÊNDICE D -, estas aparecerão a seguir agrupadas por seu perfil ou caráter central. Essa caracterização, que é metodológica, tem propósito analítico. No entanto, não pode ser entendida como conjunto isolado. O primeiro conjunto de atividades tem como núcleo o caráter ou dimensão organizativa e de empoderamento individual e coletivo. Nesse conjunto de atividades acompanhadas foram: 11 Assembleias de assessoramento coletivo (*Asambleas de Bienvenida*); 11 Assembleias de coordenação, 02 Assembleias das PAH's da Catalunha, 05 reuniões das comissões de celebrações e festejos e comissão de obra social (ocupações), 03 reuniões de articulação com o Coletivo *Realojos Dignos* (nas quais pariticiparam 12² diferentes coletivos de bairro de Barcelona, localizados conforme figura a seguir), 01 Assembleia do Sindicato de Inquilinos de Barcelona e, por fim, o acompanhamento, junto com uma ativista da PAH, de 05 reuniões com coletivos feministas para construção do 8M (8 de março). Nessas atividades foram possíveis os registros no diário de campo enquanto as reuniões aconteciam.

² Para registro dos Coletivos referidos e possível acesso a informações sobre cada um, seguem nomes e respectivas endereços de conta de twitter: 1) PAH BCN (@PAH_BCN); 2) Resistim Al Gòtic (@resistimalgotic); 3) Observatori D'Habitatge i Turisme del Clot-Camp de L'Arpa (2Observatoriclot); 4) Sindicat de Llogaters Gracia (@NoEnsFaranFora); 5) Ens Plantem Poblenou (@EnsPlantemP9); 6) Comissió Habitatge Barcelona (@bncnetadiuprou); 7) Group Habitatge el Raval (@AsbleRaval); 8) Sindicat de Barri Poble Sec (@sindicatdebarri); 9) Xarxa d'Habitatge Esquerra de l'Eixample (@XHabitatgeEE); 10) Group de Habitatge de Sants (@GHabitatgeSants); 11) Habitatge Vallcarca (@HabitatgeVKK); 12) Sindicat de Llogaters (@SindicatLloguer.

Figura 4 – A batalha da moradia: coletivos de luta por moradia de Barcelona

LA BATALLA PER L'HABITATGE A BARCELONA

Col·lectius en defensa de l'habitatge

Blocs d'habitatge en conflicte

Assemblees de Turisme

Fonte: Associació 500x20, mapa de 2017, disponível em <https://500x20.prouespeculacio.org/2017/05/estrategies-organitzatives-davant-els-reptes-politics-i-socials-del-sindicat-de-llogaters-de-barcelona/la-batalla-per-lhabitatge-a-barcelona/>, acesso 20 abr 2023.

Outro conjunto de atividades tem como caráter central o que a PAH caracteriza como desobediência civil pacífica. A principal destas são as ações para barrar despejos, chamadas *Stop Desahucios*, das quais participei de 08 ações. Nestas os registros no diário foram sempre posteriores e marcados por profundo estado de indignação e empatia. Desse conjunto de ações de desobediência civil também fazem parte as ações de protesto, colagem de cartazes de denúncia em bancos e ocupação temporária em escritório de fundo

de investimento proprietários de imóveis habitacionais, das quais participei de 03 atividades.

O terceiro e último conjunto de ações tem como centro o caráter da incidência política institucional. Neste conjunto, estão as práticas da PAH de acompanhamento à serviços públicos de assistência social, habitação e no judiciário, dos quais acompanhei 04 momentos. Também deste campo de ações tive a oportunidade de acompanhar a votação no Parlamento Catalão de uma emenda à lei 24/2015³, melhorando a caracterização da condição de grande proprietário (com mais de 15 imóveis), para fins da aplicação da exigência de concessão de aluguel social. No primeiro caso, a atribuição do acompanhamento é o apoio e assessoramento na apresentação da demanda de parte da/o cidadã/o, no que é de competência do serviço público. No segundo caso, a votação, o caráter era de pressão política pela presença do movimento social assistindo os posicionamentos dos parlamentares. Nestas atividades o registro também se deu a posteriori.

Outros dois momentos importantes formam parte dos registros da inserção. Extrapolam, porém, as caracterizações acima e por isso aparecem em separado. São eles, a visita do Relator Especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston, em roteiro de campo para elaboração de informe⁴. O segundo momento referido foi uma caminhada de uma tarde inteira pelo bairro Nou Barris, guiada por um líder comunitário nascido no bairro e que, desde os anos 1970, atua em diferentes frentes na comunidade. A visita guiada percorreu marcos da história do bairro, a exemplo da associação de vizinhos que abriga exposição de fotos das fases da urbanização do bairro de origem operário que, no início dos anos 2000, passou pela grande presença de migrantes latinos e

³ Lei 24/2015 é uma lei de iniciativa popular, primeiro, apresentada ao governo federal, com 1,5 milhão de assinaturas e que foi derrubada por uma ação judicial, por parte do Partido Popular. Em seguida, a PAH e outros coletivos voltam a colher assinaturas e apresentam um novo projeto de lei de iniciativa popular ao congresso catalão, que têm competências sob tema de moradia, resultando na Lei 24/2015, *Ley de medidas urgentes para afrontar la emergencia en el ámbito de la vivienda y la pobreza energética*:

http://noticias.juridicas.com/base_datos/CCAA/557694-I-24-2015-de-29-jul-ca-cataluna-medidas-urgentes-para-afrontar-la-emergencia.html.

⁴ Informe parcial do Relator Especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston em que aborda o tema da moradia: <https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/02/Alston-Spain-PR-Final-ES.pdf>.

atualmente sofre a grande pressão do interesse imobiliário, encarecendo o custo de morar.

1.3.3 A convivência em espaços informais

O título pode sugerir algo secundário, de pouca ou até sem importância numa pesquisa acadêmica. No entanto, os momentos informais de convivência são um ambiente favorável para os diálogos mais intensos, de relatos de vivências e sentimentos não verbalizadas em outros momentos. É nesses momentos que a metodologia de Observação Participante embebe-se de seu espírito originário: a imersão dos estudos etnográficos. São momentos privilegiados para “apreender las formas en que los sujetos de estudio producen y interpretan su realidad” (GUBER, 2011, p.45).

Com o passar das semanas, as oportunidades de convivência foram se ampliando em quantidade e densidade. Da parada no bar da esquina para uma ou duas cervejinhas após cada Assembleia, dos deslocamentos de transporte coletivo ou caminhando até os locais de atividades, até alguns honrosos convites para visita em casa. Por vezes, os diálogos tinham a tônica de aprofundar algum fato de reunião ou atividade para contextualizar os motivos pelos quais ocorreram. Em algumas ocasiões, essas explicações eram tão densas que me possibilitavam dar um salto de compreensão de práticas e concepções mais amplas da PAH, das relações com outros coletivos e das estratégias de luta. Outras vezes, eram largos relatos pessoais pormenorizados: o sonho da hipoteca, o pesadelo do desemprego, das dívidas, do processo judicial, das crises conjugais, da separação ou abandono, em alguns casos. Os filhos, o desespero do despejo, os adoecimentos físico e mental, o drama de eliminar algumas refeição diárias porque o dinheiro não alcança as contas do mês... Nesses relatos pessoais, invariavelmente eram mulheres que se aproximavam e literalmente começavam a falar sem parar, com uma necessidade visceral de dar a conhecer toda a sua luta. Testemunhos vivos das implicações entre escalas: tramas que perpassavam o corpo, o lar, a cidade, o país e o global encarnam-se e ganham voz em primeira pessoa. Alguns desses testemunhos demonstravam implicações da condição de

gênero e de imigrante com muita contundência e que, em alguns casos, não eram percebidas desta forma por parte de quem os narrava.

Talvez quem esteja lendo estas linhas possa pensar que a afirmativa acima esteja deslocada, que deveria aparecer adiante, no apartado destinado às entrevistas. Mas justamente esse é um ponto significativo da experiência vivida, e que consistiu em um desafio ético e metodológico. O fato de que as mesmas pessoas que, em momentos informais trouxeram relatos ricos em detalhes e entrelaçados por diferentes dimensões da vida, no momento da entrevista, com o gravador ligado, traziam uma narrativa mais racionalizada e focada na cronologia do problema da moradia. Mesmo quando eu tentava introduzir alguns aspectos que a pessoa já me havia dito, o retorno era breve e sem muitos detalhes. Houve um caso emblemático nesse sentido, em que a pessoa entrevistada relatou toda sua via-sacra sobre a moradia e, com algum estímulo meu, até relatou as enfermidades que foi sofrendo no decorrer dos anos de insegurança habitacional e não tocou nos “problemas conjugais” os quais me havia falado. Mas, imediatamente que desliguei o gravador, a conversa fluiu num desabafo fortíssimo. Nesse momento, tomei-me de um conflito entre o interesse acadêmico que me estimulava a pedir para ligar o gravador e a empatia que me exigia respeitar a opção explicitamente demarcada naquele gesto, o que obviamente fiz.

1.3.4 As entrevistas

As entrevistas não diretivas haviam sido planejadas como estratégia complementar à observação – e diário – na produção de registros aprofundados e qualificados em primeira pessoa, desde diferentes e complementares perspectivas de vista da luta pela moradia. Segundo o plano, o propósito era colher entrevistas desde três perspectivas e lugares de atuação. Prioritariamente, desejava ouvir pessoas afetadas que acessaram a PAH para lutar pela moradia. Além destas, também ouvir pessoas implicadas no ativismo e construção da PAH há algum tempo. E, numa terceira perspectiva, desde o lugar de investigação acadêmico, queria ouvir pesquisadores do IGOP/UAB, instituição que gentilmente acolheu minha demanda de intercâmbio e que desenvolve pesquisa e extensão com a temática do ativismo urbano e inovação social nos bairros de Barcelona.

Ao longo do primeiro mês de inserção, tempo que o plano de trabalho previa para a aproximação, estabelecimento de contatos e vínculos, várias pessoas haviam me procurado espontaneamente para contar seus casos. Todas mulheres. Como os testemunhos eram realmente ricos em elementos importantes para a pesquisa e, como um gesto de valorizar o que eu entendia como sendo, de parte delas, um interesse em que suas histórias compusessem minha pesquisa, eu as pedia para fazermos uma entrevista. Todas aceitaram e, desta dinâmica, após alguns percalços de agendas e outros motivos, resultaram sete entrevistas. Estas, por relatarem vivências pessoais e duras, tiveram suas identidades substituídas por codinomes escolhidos por elas com nomes de mulheres de suas nacionalidades por serem referências reconhecidas ou por vínculo pessoal.

Num primeiro momento condicionado pelo planejamento, estas entrevistas foram compreendidas como entrevistas com pessoas afetadas, uma vez que se centraram pela narrativa do problema da moradia. No entanto, após a convivência, o trabalho de transcrição, leitura e releitura e, especialmente, após diálogos com pessoas da PAH, a divisa entre quem é afetado e quem é ativista foi completamente suplantada pela compreensão de que todas as pessoas que estão na PAH e a constroem no dia a dia são ativistas. Também marcou essa transição de compreensão o fato de que todas as pessoas da PAH, mesmo as que não entraram no movimento por demandas pessoais, relataram ser afetadas por algum problema com a moradia por hipoteca ou pela pressão sob os preços do aluguel. Assim, as entrevistas com ativistas da PAH têm dois focos. Oito pessoas centraram-se na narrativa da sua vivência do problema da moradia, sua luta e sua percepção do papel da PAH em sua luta, temas estimulados ao longo da entrevista. Outras três pessoas da PAH centraram suas narrativas em aspectos organizativos da PAH. Neste caso as questões propostas para a entrevistas foram sobre a origem, princípios e metodologia de construção do movimento e suas estratégias de ação.

Com relação ao IGOP, foram entrevistados dois pesquisadores. Um deles, o tutor do intercâmbio desta pesquisa, Dr. Ernesto Morales, já participou da PAH em Badalona e atuou na fundação do Sindicato de Inquilinos, tendo sido por

um período vice-presidente do sindicato, o que mais uma vez demonstra um lugar de fala de fronteira, neste caso entre o ativismo e a pesquisa. Vale dizer que este lugar de fala de fronteira entre o ativismo e a pesquisa também vale para um dos entrevistados que falou sobre a PAH, como será demonstrado na tabela 01 adiante. No caso das duas pesquisas com pesquisadores, as questões propostas tiveram foco no histórico do tecido social de Barcelona (movimento de vizinhos e sindical), sobre a dimensão do problema da moradia em Barcelona e na Espanha e ainda sobre o 15M e a PAH.

Na tabela que segue está uma breve apresentação das treze pessoas entrevistadas. Um quadro mais detalhado de informações sobre a entrevista, lugar de fala e breve síntese do problema habitacional relatado está no Apêndice A deste Capítulo 2, denominado Quadro Geral de Dados das Entrevistas.

Tabela 1 – Relação e perfil das pessoas entrevistadas

NOME	INFORMAÇÕES GERAIS
Lali	40 anos, nasceu na Argentina e mudou quando criança para a Colômbia; migrou para Espanha em 2006; mora com esposo e 3 crianças, 2 filhos e 1 filha; é terapeuta holística e professora de Yoga.
Manuelita Sáenz	46 anos, natural do Equador; migrou para Espanha em 2002; mora com 1 filha jovem /família monomarental; trabalha em limpeza.
Tiucha	53 anos, natural do Peru; migrou para Espanha em 1997; mora com a 1 filha e o pai idoso/família monomarental; trabalha como cuidadora de idosos em casa geriátrica.
Simone Weil	68 anos, natural da França; migrou para Espanha no final dos anos 1970; mãe de 2 filhos adultos, mora sozinha; produtora cultural.
María Elena Moyano Delgado	45 anos, natural do Peru; migrou para Espanha em 2005; mora com filho criança e a mãe idosa em tratamento de câncer/família monomarental; trabalha como camareira.
Micaela Batista	47 anos, natural do Peru; migrou com seus pais em 1991; mora com o filho adolescente/família monomarental, formou-se enfermeira na UAB e trabalha em clínica dentária da irmã.

Andréa	42 anos, natural do Equador; migrou para Espanha em 2002; mora com o filho criança/ família monomarental; trabalha como camareira.
Lilian	60 anos, natural do Brasil; migrou em 2005; mora com esposo, 1 filho e 1 filha; é farmacêutica e trabalha em protocolo sanitário na indústria da carne.
Santi Mas de Xaxás Faus	46 anos, natural da Espanha; consultor gastronômico autônomo.
Lucía Delgado	38 anos, engenheira de energias, trabalha no Observatório de Desenvolvimento Econômico Social e Cultural - ODESC.
Eduard Sala	Natural da Espanha; PhD em Geografia/UAB.
Ernesto Morales	Dr. em Sociologia e Políticas Públicas, pesquisador do IGOP e coordenador da Escola de Governo do Igop
Fernando Pindado	Advogado, consultor em políticas públicas, participação cidadã e ação comunitária; consultor do IGOP.

1.4 A pesquisa encarnada parte 2: o encontro, a reciprocidade e o comprometimento

“Portanto, meu negócio é conversar, comungar, aprender, compreender e depois, interpretar.” (TRAJANO FILHO, 2004, p. 16).

Experimentar a condição de *outlander* na realização do campo de pesquisa, estando aberta para sentir, perceber, perscrutar elementos e dimensões do vivido, foi verdadeiramente o primeiro objetivo da inserção. Seguramente, este, ao ser encarnado e vivenciado, influenciou profundamente nos resultados de toda a pesquisa.

Participar do cotidiano da PAH significou participar das práticas que minha tese afirmam serem capazes de incidir na produção do espaço. Significou encarnar, naqueles meses, um ator e sua luta, reconhecida internacionalmente, pelo direito à moradia e à cidade. Significou tornar-me parte, fazer-me ativista com e de sua causa pelo direito à moradia e à cidade, entendida como um processo que perpassa e transforma pessoas, coletivos e relações de poder.

Participar ativamente do cotidiano da PAH - da forma como atua para enfrentar o conflito e faz a incidência e como isso é vivido pelas pessoas – possibilitou experimentar o objeto da pesquisa encarnando-o, sendo parte do movimento de feitura daquele espaço e tempo, ainda que por poucos meses. No entanto, essa opção não teve o sentido e objetivo único de colher informações. Para isso, estar junto, acompanhar, poderia ser o suficiente para a observação e coleta de dados. Participar ativamente, teve, também, o propósito de contribuir com algo imediato e útil para aquela luta a qual me aproximei não somente por interesse intelectual, mas por identificação, respeito e afiliação ética, política e histórica. Era uma forma prática e imediata de retribuir os gentis gestos de acolhida e colaboração individual e coletiva que recebi, desde o primeiro contato.

1.4.1 A reciprocidade: dar – receber – retribuir

Com tal postura e disposição, o que, na verdade se estabeleceu, foi a abertura de uma relação marcada pela reciprocidade⁵: dar, receber e retribuir. Acolher a estrangeira com gentileza; ser acolhida com gratidão; incorporar e informar; implicar-me em cooperação ativa; convidar para a roda de cerveja e para o almoço de domingo em casa; criar laços de afeto e companheirismo em torno do compromissos ético-históricos em defesa de bandeiras de lutas.

Reciprocidade, entendida como um paradigma de relação caracterizado pela dimensão da gratuidade, em que uma ação ou prestação é realizada a outras pessoas ou coletivo sem uma expectativa imediata de retorno, mas com o propósito de criar e fomentar relações de cooperação e laços afetivos (SABOURIN, 1999). Com isso, estabeleceu-se em um ciclo e fluxo que não se encerrou com a viagem de retorno.

Com isso, a experiência de inserção vivida, muito para além de acumular elementos do tema de estudo localizado, encarnado e significado naquele recorte sócio-espacial, possibilitou uma experiência profundamente humanizadora e comprometedora. Primeiro, porque a experiência da acolhida generosa e da

⁵. Desenvolvido pelos antropólogos Mauss e Lévi-Strauss e Simmel, a reciprocidade constitui-se como um paradigma estruturador das relações das comunidades tradicionais, sustentando práticas em que pessoas fazem ou doam algo sem o interesse mercantil e a expectativa imediata ou certeza de retorno, mas com a intenção de fomentar ou sustentar relações comunitárias de vínculos (SABOURIN, 1999).

inserção respeitosa e colaborativa criaram ambiente para a empatia e reciprocidade, experiências que revelam algumas das mais belas versões de nossa condição humana, por isso nos humaniza. Segundo, porque cada escuta de testemunhos dos dramas e lutas vividos – na forma de entrevista ou não – gera empatia e, com ela, a consciência do papel social e político da prática acadêmica da pesquisa e da produção do conhecimento.

1.4.2 Reflexividade de uma pesquisa participante: que responsabilidades contraio ao inserir-me e escutar os testemunhos que me foram confiados?

Por muitos momentos da inserção, eu perguntava-me: o que eu faço aqui? O que esperam de mim estas pessoas e a própria PAH? Que responsabilidades assumo ao aproximar-me, conquistar a simpatia e escutar tantos testemunhos intensos que me foram confiados, alguns deles como gritos de socorro? Certamente, escrever uma tese e titular-me Doutora não me soavam respostas dignas às indagações que me cutucavam como navalha afiada. O que ressoavam eram indagações sobre o papel ético e político de minha pesquisa em curso, uma vez que a concebo e assumo como práxis, como um exercício de leitura de mundo para nele incidir e contribuir, e para transformar.

Ao testemunhar sobre todas as dificuldades e lutas vividas por anos - entre as quais não mais poder pagar a hipoteca, a ordem judicial, os conflitos e adoecimentos, a ansiedade extrema até o despejo, dormir na rua por algumas noites ou por 66 dias, como foi um dos casos ouvidos - há uma esperança prática de sentido e utilidade. Creio que não havia naqueles testemunhos somente um gentil gesto de cooperação com o estudo, nem mesmo eram pelos laços de afeto que se produziram naquele período. Algumas falas inclusive externaram a expectativa de que o resultado do estudo teria alguma força de reverberar, de dar eco na forma de denúncia das injustas leis e estruturas que protegem aos mercados e seus interesses em detrimento da cidadania. Uma das pessoas entrevistadas trouxe ao encontro para a entrevista toda a sua pasta de contratos e documentos, os quais mostrava ao longo de sua narrativa, sempre reiterando para eu fazer fotos para depois mostrar em minha tese os abusos cometidos pelos

bancos. Outras pessoas diziam que queriam contar-me tudo que haviam passado porque a sociedade precisa saber das consequências na vida pessoal, geradas pelas medidas econômicas do Estado e do mercado, sempre em favor deste último. Falas que demonstram haver uma expectativa e esperança objetiva de que a tese venha a agregar algo em suas lutas, não como indivíduos, mas como cidadania afetada e em luta contra processos de exploração e opressão.

1.4.3 Alguns desafios da vivência

Entregar-se intensamente à vivência da inserção consome tempo e energia. É muito desafiador manter-se em estado de atenção ampliada em um ambiente novo em que tudo comunica e, ao mesmo tempo, não perder o foco de interesse da pesquisa. Estar em imersão em um território e lugar novo, com pessoas, idioma, rotinas e até mesmo alimentação e possibilidade de acomodação diferentes do habitual, é, ao mesmo tempo, interessante e prazeroso, mas desgastante em termos de energia física e mental.

O tema do idioma não nativo consiste em um dos desafios bastante exigentes. Especialmente em Barcelona, em que os idiomas catalão e espanhol coexistem operando uma demarcação entre quem é nativo e quem não é. Na PAH há uma postura atenta com relação ao uso do espanhol, para garantir a participação do grande número de imigrantes que compõem o movimento e que chegam a cada assembleia. No entanto, mesmo no caso do uso do espanhol, especialmente em alguns momentos informais, o domínio de vocabulário e semântica do idioma não alcançava suficientemente certos sentidos da comunicação, seja na compreensão ou na capacidade de verbalizar ideias e sentimentos. Em alguns momentos, o catalão foi uma barreira que gerou frustração e constrangimentos. Em algumas reuniões acompanhando a PAH em articulações com coletivos de bairros, o idioma catalão funcionou deliberadamente como um demarcador de fronteira, estabelecendo quem deveria saber das decisões que estavam sendo acordadas.

Um outro desafio da vivência foi garantir o registro permanente em diário de campo. Reuniões e assembleias são momentos fáceis de fazer registros. No entanto, no bar, nos deslocamentos, no almoço de domingo em casa e, em alguma medida, até mesmo nas entrevistas, não se pode ficar com caneta e

caderneta não mão anotando a cada vez que surge uma informação interessante para o tema de estudo. Nesses casos, é de crucial importância para a pesquisa a disciplina e esforço em assegurar momentos no cotidiano para os registros das informações e percepções no diário de campo.

Outro desafio deu-se na gestão dos tempos, para a adequação do plano de trabalho do período da inserção com as possibilidades da rotina agitada das pessoas com as quais desejava fazer a entrevista. O plano de trabalho dos 3 meses de inserção – que em si é um tempo curto – previa o primeiro mês para aproximação e estabelecimento de confiança. Nos segundo e terceiro mês dar-se-iam as entrevistas. A equação das agendas demorava e os dias corriam cada vez mais rapidamente. Alguns contatos foram feitos e não conseguiram viabilizar-se em entrevistas por demora no retorno de e-mails e dificuldades de agenda. Um outro grupo de entrevistas, que, pelo pouco tempo da inserção, nem mesmo foram objeto de intencionalidades mais focadas, demonstraram uma falta importante na pesquisa. São os agentes públicos legisladores, gestores e operadores de serviços públicos que tratam da política da moradia. Com estes não foi possível nem mesmo um contato. Lacuna que restou pelo limite do tempo de inserção.

1.5 O tratamento e análise das entrevistas

O trabalho de transcrição e os primeiros passos no tratamento das entrevistas apoiaram-se nas orientações de Rosália Duarte (2004) e Eduardo José Manzini (2008). A tarefa iniciou com a transcrição das entrevistas com a ajuda de uma plataforma de transcrições online⁶, o que teve um resultado muito precário, uma vez que apenas 3 das 13 entrevistas se deram em ambiente silencioso e as demais em cafés e bares muito ruidosos. O conjunto das gravações teve um total de pouco mais de 8 horas e 30 minutos, resultando numa transcrição de 132 páginas.

Os passos seguintes do tratamento das entrevistas já consistiram em processo de análise. Processo o qual teve como guia principal a abordagem de

⁶ Disponível em <https://dictation.io/>.

Guy Michelat (1980), sobre interpretação e uso de entrevistas não diretivas. O exercício consistiu em repetidas leituras, ora com atenção flutuante, ora com atenção focada. Ora leituras verticais, com atenção à particularidade não só de cada texto transcrito, mas a memória de quem o proferiu com seus pertencimentos manifestos – de gênero, étnica, etc - e ora leituras horizontais, fazendo dialogar as diferentes vozes sobre vivências e aspectos de interesse da pesquisa. Um exercício que buscou “se dirigir a indivíduos, em suas particularidades, através de suas vivências, de suas personalidades para atingir-se o que é social” (MICHELAT, 1980, p.196).

Dito sobre a referência e voltando ao processo realizados, o segundo passo do tratamento e análise vertical, entrevista a entrevista, para extrair fragmentos de falas que expressavam de forma mais significativa o conteúdo de cada uma das entrevistas. Os fragmentos foram agrupados por campos de interesse da pesquisa, a partir das questões propostas na entrevista, além de questões enunciadas com particular contundência ou repetição de parte da pessoa entrevistada ou, ainda, por minha percepção de que se tratava de algo revelador para a pesquisa. Nesse momento, o documento guardou a informação da página da transcrição original da qual foi retirado o fragmento, conforme segue no exemplo da FIGURA 5

Figura 5 – Fragmentos de falas significativas por entrevista

Fragmentos da entrevista de Lali, 40 anos; nascida na Argentina, mudou-se para Colômbia com sua mãe aos 10 anos e para a Espanha com 27 anos. Tem 03 filhos. É terapeuta holística e professora de Yoga.	Campo de atenção da pesquisa
En Colombia tuve un hijo, con 24 años, con una mala formación congénita. Y en Colombia no se podía sostener con esta situación de salud porque no se podía tener un futuro, una vida digna y, con 3 años, con Leon , mama soltera , decidí venir a la España gracia a que aquí estaba mi padre y su pareja (p.1)	Migração da América Latina em busca de assistência de saúde especializada para o filho.
Después con Paz con 5 años me ofrecieron... bien, por todos esos años [en Barcelona], mi trabajo ha sido en negro (sin registros) por la parte de conciliar el tiempo, por la parte de los hijos y Leon necesitaba de muchas terapias. Siempre pude organizar mis horarios por la conveniencia de la familia (p.1) Él [pareja, argentino] también siguió trabajando más un tiempo en el restaurante (p.2)	Atravessamento da condição de gênero e etnia/imigrante
Entonces, decidimos hacer un proyecto y poder un herbolario conjunto. Tomamos el préstamo, hicimos la inversión, ponemos el herbolario. (p.2) al tomar el préstamo empezó la presión, muchas horas de trabajo al día. Él [pareja, argentino] también siguió trabajando más un tiempo en el restaurante , porque obviamente la familia necesitaba un sustento hasta que el negocio funcionaba. Bueno, llegó un momento que a él le despidieron , y el negocio todavía no daba el correspondiente para el sustento de la familia. Bueno, y ahí se nos vino pues todo ... porque	O problema da moradia

Nesta etapa houve uma ligeira edição das falas, em que marcas de expressão repetidas vezes faladas foram eliminadas, tais como “*no*”, “*bueno*”, “*entonces*”, “*mira*”, entre outras. Também pequenos trechos do fragmento selecionado considerados dispensáveis ou mesmo dispersivos da compreensão integral da mensagem foram eliminados, deixando colchetes com reticências para marcar a extração. Os mesmos colchetes com reticências marcam quando o fragmento foi colhido do meio e/ou antes do final de uma frase, conforme orienta Eduardo José Manzini (2008).

Os fragmentos de cada entrevista foram enviados por e-mail para seus respectivos autores, dando ciência da forma como foi tratada a narrativa e solicitando novamente a manifestação de autorização de publicação dos fragmentos, conforme orienta Duarte (2008):

Os resultados obtidos a partir dessa “manufatura” das informações coletadas devem ser apresentados aos informantes, para verificar se a leitura feita e se as hipóteses formuladas a partir dela têm fundamento para aqueles que vivenciam mais diretamente as circunstâncias investigadas: uma espécie de “devolução”, que ajuda a evitar distorções (grifos da autora, p.223).

Obviamente a autorização de uso foi verbalmente solicitada ao final de cada entrevista gravada. No entanto, o mesmo pedido foi refeito e registrado em e-mail, como gesto de respeito absoluto ao direito de escolher como quer ser exposto ou não. Todas as pessoas retornaram os e-mails autorizando o uso. Algumas poucas pessoas fizeram pequenos ajustes na fala, no sentido de torná-las mais compreensíveis, uma vez que estavam deslocadas do contexto todo do relato.

Um terceiro passo consistiu na horizontalização das narrativas, através do agrupamento das narrativas de diferentes entrevistas, reunindo-as por campos de interesse da pesquisa. O cruzamento das narrativas agrupou as três entrevistas sobre as questões organizativas de estratégias de ação da PAH e, no caso das entrevistas com os dois pesquisadores, a opção foi por mantê-las separadas, uma vez que traziam relatos que pouco cruzavam-se entre si. No caso destas cinco entrevistas a identidade das pessoas foi mantida. Já as entrevistas centradas no

relato da vivência do problema e luta pela moradia foram reunidas em vários arquivos, alguns deles longos, tratando dos eixos temas que seguem: o histórico do problema da moradia, o papel da PAH em sua vivência, os atravessamentos da condição de gênero e imigrante e alguns outros temas adjacentes. Neste caso, como já referido, as pessoas entrevistadas escolheram codinomes, uma vez que algumas entrevistas trouxeram testemunhos atravessando por dimensões muito pessoais. Interessante apenas registrar que algumas das entrevistas indicaram nomes de mulheres compatriotas suas, reconhecidas por atributos de bravura e luta por diferentes causas. São os casos de Simone Wel, Manuelita Sáenz, María Elena Moyano Delgado, Micaela Batista. Outras optaram por usar o primeiro nome de familiares ou pessoas queridas e uma delas optou por manter sua identidade, usando apenas o primeiro nome.

Os arquivos com os fragmentos por campo temático compuseram o documento Apêndice C. A opção de publicar a narrativa polifônica da vivência, percepção e análise de quem vive o contexto estudado se deu pela densidade das informações e pela compreensão de que estas são fontes legítimas de dados, como propõe e respalda a metodologia de História Oral (DELGADO, 2003; PATAI, 2010).

Um quarto passo no tratamento e análise das entrevistas deu-se na produção de três tabelas sínteses, reunindo os campos de atenção, conceitos e noções que foram sendo evidenciadas na análise. As tabelas foram organizadas por grupo de entrevistas que, como já referido, centraram-se em diferentes dimensões do objeto amplo da pesquisa: a narrativa do problema e a luta por moradia, do processo organizativo da PAH e do “olhar externo” dos pesquisadores.

Tabela 2 – Quadro de campos, subcampos e conceitos evidenciados das entrevistas centradas no problema da moradia

Campo temático	Perfil	Recorrências	Conceitos, noções
<p>O problema da moradia: A hipoteca; o endividamento por hipoteca ou aluguel; o drama do processo de despejo, o despejo, os alojamentos precários.</p>	<p>Todas as entrevistas são de mulheres - 08; Todas imigrantes: 1 francesa e 7 latino-americanas (Equador, Peru, Colômbia e Brasil); Migraram no período do boom imobiliário - 6 Alegam haver migrado em busca de oportunidade (trabalho, qualidade de vida e segurança são citados) - 06 Alegam haver migrado em busca de atendimento especializado de saúde para filhos com deficiência - 02</p>	<p>5 delas hipotecaram-se no período do boom imobiliário; 2 alegam que perda do emprego desencadeou o problema habitacional; 4 contrataram a hipoteca com banco e tiveram suas dívidas/ hipotecas compradas como título por 1 ou 2 agentes financeiros diferentes com quem teve que passar a “negociar”; 4 se viram obrigadas a decidir entre pagar o aluguel ou hipoteca ou comprar alimentos básicos; 3 enfrentaram “crise conjugal”, separação ou abandono após desencadeado o problema da moradia; todas alegaram sentimento de solidão e desespero frente ao anúncio e execução do despejo antes de entrar na PAH; 3 enfrentaram a situações de despejo;</p>	<p>Precariedades Impostas (Butler 2018): Endividamento/"Vidas hipotecadas"; sentimentos de vergonha/fracasso, medo, desamparo, impotência; adoecimentos;</p>

<p>Implicações de gênero e da condição de imigrante/etnia: O trabalho em hotelaria, doméstica ou cuidadora; no contexto de crise, a separação ou abandono; a responsabilidade do cuidado (e subsistência) das crianças e idoso</p>		<p>4 alegaram que separação do casal atuou como fator na desestabilização financeira e desencadeamento das dívidas e perda da moradia;</p> <p>2 alegaram haver enfrentado “crise conjugal”, separação ou abandono após desencadeado as dívidas e problema da moradia;</p> <p>7 atravessaram o drama com crianças menores;</p> <p>atravessaram o drama com crianças menores e com deficiência;</p> <p>7 atravessaram o drama com crianças menores e sem companheiro; apenas 1 contou com seu esposo durante todo o drama do despejo;</p> <p>2 atravessaram o drama com crianças menores e idosos e sem companheiro;</p> <p>dentre as 7 latinas 3 trabalham na limpeza/camareiras, outras 3 em serviços de cuidado e 1 na área administrativa, porém sem registro formal;</p>	<p>Gênero e etnia e suas implicações desiguais nas vivências; Famílias "monomatriarcais"; Divisão sexual do trabalho; Mercado de trabalho para imigrantes.</p>
---	--	---	--

<p>Temas adjacentes: A migração da América Latina; Solidariedade entre latinos; Precariedade e sofrimentos impostos; A pobreza como negócio</p>		<p>7 alegaram haver migrado em busca de oportunidade (trabalho, qualidade de vida e segurança são citados);</p> <p>2 alegaram haver migrado em busca de atendimento especializado de saúde para filhos com deficiência;</p> <p>2 chegaram a situação extrema de dormir na rua com a família;</p> <p>3 socorreram-se e/ou apoiaram-se em algum momento com imigrantes latinoamericanos;</p> <p>2 manifestam como uma tortura emocional a espera do despejo;</p> <p>2 viver por meses com poucos pertences e sacolas, perambulando entre pousadas;</p> <p>3 alegaram a perda da casa com sentido de perda de referências estruturantes da vida;</p> <p>4 alegaram que um ou mais pessoas do núcleo familiar desencadeara doenças somáticas ou crises de adoecimento durante a insegurança da moradia.</p>	<p>Migração; solidariedade entre migrantes; vulnerabilidades impostas.</p>
--	--	---	--

<p>O papel da PAH na “sua luta” por moradia: Acolhida e amparo; assessoramento coletivo; informação sobre os trâmites.</p>		<p>7 referem que sentiram-se amparadas, cuidadas em um momento de extrema insegurança: “no estás sola”; Todas ressaltaram a qualidade da informação prestada na PAH nas práticas de assessoramento coletivo; Todas referem haver se sentido empoderadas na PAH; 3 ressaltaram a importância do acolhimento de diversidade de pessoas e realidades como fonte de aprendizado; Todas ressaltaram a solidariedade como um valor importante na PAH: “Hoy para ti mañana para mí”; Todas referiram que na PAH entenderam que o problema não era pessoal, mas social e político;</p>	<p>cuidado; solidariedade; empoderamento; ampliação da compreensão de um problema "pessoal" para um problema político; pertencimento a um coletivo e luta.</p>
---	--	--	--

Tabela 3 - Quadro de campos, subcampos e conceitos: o processo organizativo da PAH

Campo temático	Subcampos	Conceitos, ideias e “consignas”	Perfil e elementos
<p>Relatos do início e trajetória da PAH: princípios, metodologia e a estratégia de ação</p>	<p>O movimento como resposta à demandas emergentes;</p> <p>A PAHdagogia: a busca por uma linguagem simples, os slogans e a flexão de gênero no feminino.</p> <p>A importância do movimento como espaço de ajuda mútua.</p> <p>A metodologia do assessoramento coletivo.</p> <p>As campanhas.</p> <p>Ação direta.</p>	<p><i>"Ya no estás sóla; No eres culpable; hoy por ti, mañana por mi";</i></p> <p>Movimento assembleário (modelo orgânico horizontal e o assessoramento coletivo).</p> <p>Disputa de narrativas.</p> <p>Linguagem feminista.</p> <p>A dimensão do cuidado;</p> <p>Empoderamento individual e coletivo;</p> <p>Desobediência civil pacífica;</p>	<p>1 mulher e 2 homens; todos naturais da Espanha; a mulher estava na origem da PAH e permanece atuante;</p> <p>Neste conjunto de entrevistas as pessoas conduziram suas falas dando ênfase a aspectos diferentes. Uma delas centrou-se na construção da PAH, seus princípios e metodologia/"a PAHdagogia", outra com foco na dimensão da ação política e outra deu ênfase ao processo de transição entre chegar afetado e tornar-se ativista, o processo de empoderamento.</p>
<p>Incidência política e institucional.</p>	<p>Postura propositiva na proposição de leis (elaborar, mobilizar, negociar e pressionar);</p> <p>Negociação com partidos e governos;</p> <p>Mobilização e pressão social;</p>	<p>Capacidade de pautar agentes político e públicos;</p> <p>Capacidade de propor projetos de lei;</p> <p>Capacidade de negociação e mobilização social para pressão política e, postura articuladora com forças sociais afins.</p>	

		<p>Caso emblemático: as ILP's espanhola e catalã.</p> <p>Postura pragmática "ser possibilista".</p> <p>"En la PAH hacemos política desde las calles."</p>	
O papel do 15 M para a PAH	<p>15 M como ponto de inflexão para a cidadania e política da Espanha;</p> <p>Indignação massiva com a cumplicidade política aos bancos;</p> <p>15M reverberou as denúncias da PAH e possibilitou grande ampliação da PAH.</p>	<p>O ciclo de protestos multitudinário;</p> <p>O pós 15M: a nova cultura de coletivos assembleários.</p>	
A disputa de discurso/narrativa da mídia e sociedade.	<p>Pedagogia intramovimento de compreensão das causas da crise;</p> <p>Protestos de denúncia; uso intensivo de mídias sociais;</p> <p>Possibilidade de presença na imprensa pública.</p>	<p>Discurso contra hegemônico;</p> <p>Estratégia de comunicação com população (linguagem simples, slogans e imagens de impacto);</p> <p>Uso intensivo de redes sociais;</p> <p>Uso de campanhas de denúncia temáticas;</p> <p>Convoca a mídia para momentos específicos;</p> <p>Presença frequente no espaço público das ruas (e virtuais) com suas pautas.</p>	
Pontos de tensão	Negociar ou não	Fazer política	

	com partidos e governos? Ser possibilista ou radical?		
--	--	--	--

Tabela 4 – O tecido social de Barcelona, o 15M e a PAH: entrevistas com pesquisadores

Campo temático	Subcampos	Conceitos	Elementos comuns
A história do tecido social de Barcelona	Séc XVIII, XIX e XX – Barcelona cidade industrial pujante no cenário espanhol; Lutas classistas por direitos junto com luta antifranquista/repressão e resistência; Anos 1960 quando a luta dos operários transpõe a fábrica e se enraíza nos territórios de moradia: os bairros.	A história de lutas herdadas na geografia de Barcelona	As duas entrevistas com pesquisadores do IGOP tiveram focos diferentes e complementares. Uma das entrevistas abordou o histórico dos movimentos sociais em Barcelona, que compõem um tecido social muito ativo, aspecto que foi repetidas vezes referido em diversas entrevistas. A outra entrevista focou o problema da moradia, no modelo organizativo da PAH e no processo de
As Associações de Vizinhos e o movimento de vizinhos	A luta da fábrica ao bairro; O bairro como o território do viver e das relações cotidianas; A política em escalas: relação e ação local para incidir na política; esgotamento quando a reivindicação da demanda imediata perde a dimensão da incidência na política.	O bairro como território: relações e política em escalas	

O 15 M	Mobilização de massas; Senso coletivo de indignação frente à política e economia; Rejeição aos modelos representativos e hierárquicos de organização social; Mudança no perfil organizativo dos coletivos (de quadros para assembleários)	Ciclo de protestos de massas; Movimentos sociais e coletivos assembleários;	empoderamento que promove.
Processo e perfil regional do problema da moradia;	Metropolização do problema da moradia; Fragmentação sócio-espacial.	Deslocamento da população para cidades satélites da RMB por perfil de renda; Fragmentação sócio-espacial: “se va elitizando unos municípios y guetizando otros.”: gentrificação	
Sobre a PAH	PAH produziu uma hegemonia na narrativa da crise; Movimento Popular (aberto à quem vem independente de pré-visões de mundo); Espaço de aproximação de diversidades (migrantes e espanhóis); Assessoramento coletivo; Níveis de empoderamento (1: percepção de sua eficácia em enfrentar; 2: percepção do contexto social e relações de poder; 3: percepção e disposição em organizar-se em pares para ser mais eficaz)	Disputa de narrativa sobre a crise; Modelo organizativo do movimento; Metodologia; empoderamento individual e coletivo.	

A lida com as entrevistas, registros do diário e revisita às memórias cognitivas e sensoriais foi de fundamental importância para a realização da

perspectiva teórica com a qual se compromete a pesquisa. Visibilizar e evidenciar a problemática econômica e social recortada acontecendo em múltiplas escalas e no movimento da vida cotidiana, em que as afetações em múltiplas dimensões materiais, subjetivas e culturais aparecem, sustenta esta tese não como uma abstração analítica, mas como uma análise da concretude da vida em tensão e movimento sistêmico, como o exercício de “captação das transições, dos deslocamentos, da “ligação interna e necessária” das partes no todo” (LEFEBVRE, 1975, p. 21).

CAPÍTULO 2

A FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES – PRINCIPAIS BASES TEÓRICAS DA TESE

2.1 Introdução

A crise que começou com o colapso dos empréstimos *subprime* em agosto de 2007 nos Estados Unidos será sempre um marco importante na história do capitalismo. Desde o início, a tormenta financeira assumiu proporções inesperadas. O choque abalou gradualmente a frágil estrutura financeira criada durante as décadas anteriores e abalou a economia real (Duménil e Lévy, 2014, p. 11).

Uma crise é sempre o esgotamento de uma conjunção de fatores que compõem uma determinada estratégia político-econômica nos marcos da acumulação capitalista. Duas grandes crises abalaram o capitalismo moderno do Século XX, quais sejam: a grande crise de 1929/1930, cujo epicentro foi a quebra da bolsa de Nova Iorque e a crise de 1970, cujo o estopim foi a crise do petróleo. A primeira delas, marcando o esgotamento da primeira onda de hegemonia do setor financeiro do capitalismo moderno; a segunda, após a segunda guerra mundial – e tudo que isso significou como absorção de excedentes e desenvolvimento de tecnologias – marcando o esgotamento da capacidade de acumulação do acordo desenvolvimentista keynesiano (DUMÉNIL e LEVY, 2014, p.31). Após a década de 1970, uma nova onda de ajustes do capitalismo desenvolveu-se na fase que chamamos neoliberalismo, marcadamente como uma política econômica de alinhamento dos Estados-nação e dos setores econômicos privados para a liberdade e flexibilidade dos mercados sob a crescente hegemonia do setor financeiro. Porém, algo mais foi explicitado com a crise de 2007 e que, assim como a fase de hegemonia financeira, também não trata de uma novidade na história do capitalismo, ainda que a escala e a voracidade o sejam; trata-se dos ajustes espaciais na forma da produção do espaço urbano.

A crise das hipotecas *subprime* dos Estados Unidos ficará para sempre como marco da explicitação do esgotamento da grande aposta que articulou estratégias de financeirização e mercantilização das cidades e da moradia em

escala global. A crise que começou nos Estados Unidos logo se espalhou pelo mundo, revelando os territórios onde a aposta do complexo financeiro-imobiliário havia sido mais intensa. A crise também revelou como haviam sido distribuídos os riscos da ousada aposta: num massivo endividamento das famílias compelidas a contrair empréstimos hipotecários para acessar a moradia. Justamente estas que pagaram mais o maior preço pela aposta.

Esse processo que a literatura crítica urbana descreve como financeirização e mercantilização da cidade e da moradia é o objeto teórico deste estudo que se desdobrará a partir do caso concreto da Espanha, um dos territórios mais atingidos por tal estratégia e cujos resultados sociais dramáticos foram revelados com o estouro da bolha imobiliária em 2008. A crise hipotecária da Espanha, como ficou internacionalmente conhecida, demonstrou de forma paradigmática o processo de ajustes do Estado e dos setores da economia para a implementação da estratégia do mercado. Demonstra de forma igualmente paradigmática as contradições e conflitos que produz e os desdobramentos subsequentes, de um lado de ajustes da estratégia para sua manutenção e de outro, de coletivos e movimentos sociais de resistência e luta pela moradia e pela cidade como direito e bem comum.

2.2 A cidade em disputa: o papel da urbanização para os ciclos de acumulação capitalista

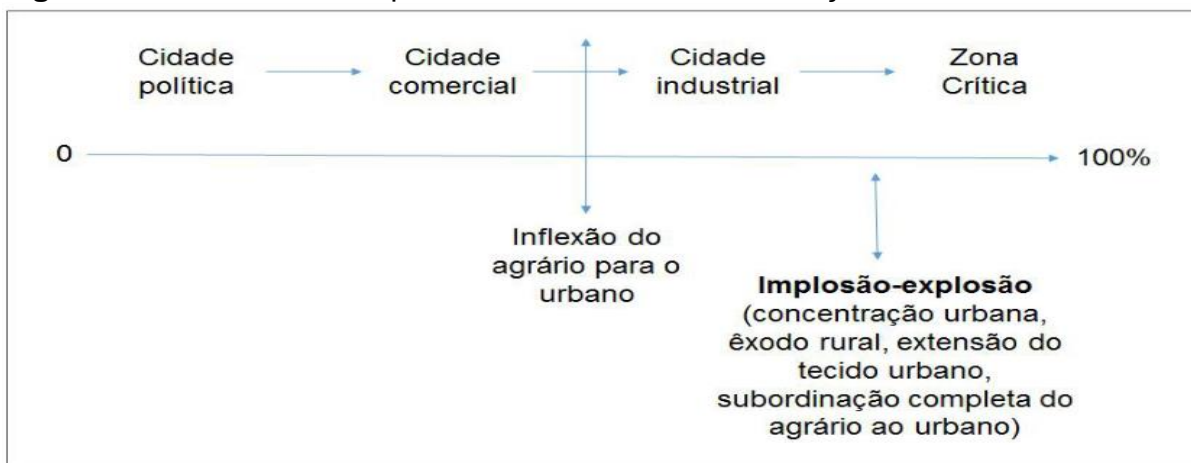
2.2.1 O prenúncio da urbanização planetária: a matriz Lefebvrina

“El espacio devenido mercancía lleva hasta el limite los rasgos de la mercancía en el espacio”.
(LEFEBVRE, 2013, p. 384).

Cada ciclo histórico produziu sua cidade correspondente. Essa é uma das afirmações centrais de Henri Lefebvre em sua teoria urbana. Situando sua base teórica no pensamento marxista, de forma muito crítica aos dogmatismos e comprometido com o esforço dialético de atualização, Lefebvre analisa o

processo que ao seu tempo mostrava-se como um vetor, qual seja: “la urbanización completa de la sociedad” (1983, p.7). Em seu argumento, desenvolvido centralmente no livro *A Revolução Urbana*, datado de 1970, o autor propõe um esquema síntese de sua tese, qual seja:

Figura 6 – Eixo síntese do processo histórico de urbanização



Fonte: Henri Lefebvre, 1983, p.22.

Dois pontos merecem adequado posicionamento de acordo com o autor. O primeiro trata de observar os usos dos termos cidade e urbano: “la palabra ciudad, que parece designar un objeto definido y definitivo, objeto para la ciencia y objetivo inmediato de acción” [...]. “Lo urbano (abreviación de la sociedad urbana) se define, pues, no como realidad consumada” (1983, p. 23). Em outros momentos, o autor situa cidade no par dialético dos conceitos obra e produto, situando cidade como “resultado de una história que debe concebirse como obra de “agentes” o “actores” sociales, de “sujetos” colectivos que operan” (Ibid, p. 133, grifos do autor); ao passo que produto remete ao processo em curso de produção urbana, dominado pela lógica da maximização do lucro do capital.

O segundo ponto que merece registro trata da compreensão de que uma fase não anula ou suplanta completamente a outra. Trata-se de compreensão dialética da história, em que o germe – ou potencial - de superação do que se queira é intrínseco à sua existência, seja de um modo de produção de uma sociedade ou uma forma de vida qualquer. Assim, o que segue ou sucede nessa demarché em que consiste a história das cidades (1983, p. 16/17) - leva em si aquilo que supera. Nesse sentido, cada estágio do urbano surge das contradições

de seu antecessor, impondo-se como hegemonia, dominância sob ele, sem aniquilá-lo. Exemplos simples e objetivo apresentados por Lefebvre (1983) afirmam que “la sociedad agrícola se transforma en setor de la producción industrial, subordinada a sus imperativos y sometida a sus exigencias” (p.9) e, “lo urbano no suprime las contradicciones del industrial” (p. 172); “la problemática urbana no puede assimilar todos los problema. Tanto la agricultura com la indústria conservan los suyos próprios, si bien se hallan modificado por la realidad urbana” (p.24).

Nos termos de Neil Brenner (2018), em interpretação a hipótese de Lefebvre sobre a urbanização planetária, o autor afirma:

a urbanização capitalista poderia ser mais bem compreendida como uma rede intrincada de camadas de “densidade, espessura e atividade variáveis” que, agora, estariam sendo expandidas por toda a superfície planetária. Em diversas formulações interessantes, Lefebvre caracterizou a generalização da urbanização planetária capitalista como um processo de “explosão e implosão” de modo a explicar os laços mútuos existentes entre as formas de aglomeração capitalista e as transformações mais amplas do território, da paisagem e do meio ambiente (p. 237).

A obra de Lefebvre é reconhecidamente pioneira por resgatar e propor teorias e métodos para dar conta da complexidade e necessária precisão ao posicionar – ou hierarquizar - a problemática contemporânea do urbano. “El espacio se inscribe en su totalidad en el modo de producción capitalista modernizado: se utiliza para la producción de plusvalía. [...] La ciudad y los diferentes establecimientos (oficinas postales, estaciones ferroviarias, depósitos y almacenes, transportes y servicios diversos) constituyen capital fijo” (LEFEBVRE, 2013, p.380). Com isso, conforme afirma Emilio Martínez Gutiérrez, ao introduzir a edição espanhola de La Producción del Espacio de 2013, a cidade é tornada “escenario y objeto de la lucha de clases, objeto del capitalismo y del Estado [...], sin estrategia que no fuera de la maximización de los beneficios” (p. 35).

Curioso observar que Lefebvre, em texto de 1974, usou o caso da política urbana da Espanha franquista para exemplificar o papel do setor imobiliário nos ciclos de acumulação capitalista como estratégia de absorção de capitais sempre que o setor primário não oferece padrões satisfatórios de lucratividade.

A mobilização de riquezas fundiárias e imobiliárias deve ser compreendida como uma das grandes extensões do capitalismo financeiro, [...]. Embora ele seja normalmente um setor compensatório, pode até tornar-se um setor principal se o circuito “produção-consumo” arrefecer, se houver recessão. Então, capitais encontram no imobiliário uma espécie de refúgio, um terreno suplementar e complementar de exploração; em geral isso não dura muito, é um fenômeno “malsão”. Na Espanha, no curso desses anos de crescimento rápido, durante esse famoso decênio, pôde-se observar o capitalismo espanhol atolar-se no imobiliário [...] (LEFEBVRE, 2016, p.68/69, grifos do autor).

Por fim, a seminal e potente formulação lefebvriana acerca do direito à cidade também tem papel central nesta tese que se inscreve como um exercício denominado pelo autor como transdução, em que a análise reflexiva entende que “lo posible forma parte de lo real y le dá la dirección y la orientación” (LEFEBVRE, 1983, p.3). Para além de compreender o fenômeno urbano em curso e seu papel na reprodução sistêmica do capitalismo, as formulações de Lefebvre vêm fecundando a práxis política de estudos e lutas sociais de (re)apropriação do espaço, tais como as que tratará esta tese.

2.2.2 A cidade contemporânea: lócus da acumulação da capitalista neoliberal

“durante las tres últimas décadas, las ciudades se han CONVERTIDO en espacios cada vez más centrales para la reproducción, transmutación y continua reconstitución del neoliberalismo mismo.”
(THEODORE et al, 2009, p.10).

David Harvey afirma que intervenções urbanísticas nas cidades historicamente cumpriram o papel fundamental de absorção de capitais – e trabalho – excedentes, funcionando como um motor capaz de dinamizar o movimento de capitais sob o tempo e o espaço, sustentando e/ou revigorando os ciclos de acumulação capitalista. Assim como ocorre também com os gastos militares. Essas, segundo o autor, são soluções espaciais ou ajustes espaciais onde os capitais que não encontram níveis de lucratividade satisfatórias na esfera da produção, ou circuito primário, são deslocados para investimentos na produção de meio ambientes construídos, ou circuito secundário São volumes de capitais que se deslocam da esfera da produção, esfera essa onde se produz valor e mais-

valor⁷, para a esfera da circulação financeira do dinheiro-tornado-capital. Quando esse capital financista está aliado ao imobiliário na produção de meio ambientes construídos, de obras especificamente, ele não deixa de cumprir o papel de criador de valor, uma vez que gera trabalho e produção de bens imóveis – novas mercadorias – a ser circuladas no mercado, fazendo girar a engrenagem da economia, motivo pelo qual dá sobrevida aos ciclos de acumulação (HARVEY, 2005, 2012, 2013, 2014).

Exemplos históricos emblemáticos disso são as transformações de Paris, comandadas por Haussmann, que entre 1853 e 1868 produziram profundas transformações na cidade e as intervenções na escala metropolitana de New York, comandadas por Robert Moses, no início da década de 1940. Em ambos os casos as intervenções urbanas se deram em momentos de crise econômica e política e foram estratégias capazes de absorver excedentes de capitais e de trabalho. Com isso, geraram não apenas novas formas e funções urbanas, mas também novos modos de vida na cidade, possibilitando estabilizações econômicas e políticas necessárias para a sobrevida do ciclo de acumulação frente às crises de cada tempo. Na esteira da apresentação de casos contemporâneos, Harvey cita a Espanha como um dos exemplos que “ajudou a conferir poder à dinâmica capitalista de modo muito parecido, em termos gerais, àquela dos Estados Unidos” (2014, p.41).

No entanto, e esta justamente é a particularidade deste ciclo histórico de ajustes pós crise dos anos 1970, há atualmente uma crescente desconexão do capital de qualquer forma de valor real, ao que a literatura vem abordando como capital fictício. Harvey (2018), desde a leitura oferecida por Marx analisando e antevendo movimentos do capital em busca de superação de limites para expansão, afirma ser esta uma forma de anti-valor, justamente por que é trata-se de “atividade que não produz valor” (p.91). Este é atualmente o principal motor da economia global (p. 52, 64, 86).

⁷ Na teoria Marxista mais valor é o excedente de trabalho social não pago na esfera da produção e apropriado pelo capitalista na forma de lucro.

Tal condição/processo produzindo novas e drásticas implicações que afetam todas as esferas da vida social e cotidiana dos indivíduos, uma vez que não se dá entre os portadores de grandes capitais acumulados, mas aciona massivamente as populações trabalhadoras e empobrecidas através de uma política de crédito, no que Harvey chama de uma política de endividamento.

Pode-se resumir em três grandes momentos a estratégia do capital financeiro em busca de remunerar-se através das cidades e, com isso, garantir a acumulação de capitais. Um processo que vem se desdobrando especialmente desde a década de 1980, que requereu e requer alinhamentos e ajustes do Estado, do mercado e da sociedade e tem como projeto a implantação da racionalidade e mecanismos de mercantilização e financeirização completa da cidade. É preciso que se diga que tais momentos não são estanques numa sucessão linear e nem homogêneos. Eles permeiam todo o processo, ora com predomínio de um, ora outro e outro e ajustam-se de forma distinta em distintos territórios e realidades.

O primeiro momento trata do ciclo de mobilização de capitais para financiar um vasto processo de produção e circulação de imóveis corporativos e residenciais em cidades de interesse do capital ao longo do globo terrestre. No que refere à produção e circulação de moradias, estas deram-se mediante políticas de concessão massiva de créditos hipotecários para famílias das classes baixa e média baixa para a aquisição ou construção, o que representou uma nova fronteira de mercado. O segundo momento refere-se a um novo produto que entra em circulação com vigor no mercado, qual seja: os títulos das dívidas das famílias que passam a circular como um capital fictício que é vendido e revendido no mercado global na forma de carteiras de créditos a receber. Assim, a família que havia tomado seu crédito hipotecário num banco cujo endereço e gerente ela conhecia, via-se acionada por uma dívida que estava em posse de um fundo de investimentos cuja sede normalmente é situada num paraíso fiscal. O terceiro momento refere-se à execução das dívidas na forma de despejos massivos e leilões de imóveis residenciais subvalorizados arrematados por fundos de investimentos internacionais. A este momento, acrescenta-se a drenagem de recursos públicos em programas de socorro aos bancos e na forma de aparato legal e operacional – do judiciário e política, por exemplo – para a garantia do

interesse privado. Práticas de despossessão que operam para a monopolização da cidade – do solo urbano e da moradia - de interesse do mercado. Em especial, de interesse do mercado de locações via plataformas que, associado ao turismo, atua para gentrificação de determinadas áreas e segregação de outras, estendendo desigualmente a cidade em escala metropolitana ou regional.

Outra forma de abordagem da urbanização de mercado é referida nos termos de urbanização neoliberal, evidenciando o papel do Estado que, não sem conflitos, alia-se ao capital para construir ativamente as condições para a viabilidade de tal projeto. Nik Theodore *et al* (2009) afirmam que esse alinhamento Estado e capital requer reajustes permanentes frente às contradições que vão sendo produzidas no processo e que isso se dá diferencialmente em cada território. Os autores propõem o conceito de neoliberalismo realmente existente para demonstrar a maleabilidade do projeto neoliberal para ajustar-se aos territórios herdados (sejam cidades, unidades federativas ou nações), com seu arcabouço de legislações, instituições públicas e seu tecido social. Trata-se de “un proyecto geograficamente variable, pero interconectado translocalmente”, nas palavras dos autores (p.3). Sublinham ainda que trata-se de um exercício de tentativa e erro que toma a “ciudad como terreno de prueba de estrategias neoliberales” (p.10); e acrescentam: “La meta última de tales experimentos neoliberales de políticas urbanas es movilizar espacios de la ciudad tanto para el crecimiento económico orientado al mercado, como para las prácticas de consumo de las elites, asegurando al mismo tiempo el orden y el control de las poblaciones excluidas” (p. 8). Tal processo de reestruturações legais institucionais que o neoliberalismo impõe aos Estados, os autores denominam como destruição criativa. Evidenciando que não se tratará de uma desregulamentação ou destruição do Estado, mas de uma destruição ou estrangulamento de determinados papéis do Estado para a adoção de outros.

É preciso sublinhar que tal projeto urbanizador neoliberal estendido em escala global desafia nossa imaginação geográfica, uma vez que não se refere somente as paisagens densamente edificadas de assentamentos humanos. É preciso entender que ambientes urbanos - tanto aqueles de interesse dos capitais

como os abandonados ao ostracismo - e ambientes rurais estão conectados funcionalmente para a produção e manutenção da estratégia urbanizadora. Neil Brenner (2020), afirma tratar-se de um processo que é global, porém com feições e papéis distintos e articulados. O autor oferece o conceito de paisagens operacionais da urbanização intensiva e extensiva, evidenciando a relação entre as zonas de aglomeração contínua – as cidades propriamente ditas – e as operações a ela submetidas.

As paisagens operacionais resultantes daí estão compostas por infraestruturas sociais e técnicas enredadas umas nas outras em escala planetária, buscando atender às principais operações industriais, logísticas e metabólicas que apoiam e sustentam a vida urbana – incluindo a extração de recursos, a geração de combustível e energia, a produção agroindustrial e apropriação de biomassa, o transporte e as comunicações, assim como o abastecimento de água, o descarte de resíduos, entre outras práticas de gestão ambiental. Entendida dessa maneira, a urbanização planetária intensifica de forma desigual a interdependência, a diferenciação e a polarização entre os lugares, os territórios e as escalas ao invés de generalizar a cidade como uma forma espacial universal (BRENNER, 2018, p. 240).

Concordando com o argumento de Lefebvre, Brenner faz referência a um processo de escala planetária de urbanização alinhada, o que a torna um projeto homogeneizador na produção de paisagens fragmentadas e hierarquizadas.

2. 2.3 A financeirização e mercantilização da cidade: aprofundando conceitos

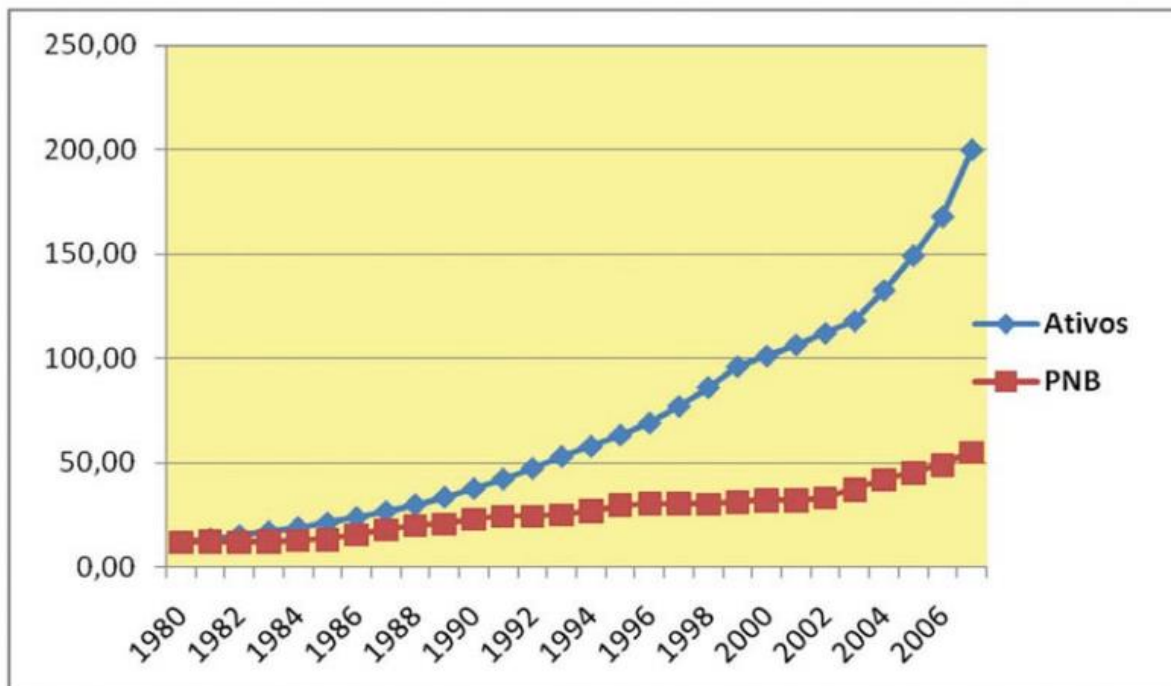
Fases de expansão financeira e ajustes espaciais na produção das cidades não são novidade nos ciclos de acumulação capitalista, como já referido. No entanto, atualmente essa associação do complexo financeiro-imobiliário vem se expandindo em escala global e sob diferentes dimensões da vida social, tornando-se progressivamente central na estratégia de reprodução do capitalismo. Ribeiro e Diniz (2020) propõem pensar a financeirização como "o resultado da atual dominância da lógica da valorização do capital fictício" (p. 179). Segundo essa lógica, são convertidas na forma mercadoria fictícia coisas que não foram produzidas originalmente para a venda, tais como o solo, o trabalho e o dinheiro, exemplos usados por Marx para explicar o conceito. Essas mercadorias fictícias em circulação no mercado em busca de remuneração pelos mecanismos de juros e renda converte-se em capital fictício, "cujo atributo fundamental é a

transformação de direitos sobre fluxos de renda futuros em títulos transacionáveis” (RIBEIRO, 2020, p. 36). Títulos que tomam forma de capital na busca de juros e direito aos rendimentos presentes e futuros provenientes da propriedade – a rigor, do monopólio ou direito sobre algo -; uma expectativa baseada em prospecção de valor, um valor que é fictício ou potencial e que se descola do valor real (CHESNAIS, 2020, p. 81/82). É o que mostram os dados que afirmam uma circulação de capital na forma de ações no mercado global equivalentes a cerca de três vezes maior do que a soma da produção global, tal como pode ser na tabela e gráfico que seguem, apresentadas por Leda Maria Paulani, em estudo sobre a crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira, de 2009.

Tabela 5 – Riqueza fictícia e renda real em dados

Ano	Estoque mundial de ativos financeiros* (US\$ trilhões)	PNB mundial (US\$ trilhões)	Relação estoque ativos financeiros/ PNB
1980	12	11,8	1,02
1993	53	24,9	2,13
1996	69	30,3	2,28
1999	96	31,1	3,09
2003	118	37,1	3,18
2006	167	48,8	3,42
2007	200**	54,8	3,65
2010***	209	55,9	3,74

Fonte: Leda Paulani, 2009, p. 29.

Gráfico 01 - Riqueza fictícia e renda real em gráfico

Fonte: Leda Pauline, 2009, p. 30.

É neste enquadramento que as cidades são acionadas ao rol de capitais, sejam eles fixos, na forma de bens imobilizados, ou fictícios, na forma de títulos. Uma fronteira aberta para investimentos em novos empreendimentos imobiliários corporativos e habitacionais, mercado de crédito hipotecário habitacional e de títulos. Ou ainda, para o avanço em direção à monopolização da cidade herdada na forma de arquitetura histórica, dos modos de vida e das paisagens naturais como produtos para o mercado do turismo. E isso, segundo Ribeiro e Diniz (2020), é uma das marcas que caracteriza a atual fase de expansão financeira do capitalismo: “um novo ciclo de mercantilização generalizada que tende a alcançar e aprofundar-se em todos os âmbitos ou dimensões da vida social” (p. 189). Em suma: trata-se de um processo que avança fronteiras na conversão de tudo que seja possível em capital fictício ou real, em bem de troca, portanto, mercadoria. Uma espécie de sequestro do presente e do futuro, de comprometimento antecipado, “de reivindicação sobre a apropriação da mais valia atuais e futuras” conforme François Chesnais (2020, p. 78).

Tal lógica produz mudanças profundas não somente na esfera da política-econômica neoliberalizada – com alinhamentos das instituições públicas, leis e

orçamentos – e nas estratégias privadas das grandes empresas, mas também, o que é mais grave, produz impactos profundos na esfera da reprodução social. Como afirma SOARES (2020), “não se trata apenas da produção e reprodução de relações sociais de produção, trata-se também da produção de racionalidades, de representações de mundo e de mentalidades (p. 37). Um processo em que o endividamento massivo das populações cumpre funções para os mecanismos de controle social, como ocorreu no caso das “vidas hipotecadas” da Espanha.

Atuando concertadamente, os mecanismos distintos do capital operam com caráter de projeto, qual seja: a mercantilização da cidade. Dito de outra forma, um projeto com atores de poder econômico e político – desde fora e de dentro do Estado - e estratégias discursivas e de ação atuando com racionalidade de mercado para a maximização de ganhos. Tal projeto instaura contradições profundas e, pela força dialética da história, conflitos sociais emergem em enfrentamento, fazendo das cidades cenário e objeto central da luta de classes contemporânea (CHESNAIS, 2020; GUTIERREZ, 2013).

2.3 A moradia: o nexó entre a financeirização globalizada e os corpos

Se a cidade constitui-se como o nexó entre a estratégia de acumulação de capitais desde a escala global e as possibilidades de existência cotidiana dos cidadãos, a moradia constitui-se como nexó entre esta mesma estratégia do capital global e o corpo como materialidade primeira da existência. Como argumentado acima, o atual estágio financeirista do capitalismo abre fronteiras no sentido da mercantilização de tudo que seja possível e da incorporação de novos ativos passíveis de titularização e circulação no mercado. Paradoxalmente, ao passo que a financeirização da economia busca flexibilidade e liberdade para que as finanças circulem como um valor em si, produz como contradição a crescente desproporcionalidade com a possibilidade de realizar-se enquanto valor real. Para gerenciar essa contradição, o capital fictício precisa de algum grau de fixação que possa cumprir três papéis fundamentais. O primeiro é servir de garantia para novas tomadas de crédito, para a refinanceirização; o segundo funciona como uma espécie de lastro, de valor real capaz de oferecer um certo grau de segurança

para a “festa das ações no mercado” e o terceiro refere a possibilidade de remuneração ao longo de certo tempo, na forma de juros do crédito e das rendas futuras advinda do monopólio da propriedade.

É justamente nessa esteira que entra a moradia como fronteira sob a qual avança o mercado de capitais fictícios como nunca visto, conforme descreve densamente Raquel Rolnik, no livro *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, de 2015. A autora, que foi relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU, de 2008 a 2014, acompanhou no mundo inteiro o colapso da aposta do complexo imobiliário-financeiro que teve por estopim a crise das hipotecas *subprime* dos EUA, em 2007.

Mal tinha assumido o mandato junto ao CDH, os efeitos da crise financeira-hipotecária começavam a ressoar pelo mundo. Dos Estados Unidos, primeiramente, e logo depois da Espanha e de outros países chegavam relatos de indivíduos e famílias que estavam perdendo suas casas, notícias sobre o colapso de um sistema financeiro globalizado, fortemente presente na produção do espaço construído, inclusive na habitação (ROLNIK, 2015, p.12).

É a partir desta experiência que Raquel Rolnik expõe o drama que viu em suas viagens oficiais, analisa o fio condutor globalmente articulado e demonstra historicamente como foram sendo impostas aos Estados-nação as diretrizes políticas para a conversão da habitação num ativo financeiro. Uma aposta que foi sendo viabilizada ao longo de cerca de três décadas na direção de canalizar o acesso a moradia única e exclusivamente pelo mercado de crédito, ou, pode-se dizer, pelo mercado do endividamento. Um processo que o caso espanhol exemplifica de forma emblemática, demonstrando como as famílias foram sendo compelidas a endividar-se para acessar uma necessidade básica, qual seja: uma moradia; *la vivienda, el hogar*.

Através do financiamento imobiliário para a compra da casa própria, a expansão do mercado global de capitais apoiou-se no endividamento privado, estabelecendo um vínculo íntimo entre a vida biológica dos indivíduos e o processo global de extração de renda e especulação. A canalização de fluxos de capital excedente sobre os imóveis residenciais tem também, portanto, uma dimensão vivida: as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados, uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida (ROLNIK, 2015, p. 40).

“A grande aposta”⁸ da produção imobiliária apoiada no endividamento massivo das famílias produziu por um tempo – cerca de duas décadas – uma onda urbanizadora capaz de cumprir o que afirma a literatura como absorção de capitais excedentes, estendendo no tempo e espaço níveis de acumulação crescente. Tal como um projeto, isso precisa ser analisado desde seus atores protagonistas e mecanismos ou estratégias de implementação. É nesse momento que o alinhamento capital-Estado precisa ser evidenciado. Esse é um dos importantes eixos temáticos desenvolvido didaticamente por Raquel Rolnik (2015), demonstrando como foi sendo pavimentado o caminho através de ajustes da institucionalidade estatal em diferentes níveis, assim como de legislações para a adoção de políticas públicas de implementação do modelo de promoção da moradia via crédito hipotecário. A autora transcreve parte de um relatório técnico do Banco Mundial, escrito em 1993 por técnicos do Departamento de Infraestrutura Urbana do Banco Mundial, um documento muito elucidativo das diretrizes em questão:

Este artigo apresenta a política habitacional do Banco Mundial tal como ela se desenvolveu ao longo dos anos 1980 até início dos anos 1990 e propõe uma série de novas orientações importantes, tanto para o Banco quanto para os tomadores de empréstimo. Ele defende a reforma de políticas governamentais, instituições e leis para permitir que os mercados habitacionais funcionem de forma mais eficiente, bem como o afastamento de apoios limitados e baseados em projetos por parte das agências públicas envolvidas na produção e no financiamento da habitação. Aconselhamos os governos a abandonar seu antigo papel de produtores de habitações e a adotar um papel facilitador da gestão do setor habitacional como um todo (*Housing: Enabling Markets to Work*, 1994, p.3, apud ROLNIK, 2015, p. 79).

Dessa forma, a mão nada invisível do mercado agia com firmeza a cada empréstimo tomado pelos governos junto ao Banco Mundial. Nas exigências e orientações estabelecidas aos países clientes, os técnicos do BM iam didaticamente instruindo aos governos sobre medidas a serem adotadas via

⁸ A Grande Aposta neste contexto tem sentido literal e de alusão ao filme de mesmo título, originalmente em inglês *The Big Short*, do ano de 2015 e dirigido por Adam McKay. Nele é retratada a astúcia de agentes financeiros que anteviram o estopim da bolha imobiliária dos EUA, frente à constatação de que mais cedo ou mais tarde iria colapsar a estratégia de concepção quase que forçosa de créditos hipotecários inseguros e a juros elevados a famílias pobres. Frente a isso, deslocaram seus investimentos dos títulos imobiliários e os direcionaram para novos produtos que operavam como seguro “contra” a insolvência dos créditos hipotecários, os chamados CDO (Collateralized Debt Obligation, ou Obrigação de Dívida Colateralizada).

mudanças de legislações e conversão de investimentos, de modo a tornar mais eficiente a presença dos agentes privados na produção habitacional e do espaço urbano. Tais diretrizes e orientações passavam por sete instrumentos, três deles para viabilizar a demanda, três para ampliar a oferta e um para melhorar o desempenho como um todo. No primeiro bloco, estão medidas para garantir e proteger o direito à propriedade, o desenvolvimento de medidas para criar um sistema financeiro de habitação por meio de hipotecas e a racionalização dos subsídios públicos. No segundo bloco estão medidas para ampliar a oferta mediante disponibilização de infraestrutura de urbanização por parte do Estado, reformas no sistema de regulação urbanística e edílica e remoção de leis que dificultam a oferta de moradias “desnecessariamente”, assim como remover barreiras comerciais para insumos. Por fim, o Banco Mundial orienta que ao Estado cabe instituir algum formato de departamento institucional para monitorar e gerir o desempenho do setor habitacional como um todo (ROLNIK, 2015).

É nessa esteira que estão as hipotecas *subprime*, nos EUA, para sempre registradas como estopim da crise de 2007 (DUMENIL e LEVY, 2014) e a crise das hipotecas da Espanha. Ambos são casos de estratégias audaciosas arquitetadas desde a escala global, materializadas e localizadas em diferentes territorialidades, inclusive nos corpos das pessoas afetadas, as quais arcaram invariavelmente com as maiores perdas quando a aposta ruiu.

2.4 Da teoria à prática social: o caso espanhol em atos

Em síntese, esse capítulo pretendeu compor o enquadramento histórico no qual inscreve-se as contradições e tensões na produção do espaço urbano objeto desta análise, desde uma leitura teórica. Duas são as categorias fundadoras de análise: a mercantilização e financeirização da cidade e o direito à cidade. Essas são também as sínteses dos projetos antagônicos, com seus atores, estratégias, práticas sociais e discursos em correlação de forças, produzindo o espaço. O sucesso máximo de um é o fracasso máximo de outro.

Até aqui as lentes teóricas permitiram ver apenas as marcas do poder hegemônico, que, desde uma ordem distante, com alcance global, atua para alinhar Estado, mercado e sociedade conforme a racionalidade da acumulação, convertendo tudo que possível em valor de troca, em mercadoria de valor real ou

fictício. Neoliberalização, mercantilização, financeirização, despossessão, monopolização, gentrificação, segregação e outros conceitos permitem nominar processos velados e inconfessos, tais como os que seguem em atos na narrativa do caso da crise da moradia na Espanha.

Mas felizmente isso não é tudo. Para analisar o caso espanhol – como em outros territórios igualmente – falta acionar outros conceitos que fazem parte da correlação: resistência, cuidado, solidariedade, empoderamento, ativismo, política, luta e outros conceitos virão à baila dialetizando finalmente a análise, demonstrando que tudo está em movimento.

CAPÍTULO 3

O PROJETO DE FINANCEIRIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DA MORADIA E DAS CIDADES: O CASO ESPANHOL DA CRISE DAS HIPOTECAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

3.1 Introdução

Desde a compreensão materialista dialética lefebvriana, o concreto, o real vivido e percebido importa. “Dirigir-se à própria coisa” (LEFEBVRE, 1975, p. 241). Essa, para o autor, é a primeira regra prática do método dialético. Nessa perspectiva, este é o capítulo em que a narrativa, o relato do processo ocorrido no território espanhol terá centralidade, testemunhando como diferentes escalas territoriais e dimensões da vida social foram acionadas e afetadas, dando concretude ao objeto da análise. Com isso, devo advertir a certas matrizes acadêmicas que temem a perda da cientificidade na abordagem que dá importância à narrativa do vivido, acusando-a de empirismo, que este é aqui o compromisso: deixar falar o processo vivido na narrativa desde diferentes perspectivas.

Esta opção metodológica de construção da narrativa e argumento é, antes, uma opção política de valer-se da palavra acadêmica como instrumento a serviço da visibilização de impactos da problemática para além de números e indicadores. Os testemunhos respeitosamente transcritos demonstram estes impactos nas vidas vividas e dão identidade e sentimentos à narrativa, possibilitando uma aproximação mais sensível e ampla da realidade apresentada e discutida.

Este capítulo apoia-se na literatura de acadêmicos espanhóis (com poucas exceções), em artigos jornalísticos, documentos de movimentos sociais e em testemunhos de pessoas que vivenciaram o caso concreto. Das múltiplas, complexas e dinâmicas dimensões que compõem a tessitura do real, o capítulo buscará abordar: diferentes escalas - desde os impactos do processo urbanizador nos territórios até as afetações físicas na condição de vida dos corpos e diferentes dimensões afetadas – da política às relações afetivas –, evidenciando nessas dimensões as diferentes implicações vividas conforme condição de gênero e de

imigrante. Uma última dimensão irá compor a narrativa, abordando diferentes atores implicados no processo: do Estado, da política, das instituições financeiras e de mercado. É preciso dizer que outro ator social fundamental na narrativa e análise do processo não figura com evidência neste capítulo, porém será o centro do capítulo seguinte, qual seja: o movimento social.

3.2 A bolha imobiliária da Espanha

“Durante estas dos décadas y media, el mercado inmobiliario español ha dibujado el ciclo completo de alza y caída, propio de la lógica del sistema capitalista y que permite alimentar los procesos de acumulación por desposesión.” (GUTIÉRREZ e DELCLÓS, 2017, p.2)

Não por acaso, após o colapso das hipotecas subprime dos EUA foi a vez da Espanha ver estourar a grande bolha imobiliária que durante mais de uma década havia assumido um papel importante como motor da economia. Um *boom* imobiliário que se apoiou centralmente na concessão de hipotecas para a aquisição de moradia a famílias, uma forma de crédito vinculado a um bem hipotecado. Na essência, o mesmo modelo aplicado com ajustes em diferentes Estados-Nação e invariavelmente orientado pela mesma racionalidade de mercado, sob comando do complexo financeiro-imobiliário, entrou em colapso causando graves danos à economia das nações e às famílias afetadas.

3.2.1 O modelo como motor do desenvolvimento

A Espanha é reconhecidamente o país europeu em que a aposta e as consequências danosas dela foram mais graves, seguida de Irlanda, Reino Unido e Chipre que também sofreram sérias consequências pelo colapso do modelo (ROLNIK, 2015; HARVEY, 2018). Segundo dados publicados pela Coalizão Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade, composta por movimentos e entidades da sociedade civil e acadêmicos, no ano de 2007 o crédito hipotecário significava cerca 47% do PIB da União Europeia (2020, p. 41).

No caso espanhol, “la fiesta imobiliária, el tsunami urbanizador”, como referem os autores, entrou em colapso no ano de 2008, desencadeando forte abalo na economia do país com consequências graves sob o território e sob a vida

da sociedade. À época, o setor imobiliário chegou a representar “18 % del PIB (el 30 % si tenemos en cuenta las actividades económicas indirectas que proliferaron al amparo de la construcción) y daba trabajo a un 13 % de la población” (COLAU y ALEMANY, 2012, p.35, grifo dos autores). Em Barcelona, mais de 30% das empresas criadas entre os anos 2000 e 2007 pertenciam a algum ramo do setor imobiliário, representando forte impacto de inchaço na economia da cidade, chegando ao patamar de 55% de desenvolvimento devido ao *boom* imobiliário de moradias e obras públicas (BORJA, 2010).

Os geógrafos espanhóis Aaron Gutiérrez e Xavier Delclòs, em pesquisas desenvolvidas sobre a expansão urbana no território da Catalunha - um dos territórios mais afetados, sobretudo na região metropolitana de Barcelona -, afirmam: “En el caso de Cataluña, el CREAM⁹ a partir de sus cuatro ediciones de la cartografía de cubiertas del suelo, ha cuantificado que entre 1993 y 2009 la superficie urbanizada se ha incrementado un 49%” (GUTIÉRREZ E DELCLÒS, 2017, p. 287).

Tomando por parâmetro a criação de novos lares ao ano, Colau e Alemany (2012) afirmam que a aposta imobiliária extrapolou bases reais de demanda.

Entre los años 1997 y 2007 se crearon 390.000 nuevos hogares anualmente. En el mismo período se construyeron 6,6 millones de viviendas, lo cual significa que las viviendas iniciadas durante este período superaron en casi un 60 % la creación neta de nuevos hogares. Por tanto, en un país con la ratio de viviendas per cápita más elevada de toda la Unión Europea, y con más del 20% de los pisos vacíos, el encarecimiento de las viviendas no podía explicarse por la escasez del bien (p. 46/47).

A produção elevada de moradias não significou um fator facilitador de acesso, uma vez que, entre 1997 e 2007 os valores das moradias tiveram altas da ordem de 232% (SALA, 2018; BORJA, 2010). Com isso, a Espanha tornou-se um dos países da União Europeia com maior taxa de aumento de preços no mercado imobiliário.

⁹ CREAM – Centro de Investigación Ecológica e Aplicaciones Forestais é um centro público de investigação, criado em 1987 e vinculado à Universidade Autônoma de Barcelona, com a missão de desenvolver pesquisas e monitoramentos de territórios.

Conforme Colau e Alemany (2012), “en una apuesta por un crecimiento facil, España se entregó durante años a la fiesta inmobiliaria. Se construyeron más viviendas que en Alemania, Italia y Francia juntas” (p. 28). Segundo Jordi Borja,

Como era previsible, la importancia adquirida por el sector inmobiliario y la construcción nos ha hecho económicamente muy vulnerables. Una espiral que no se puede mantener, una especie de juego de pirámide que beneficia a una minoría de especuladores y empobrece a la mayoría. La crisis que se inicia cuando escribimos este capítulo (2008) fue una crónica anunciada desde hace tiempo por los “críticos” al sistema, tanto en América y en Europa como aquí, pero la alianza impía entre el sector inmobiliario-financiero, los responsables políticos cómplices o débiles, el apoyo mediático y el silencio interesado de los profesionales se negaba a considerar una evidencia: el camino emprendido llevaba al precipicio (BORJA, 2010, p.219, grifos do autor)

3.2.2 A produção simbólica legitimadora do modelo

O modelo urbanizador implantado no caso Espanhol, como em qualquer outro caso, viabilizou-se a partir de importantes medidas de ajustes do Estado permitindo maior liberdade e protagonismo do mercado, conjugadas com uma intensa produção simbólica protagonizada pelo Estado e pela mídia. Estratégias discursivas criaram o ambiente de interpelação às famílias para a aquisição do imóvel, via a tomada de crédito.

Durante prácticamente una década, la población española se vio sometida por tierra, mar y aire a un alud de mensajes que reforzaban una única idea: si no eres propietario, no eres nadie. Por todos lados y a todas horas se escuchaba una y otra vez la misma canción: que la burbuja inmobiliaria no existía, que los precios de las viviendas nunca bajarían, [...] Más que opiniones, eran sentencias inapelables que se dejaban caer en toda clase de situaciones y conversaciones. Frases hechas que corrían de boca en boca y que acabaron integrándose en el sentido común de la gente (COLAU e ALEMANY, 2012, p. 42).

Nos testemunhos colhidos em entrevistas era comum ouvir-se a mesma mensagem aqui expressa nas palavras de Lucía Delgado: “Por aquí había el relato de que si no compras es porque eres tonto y que los precios no iban a bajar”. Com isso, em 2007, 87% das famílias espanholas haviam – ou pensavam haver - adquirido sua moradia, enquanto a média europeia de proprietários era de 60% (SALA, 2018).

A concessão de crédito por parte dos bancos para as famílias não só era facilitada como insidiosa. Além do crédito com 40 e até 50 anos para pagar – comprometendo valores futuros de uma vida laboral inteira –, era comum a concessão de créditos de 100 a 120% do valor do imóvel (COLAU e ALEMANY, 2013).

3.2.3 As facilidades para a concessão de crédito aos imigrantes

Para imigrantes, havia campanhas de publicidade dirigidas estimulando a tomada de crédito hipotecário. Garcia Lamarca (2019) cita o exemplo de publicidades de bancos aplicadas em tapumes de obras usados durante a reforma iniciada em 2005 na Catedral de Barcelona - um dos mais importantes pontos de visitação da cidade - oferecendo à imigrantes facilidades especiais para a tomada de crédito hipotecário. Os testemunhos das latino-americanas entrevistadas demonstravam os estímulos ofertados no ato da tomada de crédito. Lilian, brasileira que migrou para a Espanha em 2006 em busca de cuidados de saúde e educação para seu filho com Síndrome de Down, relata como se dava a negociação:

Quando os imigrantes vieram pra cá, maior parte latinos, pela facilidade da língua - e eles abriram mesmo as fronteiras pra migrar - principalmente os equatorianos, boliviano e peruano[...]. Então, como eles ganhavam bem, às vezes trabalhava 2, 3 trabalhos e estava a bolha imobiliária, então queriam vender, vender, vender. Aí o que o banco fazia? Se você encontrava um apartamento que, em teoria, valesse 100 mil euros, o banco já vendia por 200 [...] “a gente joga como preço do piso. Aí você compra os móveis, compra um carro” (LILIAN, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

O testemunho de Lilin demonstra uma prática fraudulenta, uma vez que burlava mecanismos de limite de crédito estabelecidos e estimulava o superendividamento das famílias. O relato de Manuelita também referiu sobre a facilidade para a tomada do crédito hipotecário de 100% do valor do imóvel, enquanto que, segundo ela, no contrato constava que o crédito correspondia a 80% do valor do imóvel. Para Manuelita, a hipoteca parecia ser a opção mais viável, uma vez que o valor mensal da prestação beirava o preço dos aluguéis. Ela, uma equatoriana que havia migrado à Espanha em 2002 em decorrência de grave crise econômica em seu país, trabalhadora informal em serviços de limpeza, não encontrou obstáculos para acessar um crédito hipotecário de 100% do valor

do imóvel em 2005, com prestações mensais que comprometiam cerca de 50% da renda familiar.

La vivienda, el sueño español que le llaman aquí [...]. Acá en España me parece que para conseguir una vivienda uno tiene que hipotecar toda la vida [...] tienes que estar toda la vida con una deuda para tener un techo, 30 años de hipoteca con un precio excesivo. [...] al ver que una letra de hipoteca me salía igual que pagar una letra de alquiler, mi conciencia dijo que, como todo el mundo aquí, iba hacer como mis paisanos que estaban comprando pisos.

En esta época estaba con un sueldo familiar de unos 2000 €. Y, nosotros contratamos una hipoteca, con una letra de 1.100 € al mes; primero era de 900 €. Dejamos de pagar un alquiler que era de 700 €, en la época, pero, ¡era por algo nuestro! Pero, luego subió el Euribor, y con todo eso, la letra fue subiendo, hasta 1.100 €. (MANUELITA, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

Lamentavelmente, o sonho facilitado da aquisição de um imóvel via hipoteca como forma estável e segura de moradia tornou-se um pesadelo para milhares de famílias e para a economia espanhola. Assim como ocorreu nos EUA, o setor financeiro, livre para mover-se globalmente, ao se dar conta de que havia uma bolha imobiliária insustentável, deslocou seus investimentos do ramo imobiliário, desencadeando uma série de desestabilizações. Uma vez que o setor da construção civil vinha cumprindo o papel central de motor da economia espanhola, sua desaceleração impactou de imediato os diferentes ramos industriais e de serviços envolvidos, gerando desemprego, especialmente entre imigrantes.

3.2.4 As ruínas deixadas: construções inacabadas, desemprego e dívidas impagáveis

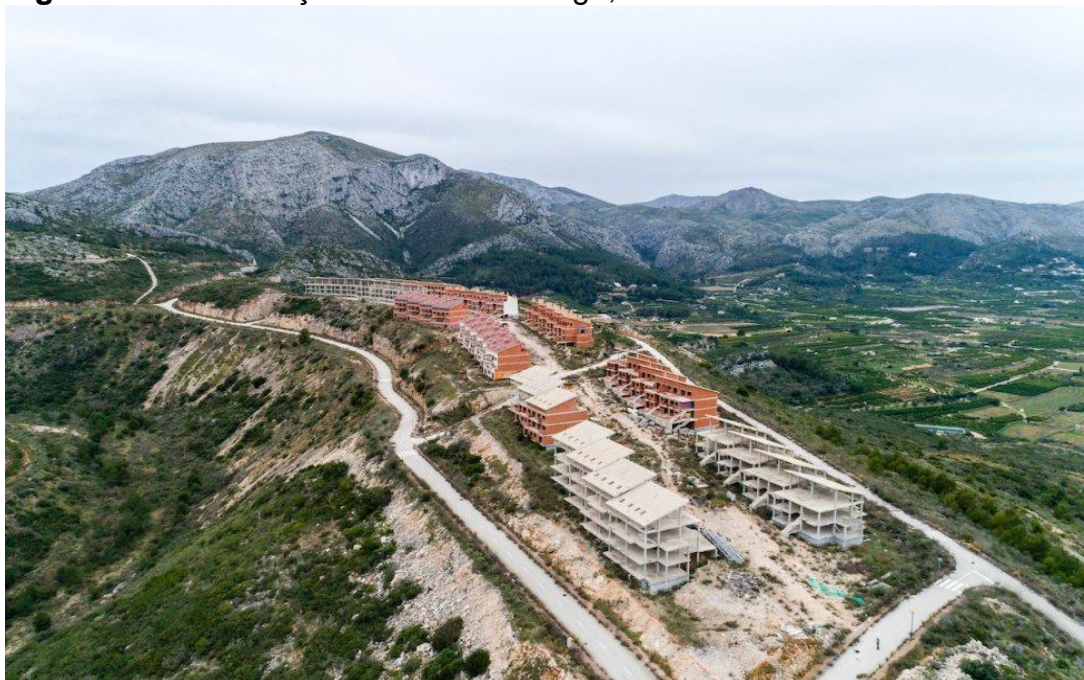
As Figuras 7 e 8 a seguir são uma mostra do tamanho do afã urbanizador que estendeu manchas urbanas alargando as fronteiras da especulação do solo urbano e que, com a crise, foram abandonadas inacabadas. Na matéria do jornal El País, de 14 de abril de 2018, intitulada “Los estragos de la burbuja del ladrillo, vistos desde el aire” podem ser vistas fotografias colhidas de diferentes regiões da Espanha onde se vê a mesma cena: um cemitério de casas inacabadas.

Figura 7 – Urbanização inacabada - San Mateo de Gállego, Zaragoza



Fonte: El País, “Los estragos de la burbuja del ladrillo, vistos desde el aire”, fotografia de Markel Redondo, de 14.04.2018, disponível em https://verne.elpais.com/verne/2018/04/14/articulo/1523714033_978947.html, acesso em 15 set 2021.

Figura 8 - Urbanização inacabada - Pego, Alicante



Fonte: El País, “Los estragos de la burbuja del ladrillo, vistos desde el aire”, fotografia de Markel Redondo, de 14.04.2018, disponível em https://verne.elpais.com/verne/2018/04/14/articulo/1523714033_978947.html, acesso em 15 set 2021.

Com os juros elevados e o desemprego atingindo 26% da população economicamente ativa e 47% entre os jovens e imigrantes (CASTELLS, 2013; GARCÍA LAMARCA, 2019), o drama se instala na vida as famílias e pessoas que ficaram desempregadas e incapacitadas de manter suas contas em dia. Lilian, em sua saga de mais de 4 anos morando com seu marido e 2 filhos em quartos alugados, testemunhou casos de imigrantes desesperados para manter em dia suas hipotecas.

Fomos para outro lugar que esse era um rapaz de Bangladech. O piso era muito bonito também. A mesma situação, ele pagava mais de 2.000 € de prestação desse piso. Ele trabalhava de cozinheiro em restaurante, ganhava seus 3.000 € quando ele comprou o piso. E de repente, né? Já não ganhava. E ele alugava esses quartos, [...]ele dormia na sala, para poder ter mais um quarto pra alugar porque já que não podia se dar ao luxo de ter um quarto para ele (LILIAN, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

Antes disso, Lilian já havia alugado quartos de um equatoriano e de um paquistanês que também chegaram ao ponto de alugar seus próprios quartos num esforço extremo para manter suas hipotecas em dia.

Quando se viam impossibilitadas de pagar a hipotecas, por desemprego ou outras adversidades da vida, as famílias davam-se conta de haviam pago por vários anos sem ter amortizado nada do capital tomado de empréstimo e que o atraso de apenas três meses das parcelas era o suficiente para que a instituição financeira abrisse processo para resgate do imóvel hipotecado. Contratos considerados abusivos que superprotegiam as instituições financeiras sem que as pessoas leigas se dessem conta, não apenas por desconhecimento de termos jurídicos, mas porque realmente não lhes era explicado devidamente o contrato. Um exemplo disso foi o uso do indexador de juros IRPH¹⁰, que posteriormente foi

¹⁰ IRPH (Índice de Referencia de Préstamos Hipotecarios) e Euríbor– Ambos são indexadores de juros para transações bancárias, sendo o Euríbor aconselhado pela União Europeia por ser mais estável. O debate em torno de medidas de Estado para restrições ao uso do indexador IRPH em crédito hipotecário estende-se por anos, como pode ser visto no recorte da matéria a seguir: “(IRPH) es el segundo índice de referencia más usado en España para calcular los intereses de las hipotecas, pero cotiza más de 2 puntos por encima del euríbor. La Unión Europea obligó a España a suprimirlo en 2011 por considerar que era manipulable, pero el Gobierno lo ha mantenido tras unos cambios mínimos”, segundo informa a Oficina Municipal de Información y Atención Ciudadana del Ayuntamiento de Jaén http://www.aytojaen.es/portal/p_20_contenedor1.jsp?seccion=s_fdes_d4_v2.jsp&contenido=30569&tipo=6&nivel=1400&layout=p_20_contenedor1.jsp&codResi=1, acesso em 28 out 22.

alvo de sentença judicial condenando os bancos por não haver oferecido às famílias outra alternativa de indexador mais estável, o Euribor. Outro exemplo de cláusula posteriormente considerada abusiva pelo poder judiciário, dando vazão à uma sobrecarga de processos nos tribunais, foi a chamada “cláusula suelo¹¹”, onde o tomador do crédito declarava abrir mão de beneficiar-se em caso de uma baixa dos juros. Outro abuso da relação contratual era a previsão de que apenas três meses de inadimplência autorizava ao banco a realizar abertura de processo de resgate do bem hipotecado, podendo este resgate ser estendido à bens de familiares que haviam assinado como avalistas, normalmente pais e avós proprietários de suas moradias (COLAU e ALEMANY, 2012).

3.3 Casa sem gente e gente sem casa

Com a crise, todas as artimanhas contratuais que deixavam os riscos no lado mais frágil, as famílias, ficaram a descoberto. Logo os tribunais encheram-se de demandas de execução hipotecária.

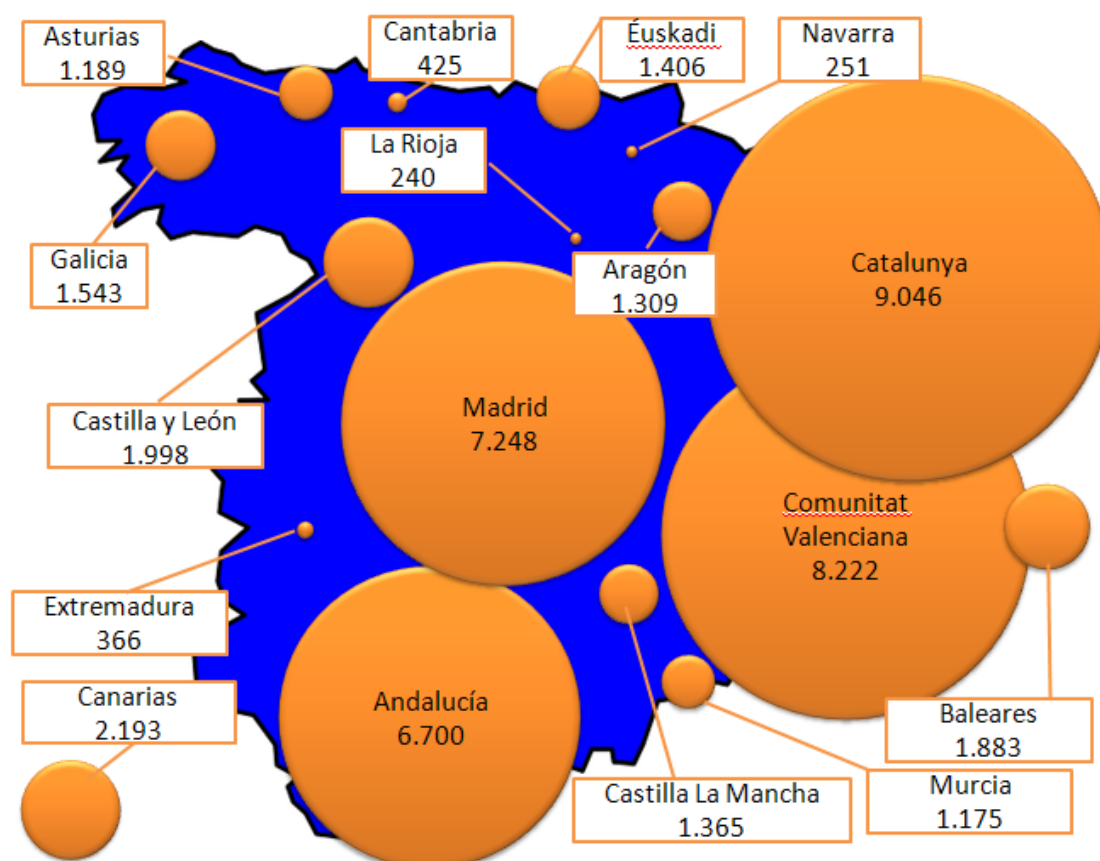
Según datos del poder judicial, entre 2007 y el tercer trimestre de 2011 se iniciaron 349.438 ejecuciones hipotecarias en España. Según datos de 2011, cada día se inician 212 procesos; es decir, 6.360 al mês. [...]Cuando se produce una situación de impago, la vivienda va a subasta; si la subasta queda desierta, que es lo que ocurre el 90 % de los casos en el contexto actual de crisis, las entidades financieras pueden adjudicarse la vivienda por el 60 % del valor de tasación (hasta hace poco, era el 50 %). La diferencia de la deuda que no quede cubierta por este 60 %, más los intereses de demora y las costas judiciales del proceso (ambos muy elevados), quedarán como una deuda viva para la persona expropiataria. Una deuda que además genera nuevos intereses, y esto, en la práctica, imposibilita llegar a saldarla (COLAU y ALEMANY, 2012, p.30/31)

Com base em dados do *Consejo General del Poder Judiciário* – CGPJ – sobre despejos e execuções hipotecárias na Espanha entre os anos de 2007 e

¹¹ Cláusula suelo - trata-se de uma cláusula no contrato da hipoteca em que o tomador assume que abre mão de beneficiar-se em caso de haver variação de mercado com baixa de juros aplicados ao contrato. Essa foi uma cláusula contratual publicamente considerada abusiva, porém só após o movimento social denunciá-la. Matério do El País afirma: “Cláusulas suelo: la ignominia de 12 años de abusos - Los jueces han dictado 296.000 sentencias, un 97% condenatorias para la banca” <https://elpais.com/economia/2021-03-14/clausulas-suelo-la-ignominia-de-12-anos-de-abusos.html>, acesso em 26 set 2022. A PAH chegou a elaborar um tutorial para ajudar as famílias a calcular seus prejuízos com a cláusula abusivas <https://afectadosporlahipoteca.com/2017/02/09/tutorial-de-la-pah-para-calculer-el-gasto-de-la-clausula-suelo/>, acesso em 26 set 2022. .

2012, a relação é de 5,82 despejos por cada mil lares. A Catalunha é a comunidade autônoma mais afetada, com uma média de 8,96 despejos por cada mil lares e, em termos de cidades, Barcelona é a primeira do ranking de despejos proporcionalmente ao número de lares, seguida por Valencia e Madri (COLAU e ALEMANY, 2013). Na figura que segue, pode-se ver no espaço comparativamente o volume de despejos no território espanhol no período imediato após a crise de 2008.

Figura 9 - Despejos executados entre janeiro da 2008 e setembro de 2012



Fonte: Rede de Bolgs sobre finanças e economia, Informe sobre evolução dos despejos publicado em janeiro de 2013, disponível em <https://www.finanzas.com/evolucion-de-los-desahucios-en-espana>, acesso em 20 abr 2023.

Em um contexto em que milhares de famílias se viam despejadas de suas moradias por não conseguirem pagar suas hipotecas, se colocava a paradoxal

contradição capitalista: de um lado, os bancos iam incrementando seus parques de moradias vazias para fins de especulação imobiliária e de outro, milhares de famílias perdiam seus lares, além de terem seu futuro comprometido por uma dívida hipotecária impagável.

Dos 17 principais bancos¹² credores de hipotecas, dois deles concentram mais de 50% das desapropriações. E, para tornar a contradição ainda mais grave, foram justamente esses dois bancos os que mais se beneficiaram dos aportes de recursos públicos em diferentes medidas institucionais em socorro aos bancos, empreendidas pelo Estado, no auge da crise. Segundo Gutiérrez e Delclòs (2015), entre 2009 e 2013, as diferentes medidas de resgate com recursos públicos aos bancos consumiu cerca de 25% do PIB do Estado espanhol.

Tal como afirma David Harvey “as crises deixam em seu alvorecer uma massa de ativos desvalorizados que podem ser comprados a preço de banana por quem tem dinheiro” (2018, p. 91), como ocorreu com as moradias retomadas pelos bancos e com os títulos hipotecários convertidos em carteiras de ativos oferecidas no mercado financeiro. O ciclo de despejos por execuções hipotecárias que teve seu auge entre os anos de 2009 e 2013 se constituiu num grande negócio para os fundos de investimentos, tais como o grupo estadunidense Blackstone¹³ que em pouco mais de 5 anos converteu-se no maior proprietário de imóveis para fins de locação na Espanha. É comum ouvir-se e ler-se na Espanha a referência a este e outros fundos como “*fondos buitres*”, já que o acúmulo de tamanho patrimônio só foi possível mediante o dramático processo de despejo de milhares de famílias de seus lares, executada pela força do aparato estatal. Prática paradigmática de acumulação por despossessão que, como afirma a publicação

¹² Segundo Gutiérrez e Delclòs (2015) os 17 bancos que mais beneficiaram-se de recursos públicos no auge da crise foram: Bankia, Catalunya Caja, Caixa Bank, BBVA, Banc Sabadell, Banesto, Banco Popular, Nova Galícia, Santander, IberCaja, BNP Paribas, CajaMar-CajaRural, BMN, Barclays, Deutsche Bank, Kutxa Bank, Bankinter. Os dois primeiros citados beneficiaram-se, na ordem, de 27, 1% e 22,2% dos valores destinados pelo Estado.

¹³ São abundantes as matérias de jornais sobre o crescimento exponencial do fundo que em cerca de 5 anos, a contar de 2012, 2013, tornou-se o maior proprietário de imóveis da Espanha, assim como um dos maiores proprietários de moradias no mundo. Para ver mais sobre a empresa na Espanha e Europa ver <https://www.lavanguardia.com/economia/20180923/451975996660/blackstone-mercado-inmobiliario-espana-propiedades.html>; <https://www.eleconomista.es/empresas-finanzas/noticias/10472137/04/20/Blackstone-levanta-en-medio-de-la-pandemia-el-mayor-fondo-de-inversion-inmobiliaria-de-Europa.html>; acesso em 25 set 2021.

da Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade (2016, p.20), “es la esencia de la moradia bajo em régimen neoliberal”. Tal como afirma Rosa Luxemburgo, os mecanismos de expropriação, ao lado dos mecanismos de exploração da força de trabalho, sempre operaram de forma organicamente vinculadas e contínuas na história do capitalismo (HARVEY, 2013; FRASER e JEAGGI, 2020).

O interesse de investir no mercado imobiliário para aluguel no território espanhol de parte do fundo Blackstone é excepcional. Nem mesmo parques públicos de moradia social escapam do seu alvo empreendedor. Em 2013 o fundo comprou 1.860 apartamentos destinados a aluguel social da Empresa Municipal de la Vivienda y Suelo de Madrid (EMVS)¹⁴.

3.4 Um novo ciclo de ajustes neoliberais: “la burbuja del alquiler”

Em 2013 e 2014 as execuções por inadimplência de hipotecas recuam e deixam de ser o principal motivo dos despejos. Um novo ciclo se alça colocando o mercado de moradias por alugueis no centro do problema. Matéria do jornal *El País*¹⁵, de 1º de maio de 2019 afirmava que na comunidade autônoma de Madri 80% dos despejos realizados no ano de 2018 se deram por dívida de aluguel. A matéria analisa a publicação de um estudo sobre os efeitos da crise econômica e a consequente inadimplência dos alugueis, causando sobrecarga ao órgão judiciário, realizada pelo Conselho Geral do Poder Judiciário (CCPJ). O que a matéria e o estudo não dizem é que não se trata de efeitos de uma crise. Trata-se de um projeto, de uma política. A publicação acima referida, da Coalizão de

¹⁴ À época da negociação, Madri era administrada por Ana Botella, do Partido Popular (PP), que em 2018 foi condenada em primeira instância pelo Tribunal de Contas pelo referido negócio, porém absolvida. Ver mais em https://cincodias.elpais.com/cincodias/2019/04/23/companias/1556045344_333951.html, acesso em 25 set 2021. Ainda sobre o tema ver mais em “*El Tribunal de Cuentas revoca la condena a Ana Botella por la venta masiva de pisos protegidos a ‘fondos buitres’*” https://elpais.com/politica/2019/07/17/actualidad/1563319874_469890.html, acesso em 25 set 2021.

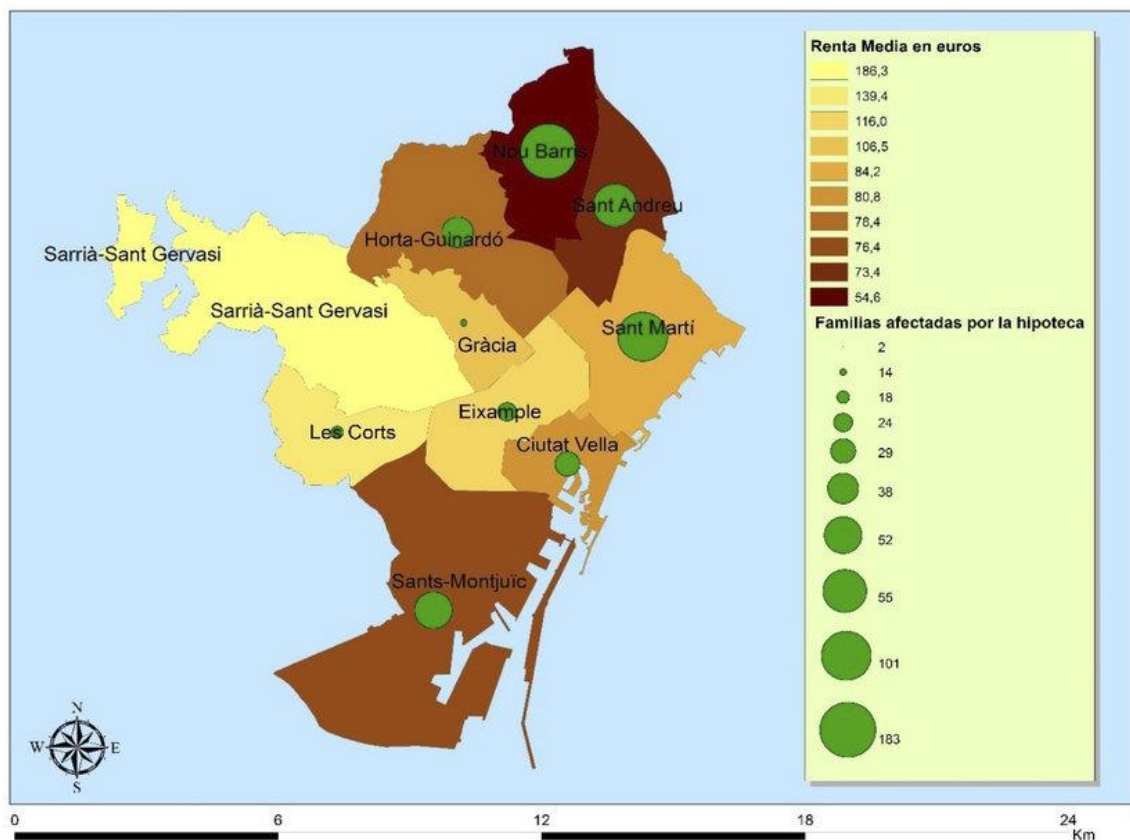
¹⁵ “El 80% de los desahucios fue por impago del alquiler en 2018”, https://elpais.com/ccaa/2019/03/01/madrid/1551464640_396179.html, acesso em 25 set 2021.

Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade (2016), afirma que fundos como Blackstone e Goldman Sachs tornaram-se poderosos proprietários de imóveis e, desde *Wall Street*, têm comandado o mercado de locações de imóveis para moradia no mundo inteiro, produzindo “ajustes planetários de alquileres” (p. 22).

A consequência prática disso tem sido o aumento do preço de alugueis, como informa a matéria do caderno de economia do Jornal *El Periódico*, de 01 de setembro de 2020¹⁶: “El precio de la vivienda en alquiler se disparo el 52% en los últimos cinco años. En el caso de Catalunya, la subida fue de 60%”. Com isso, as famílias passaram a comprometer uma parcela cada vez maior de renda para manter o aluguel. Uma realidade que, no caso da Espanha, era mais grave comparada a outros países da Europa, como mostram os dados do estudo de Crespi-Vallbona e Domínguez-Pérez (2021): “más del 40% (en Barcelona el 42,7%) de los ingresos familiares se dedican a pagar el alquiler, porcentajes mucho más altos, por ejemplo, que en Francia, Suiza o Alemania donde tales porcentajes son del 16,5%, el 18,2% y el 23% respectivamente” (p. 69). O mapa que segue demonstra os despejos entre os anos 2013 e 2016, na cidade de Barcelona, além de revelar a correlação entre renda e incidência dos despejos no espaço.

¹⁶ Sobre dados do incremento nos preços dos alugueis ver em <https://www.elperiodico.com/es/economia/20200901/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-disparo-el-52-en-los-ultimos-cinco-anos-8095063> e <https://elpais.com/economia/2020-09-01/el-precio-de-la-vivienda-en-alquiler-se-dispara-un-52-en-los-ultimos-cinco-anos-segun-fotocasa.html>; acesso em 25 set 2021.

Figura 10 - Incidência de despejos por bairro de Barcelona entre 2013 e 2016.



Fonte: Cartografiando los desahucios: conflictos y resistencias por el derecho a la vivienda en Barcelona. Educard Sala, 2021

Trata-se de um novo ciclo de ajuste espaço-temporal e territorialização de capitais. Um movimento em que, no caso espanhol, após mais de uma década e meia de franca expansão flexível de capitais na forma créditos hipotecários, títulos e outros derivados circulando no mercado global das finanças, o capital projeta-se para a imobilização no espaço. Essa territorialização se dá pela monopolização e monetização da moradia como ativo financeiro, ou seja, títulos de propriedade dadas não por um real valor de troca do bem, mas pela prospecção ou antecipação de um fluxo futuro de renda ou pela condição futura de escassez do bem (HARVEY, 2013; ROLNIK, 2015). Nos termos de Luis Cesar de Queiroz Ribeiro e Nelson Diniz (2020), a partir da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação e seus correspondentes ciclos sistêmicos de urbanização, “a flexibilidade sistêmica do capital é substituída periodicamente pela rigidez das

fases de expansão material [...] com a imobilização de expressivas quantidades de capital no espaço” (p.198).

Também, como fica evidente no relato do caso espanhol, essa prática monopolista rentista possibilita a ampliação do poder de incidência nos valores do mercado de aluguéis e, com isso, a seletividade do perfil de acesso à mercadoria e a partes da cidade, ou a cidade mesma. Aqui vale ressaltar que a moradia cumpre o papel de um portal de acesso a outros direitos, serviços e possibilidades de sociabilidade e desenvolvimento. A condição de acesso seguro, adequado e a localização de uma moradia condicionam a qualidade e nível de acesso a outras demandas e direitos fundamentais para a reprodução social da vida.

3.5 O cercamento das possibilidades: alternativas precárias de moradia

Uma das consequências inevitáveis desse processo é justamente a segregação socioespacial. Um processo de cercamento sem cercas físicas, mas muito concretas, que determina quem pode ficar e quem deve sair de determinados territórios conforme critério de interesse de mercado. Assim como amplamente se pode afirmar que os deslocamentos forçados do campo marcam a história da urbanização industrial, os deslocamentos forçados mediante práticas de despossessão urbana marcam a história em curso do urbanismo neoliberal.

Conforme afirma a publicação da Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade de 2016, o presente processo que exclui “activamente a los pobres de las ciudades es la esencia de la historia de la vivienda bajo el régimen neoliberal” (p.19/20). Um processo que, nos termos de Butler (2018), consiste em precarização forçosa de pessoas e famílias, empurradas para alternativas de habitação “indignas”, termos esse recorrente nos coletivos de luta por moradia da Espanha para qualificar as alternativas precárias de moradia oferecidas pelo mercado e pelo Estado.

Jovens e imigrantes são os públicos mais afetados pelas dificuldades de acesso à moradia. Segundo o portal “*pisos.com*”, sobre apartamentos compartilhados entre diferentes famílias na Espanha, mais de 80% dos casos de aluguel de apenas um quarto como alternativa de moradia é ocupado por jovens entre 18 e 35 anos. Numa reportagem especial do Jornal El País, intitulada “Una

generación en busca de futuro”, de 28 de junho de 2021, há um capítulo inteiro – o capítulo 4¹⁷ - dedicado ao problema da moradia entre jovens. A reportagem apresenta o caso de Alexandra, jovem de 29 anos que trabalha em tempo integral em uma multinacional na qual recebe 1.050 euros. Ela tem duas graduações, uma de jornalismo e outra de relações internacionais. A jovem destina 40% de sua renda no aluguel do quarto onde mora, em Madri, compartilhando o apartamento com outras pessoas que conheceu por aplicativo. A mesma matéria informa que “en Barcelona se paga de media 453 euros por habitación y en Madrid se llega a los 426 euros mensuales.”

Dois outros exemplos de condição precária de moradia que vem sendo ofertadas em campanhas de marketing como solução economicamente acessível, sobretudo para pessoas que moram sozinhas, são as chamadas habitações colmeias e a hospedagem em hostels por longos períodos. A primeira alternativa, se é que assim deve ser chamada, são as habitações ou “pisos colmena”, que vêm sendo implementadas à margem da legalidade urbanística nas grandes cidades espanholas, como no caso de Madri e Barcelona. Trata-se de alguns poucos metros quadrados de habitação individual, como pode ser observado nas figura 11 e 12, com uso comum de banheiro e cozinha – ou alguns equipamentos tais como microondas e refrigerador, sem a possibilidade de cozinhar fazendo uso de fogão. Não há lavanderia disponível. Na Espanha a empresa que vem instalando-se sem prévia licença, justamente por não responder aos mínimos exigidos pelas normas urbanísticas de habitabilidade¹⁸, é a Haibu 4.0. No entanto,

¹⁷ Ver mais em “*Una generación en busca de futuro*”, capítulo 4, sobre “*Vivienda*”, de 28 de junho de 2021: <https://elpais.com/especiales/2021/una-generacion-en-busca-de-futuro/vivienda/>, acesso em 02 out. 2021. Outra reportagem que se pode ver é: “Vivir en un piso compartido ya no es cosa de estudiantes - En distritos como Chamberí o Retiro o municipios como Pozuelo, el alquiler de una habitación casi supera el 30% del salario medio de la región”, em <https://elpais.com/espana/madrid/2021-09-13/vivir-en-un-piso-compartido-ya-no-es-cosa-de-estudiantes.html>, acesso em 02 out. 2021.

¹⁸ Ver mais sobre a implementação da empresa Haibu 4.0 em Madri: “Los primeros «pisos colmena» de Madrid ya están contruidos”, de 13.02.2020, em https://www.abc.es/espana/madrid/abci-primeros-pisos-colmena-madrid-estan-construidos-202002122026_noticia.html#vca=amp-rrss-inducido&vmc=abc-es&vso=wh&vli=noticia.video, acesso em 01 out 2021; El País, de 14.02.2020 “Madrid perseguirá a los pisos colmena y advierte de que son ilegales”, https://elpais.com/ccaa/2020/02/14/madrid/1581669919_332340.html; O mesmo se noticia sobre Barcelona:

ainda que na clandestinidade, a empresa veicula campanhas de publicidade livremente¹⁹ em que as minúsculas e precárias habitações são apresentadas após belas cenas urbanas, com prédios e monumentos históricos das cidades de Madri e Barcelona, entre outras da Europa e do mundo, associadas ao uso de adjetivos tais como “vivir con comodidad y inteligencia”.

Figura 11 – Habitações Colmeia



Fonte: fotografia de Joan Sanches em matéria intitulada “Haibu es la empresa que construye en Barcelona los denominados pisos colmena. EL PAÍS visita uno de ellos que se han habilitado, de forma clandestina, en la trastienda de un local”, https://elpais.com/elpais/2019/02/12/album/1549965431_630858.html#fotogal1, acesso em 01 out 2021.

¹⁹ Vídeo institucional de marketing da empresa de “Pisos Colmena” https://www.abc.es/espana/madrid/abci-pisos-colmena-madrid-dentro-video-202002130838_video.html, acesso em 01 out. 2021.

Figura 12 – Morar em cápsulas



Fonte: fotografia de Joan Sanches em matéria intitulada “Haibu es la empresa que construye en Barcelona los denominados pisos colmena. EL PAÍS visita uno de ellos que se han habilitado, de forma clandestina, en la trastienda de un local”, https://elpais.com/elpais/2019/02/12/album/1549965431_630858.html#fotogal1, acesso em 01 out 2021.

Ainda outra forma de moradia precarizada que vem sendo a alternativa de pessoas que vivem sozinhas é a peregrinação como hóspede em hostel turísticos, alternativa que se torna mais acessível do que o aluguel de apartamentos, ou mesmo quartos em apartamentos compartilhados por mais de uma família, o que é bastante comum, especialmente entre imigrantes. “Vivir en un hotel es ahora más barato que alquilar un piso” é o título da matéria do site especializado em Hostel para turista, chamado HostelTur²⁰, datada de 2 de novembro de 2020, referindo-se à Espanha e Portugal.

3.6 Os deslocamentos forçados e a segregação socioespacial

Outro fenômeno provocado pelo *boom* nos preços dos aluguéis são os deslocamentos de famílias das grandes cidades, tais como Madri e Barcelona, para cidades satélites ou mesmo pequenas cidades mais afastadas. Trata-se de um

²⁰ Ver mais em https://www.hosteltur.com/140654_hoteles-mas-baratos-que-alquilar-un-piso.html, acesso em 02 out. 2021.

processo de gentrificação das áreas de interesse imobiliário, sobretudo as associadas ao mercado do turismo, valendo-se de recursos de mercado confessos e inconfessos. Segundo um boletim²¹ publicado em 2017 por um dos coletivos de moradores do bairro Raval - um dos bairros mais tradicionais de Barcelona e próximo a pontos turísticos muito visitados -, há duas maneiras de “echar a los vecinos y vaciar un edificio para especular”. A primeira é “Hacer obras carísimas por mayoría de la propiedad y echar a los vecinos pobres que no pueden asumir gastos comunitarios”. A segunda é “Dejar degradar el edificio y echar a los vecinos que resisten abandonarlo”. Em seguida, o documento afirma: “Los narcopisos que hacen la vida imposible a los vecinos del Raval de Barcelona y los alquileres protegidos con los que Ana Botella mercadeó en Madrid tienen algo en común: su propietario es Blackstone, el casero buitre global”.

Segundo a denúncia do coletivo, que também pode ser vista em matérias de jornais²² de circulação de Barcelona e de toda a Espanha, tem se tornado comum a prática explícita de parte dos fundos e grandes proprietários de deixar degradar apartamentos e prédios para forçar os moradores antigos a abandoná-los e, em seguida, recuperá-los para novo perfil de público. No caso do Raval e outros bairros tradicionais de Barcelona que são alvo de interesse da especulação imobiliária, a interessada convivência com as ocupações de narcotraficantes para a venda de drogas – *los narcopisos* - tem se tornado um método recorrente para desvalorizar regiões inteiras, abrindo caminho para posterior processo de gentrificação. Com isso, ocorre

un agravamiento de la segregación residencial, la cual no solo refleja las diferencias sociales, sino que contribuye de manera decisiva a mantenerlas y a incrementarlas. De este modo, la segregación incide en la desigualdad de la ciudadanía en el ámbito de la vivienda, la educación, las oportunidades laborales, el acceso a la energía y también de la salud”²³ (IGOP, 2021)

Conforme afirma estudo do Instituto de Governança e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona – IGOP/UAB sobre processos de segregação na Região Metropolitana de Barcelona.

²¹Ver mais em: <https://prouespeculacio.org/2021/07/01/blackstone-el-casero-buitre-global-de-los-alquileres-prottegidos-de-madrid-a-los-narcopisos-de-barcelona/> acesso em 03 out 2021.

²² Ver mais em: <https://www.publico.es/sociedad/batalla-vecinal-proliferacion-narcopisos-raval-barcelones.html>; https://elpais.com/ccaa/2017/09/07/catalunya/1504816376_653935.html; <https://elpais.com/espana/catalunya/2020-04-01/los-narcopisos-del-raval-de-barcelona-rompen-el-confinamiento-del-barrio.html>, acesso em 03 de out 2021.

²³ A citação é parte do material de divulgação do estudo do IGOP/UAB, que pode ser visto em https://www.researchgate.net/publication/351549139_Efecto_barrio, acesso em 03 out 2021.

Tornou-se uma importante característica do processo de produção urbana neoliberal a segregação em escala regional, tendendo a produzir ou acirrar processos de metropolização e ou regionalização (LENCIONE, 2020; MARTINEZ TORO, 2016).

Compelidos pela alta dos preços de aluguel nas grandes cidades, como no caso concreto de Barcelona, as famílias são forçadas a buscar alternativas habitacionais em cidades satélites ou até muito afastadas dos grandes centros onde viviam. Na entrevista realizada durante a inserção desta pesquisa, o Dr. Ernesto Morales, investigador do IGOP (2021), explicou como esse processo vem agindo de modo a agravar desigualdades regionais e urbanas:

los municipios con menos recursos son los que absorben más población vulnerable ya que la vivienda es más barata, y los municipios con mayores recursos ofrecen mejores servicios y reciben población con más recursos, incrementando así su capacidad recaudatoria [...]. Entonces es como un pez que se muerde la cola. Se van elitizando unos municipios y guetizando otros municipios (ERNESTO, Apêndice C, Investigadores).

Um dos mecanismos que também opera para o deslocamento de famílias pobres de Barcelona e cidades do primeiro anel metropolitano e que também pôde ser testemunhado na inserção de campo é a oferta de possibilidade de aluguel social imposta por legislação - no caso catalão a lei de iniciativa popular 24/2015. É o caso de Simone Wel, que mora desde 1992 na mesma casa em Castell de Fels: “Me mandan a unos 30 kilómetros más lejos, en Villanueva y Geltrú, y me ofrecen por un año. Es decir, yo con la edad que tengo, con 68 años en unos meses, no me voy a mudar para un año”. E Simone complementa:

es un sufrimiento doble, porque primero era una casa de propiedad y es una casa, es un hogar, han crecido mis hijos, han llegado aquí muy pequeñitos. Son paredes llenas de recuerdos. [...] Lo más difícil para mí no es tanto este proceso que ya lo he hecho, porque te dije... hace dos años que he tenido el primer lanzamiento, es la incógnita de no saber a dónde vas a ir, cuál va a ser la otra etapa. Ya sabes que esta etapa va a venir. Pero, ¿cómo va a ser? ¿Cómo la vas, a vivir? ¿Si te cabe todo lo que tú quieres guardar? ¿Cómo va a ser? Sencillamente (SIMONE, Apêndice C, Sobre problema da moradia).

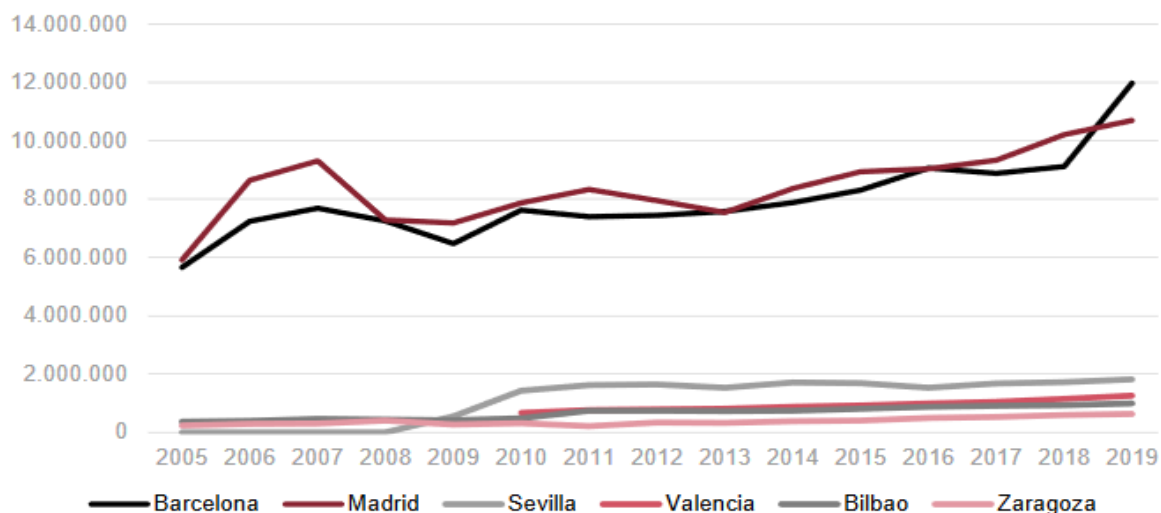
O despejo não da casa, bem de uso apenas, é do lar morada de memórias, de identidade, é despejo da comunidade de quase duas décadas de pertencimento; É ver-se sem chão e sem teto figurativamente, exposta às incertezas de uma nova morada temporária decidida ao gosto da instituição bancária.

3.7 A turistificação e gentrificação operando para a cidade mercadoria

O processo de turistificação das grandes cidades globalizadas, sobretudo daquelas com atributos arquitetônicos e históricos de notoriedade, tem sido um incisivo mecanismo de mercantilização das cidades. Um processo que consiste na conversão das cidades ou parte delas em cenário hiperespecializado para atividades e serviços voltados ao turismo (López-Villanueva e Crespi-Vallbona, 2021). Uma racionalidade do espetáculo consumível impõe-se monopolizando a cidade – ou partes dela – alinhando física e simbolicamente o espaço urbano para o mercado do turismo (HARVEY, 2006). Nessa esteira, a moradia que antes era destinada ao mercado habitacional, passa a ser drenada para o mercado do turismo. Esse é um dos principais mecanismos de especulação com a moradia por parte dos agentes financeiros imobiliários e responsável pela expulsão e deslocamentos de moradores, como referido anteriormente.

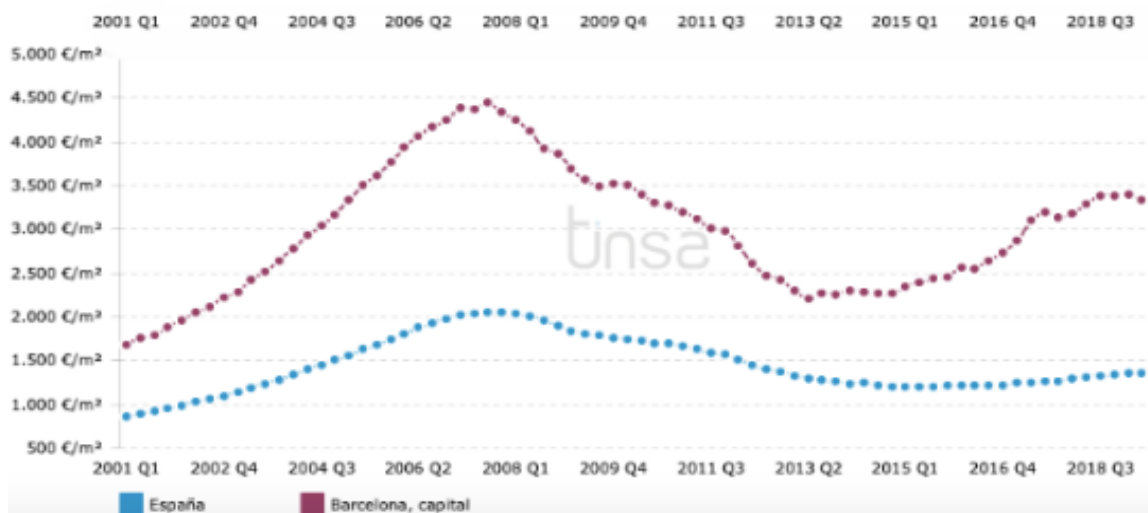
Na Espanha, Barcelona e Madri são cidades que apresentam características similares quanto ao perfil e conflitos gerados pelo processo de turistificação e gentrificação decorrente. Como afirmam López-Villanueva e Crespi-Vallbona (2021, p. 5), “En Barcelona, como ejemplo de ciudad del sur de Europa, el proceso de gentrificación ha ido unido a dinámicas por las cuales los vecinos han sido reemplazados por una población “flotante” de turistas y otra de carácter temporal” (grifo das autoras). Os gráficos apresentados nos gráficos a seguir – 2 e 3 - demonstram a evolução do turismo internacional nas cidades espanholas e o impacto que pode ser identificado nos valores do mercado de alugueis em Barcelona, comparativamente à média da Espanha, conforme apresentam Montserrat Crespi-Vallbona e Marta Domínguez-Pérez (2021).

Gráfico 2 - Evolução do turismo internacional nas cidades espanholas (2005-2019)



Fonte: CRESPI -VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico. 2021, p. 65, disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/89160/64910>, acesso em 04 out 2021.

Gráfico 3 - Evolução do preço dos imóveis para moradia em Barcelona



Fonte: CRESPI -VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico. 2021, p. 65, disponível em <https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/89160/64910>, acesso em 04 out 2021.

O primeiro gráfico, que apresenta o incremento do turismo, além de demonstrar que Barcelona é a cidade espanhola mais afetada pelo fenômeno, também demonstra que essa é uma tendência em movimento ascendente. Já, com relação ao incremento dos preços das moradias, verifica-se no segundo gráfico que o caso de Barcelona também extrapola as médias nacionais. Nele, fica evidente os dois picos de elevação dos custos da moradia, sendo o primeiro deles no período auge do *boom* imobiliária – entre início dos anos 2000 até a 2008 – e o segundo, ainda em curso, pós 2015, período em que se tornou explícita a estratégia de ajuste espacial pós crise de 2008, com todo o processo de monopolização da moradia anteriormente descrito e a imposição do chamado *boom* dos aluguéis.

Um processo em curso de conversão das funções e conteúdos da cidade, ao qual Neil Brenner oferece uma leitura bastante dura, estabelece comparação das cidades contemporâneas com *commodity* do capitalismo neoliberal (2020, p.245). Na mesma linha, David Harvey trata da transformação da cidade com seu capital simbólico e coletivos como *commodity* a serviço dos atores e processos de extração de renda monopolista (2006). Harvey usa justamente o caso de Barcelona como um exemplo paradigmático de avanço do controle privado sob a funcionalidade e racionalidade no uso da cidade pelo e para o mercado do turismo (2006, p. 231-233). Nessa perspectiva, a chamada turistificação da cidade opera duplamente em favor da renda monopolista: na especulação da moradia acumulada via processos de despossessão continuada – das execuções hipotecárias à gentrificação operada pelas estratégias de expulsão dos moradores de áreas de interesse – à mercantilização dos atributos culturais, arquitetônicos e naturais para o turismo.

3.8 O papel do Estado no alinhamento ao projeto de urbanismo neoliberal

Conforme abordagem de David Harvey da teoria marxista (2006, p.72-92), a cada tempo e modo de produção e reprodução econômico e social há um instrumento político institucional correspondente, atuando para a dominação ou, nos termos gramscianos, para a hegemonia de uma classe sobre outra. O Estado,

sob a aparente autonomia de representante do interesse comum, opera resguardando a ordem sob a lei e, sempre que necessário, sob a violência institucional, para garantir as condições fundamentais das relações capitalistas mediadas pelo mercado.

Em geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possui um papel crucial a desempenhar na sustentação e garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos. A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão dentro do campo de ação do Estado. [...] Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo” (HARVEY, 2006, p.82, grifo do autor).

Além disso, e especialmente na forma da democracia social burguesa, o Estado opera como um importante instrumento ideológico de legitimação e promoção das ideias da classe dominante como sendo as mais adequadas e viáveis. Porém, não sem conflitos que são diferentes a cada tempo e território. Como o *locus* da correlação de poder e dominação, o Estado também precisa mediar interesses das diferentes classes e camadas da sociedade que, ora mais, ora menos organizadas e com força de incidência, vão cravando cunhas de sustentação de demandas e exigências. Os direitos sociais fundamentais que em determinadas circunstâncias concretas polarizam com os direitos civis à propriedade privada inscritos nas constituições dos países democráticos são um exemplo disso. A moradia como direito ou como patrimônio com o qual se pode especular irrestritamente é um caso emblemático.

Na quadra histórica demarcada pelo capitalismo neoliberal, em que o empreendimento urbanizador avança sob o espaço planetário como estratégia de reprodução sistêmica de capital, o Estado obviamente cumpre papel central. Aliás, dizer neoliberalismo é justamente dizer Estado alinhado para a máxima racionalidade da liberdade dos mercados. Com relação ao papel do Estado no projeto de urbanismo neoliberal, Neil Brenner afirma:

diante de toda a diversidade contextual e mutação evolutiva, o denominador comum dos urbanismos neoliberais é o projeto fundamentalista do mercado de ativação das instituições públicas locais

e capacitação dos atores privados para estender a mercantilização no tecido social urbano, coordenando a vida coletiva da cidade através de relações de mercado e promovendo, assim, o desmantelamento de espaços urbanos não mercantilizados e autogestionários” (2016, p. 11).

O caso concreto da crise da moradia na Espanha demonstra paradigmaticamente tal processo de alinhamento. Ao longo de décadas o Estado foi sendo adaptado para assegurar o respaldo institucional na forma de mudanças de legislações e aparato jurídico e policial, além de posturas políticas e discursivas de promoção da estratégia do mercado. E, no momento da crise, assegurando uma gestão que socializou os riscos e perdas em proteção aos grandes interesses privados.

No território espanhol, é importante situar que a partir do governo ditatorial franquista o Estado passou a adotar caminhos diferentes do contexto europeu à época. Ao estimular a propriedade de imóveis como alternativa habitacional, ao invés de políticas de regulação de aluguéis e oferta de parques públicos de moradia, a Espanha tomava rumos diferentes da maior parte dos países europeus. Uma frase célebre proferida em 1957 por José Luis Arrese, ministro da habitação do governo franquista, afirmava: “Queremos un país de propietarios, no de proletarios” (COLAU e ALEMANY, 2012, p. 23). Esse período marca a mudança de diretriz do Estado com relação à moradia. O projeto simultaneamente entregava ao mercado o papel de prover a moradia e atuava para desmobilizar o ativo movimento sindical da época, uma vez que trabalhadores endividados por décadas para tornar-se proprietários de sua casa não arriscariam seus empregos para participar de greves e protestos (COLAU e ALEMANY, 2012).

Na década de 1980, dois importantes ajustes legislativos foram fundamentais, sendo um deles em 1985, com o Decreto Boyer, alterando a Lei de Arrendamento Urbano, o que “liberalizou o mercado de aluguéis, acabou com os tetos de reajuste e limitou os contratos a no máximo cinco anos, tornando, assim, mais insegura a posse sob regime de aluguel” (ROLNIK, 1015, p. 75). O outro ajuste estruturante da década de 1980 foi a privatização dos bancos públicos espanhóis, condição *sine qua non* para o processo de financeirização da economia. Já na década de 1990 a aceleração do crescimento da produção imobiliária via hipotecas às famílias se fez notável. No entanto, foi com a mudança

da “Ley del Suelo”, chamado pelos espanhóis como “ley del todo urbanizable”, em 1998, que o projeto urbanizador avançou sob o território espanhol em escala e intensidade sem precedentes, instaurando o *boom* imobiliário (BORJA, 2010; GUTIÉRREZ e DELCLÒS, 2015 e 2017). Ao mesmo tempo que o Estado adotava medidas liberalizadoras para abrir caminho ao mercado imobiliário e financeiro, ia deixando depreciar o parque público de moradias. Atualmente, a Espanha tem cerca de 2% do parque de moradias destinado à proteção social, enquanto que a média europeia é de 9,3%²⁴ de parque público ou outras formas de moradia social via demanda das administrações.

Como já referido anteriormente, quando ocorre a crise hipotecária, em 2008, o Estado mobilizou-se em criar alternativas para resgatar as instituições financeiras. O principal instrumento criado para as operações de socorro às instituições financeiras foi o “Fondo de Reestructuración Ordenada Bancaria”²⁵, conhecido como FROB, entidade pública de direito privado que, entre outras operações realizadas com orçamento público, comprou ativos tóxicos – carteiras de hipotecas inseguras – de instituições financeiras. Em seguida, para gestionar as hipotecas inseguras, em 2012 foi criado um outro instrumento jurídico, a “Sociedad de Gestión de Activos Procedentes de la Reestructuración Bancaria – SAREB”. Na apresentação da instituição em seu site²⁶ na internet se lê: “Sareb es una empresa que forma parte del esquema planteado por el Estado español y las autoridades europeas para recapitalizar las entidades financieras más afectadas por la crisis financiera de 2008. No somos un banco, somos la compañía que absorbió los activos deteriorados de aquellas entidades”. Motivo pelo qual Sareb é a primeira instituição no *ranking* de que mais promovem despejos no território

²⁴ Dados informados pelo *Boletín Especial Vivienda Social 2020 - Ministerio de Transporte, Movilidad y Agenda Urbana Sanidad de España*. O mesmo documento informa sobre dados de outros países europeus no que refere ao parque de moradia de proteção social, como segue: Holanda – 30%; Áustria – 24,1%; Dinamarca – 20,9%; Suécia – 19%; Ucrânia – 17,6%; França – 16,8%.
Mais informações em <https://apps.fomento.gob.es/CVP/handlers/pdfhandler.ashx?idpub=BAW072>, acesso em 10 out 2021.

²⁵ FROB foi oficialmente instalado pelo Real Decreto Ley 9/2009 e pode ser visto em <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2009-10575>, acesso em 10 out 2021.

²⁶ Sobre SAREB, ver mais em: <https://www.sareb.es/nosotros/quienes-somos/>, acesso em 10 out 2021.

Espanhol. Assim, novamente, o Estado atua na conjuntura de crise desnudando o mito da liberdade dos mercados e da austeridade nos gastos do Estado como uma diretriz pública.

Enquanto isso, milhares de famílias perdiam suas casas e, pela legislação espanhola, eram condenadas a dívidas impagáveis, como já foi dito, enquanto o Estado atuava em favor das instituições financeiras, promovendo ele mesmo o crescente acúmulo de moradias espoliadas para fins de especulação. Contexto que gerou massiva indignação da população espanhola e que fez surgir importantes movimentos sociais e ciclos de protestos, do qual o 15M, também conhecido como Los Indignados, marcou a história da Espanha.

Pós contexto de crise aguda, novos alinhamentos no sentido da liberalização do mercado de aluguéis têm sido objeto de acordos e recomendações emitidas pela instância supragovernamental União Europeia ou por instâncias de crédito internacional, como FMI e Banco Mundial. No caso dos países europeus, a União Europeia tem sido um ator ativo no processo de fomento ao mercado privado de alugueis de moradia, tomando este como um promissor e central setor da economia. O livro “La financiación de la vivienda – tendencia, actores y procesos”, publicado em 2020 pela Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade, aborda este processo em seu caráter de “transición del antiguo sistema productivo europeo a un modelo basado en el alquiler.” (p. 38). O texto segue fazendo um paralelo lamentavelmente plausível:

recuerda el muy poco equitativo siglo XVIII: entonces, la riqueza estaba principalmente en la tierra, la cual, en su mayor parte, era propiedad de la aristocracia. La aristocracia obtenía rentas lo más altas posible del campesinado, mientras que los propios aristócratas estaban en gran medida exentos de impuestos. Hoy en día, las fuentes de ingresos se concentran en las ciudades, donde las sociedades anónimas tienen vía libre para extraer la riqueza de los alquileres, a la vez que evitan pagar impuestos (p. 38).

Exemplos apresentados no mesmo livro passam por medidas de benefícios fiscais para investidores estrangeiros e outras, a exemplo da pressão sob os Estados do Leste Europeu para que vendam o parque público de moradias que ainda possuem como é o caso do “Memorando de Troika”, que impôs à Portugal a derrubada de medidas de controle da alta dos preços de aluguel, ou ainda, a imposição à Holanda que fixe limite de renda para acesso ao parque público de

moradia social, que ainda corresponde à 32% do parque total de moradia. Na publicação de 2016 da mesma articulação de coletivos - a Coalizão de Ação Europeia pelo Direito à Moradia e à Cidade - intitulada "La Resistencia a los Desahucios en Europa", há o relato de leis severas pelas quais o Estado pune duplamente a população, sobretudo a mais empobrecida. Um dos exemplos de leis aplicadas pelo Estado que penalizam a pobreza é o caso da Hungria em que há decreto proibindo a permanência e pernoite em espaços públicos das cidades, delito para o qual há multa de 530 euros ou pena de 60 dias na cadeia. Em Londres o Conselho Municipal tentou introduzir um decreto intitulado "Orden de protección de espacios públicos", tipificado como delito com multa o ato de dormir na rua e exercer a mendicância, medida que foi revogada após um mês de vigor mediante protestos de entidades de defesa de Direitos Humanos (p.38).

Em "El delito de ser pobre: una gestión neoliberal de la marginalidad", Alberto Sales i Campos argumenta que

La criminalización de las situaciones de pobreza y de exclusión social y la imposición de la discusión de la eficiencia en la atención social y en la inserción laboral justifican la transición del «wellfare» al «workfare». En lugar de garantizar derechos, se establece como meta la entrada de las personas excluidas a un mercado laboral que, en el mejor de los casos, les ofrece una sucesión de empleos mal pagados e inestables. A quien no asuma su destino se le reserva el constante enfrentamiento con las instituciones represivas y con el sistema penal (2014, p. 15).

Cenas que fazem recordar a acumulação primitiva conforme descreve Marx: cercamento e inviabilização do acesso à terra – no caso à moradia que é convertida em capital -, expulsão da população "sobrante" para as margens das cidades e regiões metropolitanas, numa condição empobrecida e assujeitada a trabalhos precarizados. E, como se não bastasse, aos indivíduos que não conseguirem manter suas necessidades básicas via as trocas no mercado, resta a criminalização de sua condição de pobreza.

Tudo isso faz lembrar o quão antigos são alguns métodos do capitalismo para impor-se e sustentar-se, sobretudo em ciclos de crise. Da acumulação primitiva que viabilizou o surgimento do capitalismo, como descreve Marx (Livro I, vol 2, cap. 24), a contundente afirmação de Rosa Luxemburgo sobre o caráter contínuo das estratégias de espoliação, associadas à exploração do trabalho

como mecanismos permanentes e articulados para sustentar a reprodução capitalista. Teoria que David Harvey atualizou na categoria da acumulação por despossessão para visibilizar esse processo que é “internalizado e contínuo” no capitalismo (2013, p. 20).

3.9 A dimensão vivida das vidas precarizadas: relatos de vivências

Uma narrativa e análise genérica dos processos sociais não bastam para visibilizar a esfera e escala onde se materializam e corporificam as contradições de forma mais dura, mas também onde habitam as fissuras e escapes. Essa esfera é o cotidiano e essa escala pode ser o lar de uma família ou o corpo como espaço e território atravessado por múltiplos conflitos de poderes. Corpo que é sempre distintamente afetado a depender da classe, do gênero, da etnia, de portar alguma deficiência ou outros marcadores convertidos socialmente em condicionalidades de existência.

Melissa Garcia Lamarca (2019), em artigo cujo argumento é resumido no título “Deuda hipotecaria fallida, persona fallida: la financiarización de la vivienda y de la vida en Cataluña”, afirma: “Al preguntar cómo la financiarización de la vivienda durante el boom inmobiliario se relaciona con la experiencia vivida por personas hipotecadas que ya no pueden pagar su deuda, el artículo trata de manifestar cómo el proceso de hipotecar la vivienda puede ser equivalente a hipotecar la vida misma”(p. 2). A autora chama a atenção para a necessidade de visibilizar como as pessoas, seus corpos e subjetividades, foram profundamente afetados pelo processo de precarização imposta pela aposta financista-imobiliária em cooperação por ação ou omissão do Estado. É sobre isso que testemunha Lali, argentina que morava na Colômbia de onde migrou em 2006, em busca de serviço médico especializado para uma doença grave na coluna que acometia seu filho. “Cuando pierdes el techo y pierdes el piso, lo pierdes todo: pierdes la seguridad, la contención y se vuelves como un terremoto, un maremoto y un huracán todos juntos” (Apêndice C).

Uma condição de precariedade imposta, conforme termo proposto por Judith Butler (2018) para referir a condições de insegurança e vulnerabilidade geradas por opções políticas governamentais e de atores econômicos na forma

de distintas medidas, negligência ou violência que afetam diferencialmente a vida de grupos sociais.

3.9.1 Vulnerabilidades impostas: o adoecimento dos corpos desde uma perspectiva de gênero e da condição de migrante

Conforme estudos realizados em parceria entre órgão da administração pública de Barcelona, movimentos sociais e ONG ligados ao tema da moradia, publicados na forma de informes, a insegurança habitacional atua como desencadeador e agravador de doenças diversas. Um exemplo é o Informe III²⁷, intitulado “Radiografias sobre a situação do direito à habitação, a pobreza energética e o seu impacto na saúde em Barcelona”, de 2018. O estudo teve como metodologia a realização de entrevistas com profundidade com 167 pessoas com problemas de moradia que buscaram a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas – PAH – e/ou a Aliança contra a Pobreza Energética – APE. Além de uma análise de perfil evidenciando particularidades da situação a depender do gênero e da condição de imigrantes, que serão abordadas adiante, o estudo comparou dados das pessoas em insegurança habitacional com dados gerais da população de Barcelona. Do grupo pesquisado 72,9% são mulheres e 2/3 são imigrantes (53% de origem do Equador, seguidos de República Dominicana e Marrocos). Dentre os imigrados, 93% chegaram na Espanha há mais de 10 anos, no entanto, apenas 6,4% encontravam-se em situação documental regular.

Em termos de queixas relacionadas à saúde física, o estudo afirma que 30% dos homens e 54,8% das mulheres da PAH e/ou APE alegam que seu estado de saúde estava ruim ou muito ruim, enquanto que entre a população geral de Barcelona, observa-se que 15,5% dos homens e 22,6% das mulheres declararam sua percepção acerca de seu estado de saúde como ruim ou muito ruim. Em termos de queixas com relação à saúde mental, o estudo demonstra que 70% dos homens e 82,3% das mulheres da amostra apresentam saúde mental ruim. Na

²⁷Produzido nos marcos de convênio com a administração de Barcelona (departamentos de Direito à Moradia e à Energia: empoderamento coletivo e assessoramento jurídico e social de Agência de Saúde Pública – ASPB) e os movimentos sociais Aliança Contra a Pobreza Energética (APE), Engenheiros sem Fronteiras (ESF) e Plataforma de Afetados pelas Hipotecas (PAH), além da ONG Observatório de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ODESC).

população de Barcelona, as percentagens eram de 16,5% nos homens e 20,3% nas mulheres apresentando queixas com relação a saúde mental (Informe III: Radiografia sobre a situação do direito à habitação, a pobreza energética e o seu impacto na saúde em Barcelona, 2018, p. 27/28; tradução própria).

O mesmo informe afirma de forma categórica que a falta de acesso a uma moradia digna pode afetar a saúde mental e física das pessoas de maneiras diferentes, dependendo dos diferentes eixos de desigualdade (gênero, idade, classe social, etnia ou território). Conforme dados do estudo, a composição familiar entrevistadas era muito diferente de acordo com o sexo. Com relação aos homens, 40% enfrentavam o problema da moradia vivendo sozinho. Já entre as mulheres, 40% delas eram arrimo de família, ao que o estudo denomina como condição de família monomarental. Com relação à renda, o estudo mostra que 72,2% dos homens entrevistados mantinham-se com renda de até 750 euros. Dentre as mulheres que viviam com um ou mais filhos, 72% delas mantinham suas famílias com a mesma faixa de renda, ou seja, menos de 750 euros (p.18). Ou seja, não há uma diferença de renda entre homens e mulheres entrevistados, o que há é a desigual repartição da responsabilidade com a guarda dos filhos. Em decorrência disso, enquanto 22% do público masculino entrevistado viviam em uma moradia ocupada, dentre as mulheres esse índice era de 30%, ainda que essa seja a mais insegura alternativa habitacional.

Segundo o Informe II²⁸, dedicado a analisar desde uma perspectiva de gênero a problemática da habitação e da pobreza energética, em 80% dos casos de famílias mantidas por um adulto apenas, essa pessoa é do sexo feminino. Disso decorre a substituição do termo família monoparental para família monomarental. O estudo afirma que a condição desigual das mulheres no mercado de trabalho, assim como a carga excessiva e desigual de responsabilidades com as tarefas do lar e dos cuidados de menores e idosos são fatores que se sobrepõem acarretando maiores dificuldades no acesso a demandas essenciais da vida, tais como a alimentação e moradia.

Quando falamos da crise multidimensional que vivemos desde cerca de 2008, muitas vezes esquecemos a chamada “crise do cuidado” que é,

²⁸ Radiografies de la situació del dret a l'habitatge, la pobresa energètica i el seu impacte en la salut a Barcelona II. Perspectiva de gènere sobre el dret a l'habitatge i la pobresa energètica a Barcelona (2018) <https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2018/10/Estudi-Genere-ASPB-ODESC-ESF-alta.pdf>.

sem dúvida, a mais antiga e está na origem dos pilares que ainda sustentam a desigualdade de gênero e sua influência em fatores como acesso à moradia e suprimentos básicos (Informe II, 2018, p. 20, grifos do original e tradução própria).

O estudo segue afirmando que dentre as mulheres em situação de vulnerabilidade, ou risco de, as mulheres imigrantes encontram ainda maiores dificuldades para a manutenção de suas vidas e de suas famílias.

Ao refletir sobre as tarefas do cuidados, é fundamental falar sobre as trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico e do cuidado representa 5% dos empregos e estes são ocupados por mulheres em 90% dos casos; sendo que de 50 a 60% destes são ocupados por trabalhadoras migrantes. As condições de trabalho são muitas vezes precárias, sem acesso à cobertura e proteção jurídica. É por isso que a taxa de risco de pobreza que afeta a este público ultrapassa 80% (Informe II, 2018, p. 23, tradução própria).

Nos testemunhos colhidos em entrevistas com as mulheres imigrantes, ficaram evidentes as sobreposições de diferentes fatores decorrentes da condição de gênero e etnia na inserção laboral e na sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados, operando como agregadores de riscos e gravidade da vulnerabilidade habitacional. Das oito mulheres ouvidas sobre suas vivências pessoais de problemas com a moradia – todas imigrantes - quatro trabalhavam na área da limpeza e cuidado e duas em outros serviços, porém sem registro laboral formal. Outra vivência que se repetiu entre as entrevistas foi o conflito conjugal e a separação como fator desestabilizador da renda familiar que, ou acarretou a impossibilidade de pagamento das hipotecas ou agravou a problemática já estabelecida, deixando-as sozinhas para enfrentar o problema da moradia e a manutenção da família. Cinco delas atravessaram tudo isso arcando com a responsabilidade da guarda de filhos menores de idade e duas, além de filhos, tinham seus pais idosos morando junto e arcavam com a responsabilidade do cuidado destes.

A peruana Maria Elena, após passar por uma separação conjugal, ficou sozinha arcando com o cuidado de um filho ainda na primeira infância e de sua mãe em tratamento de câncer. Isso enquanto trabalhava longas jornadas como camareira para arcar com o sustento da família e o pagamento da hipoteca, condição que suportou por três anos. Com a inadimplência, Maria Elena perdeu sua casa. Com profunda indignação, ela testemunha:

8 años de pago. Pero eso no contaba porque cuando me fui informando se ve que no había pagado nada, sólo intereses. Entonces me dio rabia, impotencia. Y toda la información que iba teniendo, preguntando al banco, era verdad lo que decía la PAH también. O sea, no paga nada, estaba dando de comer al banco. Y yo dejando de comer para pagar a los bancos. Al final decidí no pagar más (MARIA ELENA, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

Tiucha, também peruana, havia pago sua hipoteca por 10 anos, quando instalou-se a crise e a impossibilidade de seguir pagando e, nessa situação, ainda teve que enfrentar uma separação.

[...] no ha sido un divorcio. Es que mi marido, como todo hombre, un cobarde, me dejó con todo eso. No me he divorciado, pero, se fue de mi casa. Se fue y me dejó. Yo tuve el valor de salir adelante, con la ayuda de mi hija y de mi padre que vive conmigo y sigo luchando para tener ahora el piso.

Y, de salir de eso, me dio un cáncer y me jubilaron. A raíz de esto, ahora, me dio trigémino. [...] Es una inflamación en el nervio central de la cabeza. Entonces, mira, yo tengo eso para hablar... yo tengo parálisis facial. Hay días que no puedo ni hablar, que mi lengua se traba. Si me ves que estoy dormida, como decirle, es que me da una crisis; es como un epiléptico que me da. Y cada vez que me despertaba de la convulsión era como si hubiera dormido 24 horas seguidas. Todo eso ha empezado después de los problemas con mi vivienda. O sea, desde que perdí el piso era como un bajón para mí (TIUCHA, Apêndice C, Sobre gênero e etnia).

Com a equatoriana Manuelita a história não mudou muito. Ela e seu esposo haviam pago a hipoteca por 9 anos e perderam o imóvel após diminuir a renda dos trabalhos informais que exerciam, como normalmente ocorria com imigrantes. Seu companheiro regressou para seu país de origem, na América Latina e Manuelita ficou com sua filha menor de idade, mantendo a família com serviços esporádicos de limpeza. Logo não pode mais arcar com a hipoteca e perdeu seu apartamento.

3.9.2 Vulnerabilidades impostas: o adoecimento da alma

As implicações da insegurança residencial na saúde mental têm sido amplamente abordado em pesquisas (PANYELLA, 2015; VÁSQUEZ-VERA, 2016, 2017). A face mais extrema deste drama está nos indicadores de casos de suicídio de populações afetadas em comparação com indicadores médios da população espanhola. As angustiantes palavras de Lali demonstram como é sentir-se sem saídas:

Entonces, la bola se convierte en un lugar sin salida. No te dejan alternativa. Luego, todo lo que es la parte práctica, la parte económica, está también la parte emocional y todo lo que sufrimos. [...] Llega una hora que uno llega al estado de locura. ¡Todos los que pasamos por este lugar pensamos en la muerte, todos los que pasamos por este lugar llegamos a odiar todo! ¡Cuando pierdes el techo y pierdes el piso, lo pierdes todo! Pierdes la seguridad, la contención y se vuelve todo como un terremoto, un maremoto y un huracán todos juntos (LALI, Apêndice C, Sobre pobreza e imigração).

Segundo informações divulgadas pela PAH e outras entidades²⁹, O drama de ver-se sem saída é testemunhado por várias pessoas que o viveram no livro “Voces y Miradas”, produzido pela PAH e a Agência de Saúde Pública de Barcelona, prefaciado por Raquel Rolnik e publicado em 2018. Nas páginas do livro, as palavras de Jordi demonstram o estado extremo de ver-se sem saída a que chegam às pessoas que enfrentam essa situação: “Necesitan una solución ya, que no pueden tener sobre todo a sus hijos desatendidos, sin comer, sin... que todo eso lo único que trae es eso, es depresiones, enfermedad, suicidios, es que todo, trae todo, es que la gente se le va a la olla y acaba haciendo locura” (p. 38).

Trata-se de um autêntico e duro processo de precarização da vida mesma em decorrência de endividamentos e da imposição da lógica de mercado à moradia. “Son dinámicas que demuestran cómo los procesos contemporáneos de

²⁹ Em nota de 26 de julho de 2017 a PAH Madri afirma que entre 2008 e 2015 13.000 suicídios na Espanha são imputáveis o movimento afirmou ser o “terrorismo financeiro”; ver em <https://www.afectadosporlahipotecamadrid.net/wordpress/2017/07/26/mas-de-13000-suicidios-imputables-al-terrorismo-financiero-de-2008-a-2015/>, acesso em 6 set 2021.

Segundo matérias do jornalista econômico Eduardo Lisarraga, publicada na página web “aquimicasa”, dedicada a informações gerais sobre temas imobiliários, os suicídios são a primeira causa de morte por causas não naturais no Espanha, representando o dobro das mortes em relação à acidentes de trânsito e 11 vezes mais que homicídios. Segundo a matéria, “Las causas económicas que conllevan la pérdida de la calidad de vida de la persona están detrás de casi el 50% de los suicidios o sus intentos. El desahucio es una de las más presentes”. A matéria completa encontra-se em <https://www.aquimicasa.net/blog/vivienda/compraventa-de-viviendas/las-cifras-ocultas-de-los-suicidios-por-desahucio/>, acesso em 06 set 2021.

Por fim, na página https://15mpedia.org/wiki/Lista_de_suicidios_relacionados_con_desahucios_en_Espa%C3%B1a encontram-se uma enorme lista de casos e o relato do contexto em relação ao problema da moradia pelo qual passava a pessoa que cometeu o suicídio. Ao final desta mesma matéria há uma ampla relação de links de matérias e referências sobre a problemática. Acesso em 065 set 2021.

financiarización se entrelazan con la política de la vida y producen relaciones de capital-vida-sujeto” como afirma Garcia Lamarca (2019, p. 2).

São contradições que afetam múltiplas escalas e dimensões sociais produzidas pelo sistema em suas estratégias de reprodução. Em termos marxistas dialéticos, posição na qual se pretende esta tese, são contradições dentro das quais está contida a força que engendra movimento. É disso que trata o próximo capítulo no qual efetivamente o movimento da correlação de forças se apresenta.

CAPÍTULO 04

AS LUTAS PELO DIREITO À CIDADE: LOS INDIÑADOS E A PLATAFORMA DE AFETADOS PELAS HIPOTECAS

4.1 Introdução

Se a urbanização é tão importante para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então a luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida (HARVEY, 2014, p. 209).

À luz da compreensão expressa por Harvey, e em concordância com ela, este capítulo volta-se a apresentar a reação histórica do povo espanhol ao desmonte das condições materiais de reprodução da vida agravados e explicitados na crise de 2008. Das contradições à dialética manifesta em duas potentes forças políticas forjadas como respostas àquele contexto - que se estende no tempo com novas feições –, este capítulo dedica-se a apresentar o ciclo de protestos conhecido como 15M ou *Los Indignados* e o movimento social Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, a PAH, com especial atenção à PAH.

Como exercício de vergar o método materialista histórico e dialético para olhar a escala do miúdo e do tempo da feitura cotidiana, os dois capítulos que seguem serão fortemente marcados pelos testemunhos de quem viveu e vive a problemática pesquisada. Dessa tessitura, desejo mostrar as contradições geradas pelas estratégias concebidas por forças de ordens distantes e como as contradições destas são vividas e percebidas por gente comum, em seus cotidianos. Especialmente, desejo que os retratos feitos do relato possam mostrar evidências da dialética em atos, forjando eventos, novos atores, discursos e força política de incidência.

Quem sabe, a experiência dos Indignados e da PAH contadas em feitos simples, nem por isso pouco importantes, possa inspirar ou ofertar pistas e

aprendizados inspiradores. Isso porque a formulação e experimentação de práticas cotidianas articuladas em redes e estrategicamente dirigidas para o que amplamente a tese situa na bandeira do Direito à Cidade, frente à pressão neoliberal da racionalidade de mercado em todas as esferas da reprodução social da vida, é um desafio global.

4.2 Da contradição à dialética: da condição de afetadas à ativistas da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas /PAH

En nuestro país, el estallido de la burbuja inmobiliaria marcó un punto de inflexión en el panorama social, económico y cultural. Los mitos que se habían instalado en el imaginario popular como dogmas de fe infranqueables empezaron a hacerse añicos. Leyendas urbanas como las que pregonaban que los precios de las viviendas no podían bajar fueron cayendo por su propio peso, y el mito de que el mercado libre no se puede intervenir se resquebrajó con las inyecciones de dinero público en el sector bancario (COLAU y ALEMANY, 2012, p.90).

Era um contexto em que cresciam os despejos por dívidas hipotecárias; em que as dívidas não eram saldadas com a retirada da moradia pelo banco, restando para as famílias dívidas impagáveis. Enquanto famílias ficavam sem um lar, tomadas por desespero e jogadas a uma condição de precariedade imposta (BUTLER, 2018), bancos acumulavam imóveis sob a operação do aparato jurídico e policial do Estado, enquanto este respondia à crise com medidas de austeridade. Era um contexto em que a narrativa vigente na mídia acusava as famílias hipotecadas de “querer viver por encima de sus posibilidades” (Santi e Ernesto, Apêndice C).

Por outro lado, era um contexto em que ativistas dos Direitos Humanos buscavam respostas frente à crise em que a sociedade havia sido jogada. Lucía Delgado, ativista da PAH Barcelona desde a primeira troca de ideias para a criação do movimento até os dias de hoje, relata como se deu esse processo:

hacían oficinas de derechos sociales de diferentes casos, en edificios ocupas que trabajaban con la gente. Tenían diferentes tareas, trabajos. Todavía, como una ala que había, de trabajar con gente que no tenía papeles, lo hacían asesorías colectivas, legales. [...] Pues, vino algunas personas a esa oficina, con problemas de hipotecas. Era gente migrante que acudió por una asesoría jurídico legal por el tema hipotecario. Entonces fue ahí un poco que... “¿ostras, que está pasando aquí?”

Y, todo eso, toda la gente que venía del V de Vivienda, que tenían una experiencia brutal en este tema de vivienda y acceso, de este tema, en el caso de los jóvenes. Y pues, por todo que había pasado a niveles del Estado español, porque habíamos vivido una burbuja inmobiliaria brutal. [...]

Pues se forma un grupito, para pensar en un mecanismo de respuesta a las familias que supuestamente se habían endeudado para generar vivienda. Entonces, hacíamos reuniones en un bar, pues, hacíamos esto, hablábamos sobre cómo íbamos, de qué manera creíamos que era lo mejor para hacer un llamamiento a estas personas. Nuestra hipótesis era que eran muchas que se habían hipotecado y que no iban poder pagar y estarían por ahí y que, en algún momento les echarían de su casa, y estarían por ahí, sin saber lo que hacer. Porque no se estaba dando respuesta de ningún tipo.

Entonces, para llegar a ellas, pues, básicamente los que hicimos fue empapelar Barcelona. Con un mensaje claro y conciso: “Si estás endeudado y no tienes para pagar tu hipoteca y te van a desahuciar, pues viene tal día, tal hora y tal lugar (LUCÍA, Apêndice C, Sobre a PAH).

A PAH constitui-se a partir da ação de um grupo de ativistas para mobilizar esforços na criação de mecanismos concretos capazes de enfrentar o problema que num primeiro momento foi pautado por uma família de imigrantes, mas que sabidamente era um problema de milhares de famílias que haviam se endividado durante “la fiesta inmobiliária” e que estavam prestes a perder suas moradias por dívidas hipotecárias.

Entonces, en este día se convocó esa reunión, que vieron un montón de gente. Tampoco teníamos la expectativa de cuánta gente venía. Y a raíz de ahí, empezamos a hacer la prueba y error. Es lo que es la PAH: aprender a gestionar gente que no conoces, porque básicamente es esto; asesorarnos y intentar formarnos a nosotros mismos e idear mecanismos de respuesta para visibilizar el problema. Un poco empezamos así (LUCÍA, Apêndice C, Sobre a PAH).

Assim nasceu em Barcelona a PAH, tendo como ato inaugural a primeira Assembleia de assessoramento coletivo em 22 de fevereiro de 2009, num espaço chamado Casa da Solidariedade, no bairro Raval, na qual chegaram cerca de 70 pessoas afetadas, conforme relata Ada Colau, em João França (2018, p. 26). Um novo movimento social que é, ele mesmo, uma paradigmática síntese dialética, já que forjou-se do cerne de uma contradição, de um problema concreto e grave em reação e enfrentamento a ele. Com a intenção de apresentar-se com um nome capaz de interpelar, por ser “claro, descritivo y directo” (FRANÇA, 2021, p.14), a PAH constituiu-se enquanto um espaço aberto e dirigido às pessoas afetadas pelo

problema da moradia, num primeiro momento pelas dívidas hipotecárias. Isso significava uma mudança de lógica, pois não se dirigia a ativistas, mas às pessoas que viviam o problema. Partia-se do pressuposto de que o chamamento iria “encontrar una ciudadanía que sintiera la rabia de haber sufrido una estafa colectiva” (FRANÇA, 2021, p. 14), o que em realidade não aconteceu; o sentimento e sentido trazido pelas pessoas que chegavam nas assembleias da PAH eram uma profunda vergonha, fracasso pessoal e esgotamento físico, mental e emocional por não encontrar alternativas junto aos bancos e serviços públicos.

Este proceso de culpabilización se acentúa si las personas tienen hijos a su cargo. La angustia, la tensión permanente y el insomnio se apoderan de sus vidas en un proceso que, si no se endereza, puede acabar en la desestructuración familiar.[...] una gran parte de las personas que han atravesado esta experiencia han pensado en un momento u otro en quitarse la vida (COLAU Y ALEMANY, 2012, p. 94).

Enfrentar o sentimento e sentido de culpabilização das pessoas afetadas foi a primeira grande batalha da PAH. Segundo testemunho de Ernesto Morales, “Una cosa que consigue la PAH, que era impensable, fue apuntar a los bancos como culpables y discriminar a las familias que no podían pagar sus deudas. Y eso es la gran batalla que la gana la PAH. Ahí construyeron una nueva hegemonía”. Um enfrentamento que, antes de ser “para fora”, disputando o discurso vigente e apontando os responsáveis pelo que se passava, foi um enfrentamento “para dentro”. Foi preciso ressignificar a forma como as pessoas que chegavam às assembleias entendiam o que se passava, especialmente tornando visível, através da partilha dos casos na dinâmica de assessoramento coletivo, que não se tratava de um tema pessoal e sim um problema coletivo.

con frases bases que todo el mundo pueda replicar, esto como “tú no eres culpable, no estás sola”. [...] Porque te han ido repitiendo que eres, que tú eres el culpable. En la realidad cuando tú te encuentras en una asamblea, en un espacio con gente que no conoces, con 100 personas que no conoces, y casi siempre la misma historia, pues, evidentemente al final, cuando veo un montón de gente igual que yo, como no soy la única que está pasando por eso es porque no soy la culpable. [...] O sea, realmente se ha ido desmontando una serie de mitos después de que la PAH empezó a decidir todo eso (ERNESTO, Apêndice C, Intestigadores).

O livro “Habitar la Trinchera”, de João França (2018), apresenta o testemunho de um dos fundadores da PAH, Ernest Marc, sobre o desafio de deparar-se com Assembleias cheias de pessoas trazendo seus problemas

concretos e urgentes, ao invés de conduzir reuniões de ativistas bem intencionados debatendo suas análises da realidade. Segundo Ernest, esse foi um grande salto que dava vertigens a quem estava intensamente implicado naquele processo. Na busca de respostas e experiências que pudessem ajudar a enfrentar esse desafio, conforme relatam Ada Colau e Adrià Alemany (FRANÇA, 2018), encontraram um coletivo em Madri chamado Ahorados por la Hipoteca³⁰, [em português seria Afogados pelas Hipotecas]. Este coletivo reunia majoritariamente imigrantes latino-americanos autorganizados para denunciar e ajudar-se mutuamente para enfrentar os abusos cometidos pelos bancos.

4.3 O movimento social

Por ainda não tê-lo feito em outro momento desta tese, é importante brevemente afastar-se da narrativa dos conflitos e processos organizativos estudados, para, antes, referenciar a categoria de movimentos sociais com a qual se lida com os processos organizativos e de luta em tela. E isso partindo da abordagem clássica de Sidney Tarrow (2009), para quem as pessoas juntam-se e dispõem-se para o confronto político por identificar que suas oportunidades e condições de existência estão sendo comprometidas por medidas e forças alheias. Esse, como permite entender o autor, é um saber acumulado evolutivamente e compõe nosso repertório de sobrevivência coletiva enquanto espécie. “Os trabalhadores sabem como fazer greves porque gerações de trabalhadores o fizeram antes deles; os parisienses erguem barricadas porque as barricadas estão inscritas na história do confronto parisiense; os camponeses tomam terras portando símbolos que seus pais e avós usaram no passado (TARROW, 2009, p. 40).

Insatisfações e necessidades compõem a substância básica que, com alguma intencionalidade e impulso de mobilização, geram confrontos e protestos. Estes “quando as oportunidades políticas se ampliam, quando demonstram

³⁰ Sobre o coletivo Ahorados por la Hipoteca, segue adiante o link do blog, nele, as criadoras afirma: “Seremos cazadoras de historias. Intentaremos que nuestro blog sea un canal para la Comunidad Latinoamericana en España”. <https://blogs.20minutos.es/latino/2009/03/18/ahorcados-las-hipotecas-la-calle/>, acesso em 29 nov 2021.

potencial para alianças e quando revelam a vulnerabilidade dos oponentes" (Ibid, p. 43), podem avançar para processos sustentados do tempo. Ao gerar um ambiente de oportunidades, o que no início partiu de iniciativa de poucos indivíduos, normalmente ativistas, toma força de mobilização de outras pessoas comuns que veem naquele processo a possibilidade de sucesso no pleito com o qual tomam partido. Assim se forjam os ciclos de protestos. Segundo Tarrow (2009), essa é a base da ação coletiva de confronto, que, por sua vez, "é o ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções" (TARROW, 2009, p. 19), quando sustentada, torna-se um movimento social. Somente processos sustentados de enfrentamento a situações, estruturas e atores que engendram opressão podem ser designados como movimento social.

Um movimento social forma-se ao reunir pessoas comuns que, no coletivo, na reunião entre pares, vêm-se capazes de enfrentar contingências adversas e mobilizar redes de alianças para confrontar oponentes. Segundo esse autor, o principal papel dos movimentos sociais é "em primeiro lugar, preparar os desafios coletivos; em segundo, instigar redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais; e, em terceiro, construir a solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva" (TARROW, 2009, p. 20). Dito de outra forma, o movimento social engendra organização, elabora a narrativa do problema e pleito, posiciona-se como voz de uma coletividade para socializar tal narrativa, mobilizando identidades e alianças para incidir na sociedade como um ator político. E nesse processo, mesmo quando falham em seu pleito, já colocam em movimentação as relações sociais e a política uma vez que constituem-se como atores políticos. Como afirma Tarrow (Ibid, p.22), os movimentos sociais têm poder quando, e justamente, "porque desafiam os detentores de poder".

Na abordagem forjada pela vivência política, militante e intelectual latino-americana de Luis Tapia, os movimentos sociais são atores capazes de gerar "ejes de rotación, movimentación y significación" em torno dos quais interagem na sociedade e, com isso, atuam fazendo política (TAPIA, 2014). Em outro texto, Luis Tapia (2008) afirma: "Cuando la forma de la política se ha encogido o vaciado, de tal modo que ya no contiene, procesa ni integra las demandas de amplios sectores, la política tiende a aparecer bajo otras formas, como desborde" (p. 57).

E justamente é nesse lugar que “Los movimientos sociales son el momento de fluidez y desborde de la sociedad civil, un mecanismo de reforma y renovación (Ibid, p.59).

Ainda referenciando para afirmar a importância do que significa dizer movimento social, e agora desde o principal referente sobre o tema junto aos movimentos sociais brasileiros, Maria da Glória Gohn afirma:

os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campos de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovação sociocultural. A experiência a qual são portadores não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência se recria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam (GOHN, 2011, p. 3).

Dirigindo o delineamento conceitual ao caso estudado, o contexto da crise de 2008 configurou o esgotamento, a situação limite da política e da democracia exercida pelos atores hegemônicos da política, do Estado e do mercado. As contradições geradas nesse processo transbordaram. Pessoas comuns “sem poder” enfrentaram os poderosos e geraram movimentação e deslocamento de forças e de significados. Nesses marcos, a PAH constituiu-se como um movimento capaz de sustentar sua pauta no tempo e ampliar-se no território e o 15M, aparentemente um ciclo de protestos, ao ser olhado com mais atenção, mostrou-se como um momento de estopim de indignação nas ruas e praças que, em seguida, diluiu-se para permear e inovar processos locais

4.3.1 A PAH: movimento social popular, aberto e plural

Em sua entrevista à pesquisa, Ernesto Morales, investigador do IGOP/UAB, reflete sobre a mudança paradigmática que faz a PAH naquele momento. Ele comenta que os movimentos de moradia existentes em Barcelona e na Espanha naquele período tinham um perfil de militância política mais tradicional, referindo-se especialmente ao movimento “*V de Vivienda*”, um movimento centrado na reivindicação de moradia acessível para jovens em busca de maior autonomia.

de un perfil altamente politizado de las que participaban al cual juzgaba mucho la gente, según mi opinión, porque si tú te comprabas una vivienda eras un capitalista. Entonces, el movimiento de ocupación tenía algo como muy antisistema y poco permeable a que hubiera otros tipos de colectivos.

Realmente las clases populares que han entrado, han sido víctimas del sistema y se compraron una vivienda y tal. Y yo creo que lo interesante de la PAH es que ellos deciden trabajar como iguales con ese perfil de gente [...]. Y ahí hay un giro en el movimiento de vivienda. Yo te dije que el V de Vivienda no era todavía movimiento popular. Era un movimiento de jóvenes concienciados, con formación o una trayectoria política. Pero el movimiento popular se da cuando la PAH se abre a la gente y no se la juzga, y se la explica: tú eres víctima de lo que ha pasado. Todo mundo está ahí. Hay un problema común.

Yo creo que la PAH es un espacio que incluso ayuda a acercar colectivos desde la diversidad. Porque ese le pasaba a alguien que era de Marruecos o podía le pasar a alguien que es de aquí, que incluso podría ser racistas (Ernesto Morales, Apêndice C, Investigadores).

A capacidade de atuar com uma diversidade significativa de pessoas, sobretudo desde a perspectiva étnica e da condição de imigrante é apontada como um diferencial da PAH. “La PAH, como hemos comentado, es el único movimiento de los cartografiados con una capacidad significativa de penetración en los barrios populares” (MORENO et al, 2016, p. 256). Assim afirma o artigo resultado de pesquisa contínuas nas cidades de Barcelona e Madri, iniciada em 2013 sob o título “Barrios y Crisis”, e posteriormente intitulada “Barrios y Innovación”, jogando luz à capacidade de produção de alternativas e de incidência de movimentos sociais urbanos em enfrentamento à crise pós 2008.

A solidariedade concreta entre pessoas de diferentes origens étnicas é uma marca no DNA da PAH. Foi do problema concreto do endividamento hipotecário expresso primeiramente por imigrantes nas oficinas de Direitos Humanos de Barcelona que surgiu a PAH, como relata Lucía Delgado. Os relatos orais e documentados em uma diversidade de artigos compilados em SALA (2018) demonstram a importância dessa dimensão constituinte da PAH. A PAH mesma é um espaço constituído a partir da necessidade de enfrentar as contradições e vulnerabilidades impostas pelas estratégias dos atores de mercado globalizados que, no curso de ao menos três décadas, vêm promovendo deslocamentos de populações e reconfigurando a geografia do mercado de trabalho numa volume e amplitude nunca antes vista em escala global. Como explica Saskia Sassen é preciso entender as migrações como produto da atual estratégia e ajustes neoliberais, “como um conjunto de processos por meio dos quais elementos

globais são localizados, mercados laborais internacionais são constituídos e culturas de todo o mundo são desterritorializados[...], juntamente com a internacionalização do capital, como um aspecto fundamental da globalização de hoje” (SASSEN, 2010, p.104). Dessa perspectiva a PAH é uma síntese dialética não só da reação que emerge do problema da crise das hipotecas espanhola desta virada de milênio 2000, mas de uma contradição maior, de escala global e de temporalidade estendida com ajustes neoliberais das economias dos Estados-nação, forçando desterritorializações em processos aos que Sassen chega chamar de Expulsões (2016).

Assim, a PAH pode ser entendida como uma territorialidade que localiza e materializa as contradições da globalização neoliberal, dada pelo encontro de desterritorializados, seja de suas nações ou de suas casas. Mas também, e isso é o mais importante, pode ser entendido como uma territorialidade de encontro, acolhida e empoderamento para dar sustentação a uma luta cotidiana pessoal e coletiva centrada no acesso ao direito à moradia.

4.4 Sobre a matriz organizativa-metodológica da PAH

4.4.1 Assessoramento Coletivo

Segundo Lúcia Delgado, relato que também pode ser visto em Colau e Alemany (2012) e João França (2021), já no início do processo de organização da PAH havia a reflexão e opção por não realizar assessoramento e atendimento de demandas individuais. A aposta no assessoramento coletivo constituiu-se como um princípio organizativo e metodológico central do movimento. Segundo Lúcia, o assessoramento coletivo tem por inspiração as práticas do Movimento Zapatista e as práticas horizontais dos coletivos de defesa dos Direitos Humanos e altermundismo³¹ e consiste basicamente em, a cada Assembleia de acolhida de casos, criar um ambiente de escuta e animar a que as pessoas afetadas

³¹ Altermundismo é um termo que faz alusão ao slogan “um outro mundo é possível”, slogan que acompanha as edições do Fórum Social Mundial desde 2001, evento que articula e reúne periodicamente uma multiplicidade de atores da sociedade civil, intelectuais, artistas e políticos progressistas do mundo inteiro.

apresentem ao coletivo o seu problema e, em seguida, animar a quem já enfrentou situação similar para que partilhe os passos que deu para enfrentar, ou seja, seus aprendizados práticos, com o que lhe funcionou e o que não funcionou. As pessoas que dinamizam a Assembleia vão ajudando a fazer sínteses com o coletivo de quais passos simples e práticos podem ser dados para iniciar o processo de enfrentamento ao problema, a que serviço ou setor devem dirigir-se, com que documentos, o que pode demandar por ser seu direito. Nas figuras 13 e 14 pode ser visto um pouco do ambiente físico de proximidade e horizontalidade deste momento. Os passos e medidas orientadas a cada assembleia serão, na assembleia da semana seguinte, relatados e novamente debatidos coletivamente sempre que for necessário; “el problema es tuyo y te vamos a ayudar. Tú tienes que afrontar tu problema”, como explica em entrevista Ernesto Morales, sobre o processo pedagógico que vai produzindo empoderamento; “pero te hacen sentirte fuerte junto a los demás”, complementa Morales.

Andréa, que enfrentou três ordens de despejo em sua trajetória de luta por um aluguel social para morar com seu filho pequeno, conta como se dá esse processo em que a PAH cumpre o papel de munir de informações qualificadas, respalda e coloca-se ao lado, porém não faz por.

[...] me gusta, por eso, porque las cosas se dejan clara, y no se engaña tampoco. “No somos abogado, vale. No somos abogados ni somos ONG, ni nada. Te enseñamos cómo hacer las cosas”. [...] estoy aquí para hacer lo mío. Un tiempo tiene que pelear yo. No va a venir ni la compañera, ni nadie. Entonces, coger la lucha uno. Pero eso, sí o cuando yo necesite de apoyo, de compañeros, para ir al banco, si lo requiero, yo lo voy a pedir e van a ir (ANDRÉA, Apêndice C, Sobre papel da PAH).

Figura 13 – Assessoramento coletivo sobre problemas com aluguel



Fonte: acervo próprio durante observação participante: assembleia de *bienvenida* da PAH Barcelona em 02 de março de 2020.

Figura 14 – Assessoramento coletivo sobre problemas com aluguel

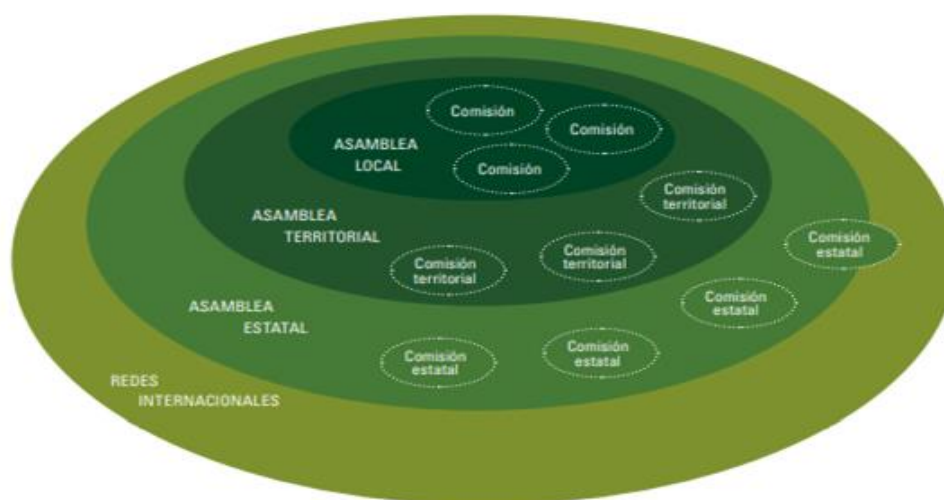


Fonte: acervo próprio durante observação participante: assembleia de *bienvenida* da PAH Barcelona em 02 de março de 2020.

4.4.2 Matriz organizativa *assemblearia*

A horizontalidade que marca a prática de assessoramento coletivo, igualmente marca a opção de matriz organizativa *assembleario* da PAH, a partir de núcleos, em que cada assembleia local é um nó em uma matriz de rede³², sem a existência das instâncias organizativas de base e direção, tradicionalmente presentes em movimentos sociais. Os núcleos se organizam na por cidade, mas também podem em diferentes escalas, como é o caso de Madri, em que existem núcleos *assemblearios* por distrito. Há ainda casos de núcleos regionais, reunindo em algumas de cidades. O que estabelece a existência de um núcleo ou assembleia da PAH é a prática de Assembleias sistemáticas, dentro dos marcos da política interna e metodologia estabelecidas pelo Livro Verde da PAH e pelas “líneas rojas”, devendo ser elas abertas, sem qualquer exigência de associação ou filiação.

Figura 15 – Matriz organizativa e sua competências

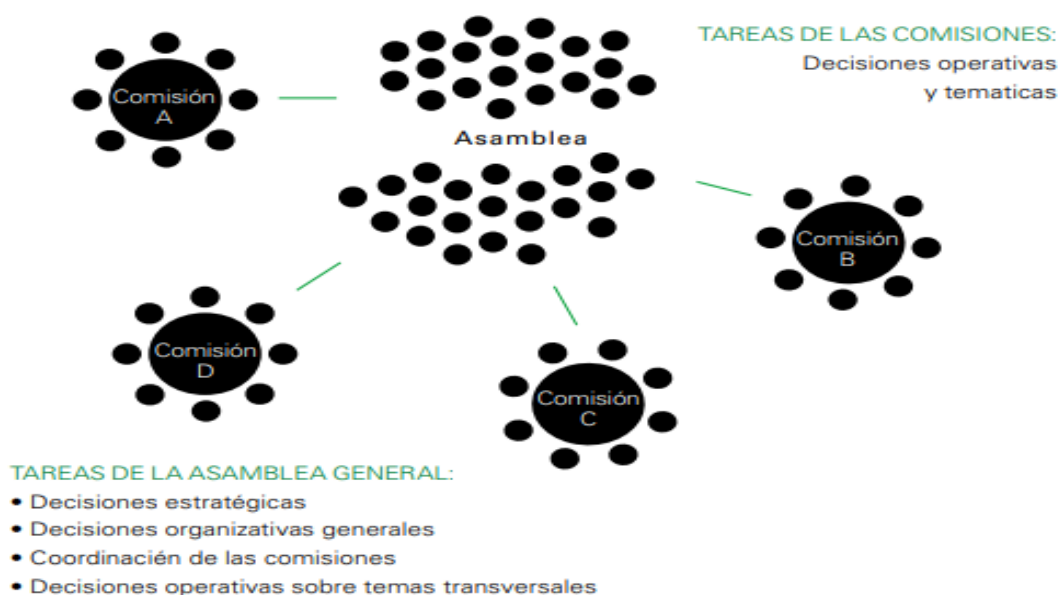


Fonte: França (2021), p. 56.

³² Redes são conjuntos de nós, de pontos afins conectados por e para o fluxos de conteúdos diversos, impõe-se na sociedade com caráter global com natureza econômico, de fluxos comunicacionais e gerenciais nos marcos do neoliberalismo porque é flexível, adaptativo e sempre fluído. Frente a essa história das redes de conteúdo, movimentos e organizações sociais da virada do século XX passam a adaptar-se a esse modelo organizativo de comunicação e fluxos, dando conteúdo político às redes. Interessante debate crítico sobre autores que conceituam redes – partindo de Manuel Castells em sua trilogia "A sociedade em rede" – pode ser visto em PRADO, 2000, disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?q=conceito+rede+castells&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar, acesso out 2022.

Periodicamente os núcleos realizam Assembleias por comunidade autônoma, o que equivale aos estados no contexto brasileiro e, periodicamente, ocorrem as Assembleias de todos os núcleos da Espanha. Em cada uma dessas escalas *assemblearias* e territoriais que constituem o movimento, existem Comissões de serviços ou tarefas, tais como Comissão de Comunicação, de Organização da base de dados, de Acolhida, de Ações para parar despejos – Stop Desahucios -, de Celebrações e festejos, entre outras Comissões que são incumbidas de tarefas práticas, sempre submetidas às deliberações da assembleia.

Figura 16 - Diagrama do fluxo de tarefas organizativas da PAH



Fonte: França (2021), p. 47

Há dois perfis de Assembleias que ocorrem em cada núcleo; um deles de “bienvenida”, onde se acolhe os casos e os discute no assessoramento coletivo e outro de coordenação, onde se constrem as ações coletivas do movimento. Na linguagem da PAH, ao falar destes dois espaços para quem está chegando na assembleia, um é sobre “como la PAH puede ayudarte?” e o outro é sobre “como tu puedes ayudar a la PAH para que sea potente?”. Há uma metodologia padrão para cada uma dessas Assembleias em que, já ao início se faz o resgate do objetivo do encontro – o que se pode esperar e o que não se esperar da PAH e

daquele espaço -, se divide as tarefas e apresenta e valida a pauta previamente organizada pela comissão de coordenação. Dentre as tarefas está desde quem limpa e organiza o espaço para a próxima assembleia, quem faz a ata da atividade, quem anota as inscrições para a fala – “el turno de palabras” - quem cuida das crianças em um espaço adequado previamente preparado para isso, entre outras tarefas. O consenso nas decisões é sempre buscado. Evita-se ao máximo a votação. Se não há consenso, entende-se que o tema não está maduro o suficiente.

Além dos dois pilares centrais da matriz organizativa e metodológica da PAH - o assessoramento coletivo e a organização por assembleia e horizontal - há outros dois, comunicados protocolarmente ao início de cada assembleia de "bienvenida" é sempre reafirmada nas falas de seus ativistas ao apresentar o movimento, quais sejam: a gratuidade e o apartidarismo. Segundo Lúcia Delgado esses são pilares “para justamente que fuera de una manera replicable a todo el territorio, como son cosas muy básicas que se las cumplía podría formar una PAH”. Afirmação que demonstra a intenção explícita, desde o início da PAH, de torná-la um movimento social com capilaridade e autonomia política. Esse modelo organizativo e metodológico é sistematizado em dois documentos, justamente para ser replicado o modelo. São eles o documento chamado “líneas rojas de la PAH”³³ e o “Libro Verde³⁴ de la PAH”, onde apresenta o que é a PAH, como participar e o que se pode esperar da PAH, além de algumas informações básicas sobre a tramitação de uma execução hipotecária ou por dívida de aluguel e ocupação.

³³ Documento “Critérios básicos de funcionamiento de una PAH”, aprovado en assembleia de todos os núcleos da PAH em julho de 2015 pode ser visto em <https://afectadosporlahipoteca.com/2015/09/12/criterios-basicos-de-funcionamiento-de-una-pah-lineas-rojas/>.

³⁴ Para acessar o Livro Verde da PAH ver em <https://pahbarcelona.org/es/presentamos-el-nuevo-libro-verde-de-la-pah-actualizado/>

4.5 As mulheres no fazer/ser da PAH

Assim como demonstram alguns dados elencados no capítulo 3 desta tese, a crise hipotecária - que foi um momento de uma crise sistêmica e ampliada – impôs vulnerabilidades e riscos diferentemente sentidos e vividos pelos corpos a depender do gênero, etnia e deficiência. São vulnerabilidades impostas por diferentes ordens da estruturas que se sobrepõem acarretando consequências diferenciadas, a depender dos corpos. Nancy Fraser (2006), aborda esses marcadores em termos de desigualdades estruturais econômicas-políticas e culturais-valorativas que se sobrepõem e atuam em sustentação à reprodução capitalista, sendo exemplo paradigmático disso as mulheres negras. Na mesma linha, Carla Akotirene (2019), intelectual mulher, negra e jovem brasileira, de uma geração divisora de águas das teorias críticas, resgata o conceito de interseccionalidade, de Kimberlé Crenshaw, para afirmar a inseparabilidade da condição de classe, gênero, heteronormatividade e raça operando articuladamente dentro de sistemas de subjugação e opressão.

Na observação da PAH, é marcante o esforço em assegurar que o reconhecimento das vulnerabilidades impostas diferencialmente às mulheres seja fator de compromisso com seu empoderamento de forma intencional e diferenciada. Diante de uma presença majoritária de mulheres chegando nas assembleias e expondo seus casos para buscar ajuda no coletivo no início de decorrer dos anos (COLAU e ALEMANY, 2012) e possivelmente que pela marca das mulheres feministas que eram maioria do pequeno grupo que dedicou-se à tessitura do movimento, o uso da linguagem generalizada no feminino passou a se estabelecer como prática da PAH. Uma forma de visibilizar que aquela realidade tinha gênero e de afirmar a voz política feminina. Para quem chega nas assembleias, há um breve estranhamento ao ouvir homens falando sempre no feminino. Nos diálogos informais ou nos documentos da PAH, o uso da linguagem no feminino firmou-se como uma marca da comunicação que, por si, diz sobre a postura de visibilização das mulheres. E não só como afetadas, mas como sujeitas com papel político estratégico no fazer cotidiano da PAH.

Esse lugar das mulheres na organização também se faz notar em algumas características marcantes do fazer/ser da PAH, que, segundo é dito por pessoas do movimento, é aprendido do fazer/ser das mulheres na forma como lidam com a tessitura das relações de cuidado com seus, em diferentes níveis, da família às comunidades onde atuam. A atenção ao acolhimento, a escuta e cuidado na tessitura de relações de pertencimento andam junto com a resiliência e a determinação para os enfrentamentos necessários. Essas são características que tomam forma de política na tessitura de territórios. João França (2021), sobre o fazer/ser da PAH, nomina essas características como “un quehacer feminista, con una lucha encarnada sobre todo por mujeres, y que gira alrededor de cuidarse y de sostener la vida conjuntamente” (p.127).

4.6 As práticas no exercício da ação política em três eixos: incidência no Estado, desobediência civil pacífica e disputa de narrativas

Do ponto de vista da atuação do ator social PAH no contexto da crise e problema da moradia, três eixos de atuação são importantes e estruturantes: a) a postura propositiva na elaboração, negociação e mobilização social em torno de medidas e leis estatais para o enfrentamento do problema habitacional, b) as ações diretas categorizadas como desobediência civil pacífica frente às injustiças cometidas em nome da legalidade, das quais as barricadas para barrar despejos, chamadas pela PAH de Stop Desahucios é a principal, mas também existe os escraches, adesivagem a bancos e protestos de rua convencionais; por fim, c) as estratégias de comunicação em disputa às narrativas sobre o problema da habitação.

4.6.1 As práticas de incidência institucional: “cambiar leis injustas”

Santi Mas Xaxàs Faus, ativista de longa caminhada da PAH Barcelona, afirma que a incidência nas leis e medidas do Estado no sentido de assumir sua responsabilidade na garantia do direito constitucional e humano à moradia está no centro da estratégia da PAH desde sua fundação. Segundo ele, “la PAH desde su origen tenía claro de que tenía que conseguir cambiar las leyes y para cambiar las leyes sólo se consigue si tienes una parte propositiva, que es un poco la diferencia con otros colectivos que no sólo hacemos denuncias. Sí, nosotros

hacemos denuncia y hacemos también propuestas legislativas de cómo acabar con la emergencia de vivienda en España” (Apêndice C).

A primeira proposição de medida para responder às urgências que se colocavam em 2009 foi a proposta da *Dación en Pago*, que refere a entrega do imóvel para quitar a dívida, uma vez que, como já dito, a entrega do imóvel não quitava a dívida pelo tipo de contrato em que, antes se pagavam todos os juros e somente ao final do contrato estava as parcelas referentes ao imóvel, ao bem em si. Sem quitar a dívida, as famílias ficavam sem moradia e com nome em registro de inadimplência, limitando ainda mais a vida financeira da família. Nesse contexto, a *Dación en Pago* era uma pauta objetiva e facilmente comunicável para a sociedade, já que, em 2009 os problemas decorrentes das dívidas hipotecárias afetavam direta ou indiretamente uma parcela grande da população. Isso se dava de forma mais dramática com as famílias de imigrantes que contavam com frágil rede de apoio, como a que testemunha Lali sobre o caso de sua família, que é imigrante latinoamericana:

Entonces, se cierran todas las puertas y, si mi compañero hubiera conseguido trabajo, y yo hubiera conseguido trabajo y hubiéramos tenido dos sueldos, tampoco podríamos entrar en el mercado. [...] este lugar se convierte en un lugar sin salida. No te dejan alternativa (LALI, Apêndice C, Sobre o problema da Moradia).

Na proposta da *Dación en Pago* defendida pela PAH a entrega do bem hipotecado corresponderia a quitação do financiamento, como ocorria nos EUA no caso das hipotecas subprime, assim como na Alemanha e Itália, dando às famílias uma “segunda oportunidade” (ALONSO-MUÑOZ e CASERO-RIPOLLÉS, 2016). Uma medida para que as famílias pudessem buscar reorganizar-se na vida financeira, sem dívidas que a cada mês eram acrescidas a mais juros e sem o nome grafado nas listas de inadimplentes, como comenta Lali sobre não poder acessar o mercado de aluguéis mesmo que ela e seu companheiro viessem a conseguir trabalho e tivessem a renda suficiente, pois seus nomes constavam nas listas de devedores.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013 a PAH protagoniza a elaboração e articulação de coletivos, movimentos e sindicatos em torno de uma proposta de mudança da lei federal sobre moradia por meio de uma Iniciativa Legislativa Popular, uma ILP prevista na constituição espanhola. Foram anos marcados por uma atmosfera de muita mobilização social de Los Indignados, marco histórico na política espanhola que teve forte impacto na ampliação e potencialização da PAH e que será apresentado em sessão adiante. A mobilização em torno da ILP possibilitou a coleta de cerca de 1, 5 milhões de assinaturas, num país de cerca 36,8 milhões de eleitores aptos a assinar uma ILP³⁵, o que significou 3 vezes mais do que exige a constituição espanhola para o aceite e tramitação de uma ILP no Congresso. O texto legislativo apresentado centrava-se na proposta de *Dación en Pago* e incluía medidas exigindo o fim dos despejos forçados e a oferta de alternativas habitacionais por parte do poder público. No Congresso de Deputados, a bancada do Partido Popular – PP – maior bancada e do mesmo partido do presidente – Mariano Rajoy – votou contra a tramitação da ILP e recorreu ao Tribunal Constitucional pedindo a suspensão da lei. Iniciou-se ali uma nova batalha com forte repercussão midiática, uma vez que, mesmo não necessariamente concordando com os termos da proposição, pairava entre os formadores de opinião a preocupação com o precedente que significaria aquele veto à voz da cidadania, fato que a mídia não poderia sonegar. Um exemplo de matéria emblemática publicada à época é apresentado no estudo sobre impacto midiático da PAH, por ALONSO-MUÑOS e CASERO-RIPOLLÉS (2016, p. 41): “no escucha de la ciudadanía”, “secuestro de la democracia”, “déficit de democracia” ou “la “falta de democracia” que suponía rechazar la tramitación de una iniciativa que cuenta con el respaldo de 1.402.854 firmas, casi el triple de las necesarias” (El Diario.es, 12/02/2013).

Nos anos seguintes, sem uma deliberação do Tribunal Constitucional sobre a lei de âmbito nacional, a PAH e outros coletivos passaram a mobilizar-se em algumas comunidades autônomas para apresentar Iniciativas Legislativas Populares. Isso novamente significou orquestrar articulação entre atores sociais

³⁵ Para informações sobre número exato de assinantes por comunidade autônoma <https://afectadosporlahipoteca.com/2013/02/09/la-ilp-para-la-dacion-en-pago-recoge-1-402-854-firmas-de-apoyo/> , acesso em 12 jan 2022.

progressistas, elaborar e comunicar com a sociedade civil para sensibilizar e engajar pessoas no esforço de coleta de assinaturas e, ainda, negociar apoio com os partidos para não barrarem a ILP ao chegar ao congresso. Este último pleito novamente barrou na firme postura do Partido Progressista em bloquear qualquer lei que atacasse o direitos a propriedade privada³⁶. Um aspecto importante é que, em meados de 2015, as propostas legislativas já eram mais amplas e ousadas, com medidas de enfrentamento da emergência habitacional em torno de 5 demandas, popularmente tratada como Las 5 de la PAH³⁷: *Dación en Pago, Alquiler Asequibles, Stop Desahucios, Vivienda Social y Suministros Garantizados*. E, igualmente importante, é considerar que neste momento a PAH já havia acumulado legitimidade pública para poder reunir com políticos e instituições e defender a importância de suas proposições, como alega Santi, referindo-se à ILP catalã que recolheu cerca de 150 mil assinaturas e foi aprovada como Ley 24/2015.

ya estábamos más preparadas y más organizadas y conseguimos ser nosotras las que negociarán con los partidos la ley que nosotros estábamos, que habíamos redactado. Y de ahí sale la obligatoriedad de grandes propietarios hacer un alquiler social, por impago de hipoteca o de alquiler y conseguimos también el de la pobreza energética, que no se pudiera cortar la luz, el agua y el gas en caso de familias vulnerables (SANTI, Apêndice C, Sobre a PAH).

³⁶ O PP tem atuado sistematicamente nas diferentes esferas federativas em que a sociedade civil tem conquistado avanços na criação de leis contra despejos, basicamente alegando inconstitucionalidade por atentar contra a propriedade privada e sob alegação de que tais leis estimulam as ocupações, já que incorporam o direito ao aluguel social para ocupantes. Uma mostra do conflito é expressa na matéria do Jornal “elDiário.es”, de 12 de abril de 2016. “El gobierno de Rajoy tiene en su histórico diversas leyes autonómicas de vivienda recurridas al Tribunal Constitucional: el Decreto Ley 6/2013 de Andalucía sobre la función social de la vivienda, la Ley Foral 24/2013 de Navarra de medidas urgentes para garantizar el derecho a la vivienda, la Ley 2/2014 de modificación de la Ley de vivienda de Canarias y la Ley 3/2015 de vivienda de Euskadi. En todos estos casos, el Ejecutivo invocó el artículo 161.2 de la Constitución para lograr la suspensión cautelar de los artículos recurridos. La PAH añade a esta lista el bloqueo en el Congreso de la ILP que presentaron en 2013 e inspiró la ILP catalana, convertida en la ley ahora en disputa. Disponível em < https://www.eldiario.es/catalunya/leyes-desahucios-recurrido-gobierno-rajoy_1_4063733.html> , acesso em 12 jan. 2022. Outras matérias dos jornais El Mundo, El País, EIDiário.es y InfoLibre são apresentadas e analisadas discursivamente em ALONSO-MUÑOS e CASERO-RIPOLLÉS (2016).

³⁷ Para conhecer as propostas e justificativa de sua importância ver mais em <https://pahbarcelona.org/es/tag/las-5-de-la-pah/>, acesso 12 jan. 2022.

4.6.2 As práticas de desobediência civil pacífica: “cuando la injusticia se vuelve ley, la rebelión se vuelve deber”

Stop desahucios, que consiste em barricadas para barrar despejos, passou a ser uma prática cotidiana da PAH que a conferiu grande visibilidade e reconhecimento pelo gesto profundamente rebelde, solidário e resiliente que representa. Trata-se de barreiras feitas com os corpos em frente a entrada da moradia, normalmente do prédio, para impedir que a comitiva judicial execute as ações de despejo, como demonstram as figuras 17 e 18.

Figura 17 - “Cuando la injusticia se vuelve ley, la rebelión se vuelve deber”



Fonte: elDiario.es, 10 mar 2020, disponível em https://www.eldiario.es/economia/ampliaran-derechos-colectivos-vulnerables-desahucio_1_1035707.html, acesso em 08 jan 2022.

Figura 18 – Confronto em ação para paralisar despejos



Fonte: La Vanguardia, 20 mar. 2020, disponível em <https://www.lavanguardia.com/economia/20200309/474050807985/moratoria-cuatro-anos-desahucios-hipotecarios-alquiler.html>, acesso em 08 jan.2022.

Essa prática de desobedecer uma lei e medida legal injusta iniciou mediante o caso concreto de um senhor, chamado Lluís Martí, que chegou à PAH Barcelona em situação de desespero. Era divorciado e vivia com seu filho de 9 anos, em uma pequena cidade da Região Metropolitana de Barcelona. Um trabalhador mecânico de motos que depois da crise de 2008, viu sua renda diminuir ao ponto de não conseguir saldar todos os custos da família, ficando inadimplente com a hipoteca de sua casa. Lluís já havia conseguido negociar com o banco algum prazo, mas desafortunadamente sua situação não se resolvia naquela conjuntura econômica de recessão e desemprego. E a carta judicial chegou informando o dia e turno do despejo, marcado para 3 de novembro de 2010. Com a carta judicial na mão, Lluís chegou na assembleia da PAH dizendo que não se moveria de sua casa e que preferia colocar uma bomba e jogar tudo para o ar quando chegasse a comitiva judicial do que entregar a casa para o

banco³⁸. A assembleia viu-se forçada a fazer algo concreto ao lado daquele homem desesperado e, “para parar el desahucio de Lluís se armaron discursivamente, teniendo claro los argumentos legales y éticos en contra el desahucio y, comunicativamente, con carteles y pancartas, avisando a los medios y grabando la acción” (FRANÇA, 2021, p. 66). Sem saber como reagir àquela situação, a oficial de justiça dirigente da comitiva não se viu em condições de executar a ação de despejo³⁹. A tramitação de nova ação de despejo poderia levar 3, 4 ou mais meses, tempo para negociações com o banco.

Esse foi o primeiro e emblemático caso de uma prática que se tornou cotidiana na PAH, movida pela ética do “hoy por ti, mañana por mí”.

Las afectadas la entienden ahora como una práctica normal y como una obligación moral ante una ley injusta. También es entendida como una herramienta colectiva que permite transformar la realidad, una acción legítima y aplicable a otras luchas. La conciben como colectiva y pacífica, y como una fuente que les aporta fortaleza y poder (MIR GARCIA *et al*, 2013, p. 58).

O texto publicado na página web da PAH, datada de 01.08.2018⁴⁰, expressa o empoderamento gerado dessa prática política de desobediência civil pacífica:

estábamos dispuestas a oponernos de forma pacífica pero contundente, a la barbarie cotidiana, como hemos venido haciendo desde hace nueve años: poniendo nuestros cuerpos y nuestra voluntad, bloqueando la entrada al portal, bloqueando la escalera, bloqueando la puerta del piso. Iban a tener que sacarnos a rastras una por una..., y cien personas son muchas para arrastrar, con todo un barrio mirando y apoyando desde los balcones.

Obviamente a PAH e as pessoas envolvidas sabem que bloquear um despejo não é a solução do problema. Em 15 ou 30 dias, na melhor das hipóteses em alguns meses, outra ordem de despejo chegará. Porém aquele momento de enfrentamento deflagrado e público reúne muita potência política. É um

³⁸ Nos dias em que escrevia esse relato, recebi a triste notícia de um senhor que não teve a mesma sorte de Lluís Marti e, em estado de desespero e indignação, na madrugada de 13 de janeiro de 2022, explodiu seu apartamento ao saber que seria despejado. Não houveram feridos, mas o imóvel danificado, assim como automóveis que estavam estacionados ao lado do prédio, conforme noticiado em https://www.eldiario.es/castilla-y-leon/hombre-explosiona-vivienda-porferrada-conocer-iba-desahuciado_1_8651617.html, acesso em 14 jan 2022.

³⁹

⁴⁰ Relato disponível em <https://pahbarcelona.org/es/tag/desahucios-abiertos/>, acesso em 10 jul 2020.

enfrentamento que eleva um problema familiar particular a condição de problema político alçado à cena pública pelo ato de dar-se na rua e sob as lentes da câmera do celular que testemunham e amplificam via redes sociais aquele evento para outras espacialidades e temporalidades. É um ato que altera a correlação entre os sujeitos envolvidos na contenda. A família afetada não está mais só, ela está respaldada e empoderada porque revestida de um movimento social simbólica e concretamente representado numa camiseta, a camiseta verde da PAH com dizeres grandes de Stop Desahucios. Como testemunha Lali e como era comum ouvir nos relatos nas assembleias acompanhadas durante a inserção da pesquisa, “desde que tu estas en la PAH ya tienen otra mirada con la familia, porque saben que nos estás sola, que tiene una lucha por detrás, que tienen información. (Lali, Apêndice C). E mesmo quando tudo dá errado, que todas as tentativas para barrar o despejo falham, o coletivo ali presente muda tudo, como relata em seu testemunho a equatoriana Andrea:

En el tercer desahucio vino estos, los mediadores del banco. [...] llamaron los policías que andan en esta furgoneta y que se tapan la cara y te pegan. [...]. Vienen los del banco y decían que no, que no, que era una sinvergüenza, que estamos acostumbradas vivir así, que la gente dejaba un piso y luego corría el otro del banco. Pues el miércoles, 31 de julio del 2019 volví a ir a la calle. [...]Y dura yo, ninguna lágrima. Dios mío, por qué me pasa esto. Pero tranquila y miraba que estaban las compañeras de PAH abajo, vi que estaban esperándome abajo. Estaban bajando mis cosas y me la recogían. Cuando fue mi primer desahucio fue muy diferente, porque me mandaron a la calle y ahí no había ni un perro, ¿sabes? ¿Ves? (ANDRÉA, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

Quando já não há negociação e se dá o despejo, o processo de acompanhamento e pressão passa a voltar-se para os órgãos públicos de assistência social e habitação. Esse último atende a família somente a partir do momento em que efetivamente não tenha mais onde morar, quando não há alternativa habitacional que possa ser acionada pelos recursos ou redes de apoio da família. Então, imediatamente após o despejo, o protocolo da PAH é que todas as pessoas que estavam na ação para barrar o despejo acompanham a família até o serviço público mais próximo, seja de habitação ou assistência. Ali começa a pressão por realojamento, que protocolarmente é concedido pela municipalidade por 3 dias, em hostel ou alojamentos privados contratados pelo

poder público. Ali segue-se nova negociação para que essa alternativa que é emergencial não seja prorrogada por meses e meses até que a municipalidade viabilize um aluguel social em parque público de moradias, em convênios com entidades que prestam esse serviço ou via negociação com particulares, mediada pelo ente público.

Quando a municipalidade demora-se em viabilizar o que a PAH e os coletivos de lutas por moradias chamam de uma alternativa digna de moradia, ou ainda quando a família não suporta mais a agonia de aguardar por mais uma ordem de despejo que, em um ou outro momento vai ser efetivada, entra uma outra estratégia de ação da PAH, que é a ocupação coletiva de prédios ou conjunto de apartamentos como última alternativa para ter um teto, como pode ser visto na figura 19. Chama-se Obra Social da PAH, eixo de ação para o qual cada núcleo do movimento tem sua comissão específica para avaliar as demandas e as possibilidades de ocupação de imóveis de propriedade de banco ou fundo de investimento, jamais de pequenos proprietários.

Figura 19 – “Resgatem pessoas, não bancos”



Fonte: Acervo do diário de notícias “20 Minutos”: Ocupação de prédio vazio de propriedade do banco de Valência, Bairro Raval, Barcelona, em 12.07.2013
<https://www.20minutos.es/noticia/1869882/0/plataforma-afectados-hipoteca/ocupa-bloque-raval/barcelona-familias/>. Acesso em 20 set 2019.

Esse ato de ocupação é qualificado e nomeado como resgate, uma expressão corrente na linguagem usada pela PAH e pelos coletivos de luta por moradia. Linguagem essa que posiciona uma disputa de narrativa e sentidos segundo a qual trata-se do resgate de um bem de uso, um direito da cidadania que foi sistematicamente usurpado por práticas abusivas dos bancos com conivência e cooperação do Estado, como se vê na imagem seguinte e como afirma João França “El término recuperación busca señalar que esos inmuebles ya se habían financiado a través de ayudas públicas y de lo que ya habían pagado las familias que habían perdido sus casas” (2021, p.71).

Durante a inserção para a metodologia de observação participante da pesquisa, foi possível acompanhar reuniões de um processo de ocupação em vias de ocorrer em cinco apartamentos de um prédio da região distrital da Ciudad Vieja de Barcelona, com uma característica particularmente interessante. Alguns inquilinos do prédio estavam ajudando na elaboração da estratégia e logística da ocupação, obviamente de forma sigilosa. O motivo era que o prédio havia sido comprado por um fundo de investimentos, como muitos outros prédios da região histórica da cidade, e o novo proprietário não estava renovando os contratos porque sua intenção era revitalizar os apartamentos para o mercado do turismo.

Na visão da PAH a ocupação é uma alternativa transitória. O objeto da reivindicação é o aluguel acessível estabelecido por lei e via a mediação do poder público local. Essa postura facilita a comunicação do pleito com a sociedade, a mídia e os políticos, uma vez que desvia os estigmas em torno da ocupação como mera violação do patrimônio privado e coloca o ato como recurso emergencial e forma de pressão pública para a criação de alternativas habitacionais e limitação das práticas de especulação com a moradia, enquanto famílias não têm onde morar. Essa visão encontra divergência com outros coletivos de luta pela moradia que defendem como legítima a ocupação, inclusive sob o argumento do resgate de algo já financiado pela sociedade, como uma reapropriação de um bem de uso socialmente produzido e financiado.

Ainda há outras práticas de desobediência civil acionadas pela PAH as quais brevemente seguem. Uma delas é a ocupação temporária, normalmente de

um ou dois turnos, de escritórios de imobiliárias representantes dos fundos de investimentos, bancos ou órgãos públicos. Esse perfil de ação normalmente tem o papel de pressão por respostas em negociações arrastadas, em que o agendamento de reunião de negociação ou retorno esperado sobre a negociação em curso é o desfecho buscado. Nas palavras de João França (2021) sobre como se organiza e luta a PAH, trata-se de “hacerse pesadas” (p.88), em que “No suele ser necesario desarrollar acciones dirigidas directamente a interrumpir la actividad de la entidad, sino simplemente hacer que sea imposible ignorar la presencia de la plataforma. Y, si es de forma festiva, mejor para quien protesta” (p.89).

Outra prática com caráter de denúncia pública - chamada pelos ativistas de *escracho* - é “empapelar bancos”, e consiste em reunir um grupo mediano de ativistas. Nada que chame atenção tal como um protesto, para colar adesivos nas vidraças de bancos com frases de denúncia tais como “este banco estafa y echa la gente a la calle”. Outra forma de *escrache* acionada eventualmente pela PAH consiste em atos de denúncia e exposição pública de determinada situação, postando-se em frente à instituição, podendo ser inclusive pessoas, como foi nos primeiros dois *escrachos* em frente às casas de parlamentares do PP por ocasião do veto destes a ILP de 2013. Para os atos, os ativistas produzem materiais visuais criativos, ou simples cartazes escritos à mão em que comunicam sua denúncia. Materiais estes que, conforme abordagem de Maka Suárez, convertem-se em objetos insurgentes que falam por si, irrompendo a paisagem cotidiana para denunciar injustiças, exigir medidas e constranger o silêncio dos políticos e da mídia tradicional (SUARÉZ, 2019).

4.6.3 As práticas de comunicação permanente

Comunicar constantemente lo que hace es útil tanto para llegar a nuevas personas que puedan tener problemas de vivienda como para incidir en el discurso público y para construir legitimidad. Por poner un ejemplo, la policía lo tiene mucho más difícil para utilizar la violencia contra la acción de desobediencia que está siendo seguida en directo a través de las redes sociales (FRANÇA, 2021, p. 79).

Com diferentes práticas cotidianas, a PAH entende como algo estratégico a comunicação com a sociedade. Seja via uso de recursos digitais, seja pela presença na mídia convencional ou ainda pela presença dos corpos munidos de

cartazes e faixas nas ruas em protesto, tudo comunica. Tudo tem um texto. Tudo é um texto, uma fala, às vezes gritada para não deixar cair na banalidade a barbárie rotineira da precarização das vidas em nome do interesse dos mercados. A comunicação é um recurso fundamental no fazer da PAH, para a qual há comissões específicas de trabalho atuando em conjunto com as demais comissões de cada escala *assemblearia*. Uma dessas comissões trata de estudo e produção de dados. Essa última elabora informes periódicos e temáticos, assim como pareceres qualificados sobre medidas públicas em torno do tema da moradia. São estudos feitos a partir de dados oficiais e dados coletados sistematicamente pela própria PAH, com questionários extensos elaborados com apoio de pesquisadores que frequentemente buscam a PAH para seus estudos. Esses documentos subsidiam uma narrativa que ganha força e legitimidade frente a mídia e a sociedade, uma vez que tem qualidade técnica e política, amparada com uma presença ativista permanente.

A página web é o espaço em que o movimento dispõe dos estudos e informes que produz e de textos de outros atores sociais e acadêmicos, de diferentes densidades, explicando as diferentes faces da problemática. Na página web da PAH também estão disponíveis diversos documentos úteis orientando sobre procedimentos e fichas para serem preenchidas com dados do demandante para conduzir solicitações de, desde renegociação com bancos e locatários, até demandas a diferentes serviços públicos.

As redes sociais – facebook, twitter e instagram – são amplamente usadas com linguagem dinâmica e sensível para divulgar e dar cobertura ao fazer do movimento, assim como para sensibilizar, denunciar e comunicar sua narrativa. Segundo ALONSOZ e CASERO-RIPOLLÉS (2016), trata-se de uma estratégia de automeiação que se dá de forma planejada e dentro de enquadramentos temáticos estabelecidos que, segundo os autores são: "emergencia habitacional, drama e injusticia social, banco y Gobiernos responsables, apoyo mayoritario no escuchado (aqui sobre rejeição da ILP com 1,5 milhões de assinaturas) y falta de soluciones" (p. 45, grifo meu). Esse estudo que voltou-se aos jornais El País e El Mundo e aos jornais digitais EIDiário.es e InfoLibre, todos de grande circulação na

Espanha, e, segundo os autores, os discursos da PAH não passam despercebidos pela mídia tradicional. Mais que isso, “El País, ElDiario.es y, especialmente, El Mundo también se hacen eco en sus noticias de los mensajes publicados en el perfil de Twitter de la Plataforma (@LA_PAH), que se configura como una fuente informativa para estos diarios" (p. 43).

Para além de não passar invisível com suas narrativas nos meios impressos referidos acima, e obviamente em outros, é comum a PAH ser chamada nos telejornais para manifestar sua avaliação sobre pautas jornalísticas em torno de problemas habitacionais. Com mais de 10 anos atuando na problemática da moradia, a partir de estudos qualificados, da escuta cotidiana das pessoas que vivem a problemática e da disputa política nas ruas, a PAH tornou-se um ator com legitimidade pública. E isso, sobretudo porque o problema persiste, conforme explica Santi Mas Xaxàs Faus,

y como que la vivienda continúa siendo un lema de primera magnitud en España, pues van saliendo noticias de lo que nosotras decimos, pues en mayor o menor medida, si hacemos una acción, pues más o menos los medios van a cubrirla. [...] nosotras cada vez que hacemos una acción, la ponemos por Twitter, Youtube, y hacemos notas de prensa. Somos capaces de incidir, pero hay medios que nos bloquean (SANTI, Apêndice C, Sobre a PAH).

Essas práticas do fazer da PAH aqui demoradamente apresentadas ajudam a compor evidências para, no capítulo seguinte, centrar a análise nas perguntas que guiaram a pesquisa. Por ora, ficam como apresentação do movimento social que soube colocar-se num contexto de oportunidade e que conforma-se com um paradigma organizativo e metodológico horizontal, aberto e heterogêneo; centrado mais na acolhida e alianças solidárias para enfrentar problemas comuns do que no pertencimento ou identificação com propostas e projetos previamente concebidos. Aspectos que serão aprofundados adiante, à luz de teorias sobre movimentos sociais. Antes disso, é fundamental dizer sobre o furacão político que se fez no ambiente da crise pós 2008, no qual a PAH fez parte e pelo qual pode espalhar-se por todo o país, e que ficou conhecido o 15 M ou Los Indignados, protesto multitudinário que deu-se em 2011 e que marcou a política espanhola.

4.7 Los Indignados: “no somos mercancía en las manos de políticos y banqueros”

“La política en España cambió de signo cuando empezó a renombrarse la realidad. Los pioneros fueron los grupos del 15M, con sus magníficas consignas” (Fernando Vallespín, *El País*, 11/06/2014).

O 15M figura na história da crise de múltiplas faces deste Século XXI como um ciclo de protesto multitudinário que deu-se na Espanha em 2011, à semelhança do levante da Primavera Árabe em 2010, dos protestos de 2011 em Londres, *Occupy Wall Street* nos EUA, na Itália, Grécia, Chile e Brasil em 2013⁴¹. O nome pelo qual ficou conhecido faz referência à data de 15 de maio de 2011, quando iniciou o acampamento na *Puerta del Sol*, em Madri. Naquele tempo uma efervescência social crescia movida pela indignação diante das precariedades impostas pela crise hipotecária no contexto espanhol: o desemprego, especialmente entre jovens e imigrante, o dinheiro que não cobria os custos básicos da família, os atrasos na hipoteca da casa ou no aluguel, o despejo da casa eminente e outras faces dramáticas daquele contexto que se estendia por quase 3 anos. Forjou-se ali uma multidão de indignados que tomaram esse sentir comum como força e identidade. Assim, Los Indignados marcaram a história da Espanha e a literatura dos conflitos sociais deste início de Século XXI, marcado por crises generalizadas impostas pelo neoliberalismo e pelo esgotamento do modelo e democracia representativa capturada pelos interesses do capital.

Os protestos começaram com o acampamento primeiro na *Puerta del Sol*, em Madri, em seguida a *Plaza Catalunya*, em Barcelona - como se vê nas figuras 20 e 21 - e logo se espalharam pelas praças e ruas de, ao menos, 80 grandes cidades da Espanha (Castells, 2013).

⁴¹ Os protestos multitudinários de 2013, no Brasil, nasceram de uma pauta pelo direito à cidade – o questionamento do custo do transporte – e, no calor da mobilização, interesses e atores políticos diversos e antagônicos passaram a disputar os sentidos e discursos dos protestos que tiveram desfechos contraditórios, tendo sido canalizados para o crescimento de discursos antipolítica de atores neoliberais.

Figura 20 – Los Indignados na Porta do Sol, Madri



Fonte: Jornal *El País*, 17 de maio de 2011, disponível em https://elpais.com/elpais/2011/05/17/album/1305620219_910215.html#foto_gal_25

Figura 21 – Los Indignados na Praça Catalunha, Barcelona



Fonte: *El País*, 27 maio de 2011, disponível em https://elpais.com/elpais/2011/05/27/album/1306484217_910215.html

Esses acampamentos resistiram por cerca de um mês⁴², enfrentando ações de desmobilização da polícia que surtiam efeito contrário, provocando ainda mais indignação e solidariedade da população, graças ao uso intensivo das redes sociais que disseminava as imagens e as vozes heterogêneas que caracterizavam aquele evento. Imagens e vozes que escapavam aos filtros da mídia convencional e, em instantes, resultavam e ainda maior mobilização de pessoas que colocavam seus corpos na rua em solidariedade a sinergia com a indignação grafada em cartazes e faixas, como podem ser vistas nas imagens 22 e 23 que seguem. “El movimiento ha sido como una chispa, un soplo de aire fresco que se ha contagiado rápidamente. La tecnología ha sido fundamental. El primer domingo éramos 40 personas, el lunes 150 y el martes 25.000”, testemunha Juan Cabo, ativista do 15M, para a BBC Mundo em 14 de junho de 2011⁴³.

Figura 22 - “No somos mercancía en manos de políticos y banqueros”



Fonte: Jornal *El País*, 15 de maio de 2011, disponível em https://elpais.com/elpais/2011/05/15/actualidad/1305447428_850215.html

⁴² Uma cobertura jornalística do 15M em mais de 30 dias de acampamento na *Puerta del Sol*, pode ser encontrada na página web do Jornal *El País*, disponível em <https://elpais.com/elpais/2015/05/15/fotorrelato/1431686534_971367.html#fotogal_1>. O mesmo periódico espanhol disponibiliza um acervo de fotografias em <https://elpais.com/elpais/2011/05/17/album/1305620219_910215.html#foto_gal_25>, acesso em 11 de out 2019.

⁴³ Entrevista na íntegra em https://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/06/110613_espana_indignados_postacampada_cch, acesso em 24 jan 2022.

Figura 23 – “Si no nos dejáis soñar no os dejaremos dormir”



Fonte: ElDiario.es, 15 março de 2013, “Movimiento 15M y Mayo del 68” disponível em https://www.eldiario.es/Kafka/movimiento-mayo_1_5610414.html, acesso em 22 jan 2022.

“Lo llaman democracia y no lo es...” (MIR, 2016). A crítica não se estendia apenas ao modelo de democracia que reduz a escuta da cidadania às eleições periódicas ou à conduta dos políticos de submissão e alinhamento aos interesses do mercado, por incapacidade de produzir respostas valentes ou por corrupção. A crítica que imperava nas ruas e praças cheias de indignação exigia por democracia real em todos os níveis; desde a reivindicação para que o Estado impusesse medidas de responsabilização aos agentes financeiros pela derrocada da economia e qualidade de vida da população até a forma como geriam a condução cotidiana dos acampamentos e protestos. A multidão se auto representava através da metodologia *assemblearia* tais como o exemplo da figura 24, uma prática cotidiana de exercício da democracia. Essa prática de debate e construção de respostas e caminhos acordados a cada momento era também uma crítica concreta e frontal ao paradigma de construção de organização social baseada na hierarquização da política de quadros, em que dirigentes reúnem-se para avaliar e tirar estratégias que depois são validadas pelo coletivo, quando não apenas orientadas para o coletivo.

Manuel Castells (2013) descreve o 15M como uma revolução rizomática, em que afirmação dos indivíduos autônomos ali presentes, reivindicando o direito à

voz e a visibilidade no espaço público, não se opunha em nada à coletividade e responsabilidade compartilhada com o bem comum. Segundo o autor (p. 101) “a construção da autonomia do indivíduo e a conexão em rede de indivíduos autônomos para criar novas formas de vida compartilhada são as principais motivações”; “a rede torna-se o sujeito” (p. 102).

Figura 24 - Vivência de democracia e poder popular no 15M



Fonte: Fotografia de Cristobal Manuel, em cobertura jornalística do Jornal *El País*, disponível em <https://elpais.com/elpais/2011/05/17/album/1305620219_910215.html#foto_gal_25>, acesso em 11 de out 2019.

Todo evento ou fato é resultado de um processo. Ainda que para os fins deste texto não seja possível dizer muito sobre as diferentes forças que confluíram para o 15M, há uma narrativa de particular beleza do processo de fermentação da indignação coletiva que fez eclodir o 15M. Segundo a página Web “Movimiento Indignados Spanish Revolution”⁴⁴, *Los Indignados* carrega as marcas de inspiração do pequeno e potente livro de Stéphane Hessel, cujo título original em francês é “*Indignez-vous!*”, publicado em 2010. A leitura e reflexão coletiva do livro

⁴⁴Movimiento Indignados España. **Como nació el movimiento 15M**. Disponível em <https://movimientoindignadosspanishrevolution.wordpress.com/como-nacio-el-movimiento-15-m/>. Acesso em 12 agos. 2019.

de Hessel eram comuns entre os círculos de jovens universitários, público que não via no horizonte alternativas e já não tolerava as respostas dos políticos e do próprio modelo de democracia. Em seu livro, Hessel, aos seus 93 anos de idade, conclama à inconformidade frente à realidade imposta: “A pior das atitudes é a indiferença, é dizer “não posso fazer nada, estou me virando”. Quando assim se comportam, vocês estão perdendo um dos componentes indispensáveis: a capacidade de se indignar e o engajamento, que é consequência desta capacidade” (HESSEL, 2011, p.22, grifo do autor). Na figura a seguir, uma cena de leitura ambientada em algum dos acampamentos do 15M.

Figura 25 - Uma fotografia de práxis: Indignai-vos!



Fonte: Fotografia de Luis Sevillano, em cobertura jornalística do Jornal *El País*, disponível em <https://elpais.com/elpais/2011/05/17/album/130562021_9_910215.html#foto_gal_25>, acesso em 11 de out 2019

Fernando Pindado, ativista desde sua juventude e atual membro da equipe do IGOP resume sua percepção desde o lugar de quem havia acompanhado os protestos de 1968 na Espanha e Europa: “Lo que hace el 15M es echar una bocanada de aire fresco y recordarlos a los partidos institucionales que su tiempo

está agotando. Para mí, se parecía mayo de 1968” (FERNANDO, Apêndice C, Investigadores).

O 15M é narrado como o ciclo de protesto, porém, ao acabar os acampamentos, o que se deu? Para onde foi o 15M? Deixou marcas? Que marcas? Castells (2013), ao prefaciá-lo seu livro *Redes de Indignação e Esperança*, introduz sua abordagem com a afirmativa “articular mentes, criar significados, contestar o poder” (p.7). O autor usa essa afirmativa ao refletir sobre diferentes protestos que marcaram a virada da primeira década do Século XXI. Ainda no mesmo livro, referindo-se ao caso espanhol, o autor afirma: “estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo” (p. 106). E a ação produziu reverberação, produziu movimento. É a evidência do que afirmou Sidney Tarrow (2009) sobre os efeitos dos ciclos de confronto político: “Eles deixam atrás de si uma ampliação permanente na participação, na cultura popular e na ideologia” (p. 25). “La Silenciosa expansión del 15M: “Miles de iniciativas de las asambleas ciudadanas germinan en *barrios* y pueblos, y se convierten en una red”, assim afirmava a matéria do caderno de Política do jornal *El País* de 05 maio de 2012⁴⁵. *elDiario.es*, em 15 de maio de 2021, aos 10 anos após os protestos que marcaram o 15M, afirma “La “revolución” también fue en los barrios⁴⁶”.

Manuel Castells (2013), quando trata do 15 M como “uma revolução rizomática”, fala dos sentidos em disputa nas frases dos cartazes e faixas portadas por Los Indignados. O autor vale-se de trabalho realizado por Eduardo Serrano, sob o título “El poder de las palabras: glosario de términos del 15M”⁴⁷ e demonstra

⁴⁵ A matéria completa pode ser vista em https://elpais.com/politica/2012/05/05/actualidad/1336234920_810740.html; acesso em 24 jan 2022.

⁴⁶ A matéria relata alguns casos específicos, como “la Asamblea Popular de Tetúan 15M”, demonstrando que o 15M não acabou, mas estendeu-se na forma de assembleias permanentes nos territórios dos bairros e renovou estruturas já existentes. https://www.eldiario.es/madrid/somos/tetuan/noticias/revolucion-barrios-historia-desmiente-topicos-movimiento-15m_1_7935622.html

⁴⁷ A publicação de Eduardo Serrano, de 2011, intitulada *El poder de las palabras: glosario de términos del 15M* está disponível em <http://ineditviable.blogspot.com/2011/07/el-poder-de-las-palabras-glosario-de.html>.

que há termos recorrentes demarcando concepções que se pretendia afirmar, tais como as que Castells apresenta na tabela que segue.

Tabela 6 – Termos recorrentes dos cartazes e faixas do 15M

Termo	O que afirma	O que nega
Comum	O valor do que é comum a todos, a necessidade de defesa das condições de vida comum na comunidade, cidade, planeta.	Extrapolar a dicotomia público/privado, o interesse particular/privado acima do bem comum.
Consenso assembleario	A busca de sínteses que contemplem o conjunto ou o máximo possível das ideias; a pluralidade como um valor, as ideias de cada importam.	A lógica da decisão por voto, a política da hegemonia como prática de construção de poder fálico.
Não violência	Negação da violência como forma de controle da crítica e criatividade da sociedade, a rebeldia e desobediência civil sustentada pela legitimidade da causa e dos métodos de luta.	A tirania da violência ilegítima, sobretudo aquela legal/estatal como mecanismo de controle e subordinação social a serviço de interesses privados e poderes opressores.

Fonte: elaboração própria adaptada de Castells (2013, p. 100).

Os reflexos do 15M no tecido social espanhol, especialmente no caso da cidade de Barcelona, permaneceram segundo testemunho de Ernesto Morales, desde sua vivência pessoal envolvida com movimentos sociais e como investigador do IGOP-UAB:

Yo creo que el 15M, lo que planteó para mucha gente, fue la necesidad de formar parte de un cambio político a partir de cosas concretas. [...] lo que ocurrió en la ciudad, digamos que muchos movimientos más alternativos, de consumo de economía solidaria y tal empezaron a alimentarse de gente que venía del 15M. Que una vez que se hace el debate en la calle, el debate del espacio público, la gente intentó hacer algo. Entonces se metió en estos movimientos (ERNESTO, Apêndice C, Investigadores).

E é também o que testemunha Lucía Delgado, sobre o significado do 15M para a PAH, que vinha em franco empenho de resistência e produção de contra narrativas sobre a crise desde 2009 a partir de poucos nós que existiam à época.

Yo creo que lo más importante durante estos años, el punto de inflexión, fue el 15M. Hablar de España sin hablar del 15M no tiene sentido. Es como que no se entienden las cosas. Y justamente la PAH bebió 100% del 15M y se pudo reproducir yo creo que está hoy en día y está donde está es gracias al 15M. Porque sin el 15 M nosotras no estaríamos donde estamos. Esto yo lo tengo clarísimo, porque fue una conversión de diferentes cosas. Hubo un momento de indignación brutal en el que justamente la clase política está súper deteriorada.

Nosotras llevamos 3 años trabajando con un relato y con un sentimiento importante de movilización, de hormiguita, como siempre digo, porque hubo un trabajo de hormiga, y justamente este trabajo de hormiga funcionó y fue el 15 M. Entonces, justamente tuvimos un altavoz brutal para poder exponer toda nuestra demanda y todo nuestro relato que ya teníamos generado.

En un momento en que los desahucios estaban en auge y que nosotras estábamos iniciando una recogida de firmas a nivel estatal. Entonces generó un buen caldo de cultivo para que la PAH se pudiera reproducir exponencialmente. Y cuando el movimiento 15M bajó, justamente todo lo que se generó gracias a la PAH eso no cambió, eso se mantuvo.

Por eso, hoy en día hay un montón de asambleas de Stop Desahucios que se crearon y que se convirtieron en PAH, entonces es por eso que hoy en día tenemos tantos nodos locales en todo el estado. Porque antes del 15 M éramos, 40 PAHs el estado y, con el 15 M creo que, de 40 a 175, pasamos. En un año, es una locura (LUCIA, Apêndice C, Sobre PAH).

Ernesto corrobora com o relato de Lucía sobre o caso concreto das ações para parar despejo antes e depois o 15M:

la PAH, en aquella época, era algo muy pequeñito, era un embrión. Ya había parado algún desahucio, pero... un llamamiento a la calle a un desahucio que lo iban a parar tenía 5 personas, iban 250, era como una locura. En un momento que era muy tenso, porque esto no había pasado así. Incluso las intervenciones policiales, al inicio, eran como muy fuertes. Pasa que iba mucha gente. Había como una movilización muy masiva (ERNESTO, Apêndice C, Investigadores).

Essa solidariedade de que fala Ernesto, de pessoas que não são da PAH, mas que colocam-se solidárias em momentos específicos, permanece ainda ativa. Foi o que pude identificar em minha experiência de inserção acompanhando as ações *Stop Desahucios*. Em alguns casos mais tensos, quando a polícia chegava em número mais expressivo, ou quando, após tentativas infrutíferas de

negociação por prazo a polícia chamava o batalhão de choque – los antidisturbios -. Em poucos minutos começavam a chegar muitas pessoas para somar-se ao bloqueio e evitar o despejo. Eram em sua maioria jovens. Ao perguntar sobre aquele fenômeno a explicação era “hicimos um llamamento a los colectivos”.

Ao longo dos diálogos da pesquisa soube que em Barcelona – e certamente em outras cidades da Espanha – existe uma rede de jovens ativistas de diferentes pautas conectada por grupos de Telegram e sempre que há um enfrentamento mais tenso com a polícia, o movimento social que realiza a ação – no caso era a PAH – chama apoio e quem está disponível e mais próximo, soma-se ao ato. Em um dos casos que acompanhei, estávamos entre 12 a 15 pessoas da PAH e, em poucos minutos, nos tornamos um grupo de cerca de 80 pessoas, com muito ânimo. Jovens chegavam com megafones e aos gritos chamando atenção de quem passava na rua e da vizinhança, que saía às janelas e sacadas e, concordando ou não, assistia o que estava acontecendo. Em um destes casos, surtiu resultado e o despejo foi suspenso. Em outro caso não. O despejo foi executado, mas o grupo presente acompanhou a senhora marroquina e sua filha até o serviço social mais próximo ao som de palavras de ordem que denunciavam a todos por onde passavam que mais uma família havia sido despejada pelo Estado em favor de banqueiros e fundos de investimentos.

O que demonstram os testemunhos, as matérias de jornais e as evidências é que o 15M foi um processo de massificação de indignação, coragem e senso de responsabilidade de manifestar-se, além de laboratório de germinação e disseminação de contra narrativas ao poder e ensaio de novo paradigma de democracia e fazer político.

CAPÍTULO 5

REFLEXÕES SOBRE PARADIGMA, ATOR, SUJEITO E PROJETO A PARTIR DA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DA PAH

5.1 Introdução

Avançando para a síntese em resposta às perguntas que guiaram a tese, o presente capítulo busca analisar evidências acerca da capacidade de incidência da PAH em produzir força social, na política institucional e nos discursos acerca da problemática da moradia. Antes de tratar das perguntas propriamente, mas também em resposta a elas, há um exercício de reflexão que busca delinear elementos de perfil e padrão das práticas da PAH, no intuito de refletir sobre paradigma de movimento e ação política no contexto histórico e geográfico contemporâneo. Vale lembrar que trata-se de gestos de interpretação que se dão numa zona imprecisa de categorização teórica, num tempo de crises não só do capitalismo, mas das lutas sociais e perspectivas – ou paradigmas – de projetos de sociedade, de horizonte para onde mirar para dar um passo a mais.

5.2 Sobre paradigma de movimento social e ação política

“Não se joga o jogo da verdade e do erro somente na verificação empírica e na coerência das teorias. Joga-se também, profundamente, na zona invisível dos paradigmas.” (MORIN, 2011, p.25).

A expressão paradigma foi acionada por diversas vezes no texto, sempre em contextos em que buscava marcar a ideia de tratar-se de um padrão de fazer e de ser, para dizer que ali havia uma conformação de perfil, um sistema de sentidos e práticas manifestando-se, um sujeito que se forja ao fazer, ideia essa sintetizada na expressão recorrente do fazer/ser. Por opção, o termo paradigma não havia sido explicado em nota de rodapé ou em parágrafo no momento em que

começou aparecer na escrita. Isso para posteriormente fazê-lo no enredo da discussão sobre o paradigma do fazer/ser da PAH e 15M, como segue.

Paradigma surge na literatura científica como um conceito forjado pelo físico e filósofo Thomas Kuhn (1922-1996) para compreender como se dá a história do desenvolvimento da ciência (NETO, 2011). Atualmente, paradigma opera como uma noção mais ampla, mas com sentido original de chamar atenção para marcadores de diferença, de deslocamento do pensar e fazer de coletivos – da ciência como fazer de comunidade ampla de cientistas - e até mesmo da sociedade analisada em escalas de tempo ampliadas. Edgar Morin (2011), afirmar que “o paradigma desempenha um papel, ao mesmo tempo, subterrâneo e soberano em qualquer teoria, doutrina ou ideologia”, (p. 25). Segundo esse autor, o paradigma opera em dois níveis de experimentação, significação e alinhamento, quais sejam: promoção/seleção dos conceitos-mestres da inteligibilidade e a determinação das operações lógico-mestras. “O paradigma está oculto sob a lógica e seleciona as operações lógicas que se tornam, ao mesmo tempo, preponderantes, pertinentes e evidentes sob seu domínio” (p. 24). “Em resumo, o paradigma instaura relações primordiais, que constituem axiomas, determina conceitos, comanda discursos e/ou teorias” (p. 25) e, complementemente-se, práticas.

Em relação à análise de movimentos sociais e do fazer político de diferentes atores sociais, como adverte Alain Touraine (2005), faz-se necessário um novo paradigma de compreensão e de encaixe neste novo momento histórico. Segundo o autor, vivemos num tempo de esgotamento e de transição do triunfo da economia sob a política, da lógica racional sob a experiência da existência como sistema de estar e ser no mundo. Como muitos signos de significação das lutas sociais advindas do século XX demonstram esgotamento, também as categorias sociológicas de inteligibilidade do fazer político da sociedade, tais como classe social, burguesia x proletariado, sindicato, greves e outros, já não alcançam a multiplicidade de práticas e manifestações que entendemos hoje ser profundamente políticas. Assim, deixando à sombra experiências vividas e significadas como política, tais como tento refletir a seguir a exemplo do papel da acolhida e do cuidado na tessitura de força social da PAH.

Sobre a PAH e suas práticas descritas e analisadas nesta tese – e em alguma medida, o 15M -, tento demonstrar elementos que possibilitam afirmar

haver uma transição de paradigma. Entre outros sinais, percebe-se o afastamento de um fazer político circunscrito na busca de hegemonia e de poder nos marcos masculinos de convencimento ou imposição, ao que Monedero (2021) chama de comportamento político tradicional carregado de testosterona. De outro lado, o que se pode observar no fazer/ser da PAH é uma perspectiva de tessitura de força e poder a partir de práticas de acolhida, cuidado, escuta e busca da produção de sínteses coletivas, ao invés do convencimento acerca de ideias e sínteses cristalizadas.

5.3 Sobre feições e perfil do fazer/ser da PAH e do 15M

[...] al final la PAH es sobre todo, creo que es eso, un espacio de ayuda mutua, y evidentemente un espacio de acción. Pero, sobre todo un espacio de ayuda mutua para la gente que ha ido a un montón de sitios, que se ha sentido vulnerada y que ahora tiene un espacio colectivo y de cuidado que sabe que le van a responder; es un sitio que van a responder y se va a sentir cuidada, donde además puede encontrar una solución personal a través de un problema colectivo (LUCÍA, Apêndice C, Sobre a PAH).

A síntese proferida por Lucía Delgado é muito simbólica não apenas pelo que afirma, mas por quem afirma. Vale lembrar que trata-se de uma ativista implicada no dia a dia da construção da PAH desde a fecundação da ideia da criação do movimento. Lucía fala com a legitimidade da práxis de quem atua como dinamizadora das assembleias de assessoramento coletivo há mais de uma década, como negociadora e porta voz da PAH junto aos atores da política e da mídia e ainda como pesquisadora, uma vez que compõe a equipe do Observatório de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – ODESC - de Barcelona. Sua síntese tem como centro o cuidado do indivíduo como ponto de partida e demanda permanente na construção da força coletiva. Sua fala também ancora a ação a partir do problema concreto de cada um, que é, ao mesmo tempo, um problema coletivo.

Em se falando de paradigma de movimento, especialmente desde a tradição de movimentos sociais anti sistêmicos, que tradicionalmente chamamos de esquerda, afirmar o cuidado e empoderamento do indivíduo com um papel de

centralidade político-estratégica é algo incomum, assim como a relevância dada ao problema pessoal trazido ao movimento. É preciso registrar que há diferentes tradições organizativas de esquerda, das quais as vertentes do marxismo e do anarquismo são as matrizes hegemônicas. Ainda que com diferenças importantes, especialmente na matriz organizativa e de método de ação, ambos paradigmas de ação política sustentam-se numa leitura de mundo com a metasíntese dos problemas e suas raízes – o capitalismo – e modelos operativos mais ou menos preestabelecidos. Tomar parte destas organizações se dá num processo de afiliação, de adoção desse quadro explicativo e de repertório de ação “já lá”. A construção da ferramenta política coletiva e a meta síntese do problema que afeta a coletividade estão no centro. Nas organizações mais marcadas pela tradição leninista, que tomam o centralismo como princípio organizativo da chamada política de quadros, que são hegemônicas no campo da esquerda, esse interesse coletivo é elaborado e conduzido por uma vanguarda dirigente que tende a concentrar informação e poder em nome do coletivo (LOUREIRO, 2005; FRASER e JAEGGI, 2020; OLVIÑA, 2021)⁴⁸. Essa prática do centralismo burocrático não é exclusividade da esquerda, longe disso. É uma marca hegemônica nas organizações sociais de modo geral. No caso da Espanha, como relata Ernesto Morales, essa também é a tradição do movimento de associações de vizinhos que compõem um importante tecido social de Barcelona, assim como nas grandes cidades de toda a Espanha.

Yo creo que este tema de los intermediarios o representantes es una tradición histórica también muy importante de los partidos de la izquierda. El movimiento vecinal también responde mucho a esta lógica de presidentes. Hay presidentes históricos que no son capaces de sumar a gente nueva y son ellos, y solos ellos, los interlocutores válidos para la administración. Pero realmente se representan a ellos mismos. Y las administraciones los legitiman (ERNESTO, Apêndice C, Investigadores).

Esse outro jeito de construir soluções para o problema compartilhado causa estranhezas, conforme testemunha o pesquisador e ativista Eduard Sala

⁴⁸ Em Loureiro (2005) e Olviña (2021), a crítica é resgatada da obra de Rosa Luxemburgo que, como princípio metodológico fundamental, criticava a matriz organizativa da política de quadros que apontava – e exercia – o centralismo e burocratismo de uma elite dirigente, princípio metodológico que tenderia a resultar em distanciamento das massas e seus dilemas e interesses concretos e comuns. Em Fraser e Jaeggi (2020), a crítica não aciona Rosa Luxemburgo ou se dirige à matriz leninista. As autoras dirigem suas críticas ao que chamam de correntes marxistas economicistas e deterministas.

están acostumbrados a entrar y “con quién tengo que hablar”. Eso siempre dicen. Un experto, una figura, una mesa, cara a cara. Siempre que se quita eso y lo pone en común dicen: “no, no, es que mi caso es diferente, es especial”. Claro que es un paso, ponerlo en común, quitar un poco la vergüenza, escuchar, entender que es solo en grupo... eso es la fuerza de la PAH, el poder colectivo. Si hasta ahora esta persona solo ha funcionado en individual... contestar a un abogado, ir a servicios sociales... tú sola no has llegado (EDUARD, Apêndice C, Sobre a PAH).

E é justamente aí que a diferença da prática organizativa e metodológica converte-se em uma pedagogia de empoderamento dos indivíduos e da coletividade. Desde a vivência de militantes oriundos de outros espaços de organização social, há o reconhecimento deste deslocamento metodológico, como testemunha Bernat, da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas e Capitalismo⁴⁹ de Bages, Catalunha. Seu relato está registrado sob o título “Outra forma de militância”, em FRANÇA (2021, pag. 84):

Yo venía de un espacio de militancia más ortodoxa y al principio me acerqué a la PAHC a través de las acciones; yo que venía de unas formas muy serias, de “hay que tener cara de mala leche”, de repente llegas a um banco y te encuentras a una compañera ahí con el altavoz que te saca a bailar, a las peques [crianças pequenas] por ahí corriendo... ¡Pero estás haciendo una acción dentro de un banco!; todo eso te desloca” (grifo entre colchetes meu).

Em sua entrevista para esta pesquisa, Ernesto Morales percorreu uma importante análise das práticas da PAH, especialmente no que refere ao processo de empoderamento. Tema no qual o pesquisador, educador e ativista têm acúmulo de práticas profissionais dentro e fora da academia, uma vez que atuou por anos como educador social em processos comunitários e ainda atua, porém desde a condição de pesquisador e diretor da Escola de Governo do Instituto de Governo e Políticas Públicas - IGOP/UAB. Tema que também é objetivo de tese⁵⁰

⁴⁹ Oportunamente é importante dizer que alguns núcleos optaram por adotar nomenclatura de suas assembleias com acréscimos, como no exemplo de Bages, onde o nome da assembleia é PAHC – Afetados pelas Hipotecas e o Capitalismo. Em Sabadell, a mesma sigla significa Afetados pelas Hipotecas e a Crise. Há ainda outras variações: em Madri há distritos que adotaram a nomenclatura Plataforma de Afectados por la Vivienda Pública y Social – PAVPS – e ainda há coletivos que se constituíram durante o 15M sob o slogan Stop Desahucios e mantiveram essa identidade como seu nome, porém organizam-se dentro das “líneas rojas” que estabelecem as diretrizes organizativas e de ação do movimento.

⁵⁰ Em sua tese de doutorado, Ernesto Morales analisa experiências institucionais – desde governos – de participação comunitária, sendo uma delas o OP de Porto Alegre e outra os Planos de Desenvolvimento Comunitário de Barcelona. Sua tese analisa em que medida esses processos são capazes de desencadear empoderamento. Ver mais em MORALES, 2016, disponível em

e artigos acadêmicos de sua autoria. Segundo Ernesto Morales, “el empoderamiento se nos presenta como un proceso y como un estado, es decir, como el paso de no tener poder a tener poder, el cual determina potencial de acción y de incidencia sobre las políticas” (MORALES, 2016, p. 4). Em seus argumentos acerca de processos coletivos que desencadeiam empoderamento, Morales posiciona tratar-se de um processo e estado de “un *poder con*, un poder que se activa con los demás” (p.21, grifo do autor), algo que não se adquire ou se toma; algo que existe ao ser exercido.

Com base nestes conceitos e posição analítica, Ernesto Morales gentilmente concedeu uma entrevista acionando seus saberes numa importante análise aplicada a suas observações sobre a PAH. Sua fala abarca desde o papel que cumpre a PAH quando de sua fundação e ao longo de seu percurso de atuação. Pela gentileza e densidade analítica de sua entrevista dirigida ao objeto desta tese, neste trecho que segue, opto por reproduzir largos trechos que, em nenhuma outra forma de elaboração própria, creio que poderia resguardar tamanha qualidade.

Existe un manual de psicología comunitaria que es muy interesante, en el que hay un enfoque de algunos autores, que plantean diferentes escalas del empoderamiento. Hay un empoderamiento que es individual y tiene que ver con la autopercepción de tu eficacia, tú si te sientes muy débil no te ves capaz de afrontar tu vida, tus conflictos, de hacer cosas, tanto que el empoderamiento tiene que ver con generar espacios que la persona haga cosas que acabe teniendo éxito y ese éxito te refuerza que tu eres eficaz, que eres capaz de hacer cosas y eso te motiva y te refuerza.

Después hay otra parte que tiene que ver con la toma de conciencia socio política. Que es tu percibirte como un sujeto, en el cual sí que existe todo eso de sentirse más eficaz o menos eficaz, no... atribuir a cosas externas o no, pero ser capaz de leer el contexto y ubicarme en ese contexto en las relaciones de poder.

Ese es como un nivel individual. Eso inicial da como un salto a lo colectivo en el momento que tu te das cuenta de que eres más eficaz organizándote con otros, en lugar de trabajar individualmente. Entonces, es muy interesante, porque las teorías del empoderamiento hablan que hay un nivel de empoderamiento de la organización, organizacional. Ellos dicen lo siguiente: que hay organizaciones empoderadoras, que hacen fuerte a los individuos, a la gente, y hay organizaciones muy empoderadas, que tienen mucha efectividad, pero que no hacen fuerte a la gente. Una organización que está muy empoderada, por ejemplo, sería este líder vecinal que cuando se tiene que hacer una reforma urbana por parte del ayuntamiento en su barrio dice: “no, no, esto no se

va hacer así. Esto se va a hacer así, así y así". Porque es alguien que está en una posición de poder, de reconocimiento, que hace que la administración lo reconozca porque tiene un histórico, porque es quien es, aunque realmente pueda tener a poca gente detrás.

En la PAH eso es muy claro. El proceso de la PAH es clarísimo. Alguien llega a la PAH, y cuando llega a la PAH, lo primero que le hacen, te hacen tomar consciencia y mejorar muchas cosas...te acogen, te hacen que te sientas parte de algo. "No estás más solo". Y te explican lo que ha pasado; que lo mismo está pasando a mucha gente más. No es individual, no es un problema solo tuyo, de que has sido un mal trabajador, un cabeza loca. Te explican que has sido víctima, fruto de una estafa. Conectan tu vivencia personal con un problema más amplio, más de contexto político y económico. Pero hacen cosas que tienen que ver con cómo hacerte a ti más fuerte individualmente.

Es tuyo el problema, pero nosotros te vamos a ayudar. "Hoy por ti y mañana por mí". Apoyo mutuo. Aquí una lógica de romper con las dinámicas delegativas tradicionales que ha tenido el movimiento vecinal en muchas ocasiones, que es "tu tráeme los papeles que ya vendrá la abogada a resolverlo". Entonces, te colocan "el problema es tuyo y te vamos a ayudar".

Tú tienes que afrontar tu problema, pero te hacen sentirte fuerte junto a los demás. Igual que un día tu pides apoyo para que paren tu desahucio, tu, en el día siguiente estás entrando en una lógica de igual a igual y tú estás parando el desahucio de otra gente. Pues ahí, por ejemplo, esa secuencia de empoderamiento individual se ve muy clara; de lo individual, de corresponsabilización del problema, te hacen que hagas una lectura compleja del problema desde el punto de vista de las relaciones de poder. "Esto ¿porque me ha pasado a mí? Te ha pasado porque te han engañado, nos han engañado a todos." Pero hacen que no delegues, te hacen que te metas ahí.

Hay unas estrategias de apoyo mutuo, en que tú ves de que hay una eficacia colectiva, que hay una eficacia trabajando, abordando el tema colectivamente. Es como una secuencia muy clara. Para mí es un proceso muy claro, un ejemplo muy claro de empoderamiento. Entonces, desde de punto de vista del empoderamiento organizacional tiene un elemento, que para mí es clave, que es: ellos plantean el propio éxito del grupo corresponsabilizándolos como grupo. Ellos dicen: quién va a tomar los turnos de palabra, quién va a tomar notas, quién va a hacer la acogida de los nuevos miembros el próximo día... Y evitan esta lógica de concentrar al final el conocimiento, el poder y el saber en pocas personas.

Yo creo que una debilidad que tenía el movimiento vecinal más tradicional, era esta idea de hacer de intermediario y de intentar buscar las soluciones, incluso de prestar servicios sin implicar a los afectados en conseguir una solución. Al final, no deja de ser como un pequeño ayuntamiento: "yo voy al presidente, a la asociación de vecinos, a reclamar no sé qué" eso, al final, no deja de ser una relación muy perversa. Esto me da poder también. Yo me siento bien así (ERNESTO, Apêndice C, Investigadores).

Na forma como esta escrita de tese assume as marcas de presença das pessoas que gentilmente dela tomaram parte em suas partilhas, a análise proferida por Ernesto Morales evoca testemunhos escutados repetidas vezes, na forma de entrevista ou não. Testemunhos como o da latina Manuelita, que expressou seu processo de empoderamento a partir da sensação física provocada por uma das práticas de lutas comuns na PAH, a adesivagem de bancos, que consiste em uma forma de escrache em que são colados papéis de denúncias nas vidraças de bancos protagonistas de despejos de famílias.

Eso de empapelar, para mí, me llenaba de adrenalina, saber que estoy peleando por un derecho mío.
[...] me esperancé! Entonces yo dije: bueno es que aquí me quedo porque hay un movimiento activo, veo que la gente trata de ayudar con solidaridad. [...] no se sentían parados y no me sentí sola. O sea, le dijo: no estoy sola y yo tengo un movimiento que me respalda (MANUELITA, Apêndice C, Sobre o papel da PAH).

Manuelita parecia expandir o peito ao preferir seu testemunho. A força sentida e por ela relatada, não ficou circunscrita à memória de um momento qualquer vivido. Ficou no registro de quem aprendeu que pode! Que naquelas circunstâncias de proteção e força coletiva ela – e seus pares – potencializam-se como indivíduos e coletivo. Da mesma forma com María Elena que, por um mês e meio, foi diariamente à agência bancária que vinha retendo o único benefício social que recebia e com o qual alimentava seu filho e sua mãe com câncer. Ela conta que havia perdido o medo quando já não tinha mais o que perder para o banco.

fui con mi bocadillo y decía a la gente: “este banco quita la comida de los niños”. Entonces, hice unos papeles, con mi nombre, y decía que era el único sustento que tenía, era una ayuda. [...] que necesito comer y tal, no tengo nada y tengo una madre que también estaba enferma, con cáncer y estaba ya desahuciada también. [...] me sentaba todas las mañanas ahí en el banco. Y a los banqueros les daba un poco de vergüenza, seguro.
¡No me voy a ir hasta que me devuelvan mi dinero! O sea, yo voy a venir mañana, pasado mañana, todos los días hasta que me den mi dinero. Al final, duré un mes y medio, por ahí, al final me devolvieron mi dinero. Yo en realidad tenía miedo. Pero, cuando me recogieron el dinero de la comida, pues, no me dio miedo (MARIA ELENA, Apêndice C, Sobre o problema da moradia).

São experiências de empoderamento individual que se manifestam no corpo; com sensações físicas e emocionais e que produzem subjetividades. Assim como a condição de afetados produz manifestações na forma de adoecimentos

físicos e emocionais severos, como apresentado em dados no capítulo 3 deste texto, as experiências coletivas de acolhida e empoderamento operam para produzir manifestações físicas e emocionais positivas de encorajamento e resiliência. Vale observar que essa é uma reflexão de caráter exploratório, de aproximação apoiada em minhas observações e reflexões. Porém, apresenta-se como uma linha de abordagem que deixa possibilidades para metodologias de mensuração e análise da autopercepção de empoderamento e reverberações desta na vida cotidiana.

A experiência da PAH demonstra que o processo de empoderamento individual que se dá através do cuidado e do acesso a informações a cada passo da caminhada de luta do indivíduo, tem valor central e estratégico na construção e afirmação da PAH como movimento, como ator político na arena pública e política. Como sintetizado por João França (2021, p. 127), “el empoderamiento en la PAH no es el triunfo del individuo, sino un aprendizaje de que la lucha colectiva es la forma de cambiar las cosas.” O autor complementa sua afirmação qualificando essa forma de fazer/ser ator político num marco e paradigma de exercício do poder coletivo feminista. Isso porque assume-se protagonizado por mulheres e tecido por práticas historicamente aprendidas e exercidas pelas mulheres na gestão das relações e das demandas da vida cotidiana. Nos termos de João França (2021, p. 127), “es un quehacer feminista, con una lucha encarnada sobre todo por mujeres, y que gira alrededor de cuidarse y de sostener la vida conjuntamente”.

5.4 A PAH como ator político e sua capacidade de incidência política: “Hacer política desde las calles”

5.4.1 A constituição do ator político coletivo

Aqui há uma observação importante acerca do processo de empoderamento dos indivíduos e da afirmação do ator coletivo como dimensões de um mesmo processo, mas coisas diferentes. Indivíduos empoderados, no sentido de cientes de seus direitos e munidos de recursos para agir em defesa

destes, operam pelo fortalecimento da democracia e qualificação da política. Exemplos disso são eleitores ou consumidores conscientes; certamente elevam o nível da política em sentido amplo, em virtude da qualidade ou dimensão política do fazer individual e cotidiano. Contudo, isso não os torna um ator na arena da política. Francisco Javier R. Dominguez, em “Quién decide? Los actores y sus recursos” (2014), reconhece a qualidade política das ações de indivíduos, especialmente se conectadas em linhas comuns – ecologistas e feministas, por exemplo – porém propõe distinguir como coisas distintas o que é “acción conectiva y acción colectiva” (p. 77). Segundo o autor, para que se possa considerar um ator coletivo é preciso que haja coesão interna e identidade em torno de demandas e objetivos comuns, que isso seja comunicado externamente com uma narrativa coesa e que haja mecanismos controlados pelo coletivo no acionamento de estratégias e recursos de atuação. Nesse processo, os indivíduos são o recurso fundamental da construção e atuação do ator coletivo.

É preciso aqui um parágrafo para compartilhar uma tensão teórico-política desta escrita, que é processo atravessado por percepções e compreensões em movimento. A forma como o estudo e reflexão foi avançando ao ponto de afirmar como ator político o coletivo munido de certos atributos, problematizou outros momentos da presente tese em que há a afirmação dos corpos em ação política como atores políticos. Num primeiro momento, temendo o equívoco da contradição ou inconsistência, parecia ser o mais coerente e correto escolher por uma das abordagens: o ator político é o coletivo organizado e com estratégia comum ou são os indivíduos em ação política. Porém, e sem negar a incerteza reflexiva, paradoxalmente, ambas as abordagens são pertinentes e permitem evidenciar processos distintos que não se anulam, mas que coexistem em movimento. Consideradas na fronteira de paradigmas políticos e teóricos dos processos de levantes populares contemporâneos profundamente marcados pela ação de indivíduos em conectividades fluidas e temporais, parece pertinente considerar a esses como ator político, sempre e quando em ação deliberada de enfrentamento a poderes e situações.

Judith Butler (2018) é a grande referência que apoia a afirmativa justificada e exemplificada ao longo desta tese de que os corpos barrando despejos e tomando praças em protesto convertem-se, na ação, em ator político. A autora

afirma os corpos em aliança e ação nas ruas como corpos com caráter de ator político na ação, em ação; em assembleias e protestos, porém, adverte “essas formas de assembleia podem ser entendidas como versões nascentes e provisórias da soberania popular” (BUTLER, 2018, p. 22). A autora não demarca essa afirmação para dizer que fora desta espacialidade feita arena da política tais corpos não sejam ator. Isso não é importante. O importante é afirmar que os corpos em assembleias nas ruas, como no 15M ou barrando despejos como instrumento cotidiano de desobediência civil pacífica na PAH, assumem caráter de ator político.

Os corpos marcados pela identidade LGBTQIA+ e as pessoas negras ou indígenas andando pelas ruas vestidas tradicionalmente, carregando um discurso, uma disputa de sentidos; e isso os reveste do caráter de corpos políticos atuando na cena pública como ator político. Porém, sem os movimentos LGBTQIA+, sem os movimentos negro e as estratégias de ação coletiva dos povos indígenas, a força desses corpos em impor suas denúncias e pautas como agendas públicas e da política, é limitada. As narrativas e pautas que estes grupos sociais assumem, enquanto indivíduos a eles pertencentes, são uma formulação do ator coletivo, pela reunião de indivíduos, num processo que se retroalimenta. Por isso, os corpos em ação e conectados tomam atributos de ator político, porém, em seus coletivos de pertencimento e ação, torna-se atores políticos de força maior, legitimados pela representatividade de causas coletivas.

O movimento social PAH é um ator político. Afirmou-se e afirma-se como ator porque atua: produz narrativa explicativa e se coloca como interlocutor de um problema de amplo alcance social, cria e afirma identidade e coesão coletiva e, o mais importante, aciona recursos e estratégias diversas sustentadas no tempo e nos territórios onde atua. Isso constrói capacidade de colocar sua pauta na agenda política da sociedade e das instituições (DOMINGUEZ, 2014).

Quando a PAH se constituiu, os discursos correntes na mídia e os sentidos assumidos pelas pessoas afetadas eram de responsabilização pessoal e familiar pela incapacidade de cumprir com seus compromissos financeiros. A narrativa explicativa sobre a crise imobiliária como resultado de uma política de mercado,

comandada pelo setor bancário à época, adotada pelo Estado e imposta à população por diferentes estratégias, não raras vezes escusas, foi uma demarcação, um etiquetamento protagonizado pela PAH. Obviamente a PAH não era o único ator coletivo à época que fazia denúncias. No entanto, por um contingente de oportunidades produzidas pelas contradições do momento histórico, a PAH surge como uma novidade, nominando como afetadas as pessoas que até então vinham sendo acusadas de culpadas pela situação que viviam. As explicações da PAH acerca do problema da crise imobiliária encontravam ressonância, faziam sentido e ofereciam algum conforto e esperança às pessoas afetadas. Mesmo sem uma maior análise crítica do processo que estavam vivendo, elas entendiam o que significava a síntese da PAH que emoldurava a gravidade da situação na expressão vidas hipotecadas.

É importante ressaltar que a capacidade de colocar-se na conjuntura de oportunidade com narrativa coerente do problema e com estratégias de comunicação e atuação não é dada somente pelas conjuntura de contradições expostas. A conjuntura de crise produz esgotamento de determinado modelo explicitando a contradição. Com isso, abre-se um vácuo de explicação e perspectivas de soluções. Esse vácuo constitui-se como oportunidade, como potencial. Porém isso não é tudo para que movam-se forças de contra-poder, para que o movimento da dialética ocorra: “o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (LEFEBVRE, 1975, p.238).

É importante compreender que, para afirmar-se como ator capaz de produzir movimento na forma de contra narrativa e contra-poder, alterando correlações de força, ou alterando geometrias de poder, nos termos de Dorren Massey (2016), são necessários recursos básicos e o principal deles são os recursos humanos. E no caso da PAH é importante reconhecer como elemento importante o fato de que dispunha de recursos humanos muito preparados quando de sua constituição. A PAH foi concebida e forjada por pessoas com muito conhecimento teórico e prático acumulado das experiências de atuação política e militante. Vale aqui lembrar o testemunho de uma de suas fundadoras, Lucía Delgado, que dizia que a PAH foi pensada como um mecanismo para dar respostas aos problemas concretos, com postura aberta à tentativa e erro, no

sentido da permanente abertura à experimentação de medidas efetivas para enfrentar demandas concretas, tal como se apresentavam. Recursos humanos - ou recursos cognitivos como afirma a teoria política⁵¹ – são fundamentais para que um ator político possa constituir-se e sustentar-se (Dominguez, 2014). Pessoas que tiveram capacidade de leitura da realidade, sensibilidade pedagógica para experimentar modelos metodológicos e organizativos diferentes dos movimentos e coletivos hegemônicos da época e, por fim, capacidade de produzir narrativa e elevar o problema à condição de agenda política.

5.4.2 A incidência na formação da agenda política de partidos, instituições do Estado e mídia

Para que seja capaz de afirmar-se como um ator político, é preciso ter a capacidade de elevar o problema social que enfrenta ao status de pauta da agenda política, tanto da mídia como dos atores políticos de Estado ou partidos e políticos influentes. “Por formación de la agenda se entiende el proceso a través del cual ciertos problemas o cuestiones llegan a llamar la atención seria y activa del gobierno como posibles asuntos de política pública” (DOMINGUEZ, 2014, p. 77). Para chegar à condição de pautar a agenda política, há um trajeto a percorrer até que o problema vivido por determinado grupo social seja alçado à condição de um problema político por parte de um ator – ou atores – que “tienen efectivamente la fuerza de transubstanciar cuestiones sociales en públicas y en prioridades de gobierno (VILLANUEVA, 1993, p. 27).

O processo para ascender um problema social à condição de problema público passa pela capacidade de introduzir pautas no conjunto da sociedade. Isso requer capacidade de incidência nos meios de comunicação convencionais para, com isso, galgar legitimidade e estatura de agenda pública e disputar a atenção da agenda política de Estado. Como explicam Tamoyo e Carrillo (2005):

⁵¹Em texto intitulado “¿Quién Decide? Los actores y sus recursos” Dominguez (2014) elenca quatro como sendo principais recursos para alçar um ator político à capacidade de incidir na produção de políticas públicas: recursos políticos, recursos econômicos, recursos legais e recursos cognitivos. Com relação aos últimos, o autor ressalta não apenas o papel das pessoas como recurso, mas das pessoas munidas de informações e capacidade de avaliação da realidade e elaboração de estratégias.

“la agenda pública sería como una especie de espejo en el que se reflejan los temas a los que dan cobertura prioritaria los medios de comunicación. Desde esta perspectiva, los medios no influirían tanto en las actitudes de los ciudadanos como en las percepciones cognitivas de cuáles son los temas más importantes” (p. 659).

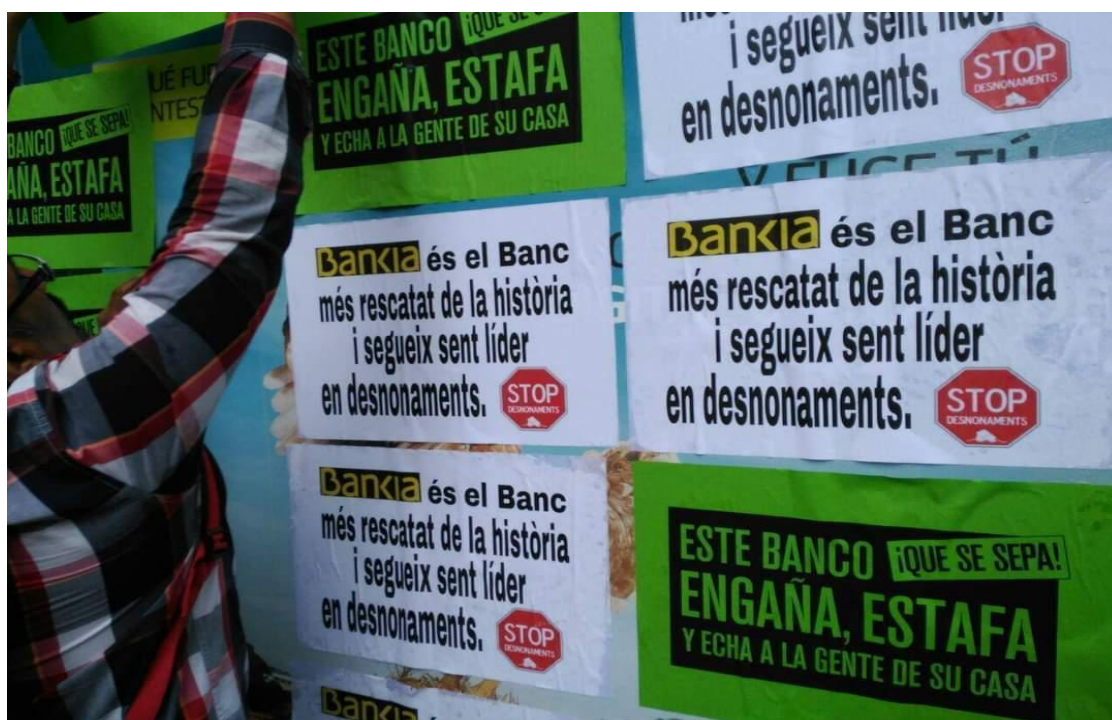
Trata-se de um processo engenhoso que, segundo Robert Entman (2011) passa por quatro estágios. O primeiro deles diz respeito à capacidade de nominar, de demarcar o problema social de forma sintética e facilmente compreensível, tal como uma marca, um título, um etiquetamento. O segundo estágio passa por produzir uma narrativa explicativa de causas do problema que, em seguida, aponte responsáveis pela problemática denunciada. Por fim, como quarto estágio, que a narrativa seja capaz de propor possíveis medidas e ações para enfrentar o problema desde a perspectiva e interesse do grupo social que sofre o problema, de quem o ator se coloca como porta voz. Tudo isso compõe o enquadramento, o *frame* que requer estratégias de comunicação e posicionamento do ator na cena pública com seu discurso. Aqui, discurso é ato, é parte de uma correlação de forças em que atores coletivos demarcam suas posições e interesses no contexto social onde se inserem, conforme compreende a Análise de Discurso de Michel Pêcheux (1997).

Nesse processo, o ator torna-se porta voz de um problema que afirma ser de caráter público e por isso objeto que requer atenção da política. Para isso, além de introduzir-se na mídia convencional, e inclusive para lograr esse feito, é preciso que crie canais de presença constante na esfera pública; seja com protestos nas ruas, presença nas redes sociais ou participação em espaços de interlocução e negociação com atores da política (VILLANUEVA,1993). É um processo que requer habilidades múltiplas de formulação, comunicação e posicionamento na cena pública enquanto ator, ao mesmo tempo em que se dá todo um trabalho pedagógico e organizativo de mobilização e construção cotidiana do movimento.

Na experiência da PAH, esse processo de formação do problema público e disputa da agenda política fica muito evidente. Recordemos o endereçamento dos cartazes de chamamento da primeira assembleia da PAH, colados nas ruas de Barcelona: “Si estás endeudado y no tienes para pagar tu hipoteca y te van a desahuciar, pues ven” como testemunhou Lucía Delgado (Apêndice C). É uma demarcação de problema e público alvo bem definidas e diretas, assim como

assertivas foram as frases sínteses tomadas como slogans repetidos inúmeras vezes ao longo dos anos, apontando culpados. Exemplos de slogans que foram disputando narrativa são: “este banco engana, estafa y echa la gente de su casa”, como se vê em folhas coladas em um banco na figura 26 , ou na síntese explicativa da crise, expressas pelo 15M: “no es una crisis, es el sistema”, na figura 27 Algumas destas sínteses muito bem posicionadas foram elaboradas pela PAH e ganharam ruas - e o mundo pelas redes sociais - por força de Los Indignados do 15M, assim como muitas sínteses, na forma de slogans, foram forjadas pelos coletivos de indignados e posteriormente adotadas pela PAH.

Figura 26 - Frases de denúncia coladas em bancos



Fonte: Perfil Facebook PAH Barcelona em 20 de outubro de 2017, acesso em 10 mar 2020.

Figura 27 – Um slogan: uma síntese explicativa



Fonte: “Cuando un 15M el marco político dio um salto gigante”, artigo de opinião de Joan Carlos Monedero, de 15/05/2021 em <https://rebellion.org/cuando-un-15m-el-marco-politico-dio-un-salto-de-gigante/>

Frases que questionavam as narrativas da crise, problematizando os sentidos da sociedade sobre o que se estava vivendo. Grafadas em cartazes ou projetadas ao mundo por textos e fotografias em redes sociais, elas operavam como batalha pacífica produzindo legitimidade e incidindo na opinião pública. Primeiro entre as pessoas comuns presentes e suas redes de relações e, em seguida, ganhando espaço na narrativa dos grandes meios de mídia. Como afirmou Juan Carlos Monedero em artigo de opinião de 2021⁵²,

Toda revolución es antes una gran conversación y toda gran conversación ha escogido antes, con paciencia de gramático, un nuevo vocabulario. Ese nuevo vocabulario está escrito en el diccionario de las protestas y su alfabeto se construye negando la conveniencia de lo existente.

Uma batalha por legitimidade vencida naquele momento histórico, como demonstram alguns dados de opinião relatados em Castells (2013, p. 91-93), em que pesquisas feitas no segundo semestre de 2011 sobre percepção da população, demonstrando que 97% dos entrevistados haviam tomado

⁵²Por Juan Carlos Monedero em artigo publicado do Blog Rebelión, intitulado “Cuando un 15M el marco político dio um salto gigante”, de 15/05/2021 e disponível em <https://rebellion.org/cuando-un-15m-el-marco-politico-dio-un-salto-de-gigante/>, acesso em 18 jun 2022.

conhecimento do 15M e 88% destes manifestavam concordar com os protestos e suas denúncias.

Um outro aspecto radicalmente marcante da narrativa que venceu a batalha naquele momento é refletida por Monedero, no mesmo artigo acima citado, de 2021, quando afirma que o 15M “señaló correctamente al responsable de este desastre, a banqueros y multinacionales y fondos buitres, y criticó las desigualdades en vez de echar la culpa a los inmigrantes”. Na Espanha, como é comum em países do norte global, onde a matriz geopolítica imperialista se sustenta e atualiza nas relações de trabalho às quais são submetidos os imigrantes, a culpabilização destes pelo desemprego e crise é recorrente em tempos de esgotamento das estratégias do capital.

Aqui vale lembrar que a PAH e o 15M se retroalimentaram nesse momento histórico, guardadas as diferenças de pautas – o 15M mais amplas, ainda que a crise hipotecária era o epicentro – e as proporções de alcance e caráter de um e outro, sendo o 15M um ciclo de protestos que sacudiu a política e se diluiu em processos locais e a PAH um movimento social sustentando o conflito. Lembrando também que todos os testemunhos colhidos em entrevistas sobre o 15M afirmaram que este projetou a PAH, tendo sido um “altavoz” das narrativas da PAH. Monedero, no mesmo artigo de opinião acima referido, afirma “el 15M bebió mucho de la *Plataforma de Afectados por la Hipotecas*”.

Um percurso de constituição de ator político e de capacidade de incidência que foi sendo produzido através de processo organizativo, espalhando-se no território espanhol em mais de 200 assembleias⁵³ locais, e sendo capaz de mobilizar-se nas ruas com protestos e ações diretas de desobediência civil. Ao longo do tempo, a PAH foi acumulando informações advindas da experiência e produzindo dados sistematicamente analisados para subsidiar o debate na sociedade. Um exemplo disso são os informes da emergência habitacional, produzidos sistematicamente entre a PAH e parceria com outros movimentos, ONG's e órgãos públicos. Além disso, a PAH mesma é objeto de pesquisas

⁵³ Lista de núcleos com seus contatos por comunidade autônoma: https://afectadosporlahipoteca.com/contacto/?fbclid=IwAR0z6sCBOXw4j-queIp9hD_EImFXSdpVaDRJWruDjWY4sy5M9QPYwxW-0DY, acesso em 20 de out 2022.

acadêmicas na Espanha e fora (Sala, 2018). Isso corrobora num processo que foi sedimentando uma importante expertise de modo que, no território espanhol, ao tratar-se de problemas e conflitos sobre o tema da moradia, a PAH é comumente chamada a dizer sua palavra. Como afirma o testemunho de Santi, “como que la vivienda continúa siendo lema de primera magnitud en España, pues van saliendo noticias de lo que nosotras decimos, pues en mayor o menor medida, si hacemos una acción, pues más o menos los medios van a cubrirla” (Apêndice C).

Segundo avaliação do cientista político Joan Subirats, em artigo de opinião do El País, 15.02.2014⁵⁴

La Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH) ha puesto encima de la mesa muchos ejemplos de combinación de acciones legales con acciones que expresaban de manera pacífica el desacuerdo con lo que legalmente estaba establecido y que iban adquiriendo a ojos de la ciudadanía y una creciente legitimidad.

Para além de incidir introduzindo as pautas na agenda dos meios de comunicação, também as narrativas e proposições da PAH são incorporadas nestes. É o que afirma a pesquisa realizada por Alonzo-Muñoz e Casero-Ripollés (2016), acerca da capacidade de incidência da PAH nos meios de comunicação durante o período de mobilização para o abaixo assinado da ILP – iniciativa legislativa popular – de 2011 à 2013. Segundo os autores, “se puede identificar claramente como la PAH ha logrado incorporar sus temas y encuadres dentro de la agenda de los medios, puesto que todos los periódicos analizados recogen los puntos claves de su estrategia discursiva” (2016, pag. 44), conforme apresentam no quadro que segue.

⁵⁴ Joan Subirats é politólogo e escreve sistematicamente em El País Es. Na matéria, intitulada “Reivindicar o Ser?”, o autor argumenta haver um perfil inovador nos movimentos sociais contemporâneos no sentido de não mais pressionar os poderes de Estado, mas de propor soluções e experimentá-las. Traz como exemplo do caso espanhol, além do parágrafo citado, as cooperativas de energia e internet, escolas autogestionárias e economia solidária. Ver em https://elpais.com/ccaa/2014/02/15/catalunya/1392495806_055089.html, acesso em 01 jun 2022.

Tabela 7 - Análise da incidência da PAH nos meios de comunicação

Eje discursivo	Presencia en los medios	Encuadre
Emergencia habitacional	Sí. Especialmente en <i>ElDiario.es</i> , <i>El Mundo</i> y <i>El País</i> .	Comparten el mismo encuadre que la PAH, considerando la situación actual insostenible y exigiendo una solución.
Drama e injusticia social	Sí, en todos.	Los desahucios son la cara más dramática de la crisis. <i>ElDiario.es</i> y <i>El Mundo</i> hacen referencia expresa al suicidio como una de las consecuencias de esta situación. <i>El Mundo</i> y <i>El País</i> realizan una comparativa de la situación y la legislación en otros países.
Gobierno y bancos	Todos coinciden en culpabilizar de forma expresa al Gobierno pero indirectamente a la banca, excepto <i>Infolibre</i> que sí culpa de forma expresa a la banca.	Todos comparten la posición de la PAH en la atribución de responsabilidad al Gobierno del PP. <i>Infolibre</i> y <i>ElDiario.es</i> lo hacen duramente, mientras que <i>El País</i> y <i>El Mundo</i> moderan su discurso. <i>Infolibre</i> expresa de forma contundente la culpabilidad de la banca.
Apoyo mayoritario no escuchado	Sí, en todos	Destacan el hecho de que la ILP fue avalada por casi un millón y medio de ciudadanos. <i>ElDiario.es</i> vincula el apoyo popular a la legitimidad democrática.
Falta de soluciones	Sí, en todos	La Ley 1/2013 de 14 de mayo aprobado por el PP es vista con reticencia por todos los medios y la consideran ineficaz. Coinciden en que debe aprobarse la ILP o al menos las medidas que se recogen en ella.

Fonte: ALÓNZO-MUÑOZ y CASERO-RIPOLLÉS, 2016, p 44.

Conforme os autores

El análisis empírico de la cobertura mediática sobre la ILP demuestra que la PAH ha logrado acceder a la agenda de los cuatro diarios estudiados como hacerlo imponiendo sus marcos discursivos. Los principales ejes de este movimiento social, concretados en cinco grandes puntos (emergencia habitacional, drama e injusticia social, banco y gobiernos responsables, apoyo mayoritario no escuchado y falta de soluciones), se encuentran integralmente recientes en el contenido de las noticias publicadas por los periódicos examinados” (ALONZO-MUÑOZ y CASERO-RIPOLLÉS, 2016, p.45).

Com isso, concluem os autores que “otorgan legitimidade democrática a sus demandas”, gerando importante incidência política em torno da pauta que produzem e sustentam.

5.4.3 Incidência política

Santi Mas de Xarxas sintetiza bem o que outros testemunhos demonstraram:

la PAH desde su origen tenía claro de que tenía que conseguir cambiar las leyes y para cambiar las leyes solo se consigue si tienes una parte propositiva, que es un poco la diferencia con otros colectivos, que no solo hacemos denuncias. Sí, nosotros hacemos denuncias y hacemos también propuestas legislativas de cómo acabar con la emergencia en España (SANTI, Apêndice C, Sobre PAH).

Santi fala de um papel propositivo que exige desenvolver distintas habilidades concomitantes. A PAH faz ação direta de protesto e desobediência civil com as quais denuncia e reivindica. Mas também elabora propostas de leis, o que demonstra profundo conhecimento do funcionamento da maquinaria legal do Estado: competências legais dos entes federativos, tramitação legislativa e orçamento. Junto com isso, demonstra capacidade de negociação com atores da política partidária e/ou institucional, para convencê-los e, por vezes, constrange-los.

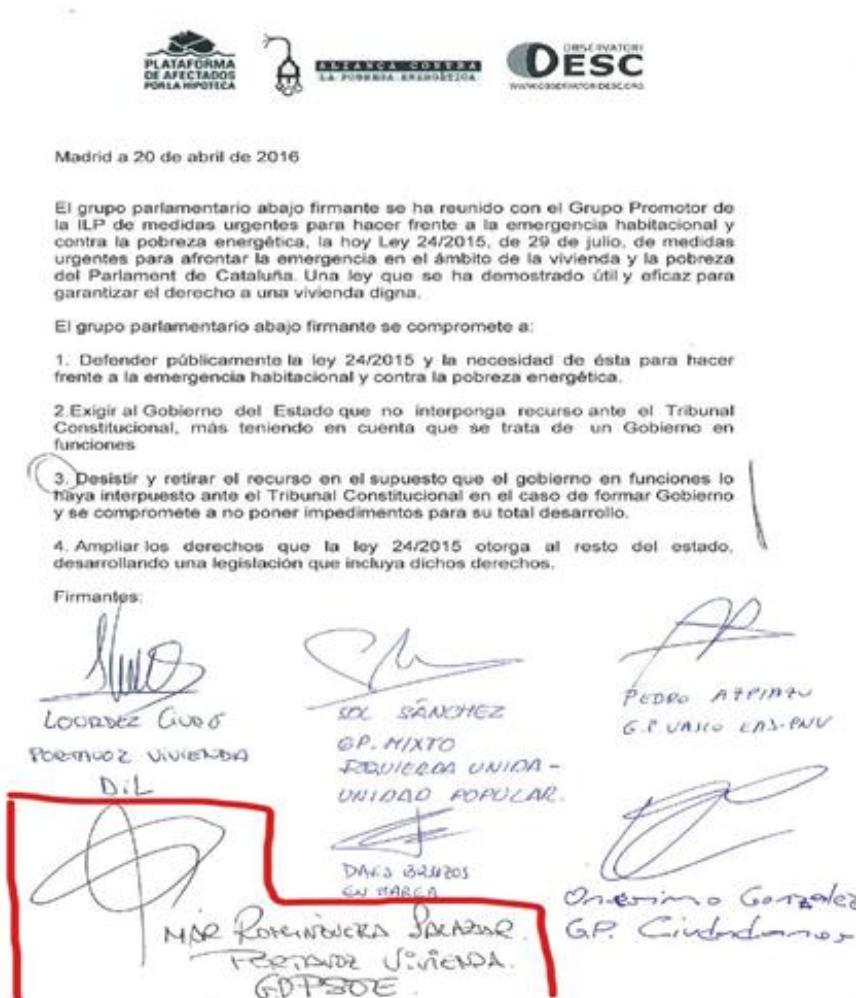
A PAH aprendeu com a experiência da primeira proposição de ILP que, mesmo com grande respaldo popular e cumprimento das exigências constitucionais, a tramitação nas instâncias do Estado é condicionada às correlações de forças entre os atores políticos que ocupavam os mandatos e cargos do executivo, legislativo e judiciário. Negociar com partidos e políticos, segundo testemunho de Santi, exigiu um exercício que gerou e gera tensões internas e com coletivos parceiros. Sentar-se com os partidos para discutir o apoio destes aos pleitos legítimos e legitimados socialmente é, em si, uma medida conflitiva. E isso é agravado quando, para assegurar o apoio das bancadas dos partidos às tramitações de interesse da PAH, se faz necessário ceder em alguns pontos da pauta.

Santi relembra a tamanha frustração que representou o caso da ILP de emergência habitacioanl de 2013 que, mesmo com amplo respaldo popular - 3

vezes mais assinaturas do que exigido pela constituição espanhola - teve a tramitação interna no congresso inviabilizada pelo Partido Progressista⁵⁵, o PP, que naquele período tinha a maior bancada e o comando do executivo. Em 2015, quando a PAH opta por apresentar ILP similar no âmbito da Catalunha, em conformidade com as competências constitucionais da comunidade autônoma, não sem conflitos internos, entendeu que seria necessário reunir com os partidos para pedir apoio. Como pode ser visto na figura 25, o compromisso acordado com os parlamentares ia além do voto, demandando a manifestação pública em defesa da lei e a pressão ao executivo em caso de este recorrer ao Tribunal Constitucional, o que é feito como recurso político para obstruir ou retardar a tramitação e regulamentação. Frente ao esforço feito, no caso da ILP 24/2015, somente a bancada do PP se absteve - não votando contrariamente por constrangimento – e todas as demais bancadas votaram favoráveis à tramitação do que tornou-se a lei 24/2015. Vale dizer que outras comunidades autônomas da Espanha fizeram o mesmo caminho e produziram leis similares, dentro da margens de possibilidade dadas às correlações políticas de cada caso.

⁵⁵ Todo o processo e conflitos em torno da tramitação, com links para documentos podem ser visots em <https://afectadosporlahipoteca.com/2013/04/09/comunicado-del-grupo-promotor-de-la-ilp-hipotecaria-sobre-la-propuesta-de-continuista-del-partido-popular/>, acesso em 11 out 2022.

Figura 28 – Carta compromisso com a Lei de Iniciativa Popular 24/2015



Fonte: Página de Facebook da PAH em <https://afectadosporlahipoteca.com/2018/07/06/carta-a-pedro-sanchez/>, acesso em 10 out 2022.

Segundo relata Paco, ativista da PAH da cidade de Murcia, em cuja comunidade autônoma de mesmo nome também houve processo de incidência que resultou em lei similar⁵⁶, nem mesmo governos e políticos de alinhamento neoliberal negam a legitimidade da PAH. Uma legitimidade que converte-se em autoridade porque “Sabem que nuestras propuestas vienen del conocimiento de la realidad, de pelearla al diario”, testemunha Paco (FRANÇA, 2021, p. 99).

⁵⁶ Relato da tramitação e lei de medidas emergentes de proteção à moradia em <https://afectadosporlahipoteca.com/category/propuestas-pah/iniciativa-legislativa-popular/page/2/>, acesso em 10 out 2022.

Junto com a atuação para propor leis em diferentes níveis e instâncias do Estado, gerar mobilização social em torno delas e incidir junto aos políticos e partidos, há uma outra estratégia que cumpre importante papel. Trata-se da formalização das demandas das famílias junto aos órgãos públicos de competência nos municípios. Para isso, a PAH organizou formulários de demanda a serem entregues em órgãos municipais responsáveis pelas políticas públicas de moradia e assistência social, uma vez que o risco de ficar sem moradia é tratado com uma violação de direitos sempre vinculada a algum nível de vulnerabilidade social. Os formulários apresentam os fundamentos legais e convenções internacionais das quais a Espanha é signatária para respaldar o direito à moradia e proteção social da família. Com isso, além de oficializar a necessidade de cada família em específico, vai sendo gerada uma demanda social a qual a municipalidade vê-se pressionada a dar respostas e, com isso, tende a pressionar os governos centrais por recursos e medidas para enfrentar a emergência habitacional. A ideia é saturar o serviço público local ao ponto de o governo não poder manter-se negligente à problemática.

Desse processo, conforme exemplifica João França (2021), resulta medidas tais como reuniões de trabalho das administrações com a PAH para monitorar e buscar soluções para casos, até medidas mais institucionalizadas, como no caso do município de Manresa, que criou um plano municipal de enfrentamento a emergência habitacional e declarou-se como território livre de despejos (FRANÇA, 2021, p. 100). Barcelona é outro exemplo em que a formalização de demandas operou como um fator importante para a criação de um fórum específico com poder de deliberação, chamado mesa de emergência habitacional, onde são avaliadas as prioridades de destinação de aluguel social, segundo critérios objetivos.

Outro exemplo de política local de enfrentamento ao problema, em Barcelona, foi a aprovação da lei de obrigatoriedade da destinação de 30% dos apartamentos para aluguel social como requisito para a aprovação da construção de novos imóveis habitacionais ou reformas de prédios inteiros. Conquista essa que teve como ator político protagonista a articulação entre PAH e o Sindicato de

Inquilinos, junto a diversos outros coletivos locais de bairros. Estes últimos com propósito especial de resistir ao processo de turistificação dos bairros de moradia. Outra medida de incidência da PAH nos três níveis de governo é realizar ações para pautar candidaturas, em períodos eleitorais, para que manifestem publicamente e em documentos quais são suas propostas para enfrentar a crise habitacional.

Um outro recurso de pressão política, com vistas a dar notoriedade à problemática, é o chamado litígio estratégico que consiste no procedimento de formalização junto ao Comitê DESC da ONU de denúncia de violação de direitos por parte do governo e instituições de Estado. Para isso, também há um protocolo e modelos disponíveis em página web⁵⁷ para uso das assembleias locais. O reconhecimento e legitimidade da PAH como um ator com autoridade sobre o problema da moradia na Espanha tem levado relatoras e relatores da ONU dos temas de direito à moradia e pobreza a realizar visitas de diligência em assembleias ou reuniões específicas, em diferentes cidades onde a PAH se organiza. Fruto destas visitas são emitidos relatórios com recomendações ao Estado espanhol, os quais são amplamente divulgados pela PAH e servem de recurso de legitimidade e pressão. Durante a inserção da pesquisa foi possível acompanhar uma reunião de diligência do relator especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston. A visita resulta na emissão de informe com apontamento e orientações ao governo espanhol, no qual o relator dedica um capítulo ao empobrecimento e vulnerabilidade causada pela insegurança habitacional⁵⁸.

Tudo isso que vem sendo apresentado são elementos concretos que demonstram importante capacidade de incidência da PAH, elevando a qualidade da política no trato da problemática da moradia ao explicitando atores, interesses e opções políticas na correlação de forças na sociedade. Opções essas que apontam para uma ou outra direção dos vetores chaves dessa tese: a hegemonia da lógica de mercado ou de direitos e democracia na gestão da moradia e da

⁵⁷ Ver pag. 105 em João França (2021).

⁵⁸ Informe do relator especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston <<https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/02/Alston-Spain-PR-Final-ES.pdf>>, acesso em 24 nov 2021.

cidade. Essa qualidade política é justamente o que aponta David Harvey como sendo o mais importante conteúdo da pauta e da perspectiva do direito à cidade: a disputa por um maior controle democrático sobre a produção e uso de excedentes das riquezas socialmente produzidas e como um exercício que forja poder coletivo ao reeducar indivíduos e coletividade no curso da disputa pela moradia como um direito e pela cidade com bem comum (HARVEY, 2014, 2015).

5.5 Sobre o sujeito histórico

Numa perspectiva mais ampliada de enquadramento teórico dos movimentos sociais que protagonizam lutas de enfrentamento às estratégias de reprodução capitalista, como situar a PAH? Faz sentido pensar a PAH como um ator da classe trabalhadora? Trata-se de um conflito de classes? São perguntas que percorreram o processo de pesquisa como indagação, dada a zona de fronteira de paradigmas político e teórico em que os gestos de interpretação que tecem essa tese foram compreendendo o fazer/ser da PAH. Gestos de interpretação predominantemente ancorados num leito teórico sólido que possibilita entender de forma macro em escala de espaço e tempo o sentido da problemática em questão, mas que é incapaz de dar visibilidade à tessitura cotidiana de um fazer que aqui entende-se como político.

Analiticamente, todo o conflito discutido nesta tese trata da tensão produzida pela estratégia de acumulação de capitais na esfera da produção do espaço urbano. Isso se dá especialmente na monopolização do solo, da moradia e da cidade com seu capital histórico arquitetônico e cultural, na produção de novos ambientes e funcionalidades e na captura de rendas futuras pela financeirização da moradia e outros produtos urbanos. Como sustentam as teses de Lefebvre e Harvey, principais referências desta pesquisa, a produção das cidades sob controle de segmentos do capital, em escala planetária, toma papel central na estratégia da reprodução capitalista. A cidade é convertida em capital fictício, é meio de absorção de excedentes, alvo do alinhamento da política para a monopolização do solo urbano e da moradia para interesses de especulação e rentismo e da privatização de recursos e serviços básicas – do fornecimento de

água ao acesso à parques e prédios históricos –, tudo vira mercadoria a circular segundo leis de mercado. Porém, também o futuro da cidade e dos cidadãos circula no mercado. Circulam os créditos a receber oriundos do financiamento de moradia, da educação e da possibilidade de uma aposentadoria, para citar exemplos de necessidades básicas as quais as classes populares e médias só podem acessar se endividarem-se em financiamentos pelo tempo de uma vida laboral inteira. E se a dívida não for suportada ou se grupos sociais fizerem uso do solo e da moradia sem a mediação do mercado, mecanismos de despossessão, normalmente pela mão do Estado, são acionados na forma de despejos. Em última instância, a cidade também é lastro, uma possibilidade de valor real para um sistema financeiro no qual circulam valores inexistentes, sem nenhuma correspondência com o PIB das nações, em escala global.

Então, trata-se exatamente do que define o capitalismo desde uma abordagem marxista: o movimento de capitais em busca de sua autorreprodução que se dá em diferentes esferas ou momentos, desde a produção de bens e serviços, a circulação destes como mercadorias e o mundo das finanças como uma antecipação de rendas futuras (HARVEY, 2018). “Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”, afirma Harvey situando o conflito da urbanização como um conflito de classes (2012, p. 74).

À quem serve essa cidade? Seus recursos enquanto habitat coletivo devem ser objeto de gestão de direitos por parte das instâncias da política e da democracia ou da lógica de mercado que se colocam acima e livres da democracia? Quem tem poder de decisão sobre os rumos da cidade e a gestão de seus recursos e patrimônio material e simbólico do passado, presente e futuro? Esse poder sobre os rumos da cidade deve ser hegemônico pelo arcabouço jurídico legal nacional e internacional dos direitos fundamentais dos indivíduos, coletividades e seus territórios ou pelo direito à propriedade privada e ao lucro segundo, leis de mercado? Mais profundamente, qual ética e valor moral deve hegemônico a condução dos rumos da humanidade, se o bem comum e planetário ou o interesse e direito privado? Uma ética e moral coletiva que se revolta contra os despejos de únicas residências de famílias - de idosos ou mães

solo com seus filhos - ou uma ética moral que aceita como legítimas as legislações operadas via aparato de Estado que respaldam mecanismos de despossessão em favor de gigantes grupos financeiros? São alguns dos conflitos postos na problemática objeto desta tese. Ora trazendo evidências colhidas na pesquisa, ora acionando a teoria política, busca afirmar que a PAH com suas práticas, articulada a com outros coletivos, desafia a hegemonia neoliberal, ainda que na escala nacional e como ator contra-hegemônico na sociedade. E o faz ao denunciar e expor o Estado e o modelo de democracia que opera em favor dos atores e lógica de mercado e sonega da política as decisões e rumos sobre o controle das riquezas socialmente produzidas.

Reiterando o dito, analiticamente essa tese compreende as lutas em torno do direito à moradia e à cidade enquanto lutas acerca de quem comanda e a quem serve a cidade, enquanto espaço privilegiado para a absorção de excedentes das riquezas socialmente produzidas e redistribuição destas, configurando, assim, uma luta de classes. Nesse enquadramento analítico, a PAH e os coletivos – permeados atualmente pelo 15M – que lutam pelo direito à moradia e à cidade como bem comum são exemplos paradigmáticos de sujeito político da luta de classes contemporânea. Isso porque dirigem suas críticas discursivas e seus enfrentamentos diretos cotidianos ao sistema capitalista e ao Estado neoliberal que opera institucionalmente para o interesse do mercado, impondo à população políticas de austeridade.

No entanto, sendo leal às observações feitas presencialmente e na leitura das comunicações da PAH, via documentos e suas redes sociais, é preciso registrar importantes manifestações a cerca do tema. Classe como categoria para falar da problemática da moradia ou como identidade da ação política não é evidente ou imediatamente percebida – ou demonstrada – nas observações e escutas feitas. A identidade agregadora que pude perceber é a condição de portador de direitos enquanto ser humano e, num segundo nível, enquanto cidadão, sem excluir os imigrantes que, a rigor, não são cidadãos espanhóis quando não portam visto ou reconhecimento de cidadania. E, justamente, a acolhida e explícita defesa da PAH pelo direito à moradia para todos, incluindo os

imigrantes sem documentos, é uma evidência que diz fortemente sobre uma compreensão centrada na concepção política de direito humano. Junto com isso, o posicionamento anticapitalista – assim como a identidade auto afirmada de movimento social – é marcadamente presente nos discursos da PAH. Isso, ao longo da pesquisa, consistiu em fator instigante, que merece considerações. Se a classe é um marco político e identitário tão firmemente estabelecido na luta anticapitalista, porque não aparece nos discursos da PAH? O que afirma esse silenciamento?

Frente as perguntas postas, faz-se necessário dizer um pouco mais sobre esse enquadramento e suas implicações políticas, desde a observação e apreensão desta pesquisa. Classe é uma categoria sociológica que diz sobre conflito entre os detentores de capital e do poder de reprodução deste e os que contam essencialmente com sua capacidade de trabalho para prover a manutenção das demandas fundamentais da reprodução da vida. Essa categoria clássica marxista, historicamente teve e tem papel de força motriz de identidade para a ação política. É uma categoria que carrega consigo uma densa e complexa herança teórica que marca divisa na história das ciências sociais e da ação política. Toda essa herança teórica e política nasce de um paradigma de método que produz posicionamento teórico e político: o materialismo histórico e dialético. Um método de leitura de mundo que situa a realidade vivida como parte de processos históricos, num permanente movimento dado pela correlação das forças sociais em interação e conflito. O acúmulo desse paradigma foi sedimentando, através de décadas e séculos, um campo teórico com força de política de ação: o marxismo. Com o tempo, os sedimentos de leitura de mundo foram metamorfizando rochas teóricas sólidas. Foram produzindo teorias hegemônicas e hegemônicas de leitura crítica, em grande parte marcadamente ortodoxas, crenças de que o que importa não é a análise da vida concreta e complexa acontecendo entre contradições e sim o domínio de teorias capazes de encapsular a realidade. Como disse Lefebvre, em *Lógica Formal e Lógica Dialética*, “O pensamento dialético transformou-se em seu contrário; crítico por essência, desembocou num dogmatismo, apresentando uma abusiva sistematização [...] ou seja, o pensamento dialético reduzido a uma palavra,

tornou-se o suporte de uma ideologia, que, liquida em ato a “negação”, a reflexão crítica (LEFEBVRE, 1975, p. 16, grifos do autor).

Além disso, como um legado estabilizado - o que não significa dizer que é homogêneo, cristalizado e imutável – classe enquanto uma identidade política, é marcada por um ciclo histórico e experiência social circunscrita. Uma categoria analítica e identidade política que contém e se sustenta em concepções de leitura de mundo, de ação e de projeto de horizonte marcadas por seu tempo histórico, a saber, a era da dominância da acumulação industrial. Assim, dizer classe é dizer um conjunto de sentidos já estabilizados que, como exemplifica Michel Pêcheux, “fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem”” (1997, p. 160, grifos do autor). Por isso, assumir uma identidade política de classe tem o sentido de aderir e subscrever as “já lá” das leituras de mundo e perspectiva política da ação – e da organização para a ação –, contidas nessa identidade.

Tais afirmações podem parecer problemáticas e até mesmo contraditórias, mas insisto que coexistem como gestos de produção de sentidos e análise que apresentam fissuras, desvios e tensões. Se olhar mais para as evidências discursivas e percepção empírica, diria que a classe não é uma categoria importante de ser acionada ao apresentar o sujeito da luta discutido nesta tese. Mas, circunscrevendo essa luta analiticamente no enquadramento em que ela se situa – o enfrentamento à estratégia global neoliberal na produção da cidade como mecanismo de reprodução de capital – é, analiticamente, coerente e necessário afirmar que o sujeito da contenda é a classe trabalhadora urbana, o proletariado urbano, uma vez que o conflito discutido nesta tese “tornar-se o foco decisivo das lutas políticas de classes” (HARVEY, 2012, p. 78).

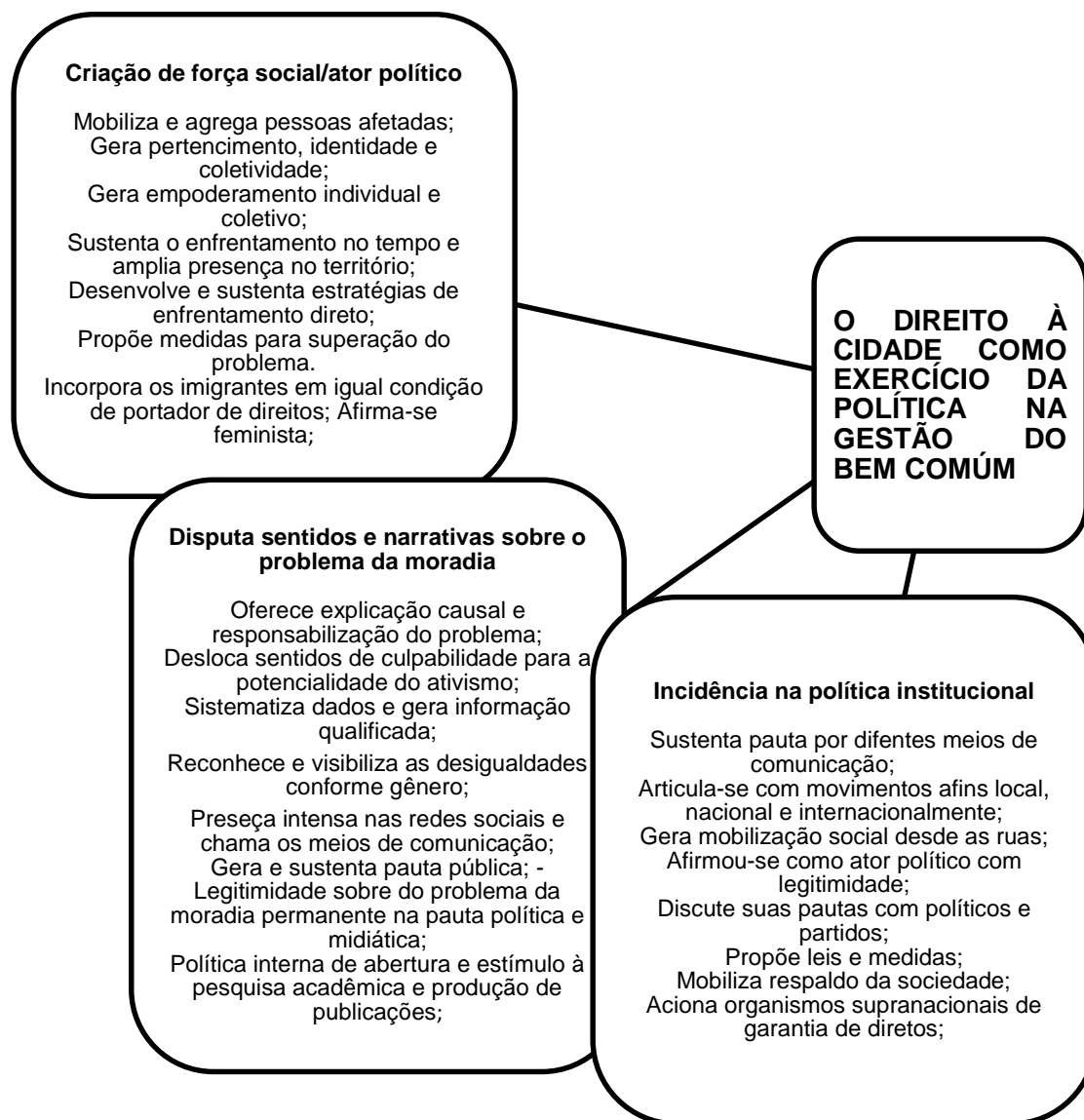
Nessa perspectiva, a tese assume como pertinente teórica e politicamente a afirmação de Harvey acima citada. Assume, igualmente, as evidências demonstradas na pesquisa com relação às práticas da PAH em enfrentamento a conflitos decorrentes das relações de reprodução social, nos marcos da reprodução de capitais. Porém, sem, com isso, deixar de reconhecer a identidade

política do fazer-se da PAH esforçando-se por superar traços hegemônicos de práticas organizativas burocráticas e panfletárias presentes em organizações declaradamente classistas. Nesse sentido, faz-se necessário assumir uma concepção de classe como noção aberta à análise de relações encarnadas em contextos reais, como algo que se dá ao fazer-se, como propõe Edward Thompson (1997): “Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconexos, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico” (p. 9). Uma vez que se forja no conflito circunscrito na reprodução de capitais, produz e sustenta estratégias organizativas e de ação e gera pertencimento, indetidade, interesse coletivo e elementos de uma cultura – de ativistas por direitos e anticapitalistas – a PAH, repita-se, é um exemplo paradigmático de ator da luta de classes contemporâneo.

5.6 As práticas da PAH e sua capacidade de incidência

Lefebvre, com sua visão dialética da cidade como espaço social em movimento, em feitura e devir, afirma: “lo posible forma parte de lo real y le dá sentido, es decir, la dirección y la orientación, la vía abierta hacia el horizonte” (LEFEBVRE, 1983, p. 53). O que o curso da pesquisa encontrou e buscou evidenciar é que a PAH é um movimento social que produz força política capaz de expor o problema da moradia como parte e efeito de um projeto em curso de gestão neoliberal da cidade. Além disso, as práticas da PAH, em articulação com outros atores pares, tecem e exercem poder coletivo. Isso se dá nas ações cotidianas para barrar despejos com corpos que superam o medo e aprendem o ethos da codependência, do “hoy por ti, mañana por mí”. Passa também por permanentemente por formular e sustentar uma narrativa explicativa acerca da problemática via diferentes meios de comunicação com a sociedade. Passa ainda pela formulação de propostas de leis e mobilização da sociedade para alçá-las com caráter de iniciativa legislativa popular. Sobre esses eixos de incidência – na criação de força social, na disputa de narrativa na sociedade e na introdução de suas pautas na política institucional – segue a síntese das evidências coletadas durante a pesquisa:

Gráfico 4 - Síntese da incidência na produção de força social, narrativas da mídia e na política institucional desde as práticas da PAH



Fonte: produção própria.

Com isso, diante das evidências expostas e analisadas nesta pesquisa qualitativa, assumo como verdadeira a hipótese central desta tese, de que a PAH, com suas práticas de construção de movimento, vem sendo capaz de mobilizar e

organizar força social, fazer a disputa com a narrativa hegemônica apontando causas e responsáveis e gerando pautas e incidência política na agenda pública. A PAH é um exemplo de caso em que o movimento social – como milhares mundo afora - dá passos no sentido de exercitar força coletiva para incidir em geometrias de poder, enfrentando o projeto de cidade neoliberal na direção do polo e projeto de direito à cidade.

5.7 O direito à cidade como concepção filosófica e horizonte político

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012, p.74).

David Harvey propõe aqui um conceito amplo, denso e inspirador. Sua proposição tem caráter de concepção filosófica e perspectiva política de projeto. Dele, gostaria de sublinhar três núcleos de força que consistem em orientação e desafios para o devir.

O primeiro diz respeito à compreensão do caráter da cidade como bem comum. Ela é espaço produto do acúmulo de trabalho social, lugar da reprodução cotidiana da vida individual e coletiva em suas múltiplas dimensões, lugar das relações diversas, das memórias materiais e imateriais. É, simultaneamente, espaço da reprodução social e do capital. É uma importante escala de disputa da gestão dos bens – tais como solo, recursos naturais e patrimônio histórico -, dos equipamentos e serviços públicos capazes de redistribuir ou canalizar privadamente a riqueza socialmente produzida. Importante dizer que, ainda que o objeto do debate seja a tensão entre a política econômica neoliberal para a cidade e os conflitos sociais compondo uma política de resistência a esse projeto, em momento algum este debate isenta da contenda o Estado, em seus diferentes níveis.

Aqui entra o segundo núcleo de força, que diz respeito ao caráter político do direito à cidade. Não é um pleito de acesso a serviços individuais, nem mesmo corporativos. É a disputa de apropriação do solo e outros bens materiais e

imateriais. É a disputa de prioridade do investimento público, de gestão dos recursos comuns do passado, do presente e do futuro. É a disputa da cidade como mecanismo concentrador ou redistributivo da riqueza socialmente produzida. Isso tem nome de correlação de forças. Em última instância, se chama exercício da política e de uma democracia ampliada, que vai muito além da eleição de quem ocupa determinado cargo do executivo ou legislativo.

E aí entra o terceiro núcleo de força: a participação. O envolvimento ativo e crítico das pessoas comuns a quem mais importa a cidade como bem comum, não sob a gestão dos interesses de mercado. E ativá-las para o exercício da política, para compor força social, requer um processo que, antes de ser organizativo, é pedagógico. Esse é o caráter pedagógico necessário de metodologias de exercício de poder coletivo que moldem a nós mesmos para a ética da codependência, antes de moldar a cidade que queremos. O movimento social é, talvez, a mais poderosa ferramenta que a humanidade criou para isso. Desse ponto poderia ser retomada a pesquisa, buscando indagar como, no caso estudado, movimento social demonstra operar para uma pedagogia que anime e encoraje à participação, condição da produção de força social sem a qual não há possibilidade de exercício da política e da disputa das decisões cotidianas e de projeto de cidade e sociedade.

CONCLUSÕES

A pesquisa sistematizada nesta tese se assenta na compreensão de que a produção e gestão da cidade cumprem um papel fundamental para a reprodução do capitalismo neoliberal. Um processo geograficamente desigual, porém, em escala global e orquestrado por atores da política econômica com incidência e hegemonia de força nas instituições supranacionais de governança e nos Estados-Nação, para o alinhamento da gestão segundo racionalidade do mercado.

Como procedimento de método, a discussão geral da cidade do projeto neoliberal e suas contradições foi sendo tecida no acionamento de teorias e dados mais gerais, como também na descrição de recortes que testemunham as contradições afetando o cotidiano na escala micro, do espaço vivido e percebido, do lar expropriado, do corpo adoecido. Tudo isso fala do mesmo. O todo e a parte estão contidos. Múltiplas escalas e dimensões da vida social – de ordem econômica, política e simbólica – são atravessadas pela força do projeto hegemônico e suas contradições. Em reação a elas, respostas coletivas foram sendo organizadas e foram criando força contra hegemônicas, estabelecendo correlações. É a dialética acontecendo.

Não são só os projetos concebidos desde a ordem distante, por atores hegemônicos, com racionalidade do lucro e sob a égide da propriedade privada. Não são só as contradições expressas na corrosão das condições materiais de trabalho, moradia e drenagem de recurso dos serviços públicos sob a alegação da necessidade da austeridade fiscal. Tampouco é só uma luta individual das pessoas e famílias afetadas para construir alternativas, ainda que seja tudo isso também. A força nasce onde nasce o movimento. Do bojo da crise do capitalismo desta quadra histórica, que teve como estopim a insolvência das hipotecas, em que os casos dos EUA e Espanha foram emblemáticos, forjou-se um ciclo de protestos e movimento social. O 15M e a Plataforma de Afetados pelas Hipotecas da Espanha, a PAH, constituíram-se como ferramentas de luta, como síntese dialética de um povo que via suas condições de vida presente e futura

precarizadas e seu país abalado por uma crise econômica decorrente de opções políticas pelo mercado como promotor de bens e serviços constitucionalmente assegurados como direitos. A PAH em 2009 e o 15M em 2011 impactaram fortemente e criaram nova correlação de forças na Espanha. As pessoas afetadas converteram-se em ativistas. A PAH é um movimento social que segue sustentando o conflito com vigor há mais de 13 anos. O 15M, um ciclo de protestos anticapitalistas que diluiu-se em outras iniciativas de organização social. Ambos, processos herdeiros de outras experiências de organização e lutas do território espanhol. Porém, ambos apresentando novidades na forma de construção de força política e comunicação com a sociedade, elevando o debate político naqueles anos de grande crise econômica, política e social na Espanha. A PAH permaneceu como ator político, articulado a outros, pautando a agenda política com exigências para a garantia do direito à moradia articulada a outros direitos, numa compreensão de que habitar vai além de quatro paredes. Mas requer a garantia de acesso a serviços públicos de proteção social e promoção de bem estar.

A crise espanhola das hipotecas de 2008 seguramente foi um ponto de partida de recorte de pesquisa favorável para explicitar o modelo de produção de moradia circunscrito no alinhamento neoliberal de gestão da cidade. Obviamente, de acordo com o que se deu na Espanha, porque ainda que seja um modelo sistêmico de escala global, aplica-se de forma diferente a realidade social e institucional de cada país ou região do globo. É um modelo com marcos de fundação nos anos 1970 junto com o neoliberalismo. No caso espanhol, seus marcos datam do governo franquista com política alinhada ao interesse do capital que, diferente dos países vizinhos à época, atuou para o desmonte do parque público de moradia.

Uma crise anunciada, segundo afirmam autores espanhóis sobre o tema. Porque por 10 anos – de 1998 até 2008 – a produção imobiliária, principalmente de moradias via crédito hipotecário representou o principal motor da economia, apoiado no endividamento das famílias. Um modelo que só tem caráter de modelo de desenvolvimento porque o Estado atuou determinadamente por sua

implementação. Mudanças de leis foram operadas para eliminar controle público do mercado de aluguéis e redução do tempo de contratos, tornando esta uma opção insegura. Mudanças na legislação de uso do solo urbano foram sendo conduzidas, ao ponto de, em 2007, haver sido aprovada uma lei que recebeu a alcunha de “ley del todo urbanizable”, conforme se afirma na literatura estudada. O crédito fácil propagandeado pelas instituições bancárias, com condições contratuais inseguras para os tomadores, teve sempre o aval do Estado espanhol, pouco dependendo do partido no governo. A crise explicitou os riscos do modelo. Ao atuar para amortizar os danos do colapso econômico que atingiu a população e as empresas, o Estado atendeu primeiro os bancos, dedicando importante fatia de orçamento para medidas em socorro a eles, enquanto estes expropriavam imóveis de moradia aos milhões, acumulando-os para especulação. O neoliberalismo e seu projeto de cidade – e de mundo de trabalho, gestão das dívidas da natureza, dos bens materiais e imateriais da sociedade – não se viabilizam sem o papel do Estado como gestor e promotor do projeto dentro do aparato institucional de cada nação. Portanto, o projeto neoliberal de cidade realiza-se em maior ou menor medida a depender o alinhamento do Estado-Nação. Mas não só. A depender das correlações de força de cada território e tempo. A depender das geometrias de poder.

A análise das práticas da PAH nos três eixos de indagação da pesquisa também recorda que o espaço é feitura de correlações. A produção do espaço urbano não resulta da intervenção dos atores de força maior, de mercado e do Estado. Resulta da correlação de forças vivas da sociedade a cada tempo e espaço. O percurso trilhado na pesquisa permite afirmar que em meio a grande crise econômica, de descrédito da política e da democracia, de precarização das condições de reprodução da vida e de pregação da moral neoliberal da responsabilidade individual pelo sucesso ou insucesso na vida, é possível forjar força social com capacidade de incidência política. A PAH é, seguramente, um movimento que aporta exemplo renovado de luta social, de uma luta de classes contemporânea, num tempo em que mecanismos de exploração andam junto com mecanismos de expropriação, agora estendidos no tempo pelas correntes do endividamento.

Da análise das práticas da PAH em seu fazer e ser movimento, há alguns destaques necessários, que podem aportar contribuições políticas. O primeiro destaque é a atenção na criação de ambiente e dinâmica de relação de acolhimento e cuidado como forma de tecer força social. Quem chega desesperado, após não ter encontrado alternativas percorrendo solitariamente soluções em serviços públicos e outras alternativas, mas finalmente encontrar acolhida, escuta e orientação qualificada, gera pertencimento e confiança. Os protocolos de empoderamento individual através de informações qualificadas – o assessoramento coletivo e documentos úteis são os principais meios – são geradores de autonomia de ação que, em momento algum atua para promover individualismo. Ao contrário, a informação para a ação autônoma dá-se ao passo que educa para a co-dependência, para a compreensão experimentada de que as respostas são produzidas em coletivo. Há uma pedagogia importante nesse modelo organizativo e de ação a ser apreendida.

Com relação ao modelo organizativo e de ação política da PAH, com destaque para a metodologia *assemblearia* e de assessoramento coletivo, é preciso destacar a diretriz e as medidas adotadas para a horizontalidade na organização. Não significa que não haja pessoas com diferentes acúmulos de experiências e níveis de apreensão dos processos e da problemática. O que ocorre é que o modelo organizativo faz com que as pessoas que estão há muito tempo, assim como as pessoas que estão há pouco tempo, componham a mesma assembleia, as mesmas comissões e as discutam as mesmas pautas. Não há na organização da PAH um fórum ou coletivo de pessoas que se reúna sem a obrigatoriedade de que representem uma assembleia local. A participação de qualquer pessoa em uma assembleia nacional ou de comunidade autônoma, que são as instâncias deliberativas da organização, ou em qualquer comissão, é sempre condicionada à delegação da assembleia local. Ou seja, ninguém pensa estratégia ou direção da organização sem que esteja participando sistematicamente da construção, dos debates, das ações de sua assembleia local. As pessoas mais experientes normalmente cumprem papel de dinamização das assembleias e assessoramento coletivo, não para ensinar seus acúmulos, mas

para encorajar, ir garantindo uma espécie de curadoria das informações compartilhadas e ajudar em sínteses orientativas. Esta é uma diretriz importante para evitar o distanciamento entre uma vanguarda pensante e a base da organização. Isso, obviamente, não se realiza sem fissuras ou sem a manifestação de vícios pessoais aprendidos de outros processos organizativos de outras matrizes de organização.

Para encerrar, é fundamental registrar algumas considerações de limites da pesquisa. A primeira delas é que o texto aborda a PAH como movimento social e suas práticas apoiando-se mais na literatura revisada do que na observação realizada pela pesquisa. O pouco tempo de inserção na PAH Barcelona, de 4 meses, a rigor permitiria analisar apenas este núcleo *assembleário*. Seria de suma importância para a pesquisa se houvesse acontecido a mesma observação participante em outras assembleias de PAH de diferentes partes do país. É preciso registrar que isso foi impossibilitado pela conjuntura política brasileira de estrangulamento de recursos para pesquisa, com drástica redução da oferta de bolsas CAPES do governo federal e outras Agências de fomento à pesquisa.

O segundo limite importante da pesquisa foi o fato de não se ter dialogado, via entrevista e outras formas de coleta, com agentes públicos que trabalham nos serviços de porta de entrega das demandas de moradia e assistência. Da mesma forma, teria sido enriquecedor o diálogo com atores da política atuando desde governos ao parlamento. Um último limite sentido especialmente no período revisão da escrita diz respeito ao exercício solitário da elaboração. Ela seguramente teria sido qualificada de sobremaneira se fizesse parte de um grupo de reflexão e pesquisa. Contudo, e por fim, aqui está a síntese que foi possível para esta etapa de formação em que consiste uma pesquisa de doutorado.

BIBLIOGRAFIA

ALFONSIN, Betânia de Moraes. A política urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica de direito urbanístico comparado: (Brasil, Colômbia e Espanha). Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Orientador: Pedro Abramo, 2008.

ALONZO-MUÑOZ, Laura y CASERO-RIPOLLÉS Adndreu. La influencia del discurso sobre cambio social en la agenda de los medios. El caso de la plataforma de afectados por la hipoteca Revista de Ciencias Sociales. Vol. 11, nº 1, 2016, pp. 25-51.

BORJA, Jordi. Coleção Gestão da Cidade; Luces y sombras del urbanismo de Barcelona. Barcelona: Editorial UOC, 2010.

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In C. R. Brandão (Org), Repensando a pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRENNER, Neil. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? Revista Eletrônica de estudos urbanos e regionais, nº 27 ▪ ano 7, dezembro de 2016, p. 6-18.

_____. Revolução Urbana? In: Espaços da urbanização. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2018.

_____. Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala? In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- As metrôpoles e o capitalismo financeirizado / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital Observatório das Metrôpoles, 2020, p 247-275.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTELLS Manuel. Revolución y Contrarrevolución en la Ciudad Global. In: SMITH, Neil e CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHESNAIS, Francois. Crise de sobreacumulação global iniciando uma crise de civilização. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- As metrôpoles e o capitalismo financeirizado / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2020, p 63-89.

Coalición de Acción Europea por el Derecho a la Vivienda y la Ciudad. La Financiarización de la Vivienda: tendencia, actores y procesos. Fundación Rosa Luxemburgo, Bruselas, 2020.

COLAU, Ada y ALEMANY, Adrià. Vidas Hipotecadas – de la burbuja inmobiliaria al derecho a la vivienda. Barcelona: Anglo Editorial, 2012.

_____. 2007 – 2012: retrospectiva sobre desahucios y ejecuciones hipotecarias en España, estadísticas oficiales e indicadores.

<<https://afectadosporlahipoteca.com/wp-content/uploads/2013/02/RETROSPECTIVA-SOBRE-DESAHUCIOS-Y-EJECUCIONES-HIPOTECARIAS-EN-ESPA%C3%91A-COLAUALEMANY1.pdf>> acceso em 07 set 2021.

CRESPI-VALLBONA, Montserrat e DOMÍNGUEZ-PÉREZ, Marta. Las consecuencias de la turistificación en el centro de las grandes ciudades. El caso de Madrid y Barcelona. Ciudad Y Territorio - Estudios Territoriales. Vol. LIII, n.º Monográfico, 2021, p. 61-82.

DELGADO, L.A.N, História Oral e Narrativa: Tempo, Memória e Identidade. Rev. História Oral, n. 6, p.9-25, 2003

DOMINGUEZ, Francisco Javier Rivera. Quién Decide? Los actores y sus recursos. In: Deciones Públicas (Bruno Dentes y Joan Subirats Humet), Barcelona, Editorial Ariel, 2014.

DIMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. A Crise do Neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification os a fractured paradigma. Journal of communicatio, 43 (4); 2011, 51-58.

FALCÃO, Márcia Ivana da Silva. Por uma Geografia Feminista: as mulheres na conquista do território Guajuviras, Canoas, RS. Porto Alegre, 2017. Dissertação. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

FRANÇA. João. La PAH: Manual de Uso – Aprendizajes para la acción colectiva a partir de la lucha por el derecho a la vivienda. Madrid: Rosa Luxemburgo Stiftung, 2021.

_____. Habitar la trinxera: Històries del moviment pel dret a l'habitatge a Barcelona Capa comum. Barcelona: Editorial Octaedro, S.L., 2018

FRASER, Nancy. JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GARCIA LAMARCA, Melissa. “Deuda hipotecaria falida, persona falida”: La financiarización de la vivienda y la vida en Cataluña. Barcelona: Arbor, Vol 195, no. 793, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade.. Artigos • Rev. Bras. Educ. 16 (47) • Ago 2011

GUTIÉRREZ, Aaron; DELCLÒS, Xavier. ¿Hipertrofia inmobiliaria? Análisis de las pautas territoriales del boom e implicaciones del estallido de la burbuja en Cataluña. Barcelona: Cuadernos Geográficos 54(1), p. 283-306, 2015.

_____. Geografia de las crisis inmobiliaria em Cataluña: uma leitura a partir de los desahucios por ejecución hipotecaria. GeoCrítica: Rev Cripta Nova, UAB, Espanha. Vol.21 . N. 557; febrero de 2017.

GUBER, Rosana. La etnografía: Método, campo e reflexividade. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Espaço de Esperança. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. O Direito à Cidade, Coleção Lutas Sociais. São Paulo: n.29, jul./dez. p.73-89, 2012.

_____. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capitalismo no século XXI. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEIDRICH, Álvaro. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura. Porto Alegre: Editora Letra1, p. 15-33, 2016.

LEFEBVRE, Henri. Critique de la vie quotidienne. Paris: L’Arche Éditeur, 1961.

_____. La Revolución Urbana. Madrid: Editions Gallimard, 1983.

_____. Lógica Formal/Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Editora Civilização

Brasileira S.A, 1975.

_____. La Producción del Espacio. Madrid. Capitán Swing Libros, S.L., 2013.

_____. O Direito à Cidade. Itapevi, São Paulo: Neblil, 2016.

LENCIONE, S. Concepções da metamorfose metropolitana. In: Bógus, L.; Pasternak, S.; Magalhães, L. F. A. (Org.) Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2020, p. 31-50

LOUREIRO, Isabel Maria, Rosa Luxemburgo: vida e obra. 5ª ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005.

LÓPEZ-VILLANUEVA, Cristina y CRESPI-VALLBONA Montserrat. Gentrificación y turistificación: dinámicas y estrategias en Barcelona. Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 21(1), 2021

MANZINI, E. J. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. In: A entrevista na pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise. Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP Marília. Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), 2008. Disponível Referências em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em 12 dez 2020.

MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MARTÍNEZ TORO, Pedro Martín. 2016. “La metropolización afectada por la globalización: reflexión epistemológica sobre la nueva revolución urbana.” *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 25 (2): 77-105.

MASSEY, Doreen. Geometrías del poder y la conceptualización del espacio. Publicaciones SIEP – Servicio Informativo Ecuménico Popular – El Salvador: 22/04/2016. Disponível em <<https://ecumenico.org/geometrias-del-poder-y-la-conceptualizacion-del-es/>>. Acesso em 29 mai.2019.

_____. Geometrías internacionales del poder y la política de una «ciudad global»: pensamientos desde Londres. Cuadernos de Cendes. Vol. 25, n. 68. Caracas: agosto de 2008. Disponível em <http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082008000200007>. Acesso em 29 mai. 2019.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da Entrevista Não-Diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. Coleção Teoria e História 6. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda, 1980.

MIR GARCIA, Jordi; FRANÇA, João; MACÍAS, Carlos; VECIANA, Paula.

Fundamentos de la Plataforma de Afectados por la Hipoteca: activismo, asesoramiento colectivo y desobediencia civil no violenta. Educación Social. Revista de Intervención Socioeducativa, Fundación Dialnet, 2013,55, p. 52-61.

MONICO, Lisete S.; ALFERES, Valentin R.; CASTRO, Pedro M. P. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Atas CIAIQ – 6º Congresso Ibero Americano de Investigação Qualitativa. vol. 3, 2017.

MONEDERO, Juan Carlos. Cuando un 15M el marco político dio um salto gigante. Bolg Rebelión, em 15/05/2021 e disponível em <https://rebelion.org/cuando-un-15m-el-marco-politico-dio-un-salto-de-gigante/>, acesso em 18 jun 2022.

MORALES, Ernesto. Empoderamiento y transformación de las relaciones de poder. Un análisis crítico de los procesos institucionales de participación ciudadana. Tesis de Doctoral. Programa de Doctorado: Políticas Públicas y Transformación Social Institut de Govern i Polítiques Públiques (IGOP) Universitat Autònoma de Barcelona, 2016.

MORENO, Rubén M.; BLANCO, Ismael; CRUZ, Helena; WALISER, Andrés. De la crítica a la innovación en la gobernanza participativa El papel de los Nuevos Activismos Urbanos en Madrid y Barcelona. XII Congreso Español de Sociología. <<https://www.fes-sociologia.com/files/congress/12/papers/5347.pdf>>, 2016. Acesso em 02 jan. 2019.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários para a educação do futuro. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, Sertório de Amorim e Silva. O que é um paradigma? Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 45, Número 2, p. 345-354, Outubro de 2011.

PÊCHEUX, Miclel. Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do obvio. Trad. Eni Pulcinelli Orland [et al.] 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ROMERO, Manuela- ZAMORA, Maria Helena. Pesquisando Cidade e subjetividade: Corpos e Errâncias de um Flâneur-Cartógrafo. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 21, n. 3, p. 451-461, jul./set. 2016.

SABOURIN Eric. Práticas de reciprocidade e economia dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Raízes, Na.o XVIII, nº 20, novembro de 1999, p. 41-49.

SÁNCHEZ VASQUEZ, Adolfo. Filosofía da Práxis. 2 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular,

2011.

SPOSITO, E.S. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TAMAYO, Manuel; CARRILLO, Ernesto. La formación de la agenda pública. Foro Internacional, vol. XLV, no. 4, octubre-diciembre, El Colegio de México, A.C., 2005, pp. 658-681.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TOURAINÉ, Alain. Un Nuevo Paradigma: para comprender el mundo de hoy. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 2005.

TRAJANO FILHO, Wilson. O Sentido dos Sons: Uma Etnografia dos Atos de Música. Brasília: UnB, 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Dep. Antropologia Social, Inst. Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2004.

RIBEIRO Cesar de Queiroz e DINIZ, Nelson. Financeirização e mercantilização à luz dos ciclos sistêmicos de acumulação e de urbanização. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- As metrópoles e o capitalismo financeirizado / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2020, p 167-219.

RIBEIRO Cesar de Queiroz, MATELA, Igor Pouchain, DINIZ, Nelson e RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, 1947- As metrópoles e o capitalismo financeirizado / Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2020, p 7- 63.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SALA, Eduard. La Crisis de la Vivienda: implicaciones territoriales y estrategias de empoderamiento. Barcelona:UAB, 2018. Tesis (Doutoral en Geografia), Depart. de Geografia, Faculd. de Filosofia y Letras, Universidad Autonoma de Barcelona, 2018.

_____. Cartografiando los desahucios: conflictos y resistencias por el derecho a la vivienda en Barcelona. Revista El Topo N°11 • Vol. 1, junio - julio de 2021, pp 09-39.

SALES y CAMPOS, Alberto. El delito de ser pobre: una gestión neoliberal de la marginalidad. Barcelona, Icaria editorial; 1ª edição, 2014

SANTOS, Milton. Pobreza Urbana. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. A Urbanização Brasileira. 5 ed. 3ª reim. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SASSEN, Sakia. Sociologia da Globalização. 1ª. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Edit. Paz e Terra, 2016.

SERRANO Eduardo. El poder de las palabras: glosario de términos del 15M. Blog Ineditviable, disponível em <http://ineditviable.blogspot.com/2011/07/el-poder-de-las-palabras-glosario-de.html>, acesso em 18 jun 2022.

SOARES, Paulo R. Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade. @metrololis: revista de estudos urbanos e regionais. No. 40, ano 11, março de 2020.

SUBIRATS, Joan. ¿Reivindicar o ser? La novedad en los movimientos sociales es que no esperan a ser atendidos por los poderes públicos, simplemente actúan. El País. Artigo de Opinião disponível em <https://elpais.com/ccaa/2014/02/15/catalunya/1392495806_055089.html>. Acesso em 24 jul. 2019.

TAMOYO, Manuel y CARRILLO, Ernesto. La formación de la agenda pública. Fórum Internacional. Vol XLV, n 4, octubre-diciembre, México, 2005 pp 658-681.

TAPIA, Luis. Ejes de rotación, movimientación y significación. La Paz : Muela del Diablo Editores Comuna CLACSO, 2014.

_____. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. La Paz : Muela del Diablo Editores Comuna CLACSO, 2008.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie y BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. Temas Sociales, Vol. 66. Santiago de Chile: Ediciones SUR, marzo, 2009.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

TENDLER, Silvio. (diretor) Encontros com Milton Santos ou o mundo visto do lado de cá. São Paulo: Caliban Produções Cinematográficas, 2006, (89 min).

THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. Coleção Teoria e História 6. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda. 1980.

VALLESPÍN, Fernando. Parole, parole, parole: La política deviene en una guerra de palabras “enmarcadas” más que en un enfrentamiento de ideas. El País, 11 jul. 2014, disponível em https://elpais.com/elpais/2014/07/11/opinion/1405066731_168814.html. Acesso em 12 jun.2019.

APÊNDICE A – Quadro de participação em atividades da inserção de pesquisa

Atividade	Número de atividades, data e local	Em que consiste
Assembleias de Bem Vidas	11 assembleia: de 09.12.19 à 02.03.20; Sede da PAH em Barcelona.	São assembleias que acontecem ordinariamente às segundas-feiras, das 18 às 21 horas, para acolhimento de novos casos e assessoramento coletivo de pessoas com problemas de moradia.
Assembleias da Coordenação (auto-organização)	11 assembleia: de 10.12.19 à 03.03.20; da PAH em Barcelona.	São assembleias ordinárias e abertas que acontecem às terças, das 18 às 20:30, com objetivo de avançar na construção do movimento. Nela são tratadas as pautas das ações de pressão, elaboração de informes e campanhas, articulação com outros coletivos de luta por moradia e organização das ações para barrar despejos de cada semana.
Assembleia de PAH's Catalãs	02 assembleias; 25.01.20, Barcelona e 29.02.20, Sant Feliu (Reg. Met.. Barcelona).	São assembleias de reunião dos nós da rede assembleária em que consiste a PAH. Na Catalunha ocorrem a cada 2 meses. Nelas se tratam as pautas da construção do movimento social, suas lutas e articulações.
Visita do relator da ONU Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos.	01 visita: 01.02.20, sede da PAH Barcelona.	Em sua passagem pela Espanha a PAH Barcelona o único movimento de luta por moradia com agendou visita e reuniu. Em seu informe ao espanhol há um capítulo dedicado ao empobrecimento e vulnerabilidade causada insegurança habitacional < https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/02/Alston-Spain-PR-ES.pdf > .

<p>Ações de protesto (escrache)</p>	<p>03 ações de protesto: Dia 13.12.19, Mataró, em imobiliária gestora de imóveis do fundo Blacstone; Dia 26.02.20, Barcelona, ocupação do escritório do Fundo Divarian/BBVA Dia 05.03.20, Barcelona, “Corre bancos”, percorre-se uma avenida com vários bancos (no caso, no bairro de Sants), colando adesivos e cartazes nos bancos.</p>	<p>As duas primeiras ações tinham mesma pauta: exigência de retornos de parte dos escritórios, imobiliária ou gerente bancário sobre processos em andamento para renovação de aluguel, conforme parâmetros da lei 24/2015. Os cartazes colados nos bancos tinham mensagens de denúncia das práticas de especulação com a moradia e exigindo o cumprimento da lei 24/2015 que obriga aos grandes proprietários a conceder aluguel social.</p>
<p>Ações para barrar despejos: STOP DEHACIOS</p>	<p>08 ações para pagar despejos: 13.01; 16.01; 27.01; 05.02; 02.03; 03.03, em Barcelona e 20.02 e 24.02, em Hospitalet de Llobregat (Reg. Met. Bcn). * Duas das ações com despejo executado e posterior acompanhamento das famílias ao serviço social (24.02 e 02.03); **Uma das ações foi chamado o “Esquadrão Anti-distúrbios” (batalhão de choque), houve remoção</p>	<p>É a principal prática de resistência e desobediência civil da PAH. É sempre a prioridade a ser atendida pelos ativistas. Consistem em colocar-se frente as portas no dia em que a comitiva judicial vai executar a ordem de despejo e, com os corpos, impedir o acesso da comitiva ao imóvel, impossibilitando o procedimento padrão de despejo das famílias e troca de fechaduras.</p>

	forçada e identificação (Boletim de Ocorrência) de todas as pessoas que estávamos no ato. (02.03).	
Acompanhamento à órgãos públicos de serviço social para tratar de alojamento	04: Dois acompanhamentos posteriores a execução de despejo, à serviço social para exigir realojo das famílias (24.02, em Hospitalet de Llobregat e 02.03, em Barcelona) e Dois acompanhamentos (28.02,05.03) de uma família de marroquinos, casal e 2 filhas pequenas, à serviço social de Barcelona para exigir Realojo Digno.	Acompanhamento consiste em uma pequena comitiva de ativistas da PAH acompanharem a pessoa e/ou família ao serviço público para ajudar na reivindicação e/ou fazer pressão. Ocorre quando as buscas autônomas da pessoa afetada aos serviços não estão tendo retornos e/ou quando se efetiva um despejo, em que algumas ou todas as pessoas que estavam na ação para parar despejo acompanham a pessoa despejada, com sua família, até o serviço social que terá que disponibiliza um realojo para a família.
Participação na Comissão de celebrações e festejos da PAH	Reuniões em preparação ao desfile da PAH no Carnaval de bairro, em 22.02.20; Barcelona, bairro Sant's.	A PAH se organiza com comissões de tarefas. Uma delas é a Comissão de Celebrações e Festejos.
Reunião da Obra Social (ocupações)	01 reunião de avaliação dos casos de demandas e da possibilidade de uma ocupação de apartamentos em um prédio que vem sendo direcionado para locação por Airbnb (com ajuda de	Obra Social é uma das comissões da PAH. Se dedica ao tema das ocupações como última alternativa para garantir moradia para famílias.

	alguns moradores críticos ao Airbnb).	
Reunião de Coletivos de Barcelona por Realojos Dignos	16,23. 30.01 e 06.02.10.	<p>Em um das reuniões chegaram a reunir-se 14 coletivos diferentes que se organizam em torno do tema da habitação.</p> <p>Trata-se de uma articulação de diferentes coletivos que tratam da moradia (associações de vizinhos, movimentos sociais, entidades de bairro). O tem a desta articulação é pressionar os governos para que disponham de realojos dignos para famílias que foram despejadas e vivem em pensões, albergues e hostel há meses.</p> <p>Segundo informado nestas reuniões, Barcelona tem mais de 600 famílias vivendo nesta situação.</p>
Oficina de capacitação sobre decreto 17/19, que amplia a Lei 24/2015	01 oficina, 08.02.20, Barcelona.	A oficina tinha o objetivo de apresentar ampliação da Lei 24/2015, via decreto (17/19, de 24.12.2019) que amplia obrigações de grandes proprietários em ofertar aluguel social e estabelece multa pelo descumprimento da exigência.
Assembleia do Sindicato de Inquilinos	01 assembleia, em 14.02.20, em Barcelona.	O Sindicato de Inquilinos é uma das entidades que faz a luta por alugueis acessível. Organiza-se com sócios contribuintes e assembleias abertas ao público.
Acompanhamento de votação no Pleno do Parlamento Catalão	04.03.20; Parlamento Catalão, Barcelona.	Neste dia estava em pauta para aprovação (ou não) do decreto 17/19. Foi aprovado, passando a vigorar como lei (incremento da lei 24/2015).
Preparação do 8M em Barcelona	29.01, 05,13,20 e 27 02, 02, 07.03 e 08.03 Marcha com estimadamente 200	Isabel e eu representamos a PAH na preparação da Helga 8 M. Atuei na construção do manifesto (carta temática)<

	mil mulheres em Barcelona.	https://www.vagafeminista.cat/wp-content/uploads/2020/02/manifiesto-1.pdf >
Visita dirigida ao bairro operário Nou Barris	24.01.20, Nou Barris, Barcelona.	<p>A visita ocorreu com o Sr. Vico, uma liderança comunitária que cresceu e atua em Nou Barris, um bairro popular de operários que se formou com as migrações do interior da Espanha para Barcelona, nos anos 1960, em um período intenso de industrialização. Visitamos áreas do bairro – que foi construído montanha acima – com moradias autoconstruídas (ocupações). Visitamos a Associação de Vizinhos, uma Biblioteca de bairro e um Casal de Barris (nome dos Centros Comunitários), equipamentos que existem em todos os grandes bairros da cidade. Pude ver fotos e ouvir relatos que demonstram a luta de vizinhos por infraestrutura e equipamentos públicos, fatos que compõem a macro-narrativa presente nas falas e literatura sobre tecido social ativo e progressista de Barcelona.</p>

APÊNDICE B – Dados gerais das entrevistas

Nome/pseudônimo	Extensão da entrevista	Identificação (idade, nacionalidade, profissão e outros)	Lugar de fala na entrevista	Se imigrante, ano que migrou	Situação com relação ao problema da moradia quando da entrevista.	Banco ou fundo da contenda
Manuelita Sáenz	40' 19" / 10 pág.	46 anos, nascida no Equador, mãe de 1 filha/família momarental, trabalha na limpeza.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	2002	Hipotecou-se em 2005, perdeu a moradia em 2014; atualmente luta por renovação de aluguel social.	Caixa Cataluña -> BBVA -> Divarian.
Tiucha	39' 47" / 08 pág.	53 anos, nascida no Peru, vive com sua filha e o pai idoso/família monomarental, trabalha como cuidadora de idosos em casa geriátrica.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	1997	Hipotecou-se em 2005; pagou até agosto de 2012 e em outubro perdeu o apartamento; atualmente luta por renovação de aluguel social.	Caixa Banck -> BBVA -> Divarian.
Simone Weil	17' 26" / 06 pag.	38 anos, nascida na França, mas tem 2 filhos adultos, porém mora sozinha, produtora e editora musical.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	Final da década de 1970.	Hipotecou-se em 1992, após separação e encerrar a produtora musical da família ficou sem renda e deixou de pagar em 2008; atualmente luta por aluguel social.	Bankia -> Sabeb.

María Elena Moyano Delgado	14' 55"/ 05 pág	45 anos, nascida no Peru, vive com filho menor de idade e com a mãe em tratamento de câncer/família momarental; trabalha como camareira.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	2005	Hipotecou-se em 2005, após separação não conseguiu mais pagar a hipoteca sozinha, em 2013 deixou de pagar; atualmente luta por renovação de aluguel social.	Caixa Bank vendida para BBVA e deste para o fundo Divaria
Micaela Batista	11' 18" / 04 pág.	47 anos, nascida no Peru, vive com o filho//família momarental, formou-se enfermeira na UAB e trabalha em clínica dentária da irmã.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	1991	Após separação, em 2007, teve problema com aluguél e por isso buscou a PAH; logo pode alugar e pagar valor de mercado, porém segue atuando na PAH.	Caixa Cataluña.
Andréa	30' 43s/ 08 pág.	2 anos, nascida no Equador, vive com o filho de 8 anos/ família monomarental, trabalha como camareira.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	2002	Após separação teve dificuldades para manter aluguél; depois de ter sido despejada 2 vezes, atualmente ocupa um apartamento de um banco e luta por aluguel social.	Buildingcenter
Lilian	46' 39"/15 pág.	60 anos, nascida no Brasil, farmacêutica, trabalha em protocolo sanitário na indústria da carne; vive com 2 filhos e esposo.	Ativista da PAH/enfase no relato do problema da moradia.	2005	Após viver 6 anos morando em quarto com a família em quarto alugado, conseguiu alugar uma casa que será demolida; atualmente	Sabadel.

				busca aluguel social.
Santi Mas de Xaxás Faus	28' 58" / 09 pág.	46 anos, consultor gastronômico autônomo.	Ativista da PAH/enfase no relato da ação política da PAH.	Ingressou na PAH em 2014 para contribuir, sem entender-se afetado; em 2017 o banco proprietário do prédio onde morava não quis renovar aluguel para disponibilizar o imóvel para o turismo pela Airbnb. Em suas falas Santi afirma que "todos somos afectados en alguna medida por la crisis de la vivienda".
Lucía Delgado	54' 22" / 14 pág.	38 anos, engenheira de energias, trabalha no Observatório DESC.	Ativista da PAH/enfase no relato da criação e trajetória da PAH.	Quando reunia-se com outras 5 ou 6 pessoas para pensar um mecanismo de resposta ao problema dos despejos por dívidas hipotecárias, Lucia não havia se dado conta de que ela também tinha um problema hipotecário oriundo de um terreno que havia comprado com seu ex-pareiro. Lucia precisou conquistar uma "dación en pago" para ver-se livre de uma bola de neve na forma de dívida hipotecária.
Eduard Sala	39' 52" / 10 pág.	XX, PhD em Geografia/UAB, seus principais temas de pesquisa são a emergência habitacional na Espanha, movimentos sociais e estratégias de empoderamento.	Ativista da PAH/ análise da PAH como ator político e suas estratégias de ação e empoderamento.	
Ernesto Morales	42' 57" / 15 pág.	Dr. em Sociologia e Políticas Públicas, pesquisador do IGOP e coordenador da Escola de Governo do Igop	Professor e pesquisador/a análise da PAH como ator político e suas estratégias de ação e empoderamento.	Relata ter participado por um tempo na PAH Badalona; participou ativamente na criação do Sindicato de Inquilinos, tendo sido vice presidente por um período; atuou ativamente na campanha e conquista do decreto do governo de Barcelona que estabeleceu a exigência da destinação de 30% de moradias de novos empreendimentos para aluguel social como critério para autorização da obra.

Fernando Pindado	1h 41m 21 s/ 19 pág.	Advogado, consultor em políticas públicas, participação cidadã e ação comunitária; consultos do IGOP.	Pesquisador consultor do IGOP/análise histórica do tecido social de Barcelona.	
------------------	-------------------------	---	--	--

APÊNDICE C – Fragmentos das entrevistas por tema

Fragmentos das entrevistas sobre o problema da moradia	Campo temático e recorrências
<p>ANDRÉA:</p> <p>En 2017, la empresa donde yo trabajaba ha cerrado y ya empezaron los problemas con el pago del alquiler de mi piso particular. [...] no me pagaron la última nómina, ni vacaciones e indemnización, [...] En 2018... bueno yo hablé con la propietaria [...] Entonces me dijo que iba a subir el alquiler y que no, que yo no me iba a quedar ahí. El 27 de septiembre del 2018 se ejecutó el desahucio, el primer desahucio, yo no sabía que existía la PAH y me fui por primera vez a la calle con el niño de apenas 5 añitos.</p> <p>(Após ficar uns dias dormindo na sala de uma família de paraguaios, Andrea foi acolhida em um quarto de um apartamento ocupado por dois irmãos dominicanos).</p> <p>Ahí, en este sitio (en el apartamento de los dominicanos), la abogada me paró el primer desahucio. Cuatro meses después vino el segundo desahucio. El tercer desahucio, me vinieron a amenazar de que me desalojaron. Yo no tenía familia aquí y veía al niño que lo pasaba mal, que lo estaba pasando mal. Yo quería quedarme sola con mi hijo. Yo lo que quería es que alguien me ayude a buscar un sitio para meterme yo con mi hijo, para estar sola yo con mi hijo.</p> <p>El tercer desahucio que vinieron, vino estos... los mediadores del banco. [...] llamaron los policías que andan en esta furgoneta y que se tapan la cara y te pegan. [...]. vinieron los del banco y decían que no, que no, que era una sinvergüenza, que estamos acostumbradas vivir así, que la gente dejaba un piso y luego cogía el otro del banco.</p> <p>Pues el miércoles, 31 de julio del 2019 volví a ir a la calle. [...]Y dura yo, ninguna lágrima. Dios mío, por qué me pasa esto. Pero tranquila y miraba que estaban las compañeras de PAH abajo, vi que estaban esperándome abajo. Estaban bajando mis cosas y me la recogían. Cuando fue mi primer desahucio fue muy diferente, porque me mandaron a la calle y ahí no había ni un perro, ¿sabes? ¿Ves?</p> <p>LALI:</p> <p>Entonces, decidimos hacer un proyecto y poder hacer un herbolario conjunto. Tomamos el préstamo, hicimos la inversión, ponemos el herbolario.</p> <p>Entonces llegó un momento que a él lo despidieron, y el negocio todavía no daba lo correspondiente para sostener la familia. Bueno, y ahí se nos vino abajo pues todo... porque no puede conseguir más un trabajo estable. La parte económica en España se fue al garrote, como se dice acá y lo que es el beneficio de los trabajadores se ha convertido en algo muy precario.</p> <p>Porque un sueldo no alcanza ni siquiera para el alquiler. Entonces, llego un momento que la decisión era si, con el poco que entraba del negocio</p>	<p>O problema da moradia/insegurança habitacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Problemas com hipoteca e aluguel após a “Dación en Pago” – 04 (destas 02 contraíram hipoteca no período do boom imobiliário). • Problema com aluguel (não contraiu hipoteca) - 04 • 5 delas hipotecaram-se no período do boom imobiliário • Perda do emprego desencadeou o problema habitacional – 02 • Contratou a hipoteca com um banco e teve sua dívida/ hipoteca comprada como título por 1 ou 2 agentes financeiros diferentes com quem teve que passar a “negociar” - 04 • Deparou-se com a decisão entre pagar o aluguel ou hipoteca ou comprar alimentos básicos - 03 • Separação do casal atuou como fator na desestabilização financeira e

<p>comía o pagaba la vivienda. Llegó el momento en que no pudimos más pagar la vivienda. Solamente podíamos comer.</p>	<p>desencadeamento do problema – 04</p>
<p>Entonces, en este momento, pagábamos 850 Euros de alquiler y, coincidió que en este momento teníamos que renovar el contrato de alquiler y nos subieron 100 Euros más y ya no podíamos alcanzar. Entonces, decidimos no pagar la vivienda y sostener el negocio con el objetivo de traspasarlo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentou “crise conjugal”, separação ou abandono após desencadeado o problema da moradia -02
<p>[...]era 2017, cuando hubo el atentado en la Rambla, todo el tema político, del independentismo; entonces fueron 6 meses que no se vendió nada en el negocio. Entonces, claro, todo lo poco que entraba era para sostener la familia, lo muy básico que era la alimentación.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de solidão e desespero frente ao anúncio e execução do despejo antes de entrar na PAH – 02
<p>Y en pocos meses la deuda se convirtió en una bola de nieve porque ya no debíamos solo al banco, sino debíamos al banco, el alquiler, a familiares y amigos. Eso fue una cosa gigante. Yo trabajaba de las 9 de la mañana a las 9 sin parar todo el día. Sábado trabajaba más porque cuando cerraba el herbolario, yo hacía masajes y llegaba a casa a las 10, 11 de la noche, muerta... Incluso así no se alcanzaba.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atravessaram o drama com crianças menores – 07
<p>Y fue cuando perdimos la vivienda, que fue un proceso judicial de muchos meses. A mí me llegó la primera notificación de desahucio en diciembre de 2016. Yo, el 1 de enero estaba en mi casa, con fiebre, enferma, llorando, pensando que iba a venir la policía, que me iba sacar a la fuerza, que perdimos todo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atravessaram o drama com crianças menores e com deficiência – 02
<p>Pudimos resistir hasta el tercer desahucio, después nos pusieron un desahucio abierto (sin fecha); que es un desahucio que está condenado por la ONU que ha condenado a España porque está totalmente fuera de la ley, terrible, para las personas que lo vivimos. Mi desahucio abierto empezaba el 1º de mayo y podría ser a partir del 1 de mayo en cualquier momento. Es una tortura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atravessaram o drama com crianças menores e sem companheiro– 07
<p>Entonces en ese momento me puse en contacto con el servicio social. Aquí el protocolo es que el servicio social, hasta que la familia no esté en la calle no te ofrecen una alternativa. En este momento, en servicios sociales, también por la presión que hicimos desde la PAH, [...] Entonces, por la situación de León, me ofrecerán una alternativa. Bueno, mi desahucio ya está abierto en este momento. “Te ofrecemos que el viernes te puedas ir a otro lugar, te vamos a mandar a una residencia social aquí, con tus hijos, por 3 semanas”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atravessaram o drama com crianças menores e idosos e sem companheiro– 02 • Enfrentaram a situações de despejo - 03
<p>Me mandaron de una vivienda a otra por 5 meses. Nos empezaron a pasar de una residencia a un hostel una semana, una pensión. En una residencia donde nos dijeron que íbamos quedar la familia juntos y no...León con su papá estaba en la planta dos y yo con los peques en la planta cero. El papa trabajaba por las noches y León tenía que quedarse solo por las noches, por muchas horas. Con todos los</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Chegaram a situação extrema de dormir na rua com a família - 02 • Um ou mais pessoas do núcleo familiar desencadeou doenças somáticas ou

<p>problemas que tenía, no les importó. Y el tiempo se alargó y estuvimos en la calle, porque estar en un lugar así es estar en la calle, porque no es un lugar adecuado. Nos llegaron a mandar a un hostel que era un hostel de viajeros y, la gente, los chicos jóvenes y nosotros teníamos una cocina compartida, no podía ni cocinar... y los niños estaban con la gente que estaba borracha. Nos dijeron ahí que era mejor que no estuviéramos, así que nos decían que a lo mejor teníamos que salir a las 9 de la mañana y volver a las 11 de la noche que era cuando apagaban la luz de la habitación, porque la luz se apagaba de un lugar centralizado, así que se yo quería acostar los niños a las 9 no podía porque la luz era centralizada y no se apagaba.</p> <p>Bueno, finalmente nos resultó un piso de Cáritas, que es lo que se llama el tercer sector. Que no es del propio Estado, sino articulado por el servicio social. Tengo que decir que los servicios sociales funcionan muy, muy mal. No son resolutivos, no son ágiles y no prestan los apoyos necesarios para la familia.</p> <p>Y, entonces me han dado el piso, pensé que iba a ser un momento de alegría. Tampoco lo fue. En un primer momento ha sido un bajón. No es el lugar que tu eliges más adecuado para tu familia. Pero, bueno, ahora estamos allí, al final. Poco a poco uno va haciendo hogar, tratando de acomodarse en el espacio. Ya tienes un techo.</p> <p>MANUELITA:</p> <p>La vivienda, el sueño español que le llaman aquí [...]. Acá en España me parece que para conseguir una vivienda uno tiene que hipotecar toda la vida [...] tienes que estar toda la vida con una deuda para tener un techo, 30 años de hipoteca con un precio excesivo. [...] al ver que una letra de hipoteca me salía igual que pagar una letra de alquiler, mi conciencia dijo que, como todo el mundo aquí, iba hacer como mis paisanos que estaban comprando pisos.</p> <p>En esta época estaba con un sueldo familiar de unos 2000 €. Y, nosotros contratamos una hipoteca, con una letra de 1.100 € al mes; primero era de 900 €. Dejamos de pagar un alquiler que era de 700 €, en la época, pero, ¡era por algo nuestro! Pero, luego subió el Euribor, y con todo eso, la letra fue subiendo, hasta 1.100 €.</p> <p>A parte de eso me quedé sin trabajo. Estuvimos pagando la hipoteca 9 años, algo cerca de 96.000€, por ahí. [...] me hicieron firmar una cláusula donde yo ponía que no podía reclamar después de haber dado la dación en pago, de lo que había en el piso. [...] En el documento que me dieron el valor era 231.000 € de hipoteca. Después de la dación de pago fue a subasta 94.000 €.</p> <p>La dación en pago se hizo en 2014 y yo empecé con el alquiler social 2015, en 2018 me hicieron una renovación de 2 años más. El 2019 se terminó y yo estoy ahorita, en la actualidad, queriendo negociar otra vez el alquiler social.</p> <p>Cuando me llegó la notificación de no renovación y luego vi que el banco no era de BBVA. Porque, la dación en pago, la hice primero con Caixa</p>	<p>crises de adoecimento durante a insegurança da moradia.</p>
--	--

Catalunya Banc S.A. Luego cuando hice la segunda renovación, que fue de 2 años más, la deuda pertenecía al BBVA que lo había absorbido, entonces el BBVA ha vendido todos estos activos inmobiliarios a los fondos. Ahorita pertenece a DIVARIAN, qué es un fondo.

Entonces por eso le dije a la asistenta social que mi situación ante el inmueble ha cambiado mucho. Me dicen que ya no puede interferir mucho en lo que es el alquiler social, la abogada de Habitatge me dice que no consigue negociar con esta compañía.

SIMONE:

El banco (Bankia) la vendió a un fondo buitre que se llama Sareb y ahora mismo lo que quieren hacer, pues, es recuperar el bien y echarme de la casa. Ya han subastado.

Desde 1992 vivíamos en esta casa. Mucho tiempo. La verdad es que estaba la casa casi pagada. O sea, que se perdió por no pagar, digamos, un par de años más de hipotecas.

Ofrecen un año, dos años (de alquiler social). Dicen que nuestros ingresos pueden ser diferentes en el año siguiente o el otro, lo que sea. Lo que pasa que, tomando en cuenta mi edad, no veo cómo voy a tener más ingresos.

Me mandan a unos 30 kilómetros más lejos, en Villanueva y Geltrú, y me ofrecen por un año. Es decir, yo con la edad que tengo, con 68 años...

TIUCHA:

Cuando se dio la subida del Euribor, el IRPH, yo a mí me dio un ictus, mi marido se quedó sin nada y las cuentas eran muy demasiadas. La última cuenta que pagué fue 1.900 €. Un piso de 2 habitaciones y una pequeñita. Yo he pagado 10 años. Pues, todos nuestros ahorros, todo nuestro trabajo, desde hace años se ha ido, nos hemos quedado sin nada. Le entregamos el piso en dación en pago.

Nosotros con la hipoteca pagamos, por ejemplo, de 1.900 € al mes solo 200€ del piso, y los intereses eran 1.700€. Todo lo demás era el interés del banco, o sea, 1700 €.

(Depois da dación en pago) cogí un alquiler social, es lo que dijeron en este momento que era, pues... no era alquiler social porque era 550 €. Después de ahí terminó el alquiler de 5 años y me llegó un tocho de que yo no pagaba al banco durante los cinco años, y que si no pagaba me desahuciaban. Pero felizmente yo tenía todos los documentos conforme depositaba el dinero.

No los denuncié. Me llegó, tengo una carta que me mandó el director de la de la Caixa Bank pidiéndome disculpas. Por el mal momento yo no tenía cabeza para hacer denuncia ni nada, porque mi prioridad era mi trabajo. Tampoco yo no podía perder mi trabajo por estar pendiente de este.

(En diciembre de 2019) Me ha llegado una demanda de Divarian. En la

demanda ponían que yo debía 1.800 €, o sea, ¿cómo puede ser? Del 15 de noviembre al 15 de diciembre, 1 mes, al 15 de enero son 2 meses. Porque yo pagaba 174 € el alquiler social.

LILIAN:

Quando os imigrantes vieram pra cá, maior parte latinos, pela facilidade da língua, e eles abriram mesmo as fronteiras pra imigrar. Principalmente os equatorianos, boliviano e peruano. Mas, mais, mais os equatorianos. Então, como eles ganhavam bem, às vezes trabalhava 2, 3 trabalhos; e estava a bolha imobiliária, então queriam vender, vender, vender... Aí o que o banco fazia? Se você encontrava um apartamento que, em teoria valessem 100, o banco já vendia por 200. [...] pagava 1.000 (ao mês), mas ele ganhava, 1.200, 1.500, 2.000 e morava com outra pessoa, ele alugava um quarto.

Então, quando terminou o trabalho que ele descobriu que quando você compra o piso aqui, os primeiros anos que você paga, você não está amortizando nenhum centavo do piso. Você só está pagando o juro. Então, a maioria tinha pagado 10 anos, 15 anos, um piso que em teoria estava custando 300.000, mas na verdade era 200... ele descobria, depois de 15 anos, que ele devia os mesmos 300.000.

Pois então, como todo mundo quando chega, a gente aluga uma habitación. [...] Eles já escrevem que é um quarto com direito a lavar roupa e cozinhar. Normalmente eles escrevem. Eles não estão muito dispostos que você esteja na sala, não. Você faz sua comida e vai pro seu quarto, comer lá. É muito difícil, a não ser que você tenha sorte ou então, assim... que encontre algum brasileiro. Que junto com brasileiro, então, vai virando família ou festa e tal. [...]

Porque, também tinha dois filhos pequenininho, um deles descapacitado.

Eu aluguei um primeiro quarto com um pessoal que era do Paquistão. [...] Nesse lugar eu estaria bem, só que logo chegaram mais paquistaneses, que eram amigos do dono da casa e eles pediram para sair.

Aí começou o terrível. Aí eu encontrei uma outra habitación, que morava o rapaz, e amolava, eles gostavam de beber e amolavam.

Depois a gente viu que não dava pra viver ali bem e nós encontramos um equatoriano. Esse estava pagando 2.000 de prestação do piso. Era de 5 habitaciones, dois banheiros, muito grande; que ele comprou no tempo que ganhava muito e agora não estava.

Fomos para outro lugar que esse era um rapaz de Bangladech. O piso era muito bonito também. A mesma situação, ele pagava mais de 2.000 de prestação desse piso. Ele trabalhava de cozinha no restaurante, ganhava seus 3.000 quando ele comprou o piso e de repente, né? Já não ganhava. E ele alugava esses quartos, [...] ele dormia na sala, para poder ter mais um quarto pra alugar porque já que não podia se dar o luxo de ter um quarto para ele. Então ele dormia na sala, molestava. Então foi horrível. Toda essa história foram-se uns 4 anos, quase 5 anos.

E por fim eu conheci um pessoal da minha igreja, que sou adventista,

que tinha comprado um piso, também muito caro, nessa faixa de 2.000 mil e pouco por mês [...] Então sei que queimou a casa e a gente ficou literalmente na rua. Na rua mesmo. [...] e eu cheguei dormir na praia alguns dias. A gente ficou numa pensãozinha 2, 3 dias e não encontrava, porque um quarto para 4 pessoas, um quarto pra 1 pessoa já é um pouco difícil, para 4 pessoas e, quando você fala que um é descapacitado, aí pronto, aí fecha todas as portas e janelas.

Aí uma pessoa me alugou um quartinho de 2 por 2, com uma cama de solteiro, por 500 Euros. Os dois meninos dormiam na caminha e eu e meu marido dormíamos no chão. 500 Euros mais o gasto. Quando vinha o gás, metade do gás, quando vinha a luz, metade da luz. Eu sempre paguei nessa média, entre 500 e 600 Euros na habitação, porque éramos três ou quatro pessoas. Na verdade, poderia até conseguir um piso desse preço, mas você teria que ter uns 4 ou 5 mil pra dar de entrada, então a gente nunca tinha, nunca pegava.

Então, quando nós estávamos já sem saber o que ia fazer, uma conhecida minha peruana que estava saindo de uma casinha onde ela estava só provisório. Ela tinha cuidado dos velhinhos da casinha, eles tinham morrido e a casa estava fechada.

(Após insistência, a casa foi alugada para Lilian e sua família) mas com a condição de que o dia que ela vendesse a casa que eu tinha que sair. Que era o compromisso. Inclusive no contrato. Justamente agora a mulher vende a casa eu me encontro de novo na mesma situação de não encontrar nada.

Por exemplo, me mostrar um piso que é um lixo de piso, sem ascensor, 2 quartos, todo detonado, que está por 750,00 por mês mas me pediram 4.500,00 pra entrar. Porque são 1.800 pra imobiliária, 2 meses de depósito antecipado do aluguel. Então... é impossível. Impossível.

Sem contar, que é outra problemática da vivienda aqui é que muita gente que perdeu piso voltou pra casa dos pais. Então, o que tem de espanhol casado que está morando na casa dos pais e o que tem de espanhol desempregado que tá vivendo da pensãozinha dos pais de 600 Euros.

Também, nesse período foram muitas prefeituras, os ayuntamientos, que os governos venderam os pisos de proteção oficial, social, pra fundos.

Então que começou os movimentos. Por exemplo, no Raval chama Raval Rebelde. Porque eles querem que no Raval seja um lugar. que as pessoas dali possam viver não assim, que tá tudo disponível pra turista ou fechado. Quando eu não consegui nada pra alugar, porque era impossível mesmo, então me informaram da PAH e eu comecei a ir.

Porque o objetivo do ocupa, em geral... claro que tem exceção para tudo, é estar no lugar até que ele posa conseguir um aluguel social.

MARÍA ELENA:

He venido en 1999; Yo soy de Perú, y nacionalizada aquí. En 2005 pues, me hipoteque con 219.000 €, me hicieron un préstamo total. Entonces

en 2007 yo me separé, se fue el padre mi niño, me quedé yo sola pagando la hipoteca; con un niño pequeño y, el 2010 ya no podía pagar sola.

Estuve escuchando en la PAH de Barcelona [...] al final 2012 empecé a pelear por mi casa. En 2013 ya decido dejar de pagar el piso [...] 8 años de pago. Pero eso no contaba porque cuando me fui informando se ve que no había pagado nada, sólo intereses. Entonces me dio rabia, impotencia. Y toda la información que iba teniendo, preguntando al banco, era verdad lo que decía la PAH también. O sea, no paga nada, estaba dando de comer al banco. Y yo dejando de comer para pagar a los bancos. Al final decidí no pagar más.

Al hacer el cambio de banco, se ve que como a mi me pagaban el subsidio de 460 euros, y, al decidir esto muy tarde.... Yo no me di cuenta, nadie me informó, se ve que ya el banco había chupado esos 460 euros de mi subsidio. Entonces que, ahí... yo contaba con ese dinero para comer. Ahí, yo me fui al banco a sentarme sola, ya me habían dicho que era imposible recuperar ese dinero. Una vez que el banco lo coge, ya no te devuelve.

Pero, como era lo único que tenía para dar comida para el niño y yo no podía quedarme con los brazos cruzado. Entonces, me fui al banco, me acuerdo que fue mi primera acción prácticamente sola; fui con mi bocadillo y decía a la gente: "este banco quita la comida de los niños". Entonces, hice unos papeles, con mi nombre, y decía que era el único sustento que tenía, era una ayuda. [...] que necesito comer y tal, no tengo nada y tengo una madre que también estaba enferma, con cáncer y estaba ya desahuciada también. [...] me sentaba todas las mañanas ahí en el banco. Y a los banqueros les daba un poco de vergüenza, seguro.

¡No me voy a ir hasta que me devuelvan mi dinero! O sea, yo voy a venir mañana, pasado mañana, todos los días hasta que me den mi dinero. Al final, duré un mes y medio, por ahí, al final me devolvieron mi dinero. Yo en realidad tenía miedo. Pero, cuando me recogieron el dinero de la comida, pues, no me dio miedo.

Primero me dijeron que un alquiler social no, pero yo insistí con el alquiler social y me lo dieron por 5 años. Y ahí estoy, y ya se venció. [...] todavía estoy informando de nuevo, porque ahora ya no me tenía que enfrentar a un banco, si no a un fondo, que no está aquí. Está en Madrid. Y tenía otra vez ese miedo, de que no me renovaran, porque al final no tengo con quien pelear. Primero me estaba cobrando BBVA, no... primero Caixa Catalunya, después BBVA y ahora es un fondo buitres, me han dicho que es Divarian. Yo he ido al Registro de Propiedad y ha salido que sí que Divarian.

Necesito armas para poder pelear, yo sola, por lo menos en el primero momento y después con el apoyo de los compas. [...] y seguí viniendo a las reuniones, pero ya en este verano, justo me dieron un trabajo muy pesado, que son 11 horas, ya no pude ir mucho a las reuniones, porque también de salud me puse un poco mal.

Ya tuve con juzgado, ya tiene un lanzamiento para marzo y, con la nueva ley yo he vuelto a recurrir a juzgado y ayuntamiento y, para Divarian, por correo electrónico también. Todos los correos que he buscado, por todos lados he metido la información de la modificación de la nueva ley y que estoy dentro. [...] Ya se está acercando el desahucio,

<p>es injusto; en marzo, 24 de marzo. Entonces qué, por favor que me contesten ya; que Divarian por favor me conteste. [...] Ahorita estoy en el aire. Estoy con el desahucio. Todavía, por eso ahora voy a empezar a hacer acciones con esta nueva ley para que se respete, para que se cumpla.</p>	
--	--

Fragmentos das entrevistas sobre gênero e etnia/migração	Campo temático e recorrências
<p>ANDRÉA:</p> <p>Yo me dedico a lo que es la hostelería, apartamentos turísticos [...] Tenía un trabajo fijo hasta el 2017, cuando cerró la empresa y bueno, yo ya estaba separada, tengo un niño de 6 añitos, estaba separada, a raíz de que la empresa cerró pues tuve dificultad para pagar mi alquiler. [...] me separé del padre de mi hijo cuando tenía 6 meses.</p> <p>En 2017, cuando la empresa cerro ya empezaron los problemas con el pago del alquiler de piso en particular. [...] no me pagaron la última nómina, ni vacaciones ni indemnización.</p> <p>LALI:</p> <p>[...] bien, por todos esos años [en Barcelona], mi trabajo ha sido en negro para poder conciliar tiempo, por mis hijos y por León que necesitaba de muchas terapias. Siempre pude organizar mis horarios por la conveniencia de la familia.</p> <p>Él [pareja, argentino] también siguió trabajando un tiempo más en el restaurante.</p> <p>MANUELLITA:</p> <p>En un período en que la economía en España estaba muy buena, el migrante encontraba trabajo en esta época. No había escasez laboral. Entonces mi primero trabajo fue, lo normal, en la limpieza.</p> <p>Me quedé sin trabajo, con contrato eventual y aparte mi pareja se regresó a Ecuador. Entonces yo me quedé en la obligación de hacer frente a todo eso. [...] A parte que tengo una niña y mi hija siempre ha dependido de mí, ha estado conmigo y no la puedo dejar... Ahora es mayor, pero en su época cuando me tocó pasar todo eso era menor de edad.</p>	<p>Implicações de gênero e da condição de imigrante/etnia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos “de” mulheres migrantes; • Separação como fator de desencadeamento ou agravamento do problema habitacional; • Separação/abandono/arcar sozinha com os custos da família; • Mulheres com filhos/família monomarental; • Trabalho remunerado, trabalho doméstico e do cuidado de pais e mães enfermas; • Trabalho de imigrante: limpeza e cuidados;

<p>SIMONE:</p> <p>[...] mi problema concretamente ha empezado a raíz de una separación muy complicada, de un divorcio todavía más complicado. [...] pues no tenía ninguna manera de vivir. En el 2008, es decir en plena crisis de trabajo en España, yo busqué trabajo, [...] pero sin ningún éxito.</p> <p>TIUCHA:</p> <p>[...] no ha sido un divorcio. Es que mi marido, como todo hombre, un cobarde, me dejó con todo eso. No me he divorciado, pero, se fue de mí casa. Se fue y me dejó. Yo tuve el valor de salir adelante, con la ayuda de mi hija y de mi padre que vive conmigo y sigo luchando para tener ahora el piso.</p> <p>LILIAN:</p> <p>[...] quando eu cheguei só estava eu e os dois meninos. Ele veio sete meses depois.</p> <p>Por exemplo, essa amiga minha [brasileira], ela hoje está, mais ou menos trabalhado 14 horas por dia. Ela veio com dívidas. Então ela trabalha em bairro nobre. Em limpeza de casa. É o que mais as pessoas procuram.</p> <p>MARÍA ELENA:</p> <p>Entonces en 2007 yo me separé, se fue el padre mi niño, me quedé yo sola pagando la hipoteca; con un niño pequeño y, el 2010 ya no podía pagar sola. Y tengo una madre que también estaba enferma, con cáncer y estaba ya desahuciada también.</p>	
---	--

Fragmentos narrativos por campo de atención temas adjacentes (migración, pobreza e enfermedades)	Campo temático
<p>LALI:</p> <p>En Colombia tuve un hijo, con 24 años, con una mala formación congénita. En Colombia no se podía sostener esta situación de salud porque no se podía tener un futuro, una vida digna y, con 3 años, con León, mama soltera, decidí venir a la España gracia a que aquí estaba mi padre y su pareja.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Migração da América Latina

TIUCHA:

He venido hace 23 años acá (en 1997), como todo latino, para salir adelante, por querer tener algo en este país. [...] Cuando me vi acá la dejé a ella con 3 añitos, cuando volví a ver a mi hija iba a cumplir 8 años. Porque yo no tenía documentos, no podía viajar [llora].

LILIAN:

Eu vim final de 2006, [...], tive outro e ele nasceu com síndrome de down. Nessa época, 17 anos atrás lá no Brasil eu não encontrei nada que me satisfizesse em termos de uma educação que eu queria, da maneira de conduzir ele.

Quando esses imigrantes vieram pra cá, maior parte latinos, pela facilidade da língua, e eles abriram mesmo as fronteiras pra imigrar. Principalmente os equatorianos, boliviano e peruano, mas, mais, mais os equatorianos. Então, como eles ganhavam bem, às vezes trabalhavam em 2, 3 trabalhos, e estava numa bolha imobiliária, então queriam vender, vender, vender... Aí o que o banco fazia? Se você encontrava um apartamento que, em teoria valessem 100, o banco já vendia por 200. [...] pagava 1000. Mas ele ganhava, 1.200, 1.500, 2.000 e morava com outra pessoa, ele alugava um quarto [...].

Inclusive, temas de fazer os papéis, até 2004 era super fácil fazer [...] se você estivesse empadronado, bastava uma pessoa assinar pra você, não precisava trabalho; sem emprego nem nada. E a partir desse tempo aí só foi piorando. Você só consegue papeis depois de 3 anos, se você encontrar alguém que contrata e esse contrato tem que ser de 8 horas, tempo completo, de um ano.

Veio a crise. O pessoal que não tinha mesmo como pagar, resolveu voltar, com esse Retorno Voluntario [Programa de Retorno Voluntário e Reintegralização – PRVR] - que, pra você ir embora, eles te davam 400 Euros por pessoa e a passagem, com a condição de que você não poderia voltar em, pelo menos 5 anos.

MICAELA:

Bueno, yo no lo elegí venir, lo eligió mi familia. Mi madre, sobre todo, entonces vine aquí. Vine muy joven, a los 18 años, estudié aquí en Barcelona, enfermería. Entonces, me adapté bastante. Venimos en 1991, antes de las Olimpiadas. Entonces me vine aquí bueno, estudiando, trabajando. Es que realmente mi corazón está dividido en Perú y Cataluña, porque amo también Cataluña.

<p>ANDRÉA:</p> <p>Gracias a Dios, existen buenas personas [...] una chica que ahora es mi amiga, ella es paraguaya [...]; llevó a nosotros a su casa, con su esposo, con sus niños. En serio, por lo menos un cobijo hasta que me busqué un sitio. Estuve con ella. Bueno, para mí fue duro como madre porque veía al niño que estaba pasando mal, que después de tener un sitio fijo, su casita, mi casa, la casa que pagaba.</p> <p>Yo fui a PAH Hospitalet, que una amiga de Ecuador me dijo. Ahí yo conocí una persona que me cedió una habitación de un piso, que estaba con un piso ocupando de un banco. Pero, como el chico trabajaba, no podía hacer los trámites y me dijo: “que te parece si tú lo llevas” y... es claro, como yo tengo el niño pequeño, es como una ventaja que haya un niño. Yo lo hice, yo me movilicé a sacar un papel, a sacar otro. [...] Eran dominicanos.</p> <p>TIUCHA:</p> <p>Cuando llegué no se vía muchos latinos. Si estábamos en el metro y se vía uno decía, gritaba: “no subas, espèrate”;y nos encontramos y nos hacíamos amigos, y salíamos juntos y conversábamos, porque todos nos miraban como bicho raro. [...] cuando no teníamos para comer, no teníamos dinero ni nada, hacíamos un tallarín, compartíamos. Lo que tenía piso o una habitación cocinaba y bajaba con la olla, porque no te dejaba subir a toda la familia. Porque no teníamos dinero, comíamos así. Siempre el tallarín, lo más fácil. Tallarín con atún era nuestra comida favorita de todo domingo, porque no poníamos... Piensa que cuando llegábamos no teníamos donde ir, nos conocíamos en la calle y hasta ahora somos como hermanos.</p> <p>LILIAN:</p> <p>Eles já escrevem que é um quarto com direito a lavar roupa e cozinhar. Normalmente eles escrevem. Eles não estão muito dispostos que você esteja na sala, não. Você faz sua comida e vai pro seu quarto, comer lá. É muito difícil, a não ser que você tenha sorte ou então, assim, que encontre algum brasileiro, que junto com brasileiro, então, vai fazer virando família ou festa e tal.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Nos percursos do desespero, encontram Solidariedade entre latinos
<p>LALI:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Precariedade e sofrimentos

<p>Mi desahucio fue señalado para el 1º de mayo y podía ser a partir del 1 de mayo a cualquier momento. Es una tortura. Ya unos días antes empiezas a pensar cómo va hacer, ya no puede salir de casa porque a cualquier momento... y si vienen y están los niños, bueno...empezar a hacer cajas, vivir entre cajas y sacando cosas de la casa.</p> <p>Me mandaron de una vivienda a otra por 5 meses. Nos empezaron a pasar de una residencia a un hostel una semana, una pensión.</p> <p>En este momento, mi hijo León que tiene discapacidad tuvo un desmayo. [...] Le llevamos a una emergencia y físicamente no tenía nada para justificar el desmayo. Contamos a los médicos lo que estábamos viviendo y decían que era por el stress.</p> <p>Yo decidí que ya no tenía más fuerza para luchar por el piso, que tenía que ir.</p> <p>Los niños... mi hijo de 2 años y medio, durante el período que estuvimos sin casa, le pegaba a todos; a mí, le pegaba el papá, le pegaba a los hermanos. O sea, un niño de 2 años y medio... es su única forma de expresar también su radia y su estado, pues era esa. Paz lo mismo, todo el tiempo se enfermaba, todo el tiempo se golpeaba todo el cuerpo, se lastima. Bueno, e los adultos sosteniendo todo eso.</p> <p>En ese momento (quando lhe deram o piso de Cáritas), a mí me entró, pues todo un bajón. Yo, cuando io afloje, me dio... me echo toda la tristeza. A mí me dolía desde la uña del dedo gordo hasta la punta del pelo. Todo por dentro y por fuera. Bueno, ahora siento como recuperándome de un cáncer. Que ha consumido todas las fuerzas posibles.</p> <p>[...][una familia entra en un proceso judicial, por un desahucio por impago de alquiler, esa persona no puede acceder al mercado, porque está registrada en las listas de morosos del Estado por deudor, por impago de alquiler. Entonces, se cierran todas las puertas y si mi compañero hubiera conseguido trabajo y yo hubiera conseguido trabajo y hubiéramos tenido dos sueldos, tampoco podríamos entrar en el mercado.</p> <p>Entonces eso, la bola se convierte en un lugar sin salida. No te dejan alternativa.</p> <p>Luego, todo lo que es la parte práctica, la parte económica, está también la parte emocional y todo lo que sufrimos. [...] Llega una hora que uno llega al estado de locura. ¡Todos los que pasamos por este lugar pensamos en la muerte, todos los que pasamos por este lugar llegamos a odiar todo!</p> <p>¡Cuando pierdes el techo y pierdas el piso, lo pierdes todo! Pierdes</p>	<p>impostos: a tortura emocional da espera do despejo; viver por meses com poucos pertences e sacolas, perambulando entre pousadas; perda de referências estruturantes da vida; adoecimento físico e psíquico;</p>
--	--

la seguridad, la contención y se vuelve todo como un terremoto, un maremoto y un huracán todos juntos.

SIMONE:

Es un sufrimiento doble, porque primero era una casa de propiedad y es una casa, es un hogar, han crecido mis hijos, han llegado aquí muy pequeñitos. Son paredes llenas de recuerdo, casi mi madre se muere aquí, en fin... [...] Tengo mis objetos queridos ya en cajas y un montón más porque es muy difícil deshacerse de todos los recuerdos de una vida. Tienes que pensar que cada caja que haces es un poco deshacerse de ella. [...] No tengo mis cuadros, no tengo mis... no sé, todas esas cositas que hacen tu hogar.

Es doloroso porque es un largo proceso, pero a la vez, te da este tiempo, que sabemos que el tiempo psicológico a veces no corresponde al tiempo real, para ir acostumbrando tu mente que en un momento dado vas a tener que irte.

Lo más difícil para mí no es tanto este proceso que ya lo he hecho, porque te digo... hace dos años que, he recibido el primer lanzamiento, es la incógnita de saber a dónde vas a ir, cuál va a ser la otra etapa. Ya sabes que esta etapa va a venir, pero ¿cómo va a ser? ¿Como la vas a vivir? ¿Si te cabe todo lo que tú quieres guardar? Como y donde va a ser, sencillamente... Yo he pedido y lo sigo manteniendo a quien me quiera oír, yo llevo casi 30 años aquí [...] Yo he sido muy activa en la vida de esta ciudad [...] o sea, que le tengo un apego muy particular, porque es donde he vivido casi toda mi vida en España.

TIUCHA:

Y, de salir de eso me dio un cáncer y me jubilaron.

A raíz de esto, ahora, me dio trigémino. [...] Es una inflamación en el nervio central de la cabeza. Entonces, mira, yo tengo eso para hablar... yo tengo parálisis facial. Tiene días que no puedo ni hablar, que mi lengua se traba así. Si me ves que estoy dormida, como decirle, que me da una crisis, es como un epiléptico que me da. Y cada vez que me despertaba de la convulsión era como si hubiera dormido 24 horas seguidas. Todo eso ha empezado después de los problemas con mi vivienda. O sea, desde que perdí el piso era como un bajón para mí.

[...]estos momentos (de entrevista) también son buenos porque tú hablas para desahogar. Porque si estuvieras en casa ya estuvieras loca, con todo lo que pasa. Porque una intenta siempre proteger su familia, no sobre cargar tu familia.

<p>LILIAN:</p> <p>Porque aquí todo mundo se conoce, que as igrejas distribuem aquelas comidas da União Europeia. Eles te dão essa ajuda. Então tem o básico: arroz, lentilha, grão-de-bico</p> <p>MARIA ELENA:</p> <p>Yo no me di cuenta, nadie me informó, se ve que ya el banco había chupado esos 460. Entonces que, ahí... yo contaba con ese dinero para comer. [...] Pero, como era lo único que tenía para dar comida para el niño y yo no podía quedar con los brazos cruzados. Entonces, me fue al banco, me acuerdo que fue mi primera acción prácticamente sola; fui con mi bocadillo y decía a la gente: "este banco quita la comida de los niños". Entonces, hice unos papeles, con mi nombre, y decía que era el único sustento que tenía, era una ayuda. [...] que necesito comer y tal, no tengo nada y tengo una madre que también estaba enferma, con cáncer y estaba ya desahuciada también.</p>	
<p>LALI:</p> <p>Sobre todo, no terminan de entender que, en este sistema, cuanto más tiempo pasa la familia en esta situación, más tiempo costará hasta que esta familia vuelva a tener una estabilidad, para recuperarse y otra vez logrará tener la autonomía económica y la estabilidad que necesitamos.</p> <p>Una de mis grandes batallas en el servicio social es que llegan a pagar hasta 6.000 Euros mensuales en estas residencias. Es un servicio totalmente desproporcional, además de no ser una economía, es un servicio... es que esta pobreza es un negocio para unos que se lucran en cuanto nosotros pasamos por esa situación. No les importa para nada, no tiene conciencia social y de ninguno tipo. El mercado no tiene conciencia social. Y el gobierno, desafortunadamente por ahora trabaja por el mercado, no trabaja para los ciudadanos.</p> <p>Al final se crea una dependencia. Yo creo que todo eso está relacionado con eso de que con la pobreza, hay gente que se beneficia.</p> <p>Tampoco nadie es pobre por elección, nadie está cómodo en ese lugar; no le gusta tener que buscar en el servicio social. Todas las personas queríamos sostener nuestras vidas de forma...Pero, no es solo que nadie elige pedir a los servicios sociales, es que este lugar tampoco es seguro. En este lugar tampoco nos van a dar de comer</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A pobreza como negocio

<p>eternamente, y tampoco van a pagar nuestras viviendas, o sea... Obviamente todos queremos generar nuestra estabilidad económica de nuestro trabajo y es de lo que hacemos porque es la verdadera estabilidad para las personas. O sea, no es verdad que la gente se acomoda porque está recibiendo las ayudas sociales. ¡NO ES VERDAD! Que los tontos más tontos se lo creen, pero, si a ellos los toca vivir eso un día...; estar en un lugar duro, porque a todos nosotros puede tocar. Ojalá se den cuenta. Que se vuelvan luchadores, se vuelvan activistas, que empecemos a hacer cosas todos juntos.</p>	
---	--

Fragmentos das entrevistas sobre o papel da PAH	Campo temático e recorrências
<p>ANDRÉA: Bueno, la PAH representa mucho. La PAH de Barcelona para mi vida es una familia. [...] Ahí empecé a tratar con Juan José Antonio, te dijo, lo veo como mi padre. Ese señor, en la acampada, cada día estaba conmigo, dándome fuerza, apoyaba, me daba consejo y preguntaba, porque yo estaba con duda, no sabía nada. En la PAH conocí la compañera Vega, el compañero Juan. Bueno, yo con Juan, le digo, es como mi hermano. Aprecio mucho las personas allí, que el día cuando yo estuve en la calle iban a darme un abrazo, a preguntar cómo estaba. [...] estaban allí con sus niños y dándome fuerza: "que vas a salir adelante". Me dicen: "ahora estás en la PAH Barcelona". Entonces eso me reconforta... me da más tranquilidad. [...]cuando empiezan los días lunes, las reuniones, escucho que dicen los compañeros que <u>"una vez que entras por esa puerta, no olvídate que no estás solo"</u>. [...]hoy por esa persona, pero yo mañana lo necesitaré. [...]me gusta, por eso, porque las cosas se dejan clara, y no se engaña tampoco. "No somos abogado, vale. No somos abogados ni somos ONG, ni nada. Te enseñamos cómo hacer las cosas". [...] estoy aquí para hacer lo mío. Un tiempo tiene que pelear yo. No va a venir ni la compañera, ni nadie. Entonces, coger la lucha uno. Pero eso, sí o cuando yo necesite de apoyo, de compañeros, para ir al banco, si lo requiero ,yo lo voy a pedir e van a ir.</p> <p>LALI: [...]fue mi compañero que me dijo: "está la PAH, yo he escuchado sobre la PAH". Así fuimos a la primera asamblea en enero de 2017. Bueno, cuando fui la primera reunión ya cambió todo, porque ya la fantasía de que va a venir la policía que te van a sacar a golpes, que vas a perder todas tus cosas, todo eso cambio. Ya no estamos solos. Sabemos que el proceso va a ser más largo de lo que yo pensaba; que vamos a resistir e ir buscando alternativas, como nos vamos organizar. Bueno, la PAH jugo el papel más importante en este proceso porque fue ahí que realmente sentí que no estaba sola.</p>	<p>O papel da PAH na "sua luta" por moradia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sentir-se amparada, cuidada em um momento de extrema insegurança: "no estás sola"; • Informação; • Empoderamento: Aprender a mover-se por si; • Assessoramento e amparado coletivo; • Acolhimento de uma diversidade de pessoas e realidades. • "Hoy para ti mañana para mí". "No estás más sola".

Empecé a tener la información que necesitaba, el conocimiento de cómo va a ser el proceso judicial, como nos vamos a defender enfrentar a los servicios sociales; que podemos pedir, que podemos exigir, cuales son nuestros derechos.

[...][desde que tu estas en la PAH ya tienen otra mirada con la familia, porque saben que nos estas sola, que la PAH tiene una lucha por detrás, que tienen información.

Bueno, fue muy duro todo este tiempo. Siempre acompañado por los compañeros de la PAH que nos ayudaban a sostenernos y a luchar.

Entonces, ahora, estar en la PAH... yo soy una persona supremamente espiritual, pero a nivel terrenal, a mí me está mostrando, presentándose que soy de carne, hueso y soy humana.

Y en este lugar de humanidad donde vivimos hay tantas injusticias. No se puede separar uno del otro. Entonces en este lugar tenemos que crear conciencia y luchar para que todos podamos tener nuestros derechos cubiertos y poder tener la vida digna que todos merecemos.

[...] si a mí me hubiera tocado vivir sola, sola, sola, tal vez... no lo hubiera logrado y, sí... hubiera llegado a morirme. Encontrar un movimiento donde me he podido sostener, a mí y mi familia, fue lo que me dio toda la fuerza para seguir resistiendo.

[...] lo conseguimos todos. Por nuestra parte, por la presión social, por nuestra lucha; hay que estar moviéndose cada día. No se puede enfermar, porque tiene que estar luchando para conseguirlo.

MANUELITA:

Eso de empapelar, para mí, me llenaba de adrenalina, saber que estoy peleando por un derecho mío.

[...][me esperancé! Entonces yo dije: bueno es que aquí me quedo porque hay un movimiento activo, veo que la gente trata de ayudar con solidaridad. [...]no se sentían parados y no me sentí sola. O sea, le dijo: no estoy sola y yo tengo un movimiento que me respalda.

Una cosa sé bien claro y que tienen que saber todos: el Estado salvó a la banca. El Estado tiene que dar alternativas a las familias vulnerables. Tiene que darnos una alternativa porque no vamos a vivir bajo un puente. Y la alternativa no puede ser 2 o 4 días en una pensión. Es una palmadita en la espalda, pero no es una forma de vida. [...] yo soy muy educada, al principio, y voy diciendo que lo que quieren es intimidarme y no lo van a lograr. Yo estoy asesorada por la PAH. Le dije: "tú eres abogada y debe saber que la ley ha salido y está aprobada en el parlamento y yo sé mis derechos".

SIMONE:

"[...] mira, es tan difícil tu caso, vas a la PAH a ver lo que ellos te dicen". Es decir, me lo aconsejo un abogado que trabaja en un gran gabinete de abogados... Y así, vine a la PAH y me encariñé. La verdad es que encontré mucho, mucho apoyo humano, mucha información.

[...] y pensé que era un sitio donde podía aprender, empoderarme, como dicen ellos, pero también participar y aportar mi grano de arena a una causa que me parecía imprescindible, como tener un techo, en

primera persona y para todas las otras.

Yo creo que el trabajo de fondo que hacen en el mundo que vivimos hoy es imprescindible. Esa capacidad de agrupar gente muy diferente y de darles esperanza. Y de poder cambiar las leyes, porque al fin y al cabo es lo que va a hacer avanzar la sociedad.

Sabiendo que nos peleamos contra fondos muchas veces internacionales, o sea, es una batalla del pote de tierra contra el pote de hierro. Y que ganar una ley, ganar una ampliación de esta ley como ocurrió en diciembre, pues, son batallas fantásticas. Y que te sientes orgullosa de participar en ello, aunque sea muy poco, pero es una batalla muy, muy, muy digna y que se tiene que apoyar y reforzar y tu te entusiasmas también, no solo porque haces algo por ti, es verdad, pero también por toda la gente.

Pero lo que anima mucho en la PAH es de decir, pues, hoy para ti mañana para mí, ¿¡no!? Es de compartir esta lucha, que no estás más sola. Eso es un poco el sistema de siempre, ¿no? Si tú piensas que estás la única en este caso, que sea delante de la enfermedad, que sea de los alcohólicos anónimos, o sea, la fuerza del grupo también es absolutamente imprescindible, porque el día que estás baja, pues te puedes apoyar en los otros. Y eso es lo que te da fuerza y ánimo.

Hemos visto tanto, hemos visto situación muy desesperadas en asambleas y siempre hay alguien que se levanta, siempre tienes un abrazo, tienes una sonrisa, tienes un apoyo que esto, pues, sin la PAH no lo tendrías tampoco.

TIUCHA:

[...] la verdad, para mí, la PAH ha sido... porque ahí hemos podido desfogar todas las cosas que hemos tenido que no podíamos contar por vergüenza: "¿qué dirá la gente?" Yo, por ejemplo, yo no podía contar a mi padre todo lo que estaba pasando, porque con sólo pensar que mi padre también se iba agobiar, se iba a poner tenso ya es mayor y decirme: "Irma, yo soy una carga para ti". Así la PAH es lo mejor que hemos tenido, mejor que un psicólogo, porque todos tenemos el mismo problema, todos nos ayudamos unos a los otros. Yo creo que ha sido una cosa muy buena que ha hecho la gente que está haciendo esta labor social.

MICAELA:

[...] yo ya con fuerza estaré mejor, ayudaré y me implicaré más, porque quiero ayudar a la gente [...]. el sistema, cuando vulnera a tus derechos, vulnera todo. Nos estamos bien. Sí yo no hubiera tenido una oportunidad como la que tuve también estaría igual, en las mismas circunstancias.

MARIA ELENA:

[...] en 2012, conocí una amiga del barrio que ya había estado en la PAH, fui a acompañarla y estuve escuchando en la PAH de Barcelona [...] al final de 2012 empecé a pelear por mi casa. En 2013 ya decidí dejar de pagar el piso.

No es ayudar que te den algo, si no es esa familia, que está contigo, que te comprende y que entiende tus problemas y que está ahí, preguntando cómo estás, que tranquila que no va a pasar nada, eso y

<p>lo que sea ya era mucho para nosotras, porque no estábamos solas. Estábamos apoyadas, por así decir.</p>	
---	--

Fragmentos das entrevistas sobre a criação, princípios e atuação da PAH	Unidade de sentido
<p>LUCÍA</p> <p>Con un grupo de gente que venía del “V de Vivienda” y otra gente, como Ernesto, que venía de otros movimientos sociales, y bueno, como una red estatal, que hacían oficinas de derechos sociales; de diferentes casas, o edificios ocupas que trabajan con la gente... Tenían diferentes tareas, trabajos. Todavía como una ala que había, de trabajar con gente que no tenía papeles. Lo hacían asesorías colectivas, legales, para, pues, para asesorar a la gente, los mantas. [...] pues, vinieron algunas personas a esa oficina, con problemas de hipotecas. Era gente migrante que acudió por una asesoría jurídica legal por el tema hipotecario. Entonces fue ahí un poco que... ¿ostras, que está pasando aquí? Y, todo eso, toda la gente que venía del V de Vivienda, que tenían una experiencia brutal en este tema de vivienda y acceso, de este tema, en el caso de los jóvenes. Y pues, por todo que había pasado a niveles del Estado español. Habíamos vivido una burbuja inmobiliaria brutal. Por aquí había el relato de que, si no compras es porque eres tonto y que los precios no iban a bajar. Y, en este tiempo, explota la burbuja en los Estados Unidos y nos llega aquí de rebote. Y vienen estas personas con necesidades sociales. Pues se forma un grupito, para pensar en un mecanismo de respuesta a las familias que supuestamente se habían endeudado para acceder a la vivienda. Entonces, hacíamos reuniones en un bar, pues, hacíamos esto. Llegábamos en el bar y hablábamos, pues, alguna vez, en casa de alguien, pero normalmente así. Sobre cómo íbamos ..., de qué manera creíamos que era lo mejor para hacer un llamamiento a estas personas. Nuestra hipótesis era que eran muchas las que se habían hipotecado y no iban a pagar y estarían por ahí y que, en algún momento les echarían de su casa, y estarían por ahí, sin saber lo que hacer. Porque no se estaba dando respuesta de ningún tipo.</p>	<p>Narrativa do início e trajetória da PAH: princípios, metodologia e a estratégia de ação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nasce da busca de respostas e mecanismos para enfrentar a situação de endividamentos de famílias; • O relato refere a demanda de um migrante como geradora da busca de respostas para a qual resultou a PAH; • Pilares no DNA da PAH: assessoramento coletivo, gratuita e apartidária; ao estar em contato com as pessoas e famílias, aprenderam sobre a necessidade do cuidado para “o despertar” – o cuidado é

Entonces, para llegar a ellas, pues, básicamente lo que hicimos fue empapelar Barcelona. Con un mensaje claro y conciso: Si estás endeudado y no tienes para pagar tu hipoteca y te van a desahuciar, pues ven tal día, tal hora a tal lugar.

Entonces, en este día se convocó esa reunión, que vieron un montón de gente. Tampoco teníamos la expectativa de cuánta gente venía. Y a raíz de ahí, empezamos a hacer la prueba y error. Es lo que es la PAH: aprender a gestionar gente que no conoces, porque básicamente es esto; asesorarnos y intentar formarnos a nosotros mismos e idear mecanismos de respuesta para visibilizar el problema. Un poco empezamos así.

[...] nuestra primera campaña fue la dación en pago. [...] Porque en España tenemos una ley anómala, que aunque te quites la vivienda te condena de por vida a pagar y te condena directamente al exclusión social. Porque no puedes, no vas a levantar la cabeza nunca.

Entonces, nuestra primera batalla, un poco, fue esta. Mostrar el discurso de lo que estaba pasando, que era la dación en pago, y hacerlo entender a la gente. Hablábamos a diferentes personas, sobre todo a la gente afectada, sobre esto que estaba pasando, y que se moviera junto a nosotras y que se moviera para cambiar la situación.

Una de las cosas es que cada día aprendemos. En Las Asambleas, nos preguntaban cosas de las cuales no teníamos ni idea, como... la engeñaría financiera hay unas cosas complicadas [...]. Nos anotábamos la preguntita y íbamos a estudiarla, vamos con abogada, o con gente amiga que a lo mejor pudiera echar una mano, o si no podíamos a hacer como locas, y luego es eso, prueba y error. Con el libro verde sistematizamos lo que nos ha funcionado.

[...] una de las cosas que de verdad desde el inicio no se contemplaba es justamente lo del sentimiento de culpabilidad que llevaba la gente en 2009. Lo que teníamos previsto es los asesoramientos colectivos, eso sí que lo teníamos previsto, que lo teníamos claro. Esa es una de las cosas que es el ADN de la PAH, que lo teníamos claro. No íbamos a cobrar nunca, que iba a ser gratuito; que se iba hacer asesoramiento colectivo y no individual, o sea, que así se crea un movimiento social. Eso lo teníamos como muy claro. Y luego eso, que no sea partidista. Eso es una de las cosas que ha sido muy clara, cuando creamos, cuando se hizo esa reunión por primera vez, cuando empezamos a andar, es una de las cosas como los pilares. [...] Para que justamente fuera de una manera replicable a todo el territorio, como son cosas muy básicas que si las cumplían podrían formar una PAH.

Cuando, al cabo de muy poco, igual unos meses de reunirnos, decidimos salir en una manifestación porque iba a venir un montón de gente. Porque los datos ya lo mostraban; los datos de la Generalidad demostraban que había un montón de desahucios ya en

revolucionário.

- O uso de frases bases de fácil compreensão e replicáveis: as consignas da PAH como ferramenta na discussão de narrativas;
- Campanhas temáticas de mobilização;

- Processos por hipotecas são longos e permitem que as pessoas fiquem por tempos na PAH empapando-se de afetos, informações e e empoderam-se; com locação e ocupação não ocorre por ser mais rápido o processo.
- Não é um movimento social por ideologia.
- A força da experiência de expor e ouvir os casos e entender que não é um especialista que vai resolver, que a única esperança é a força coletiva.
- “No te preguntes lo que puedes hacer la PAH por ti, sino lo que puedes hacer tú por la PAH”.

esa época del 2009, y que había un montón de ejecuciones hipotecarias. La realidad es que hicimos una manifestación y tuvimos que ir por la acera porque no vino nadie. Claro, entonces ahí dijimos: “a ver lo que está pasando”. Ahí que viene lo de la prueba y error. El error ha sido no ver cómo está la gente. Escucharlas y acompañarlas y decir... bueno, que los cambios van a venir lentos, es importante pues respetar los tiempos. Y esto no costó entenderlo.

[...] al final la PAH es sobre todo, creo que es eso, un espacio de ayuda mutua, y evidentemente un espacio de acción. Pero, sobre todo un espacio de ayuda mutua para la gente que ha ido a un montón de sitios, que se ha sentido vulnerada y que ahora tiene un espacio colectivo y de cuidado que sabe que le van a responder; es un sitio que van a responder y se va a sentir cuidada, donde además puede encontrar una solución personal a través de un problema colectivo.

[...] con frases bases que todo el mundo pueda repetir como “tú no eres culpable; no estás sola”. Frases como estas que se pueden repetir. Lo que creemos que es la realidad, porque te han ido repitiendo que así es, que tú eres el culpable, que si no llegas al final del mes es por tu culpa. [...] En la realidad cuando tú te encuentras en una Asamblea, en un espacio con gente que no conoces, con 100 personas que no conoces, y casi es siempre la misma historia, pues evidentemente al final, cuando veo un montón de gente igual que yo, no soy la única que está pasando por eso es porque no soy la culpable. [...] o sea, realmente se ha ido como desmontando una serie de mitos después de que la PAH empezó a decidir todo eso.

[...] hay una tradición de movimiento social muy fuerte en Barcelona, no solamente el movimiento vecinal, sino del movimiento okupa y anarquista, obreros... Hay un movimiento autónomo también muy fuerte y pues, bueno ha tenido también su ciclo como en todos los lados.

[...] nos inspiramos en las oficinas de derechos sociales que se hacía el nivel estatal, pero ellos se inspiraban en el movimiento zapatistas. Se inspiró en la forma de compartir y de hacerlo en forma asamblearia. Evidentemente nos inspiramos en todos los movimientos que han habido anteriores, los zapatistas y de aquí también; el movimiento Okupa. Hay gente que viene de ahí y es importante reconocerlo. Lo que sí, de una manera como muy transversal, como también muy del cuidado y de mantener como una parte nada sectarial. Para nosotras era importante que todo mundo quepa en la PAH, porque la vivienda nos afecta a todas.

hay lo que hacemos dentro del espacio, del local, que es como bueno, el asesoramiento colectivo, el apoyo mutuo, la organización horizontal, evidentemente esto es la PAH. Pero la PAH es acción

Dación en Pago ha sido la primera, esto en 2009-2010. Luego la segunda Stop Desahucios, 2010. [...] Obra Social, yo creo que en el 2011-12. Esas son como las campañas más gordas que hicimos. Luego hicimos campañas más estatales y autonómicas. Aquí se hizo la 24/2015, la ILP de Habitatge. Primero fue la estatal, la ILP Hipotecaria, en 2012-13, y luego, como no tuvimos el resultado, lo hicimos en nivel autonómico. Aquí en Cataluña la ILP Habitatge que se convirtió en la 24/2015, y luego en otras comunidades también se han aprobado leyes autonómicas. [...] en Valencia, en Andalucía y en País Vasco también hicieron cambios legislativos; en Murcia, en el 2017 creo que se aprobó Murcia. Ley sobre el tema de vivienda. Y luego a partir de ahí hicimos la campaña de la 5 de la PAH al nivel en estatal, con 5 medidas que luego se convirtió en Ley Vivienda de la PAH y ahora con Vivienda por Derecho.

en Barcelona empezamos la medida del 30%, los Regalos Dignos; tiramos una campaña visibilizamos el tema de los desahucios abiertos; hemos recuperado la 24/2015 y hemos hecho el nuevo decreto ley. [...] realmente que durante todos estos últimos 2 años la barbaridad de cosas que hemos hecho, es que es brutal.

en principio la gente que venía a la PAH era de fuera de Barcelona, de Cataluña. Entonces, siempre era como una formación constante. Hasta que no llegó el 15 M, el segundo año yo creo, en 2012 o 2013 no se afianzó un grupo en Barcelona estable, de un espacio coordinación local. [...] En Barcelona, lo que pasaba era que, desde el 2009 hasta el 2012, cada semana hacíamos la Asamblea, la gente aprendía y se iba, hacer su PAH en su localidad. Entonces teníamos que volver a formar la gente otra vez. Estábamos 4 personas, éramos Ada (Colau), el Adria (Alemany) yo y Lucía (Martins), pues hacíamos todo, haciendo el acercamiento, haciendo las campañas, contestando el teléfono, que tenía un teléfono al nivel Estatal y lo llamaban que era una locura, subiendo las cosas en la web, haciendo comunicados y todo, era una locura. Cuando ya se formó por lo menos uno grupo, yo creo que fue en el 2012, cuando entró mucha gente.

EDUARD

Yo creo que ahí hay una diferencia entre la gente afectada por la hipoteca; que al día de hoy hay más gente de alquiler y ocupación. Bueno, el tema de la gente afectada por la hipoteca es un proceso muy largo. Desde que no pagas, pasan meses, te llega la demanda, la subasta. Queda todo un proceso muy claro y lleva años y, claro, es un largo proceso de lucha colectiva. Llegas a la PAH, queda más tiempo a simpatizar, a entender, pues, chuparte un montón de asamblea, a leer los documentos. Y no sólo las asambleas, hay un montón de actividades que lleva a diario [...] Entonces, hablas con unos y vas viendo, te haces uno esquema global. Y en alquiler es un proceso tan corto, es más difícil que una persona se empodere en este proceso.

Hipoteca no te queda más remedio, tiene que estar en el día a día. Alquiler y ocupaciones es más corto, todavía. Y por eso es más difícil de lo que te decía. [...] para entender la globalidad antes era muy fácil:

<p>banco, rescate bancario.</p> <p>Porque, al nivel social, estamos acostumbrados a..., porque la PAH es diferente de otros movimientos sociales, y lo que a mí me gusta, es que no es un movimiento social por ideología.</p> <p>Pues gente victima que tenga este problema de vivienda y va ahí pedir ayuda, con esta pseudo vergüenza, y que nunca habrá ido, no va a saber ni lo que es una asamblea, nunca ha ido poner un cartel a un banco.</p> <p>Y claro, tienen que pasar esto de entrar un sitio; están acostumbrados a entrar y “con quién tengo que hablar”. Eso siempre dicen. Un experto, una figura, una mesa, cara a cara. Siempre que se quita eso y lo pone en común dicen: “no, no, es que mi caso es diferente, es especial”. Claro que es un paso, ponerlo en común, quitar un poco la vergüenza, escuchar, entender que es solo en grupo... eso es la fuerza de la PAH, el poder colectivo. Si hasta ahora esta persona solo ha funcionado en individual... contestar a un abogado, ir a servicios sociales... tú sola no has llegado.</p> <p>Pero, ni todos pasan esta primera barrera. Mucha gente llega en lunes... ¿Cuánta gente hay? muchísimas. Puede haber 100 personas. Pero en martes no hay tanta gente. [...] si vienes un martes ya es..., o sea, se vienes un martes, ya vienes por el colectivo. [...] “no te preguntes lo que puedes hacer la PAH por ti, sino lo que puedes hacer tú por la PAH”.</p> <p>[...] lo de los alquileres, hay que pensar una cosa, que la gente en esa situación vive un estrés y un trauma muy grande. Y aún que es verdad que vas a ir a luchar, estas unos meses, el tiempo que estás, salvas tu situación más o menos, unos meses y tal. Igual es un momento que ya no quieres ni volver a pasar por esto o quieres volver a recuperar tu vida. Después más adelante luego vuelve a la PAH, pasa mucho tiempo y vuelve, a ayudar otra vez.</p>	
<p>LUCÍA</p> <p>Yo creo que lo más importante durante estos años, el punto de inflexión, fue el 15M. Hablar de España sin hablar del 15M no tiene sentido. Es como que no se entienden las cosas. Y justamente la PAH bebió 100% del 15M y se pudo reproducir yo creo que está hoy en día y está donde está es gracias al 15M. Porque sin el 15 M nosotras no estaríamos donde estamos. Esto yo lo tengo clarísimo, porque fue una conversión de diferentes cosas. Hubo un momento de indignación brutal en el que justamente la clase política está súper deteriorada.</p> <p>Nosotras llevamos 3 años trabajando con un relato y con un sentimiento importante de movilización, de hormiguita, como siempre digo, porque hubo un trabajo de hormiga, y justamente este trabajo de hormiga funcionó y fue el 15 M. Entonces, justamente tuvimos un altavoz brutal para poder exponer toda nuestra demanda y todo</p>	<p>O papel do 15 M para a PAH</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre o 15M: “Yo creo que lo más importante que durante estos años, el punto de inflexión, fue el 15M. Hablar de España sin hablar del 15M no tiene sentido.” • O 15 M foi portavoz das denúncias da PAH sobre a crise hipotecária e

<p>nuestro relato que ya teníamos generado.</p> <p>En un momento en que los desahucios estaban en auge y que nosotras estábamos iniciando una recogida de firmas a nivel estatal. Entonces generó un buen caldo de cultivo para que la PAH se pudiera reproducir exponencialmente. Y cuando el movimiento 15M se bajó , justamente todo lo que se generó gracias a la PAH eso no cambió, eso se mantuvo.</p> <p>Por eso, hoy en día hay un montón de asambleas de Stop Desahucios que se crearon y que se convirtieron en PAH, entonces es por eso que hoy en día tenemos tantos nodos locales en todo el estado. Porque antes del 15 M éramos, 40 PAH's en el estado y, con el 15 M creo que, de 40 a 175, pasamos. En un año, es una locura.</p> <p>EDUARD [...] aunque la PAH existía 2 años antes, tuvo un boom a través del 15M, [...] es un punto de inflexión para aumentar su popularidad.</p>	<p>possibilitou quadruplicar o número de assembleias da PAH pelo país a fora (de cerca de 40 para cerca de 175).</p>
<p>SANTI [...] por ejemplo, para ahora que el PP dice que la ley es inconstitucional, ahora habrá los medios más conservadores que se pondrán a escribir sobre eso. O cuando los jueces semana pasada se reunirán sobre eso, pues cuándo salga público lo que ha decidido, habrán medios que recogerán. No recogerán el motivo por el cual hay la problemática, ni la solución y nada, pues aprovecharan para decir que el gobierno Catalana y que la PAH van en contra la propiedad privada, lo de siempre.</p> <p>En el principio, cuando empezó la crisis, todos los medios de comunicación lo que decían era que el problema de las hipotecas era las familias que habían querido vivir por encima de sus posibilidades. Que habían comprado pisos cuando no tendrían que habérselos comprados, que nadie les había obligado a firmar esa hipoteca y que por lo tanto el único responsable por todo era la familia. Eso era la narrativa.</p> <p>Nosotras conseguimos contrarrestar esa narrativa, pues, denunciando que los bancos habían realizado acciones abusivas, llevamos los casos Tribunal de Justicia de la Unión Europea. La Unión Europea nos dió la razón.</p> <p>Hicimos ver a la gente, entender que no era sólo hipotecas de familias vulnerables lo tenían y que todo el mundo tenía esa cláusula suelo, o la de vencimiento anticipado. En España había una cláusula, bueno, que si tu fallas en el pago de la hipoteca un mes, sólo un mes, ya podían pedirte la totalidad de la deuda. Aunque yo debo 100.000 € y falló en una cuota de \$1000 el banco ya me puede pedir los 100.000 €. La Unión Europea dijo que eso era abusivo y obliga al gobierno español a cambiar la ley. [...] Cambio en el año pasado y ahora son como 9 cuotas en la primera parte, en la primera mitad de la hipoteca y en la segunda mitad. Por ejemplo, si tu hipoteca es de veinte años, pues, si en los primeros 10 años, si tú fallas 9 cuotas te puede activar la ejecución hipotecaria. Si en la segunda, del 10 al 20 años, pues has de fallar 12 cuotas. Nosotros seguimos diciendo que eso también es abusivo.</p> <p>Contra esta narrativa, pues requiere de hablar mucho y de explicarlo mucho. Porque los partidos lo regulen, sólo cuando hay presión, pero también cuando la problemática es relevante, lamentablemente.</p>	<p>A disputa de discurso/narrativa da mídia e sociedade</p> <p>“En el principio, cuando empezó la crisis, todos los medios de comunicación lo que decían era que el problema de las hipotecas era las familias que habían querido vivir por encima de sus posibilidades.[...], que nadie les había obligado a firmar esa hipoteca y que por lo tanto el único responsable por todo era la familia. Eso era la narrativa. Nosotras conseguimos contrarrestar esa narrativa.”</p> <p>Presença na mídia mais progressista e pública.</p> <p>Intensa presença em redes sociais.</p> <p>Houve intenso processo de disputa de sentidos interna para compreensão das causas da crise e da organização e solidariedade como</p>

<p>Nosotros claramente incidimos en las agendas políticas de los partidos, porque somos también muy propositivos y, en los medios también. Porque, como tenemos 11 años, una notoriedad, una capacidad de incidencia. Ahora menos que lo que teníamos antes, pero continuamos y como que la vivienda continúa siendo lema de primera magnitud en España, pues van saliendo noticias de lo que nosotras decimos, pues en mayor o menor medida, si hacemos una acción, pues más o menos los medios van a cubrirla.</p> <p>[...] nosotras cada vez que hacemos una acción, la ponemos por Twitter, Youtube, y hacemos notas de prensa.</p> <p>Somos capaces de incidir, pero hay medios que nos bloquean.</p> <p>LUCÍA</p> <p>[...] nos enseñan a ser egoístas, a mirar por nuestra propia supervivencia en el capitalismo. Cambiar eso es muy difícil. Pues, también en explicar eso que las leyes son esas porque han querido favorecer a sectores, que son el sector inmobiliario, el sector financiero, y la financiarización... Eso es importante explicarlos de forma muy sencilla, de PAHdagogia [PAH + Pedagogía], como decíamos. [...] Una de estas cosas que veíamos era como facilitar las cosas. [...] hacer fácil este lenguaje súper complicado.</p> <p>Es verdad que ya hemos ganado un discurso que se entiende que los bancos no son tan buenos como lo pensamos.</p> <p>Lo que pasa es que ahora hay una otra batalla, pues, que en este momento no estamos ganando, que es el tema de los alquileres, que hay que regular. No se está tanpoco hablando de la gente que es pequeño o medio propietario; Y ahí yo creo que es una batalla que hemos tirado. Hay como un tema que las personas físicas no son pequeños propietario. Creo que este es un tema que tenemos que abordar. Si las personas físicas no quieren que los equiparemos a Blackstone, pues no tienen que actuar como ellos.</p> <p>Y gente joven también se siente así. Se siente culpable por no poder emanciparse, porque es, también una sociedad que en vez de cuidar, criminaliza la gente que está ocupando. En lugar de enfocar el problema, mirar y decir: “bueno esta gente venía de una hipoteca, seguramente, o de un alquiler que ya no puede pagar y esta ocupando porque no tiene alternativa”.</p>	<p>ferramentas capazes de enfrentar o problema.</p> <p>A disputa da narrativa das hipotecas foi enfrentada com sucesso, porém a narrativa da necessidade de controle e medidas de limite sobre aluguéis ainda está em disputa.</p>
<p>SANTI</p> <p>Lo que pasa es que hay colectivos que critican la PAH por esto, sobre todo los que no proponen mucho; dicen que no, que la PAH tenía que estar y le hacer fuego a la banca porque acepta perder la vivienda. Ellos lo que decían es que por el rescate bancario, las cláusulas abusivas y tal, la familia tiene que quedar en la propiedad, no importa lo que ha pagado y porque todo eso es un sistema corrupto y tal... Evidente que sí, que tiene una lógica, pero... una de las cosas que tengo aprendido en la PAH es que la PAH tiene que ser posibilista.</p> <p>O sea, lo mismo que hemos conseguido, que conseguimos en 2015,</p>	<p>Pontos de tensão</p> <ul style="list-style-type: none"> • A tensão entre ser “possibilista” ou radicalizar na reivindicação: “Bueno, en toda negociación tú renuncias a cosas” •

que es obligar a gran propietario el alquilar social si hay un impago de alquiler o de hipoteca, pero no lo conseguimos con la ocupación. Pero ahora, 5 años más tarde, fuimos capaces de meter una parte de ocupación. Y con un poco de suerte, de aquí a 3, 4 años, o sea..., pues a lo mejor acabarás metiendo la ocupación como... Bueno, en toda negociación tú renuncias a cosas.

Nosotros, la ocupación la llevamos en nuestra negociación, la verdad es que tampoco era tan, tan, tan brutal de ocupación. Antes era más muy, muy minoritario. Existía y sabíamos que existía la problemática, pero era minoritaria comparado con la hipoteca o comparado con lo alquiler. Ahora la situación ya es mucho más grave y por eso también el legislador evidentemente que alguna solución le tiene que dar.

[...]si nosotros hubiéramos dicho hace 5 años, si no entra ocupación no aprobamos esta ley y nos opondremos, pues nos hubieran dicho, pues no se aprueba esta ley y ahora no hubiéramos tenido a todos los desahucios que hemos podido parar, todos los alquileres que hemos conseguido y de hipotecas. Entonces es muy fácil pedirle el cielo, cuando en el fondo no es para ti, pero que es lo que suele pasar, el que sea con bandera de situaciones muy, muy, muy extremas, no es realmente el que está en esa situación y sabe que habla en nombre de otro, entonces, es muy fácil decir, nada... porque salgo muy bien en la foto, salgo como el más radical, el que más me opongo, el que no afecta ninguna... Pero en cambio estás dejando las familias sin solución alguna.

Y nosotros, siempre hemos presionado mucho, apretado mucho, pero entendido que habrá un momento que tienes que saber que ahora no puedes apretar más, que tienes que aceptar esa solución que te proponen porque si no, te vas a quedar con nada. Y eso es muy duro, porque sabes que también dejas gente que no va a entrar, bueno que sí que estás contento por otras cosas que sí, que consiguen gente que entra.

Entonces, también la Dación en Pago sale después de mucha movilización, muchos años, mucho cambiar esa narrativa. [...] pero la narrativa de la ocupación, pues todavía está por ganarse.

Fragmentos das entrevistas com investigadores	Unidades de sentidos
<p>¡Es un tema central! El problema de la vivienda es un tema central en la ciudad de Barcelona. [...] El IGOP ha estudiado los procesos de segregación urbana, o sea, analiza todo el tema de movilidad y desplazamiento de la población y concentración de la población por rentas bajas o por rentas altas en el área metropolitana. Entonces, el tema de la vivienda ya no sólo impacta en la ciudad Barcelona, sino en todo el área metropolitana. Y la visión que se está construyendo desde aquí es que sólo puede haber una solución metropolitana al problema del tema de la vivienda. Porque si no hubiera, es desplazar la población, desplazar y expulsar de un municipio a otro a la población. Se necesita una política que dé una respuesta desde el área metropolitana.</p>	<p>Proceso y perfil regional del problema de la vivienda</p>

Salió un estudio muy interesante que está analizando el desplazamiento de la población; El estudio plantea que los municipios con menos recursos son los que absorben más población vulnerable ya que la vivienda es más barata, y los municipios con mayores recursos ofrecen mejores servicios y reciben población con más recursos, incrementando así su capacidad recaudatoria, en los primeros la vivienda es más cara que en los segundos. Entonces es como un pez que se muerde la cola. Se van elitizando unos municipios y guetizando otros municipios.

[...]aquí está un fenómeno de ciudad global y del papel que juegan las plataformas. No tiene nada que ver el modelo de turismo de hace 15 años con el modelo de hoy. Porque hoy la oferta es ilimitada, infinita. Las plataformas tienen el control, modulan los precios. Es totalmente distinto. Tiempo atrás cuando buscabas un piso ibas a una oficina o agencia inmobiliaria, ahora no. Ahora tu buscas en internet. Y no sólo accede a la oferta o la información la gente que vive en ese barrio. Accede y ofertan viviendas no solo la gente que vive en Barcelona, sino también en Sabadell, en Terrassa y en toda el área metropolitana. Entonces, diríamos que la oferta se multiplica, pero la demanda también. Porque la demanda es a escala mundial. Lo que ocurre con el turismo, en las plataformas Airbnb, es que la gente entra desde Londres, desde Berlín, desde dónde están. No estás ofertando a un turismo de proximidad, alguien llegará a buscar una habitación, como cuando vas a un Hostal.[...]. Eso es una locura. Entonces, la demanda es de escala mundial y esto es un problema, o se regula o es un problema; la oferta que debería ser para una vivienda regular se acaba convirtiendo rápidamente en oferta de vivienda turista porque da un mayor beneficio.

Lo que ocurrió en el 15M es muy interesante; el cambio de la estrategia y del perfil que había en los movimientos hasta el momento, sobre todo en el tema de vivienda.

Pues ahí se genera una relación de confluencia, de cooperación entre gente que está afectada por el tema de la vivienda y activistas que no tienen este problema. Porque la gente que se mete activa en la PAH no eran afectados inicialmente.

En aquel momento se ocupaban las plazas, había mucha

Sobre el 15 M

“muchos movimientos más alternativos, de consumo de economía solidaria y tal empezaron a alimentarse de gente

<p>efervescencia en la calle,</p> <p>mucha gente reunida reivindicando, ocupando el espacio público... Por ejemplo, la PAH, en aquella época, era algo muy pequeñito, era un embrión. Ya había parado algún desahucio, pero... un llamamiento a la calle, y un desahucio que lo van a parar 5 personas, iban 250 [después del 15M], era como una locura. Incluso en un momento que era muy tenso, porque esto no había pasado así. Incluso las intervenciones policiales, al inicio, eran muy fuertes, resultaba que iba mucha gente. Había una movilización muy masiva.</p> <p>Yo creo que el 15M, lo que planteó para mucha gente, fue la necesidad de formar parte de un cambio político a partir de cosas concretas. Nosotros aquí, la hipótesis que tenemos, que hemos visto, aún que no tenemos un estudio en profundidad, pero un poco</p>	<p>que venía del 15 M.”</p> <p>“necesidad de formar parte de un cambio político a partir de cosas concretas”</p>
---	--

APÊNDICE D

QUADRO DE PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DA PESQUISA

Atividade	Número de atividades, data e local	Em que consiste
Assembleias de Bem Vidas	11 assembleia: de 09.12.19 à 02.03.20; Sede da PAH em Barcelona.	São assembleias que acontecem ordinariamente às segundas-feiras, das 18 às 21 horas, para acolhimento de novos casos e assessoramento coletivo de pessoas com problemas de moradia.
Assembleias da Coordenação (auto-organização)	11 assembleia: de 10.12.19 à 03.03.20; da PAH em Barcelona.	São assembleias ordinárias e abertas que acontecem às terças, das 18 às 20:30, com objetivo de avançar na construção do movimento. Nela são tratadas as pautas das ações de pressão, elaboração de informes e campanhas, articulação com

		outros coletivos de luta por moradia e organização das ações para barrar despejos de cada semana.
Assembleia de PAH's Catalãs	02 assembleias; 25.01.20, Barcelona e 29.02.20, Sant Feliu (Reg. Met.. Barcelona).	São assembleias de reuniões nós da rede assembleária em que consiste a PAH. Na Catalunha ocorrem a cada 2 meses. Nelas se tratam as pautas da construção do movimento social, suas lutas e articulações.
Visita do relator da ONU Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre extrema pobreza e direitos humanos.	01 visita: 01.02.20, sede da PAH Barcelona.	Em sua passagem pela Espanha PAH Barcelona foi o único movimento de luta por moradia com quem agendou a visita e reuniu. Em seu informe ao governo espanhol há um capítulo dedicado ao empobrecimento e vulnerabilidade causada pela insegurança habitacional. < https://pahbarcelona.org/wp-content/uploads/2020/02/Alston-PR-Final-ES.pdf > .
Ações de protesto (escrache)	03 ações de protesto: Dia 13.12.19, Mataró, em frente à imobiliária gestora de imóveis do fundo Blacstone; Dia 26.02.20, Barcelona, ocupação do escritório do Fundo Divarian/BBVA Dia 05.03.20, Barcelona, "Corre bancos", percorre-se uma avenida com vários bancos (no caso, no bairro de	As duas primeiras ações tinham mesma pauta: exigência de retornos de parte dos escritórios, imobiliária ou gerente bancário sobre processos em andamento para renovação de aluguel, conforme parâmetros da lei 24/2015. Os cartazes colados nos bancos tinham mensagens de denúncia das práticas de especulação com a moradia e exigindo o cumprimento da lei

	Sants), colando adesivos e cartazes nos bancos.	24/2015 que obriga aos grandes proprietários a conceder aluguel social.
Ações para barrar despejos: STOP DEHACIOS	<p>08 ações para pagar despejos: 13.01; 16.01; 27.01; 05.02; 02.03;03.03, em Barcelona e 20.02 e 24.02, em Hospitalet de Llobregat (Reg. Met. Bcn).</p> <p>* Duas das ações com despejo executado e posterior acompanhamento das famílias ao serviço social (24.02 e 02.03);</p> <p>**Uma das ações foi chamado o “Esquadrão Anti-distúrbios” (batalhão de choque), houve remoção forçada e identificação (Boletim de Ocorrência) de todas as pessoas que estávamos no ato. (02.03).</p>	É a principal prática de resistência e desobediência civil da PAH. É sempre a prioridade a ser atendida pelos ativistas. Consistem em colocar-se frente as portas no dia em que a comitiva judicial vai executar a ordem de despejo e, com os corpos, impedir o acesso da comitiva ao imóvel, impossibilitando o procedimento padrão de despejo das famílias e troca de fechaduras.
Acompanhamento à órgãos públicos de serviço social para tratar de alojamento	<p>04: Dois acompanhamentos posteriores a execução de despejo, à serviço social para exigir realojo das famílias (24.02, em Hospitalet de Llobregat e 02.03, em Barcelona) e</p> <p>Dois acompanhamentos (28.02,05.03) de uma família de marroquinos, casal e 2 filhas pequenas, à serviço social de Barcelona para exigir Realajo Digno.</p>	Acompanhamento consiste em uma pequena comitiva de ativistas da PAH acompanharem a pessoa e/ou família ao serviço público para ajudar na reivindicação e/ou fazer pressão. Ocorre quando as buscas autônomas da pessoa afetada aos serviços não estão tendo retornos e/ou quando se efetiva um despejo, em que algumas ou todas as pessoas que estavam na ação para parar despejo

		acompanham a pessoa despejada, com sua família, até o serviço social que terá que disponibiliza um realojo para a família.
Participação na Comissão de celebrações e festejos da PAH	04 reuniões em preparação ao desfile da PAH no Carnaval de bairro, em 22.02.20; Barcelona, bairro Sant's.	A PAH se organiza com comissões de tarefas. Uma delas é a Comissão de Celebrações e Festejos.
Reunião da Obra Social (ocupações)	01 reunião de avaliação dos casos de demandas e da possibilidade de uma ocupação de apartamentos em um prédio que vem sendo direcionado para locação por Airbnb (com ajuda de alguns moradores críticos ao Airbnb).	Obra Social é uma das comissões da PAH. Se dedica ao tema das ocupações como última alternativa para garantir moradia para famílias.
Reunião de Coletivos de Barcelona por Realojos Dignos	16,23. 30.01 e 06.02.10.	Em um das reuniões chegaram a reunir-se 14 coletivos diferentes que se organizam em torno do tema da habitação. Trata-se de uma articulação de diferentes coletivos que tratam da moradia (associações de vizinhos, movimentos sociais, entidades de bairro). O tema desta articulação é pressionar os governos para que disponham de realojos dignos para famílias que foram despejadas e vivem em pensões, albergues e hostel há meses. Segundo informado nestas

		reuniões, Barcelona tem mais de 600 famílias vivendo nesta situação.
Oficina de capacitação sobre decreto 17/19, que amplia a Lei 24/2015	01 oficina, 08.02.20, Barcelona.	A oficina tinha o objetivo de apresentar ampliação da Lei 24/2015, via decreto (17/19, de 24.12.2019) que amplia obrigações de grandes proprietários em ofertar aluguel social e estabelece multa pelo descumprimento da exigência.
Assembleia do Sindicato de Inquilinos	01 assembleia, em 14.02.20, em Barcelona.	O Sindicato de Inquilinos é uma das entidades que faz a luta por aluguéis acessível. Organiza-se com sócios contribuintes e assembleias abertas ao público.
Acompanhamento de votação no Pleno do Parlamento Catalão	04.03.20; Parlamento Catalão, Barcelona.	Neste dia estava em pauta para aprovação (ou não) do decreto 17/19. Foi aprovado, passando a vigorar como lei (incremento da lei 24/2015).
Preparação do 8M em Barcelona	29.01, 05,13,20 e 27 02, 02, 07.03 e 08.03 Marcha com estimadamente 200 mil mulheres em Barcelona.	Isabel e eu representamos a PAH na preparação da Helga 8 M. Atuei na construção do manifesto (carta temática)< https://www.vagafeminista.cat/wp-content/uploads/2020/02/manifiesto-1.pdf >
Visita dirigida ao bairro operário Nou Barris	24.01.20, Nou Barris, Barcelona.	A visita ocorreu com o Sr. Vico, uma liderança comunitária que cresceu e atua em Nou Barris, um bairro popular de operários que se formou com as migrações do interior da Espanha para

		<p>Barcelona, nos anos 1960, em um período intenso de industrialização. Visitamos áreas do bairro – que foi construído montanha acima – com moradias autoconstruídas (ocupações). Visitamos a Associação de Vizinhos, uma Biblioteca de bairro e um Casal de Barris (nome dos Centros Comunitários), equipamentos que existem em todos os grandes bairros da cidade. Pude ver fotos e ouvir relatos que demonstram a luta de vizinhos por infraestrutura e equipamentos públicos, fatos que compõem a macro-narrativa presente nas falas e literatura sobre tecido social ativo e progressista de Barcelona.</p>
--	--	--

Seja qual for o momento da história,
o mundo se define como um conjunto de possibilidades.
Isto é que é o mundo.

Milton Santos